



Revista Brasileira

FASE VII 🌿 OUTUBRO-NOVEMBRO-DEZEMBRO 2001 🌿 ANO VIII 🌿 Nº 29

Esta a glória que fica, eleva, honra e consola.

MACHADO DE ASSIS

ACADEMIA BRASILEIRA
DE LETRAS 2001

DIRETORIA:

Tarcísio Padilha – *presidente*
Alberto da Costa e Silva – *secretário-geral*
Lygia Fagundes Telles – *primeira-secretária*
Carlos Heitor Cony – *segundo-secretário*
Ivan Junqueira – *tesoureiro*

MEMBROS EFETIVOS:

Affonso Arinos de Mello Franco,
Alberto da Costa e Silva, Alberto Venancio
Filho, Antonio Olinto, Ariano Suassuna,
Arnaldo Niskier, Candido Mendes de
Almeida, Carlos Heitor Cony,
Carlos Nejar, Celso Furtado,
Eduardo Portella, Evandro Lins e Silva,
Evanildo Cavalcante Bechara,
Evaristo de Moraes Filho,
Pe. Fernando Bastos de Ávila, Geraldo
França de Lima, Ivan Junqueira,
Ivo Pitanguy, João de Scantimburgo,
João Ubaldino Ribeiro, José Sarney, Josué
Montello, Lêdo Ivo, Dom Lucas Moreira
Neves, Lygia Fagundes Telles, Marcos
Almir Madeira, Marcos Vinícios Vilaça,
Miguel Reale, Murilo Melo Filho, Nélida
Piñon, Oscar Dias Corrêa, Rachel de
Queiroz, Raymundo Faoro,
Roberto Marinho, Sábato Magaldi,
Sergio Corrêa da Costa,
Sergio Paulo Rouanet, Tarcísio Padilha.

REVISTA BRASILEIRA

DIRETOR:

João de Scantimburgo

CONSELHO EDITORIAL:

Miguel Reale, Carlos Nejar,
Arnaldo Niskier, Oscar Dias Corrêa

PRODUÇÃO EDITORIAL E REVISÃO

Nair Dametto

PROJETO GRÁFICO

Victor Burton

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Estúdio Castellani

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS
Av. Presidente Wilson, 203 – 4º andar
Rio de Janeiro – RJ – CEP 20030-021
Telefones: Geral: (0xx21) 2524-8230
Fax: (0xx21) 220.6695
E-mail: abl2@montreal.com.br
site: <http://www.academia.org.br>

As colaborações são solicitadas.

Sumário

Celebração – Centenário de Murilo Mendes

EDITORIAL	5
JOSUÉ MONTELLO Pretexto para louvar Murilo Mendes	7
MASSAUD MOISÉS Compreensão de Murilo Mendes	13
FÁBIO LUCAS O polímorfo Murilo Mendes	23
Poesia e prosa de Murilo Mendes: Exemplos . 37	
NELSON SALDANHA Em torno de um poema de Murilo Mendes	49

Prosa

MIGUEL REALE Diretrizes do culturalismo	55
ARNALDO NISKIER O santo D. Eugênio	65
JOÃO DE SCANTIMBURGO Eça de Queirós e Eduardo Prado ..	73
CARLOS HEITOR CONY João Guimarães Rosa	95
MURILO MELO FILHO José Lins do Rego: cem anos	103
CARLOS A. LEITE Dom Pedro II e o médico sem diploma III	
MILTON VARGAS Pessoa: Personagens e poesia	117
CÉSAR LEAL Os viventes	149
JOSÉ GUILHERME MERQUIOR Nosso Dickens	161

Poesia

MURILO MENDES Poemas	167
----------------------------	-----

Guardados da memória

AFONSO ARINOS, FILHO Magalhães de Azeredo e Afonso Arinos	245
MAGALHÃES DE AZEREDO Cartas a Afonso Arinos de Melo Franco	247
AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO Lembrança do Amigo Ausente	271
Textos esparsos	303



Centenário de Murilo Mendes

Não há neste mundo em movimento – de gerações que passam, porque tudo passa, como disse em famoso sermão o padre Vieira, de camadas inteiras da sociedade substituídas por outras – nada que seja guardado se não houver quem cuide da memória. Há poucos dias foi lançada com estardalhaço uma publicação dos cem maiores poetas do século XX. Uma composição de injustiças, pois faltaram entre os cem – muitos deles rotundas mediocridades – Guilherme de Almeida, o maior artífice do verso em língua portuguesa; Cassiano Ricardo, o poeta de *Martim Cererê*, Menotti del Picchia, o Menotti de *Juca Mulato*, *Máscaras* e outros poemas antológicos. Mas somente por obrigação, nas faculdades, são lembrados os cem poetas, e alguns do mais alto mérito literário, e nomes de autores de obras que merecem a perenidade das bibliotecas. No mais, as gerações ainda moças e as adolescentes, essas não querem saber de poetas, prosadores, ensaístas, historiadores.

Estamos na era eletrônica e para os jovens da geração que frequenta as universidades e ocuparão cargos de importância e direção

no futuro do país, não lhes interessa quem compôs um poema, quem escreveu uma página, quem nos deixou um ensaio, todos com lugar reservado na história da literatura. Hoje vale a Internet, não a página impressa. Pela Internet, o jovem tem o mundo em casa, mediante os movimentos de uma peça do computador. A página impressa dá-lhe trabalho de ler e, não raro, de procurar saber de quem se trata.

Somos, a geração da pena ou da máquina de escrever ou, mesmo, de um pouco de computador, os grandes esquecidos. Mário de Andrade ainda é lembrado, pelo culto que lhe votam seus admiradores, alguns que não o conheceram pessoalmente. É uma exceção. Mas Guilherme de Almeida, autor de poemas que espelham a beleza da língua, quem dele se lembrará, senão alguns admiradores de sua memória? Vivemos, por isso, entre mortos, não entre vivos. Essa a realidade do mundo moderno. Faziam-se, no passado, romarias a túmulos de artistas da palavra ou das tintas, ou do mármore. Hoje ninguém deles quer saber. Esse é o mundo não dos vivos, mas dos mortos, entre os quais vamos caminhando, também, para lembrar-nos de quem o encheu de beleza ou quem, pelo pensamento, enriqueceu a cultura brasileira, escritores que deram sua contribuição à língua portuguesa, mostrando-lhe a beleza, na qual versos como os de Camões e prosa como a de Machado de Assis são riquezas perpétuas da arte e da ciência.

Dedicamos parte deste número da *Revista Brasileira* a Murilo Mendes, grande poeta moderno, cuja poesia está sepultada em livros que somente alguns abrem, por curiosidade ou por obrigação de aula. Murilo Mendes foi um grande poeta. Leiam-no nesta edição, que ficarão encantados e nos justificarão de o termos escolhido para comemorar o seu centenário de nascimento, neste ano de graça de 2001, ele que é do primeiro ano do século passado. De Murilo dirão os colaboradores. Registramos a justificativa de sua escolha para o número presente da *Revista Brasileira*. Cumprimos um dever. Não podíamos deixar de fazê-lo.

Pretexto para louvar Murilo Mendes

JOSUÉ MONTELLO

Minha boa amiga Luciana Stegagno Picchio andou pelo Brasil. Recebeu aqui as homenagens merecidas, por parte de universidades e de escritores, e voltou a Roma.

O que ela tem feito, no vasto campo das letras, em livros, em aulas, em conferências, em congressos, chega a ser realmente comovedor. E, como a sua palavra realmente influi na decisão dos editores, é ela, hoje, a voz persuasiva, junto a esses editores, na obra benemérita da tradução de poetas e romancistas brasileiros, com os quais comparte a sua admiração.

Tivemos aqui uma boa e afetuosa conversa, à base do cafezinho brasileiro, e é por isso que tenho, hoje, este pretexto para aplaudir uma de suas iniciativas beneméritas e que se reveste de expressiva singularidade.

Desta vez não se trata de uma obra de poeta ou romancista brasileiro, divulgada por Luciana em seu país. Mas sim de um poeta brasileiro editado no Brasil. Refiro-me aos poemas de Murilo Mendes,

Artigo escrito a propósito da publicação de *Poemas 1925-1929 e Bumba-meu-poeta 1930-1931 / Murilo Mendes*, organização, introdução, variantes e biobibliografia por Luciana Stegagno Picchio. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.

com variantes e bibliografia respectiva, coordenados e prefaciados pelo rigor, a competência e o bom gosto de quem sabe ser, além de grande amiga do poeta, uma das vozes abalizadas no reconhecimento póstumo de seus altos méritos.

De mim para mim, tenho a impressão de que Murilo Mendes, se não tivesse nascido em Minas Gerais, para ser essencialmente mineiro, teria acabado por se fazer italiano, quer pelo gosto de morar em Roma, quer pela identificação profunda com a poesia e a arte da Itália.

É possível também que a mulher do poeta, Maria da Saudade, portuguesa irreduzível, tenha atuado no grande Murilo para preservar-lhe, com a sua autenticidade lisboeta, a porção dessa mesma autenticidade, na sensibilidade do mestre da *Poesia em pânico*, como genuinidade brasileira.

De qualquer modo, o certo é que Murilo, enraizando-se em Roma, sem jeito de retornar a Juiz de Fora, continuou autenticamente mineiro, como se do Brasil não houvesse saído.

E é sobretudo um florilégio de sua genuinidade brasileira que a admirável Luciana coordenou no volume que a Nova Fronteira publicou ano passado e que a boa amiga veio trazer-me um destes dias, para nele deixar, com o meu nome, o seu carinho ítalo-brasileiro.

Diz ela, abrindo o seu prefácio: “Este pequeno volume de poemas, que inicia uma série dedicada à obra de Murilo Mendes, quer, antes de mais nada, ajudar a restituir ao Brasil um dos seus mais altos poetas da modernidade.”

Murilo é, na verdade, um de nossos poetas essenciais. Chamo assim àqueles que não se limitam a ser poetas, mas a ser poetas genuinamente brasileiros, ajustados ao nosso modo de ser, mesmo quando parecem voltar contra as nossas características ou os nossos excessos a represália risonha de seu verso.

Disto é exemplo, na poesia de Murilo Mendes, a sua “Canção do exílio”, toda ela lírica e irônica, constituindo, do ponto de vista te-

mático, uma paródia da famosa “Canção do exílio” de Gonçalves Dias, a que o mestre mineiro associou o seu modo pessoal de sorrir do Brasil:

*Minha terra tem macieiras da Califórnia
onde cantam gaturamos de Veneza.
Os poetas da minha terra
são pretos que vivem em torres de ametista,
os sargentos do exército são monistas, cubistas,
os filósofos são polacos vendendo a prestações.
A gente não pode dormir
com os oradores e os pernêlongos.
Os sururus em família têm por testemunha a Gioconda.*

O elemento lírico e o elemento crítico, de claro riso transparente, afloram ainda mais evidentes no fecho do poema:

*Eu morro sufocado
em terra estrangeira.
Nossas flores são mais bonitas
nossas frutas mais gostosas
mas custam cem mil-réis a dúzia.*

E por fim o suspiro do exilado:

*Ai quem me dera chupar uma carambola de verdade
e ouvir um sabiá com certidão de idade.*

Quando comparamos a “Canção do exílio” de Murilo Mendes com a “Nova canção do exílio” de Carlos Drummond de Andrade, prontamente reconhecemos que, neste, prevalece o elemento lírico,

com inconfundível tom nostálgico, enquanto naquele o elemento dominante é a mordacidade jovial, na espontaneidade do verso imprevisto.

Ao nos dar a mais nova edição dos dois primeiros livros de Murilo Mendes, compreendendo os poemas de 1925 a 1929, Luciana Stegagno Picchio houve por bem uni-los ao auto dramático, que faz seqüência natural a esse período, e isto nos permite acompanhar o itinerário do poeta, numa dimensão a mais de suas reações diante da vida.

Penso que esse auto, *Bumba-meu-poeta*, é o predecessor mais distante das memórias de Murilo, *A idade do serrote*, com que o mestre mineiro abre um novo espaço à prosa de língua portuguesa. O poder inventivo do memorialista invade a prosa tradicional. Veja-se, ao acaso, como exemplo, esta evocação de Abgail: “Abgail era um teatro aberto. Comunicável e comunicada, recebia todos os dias. Quando se instalaram os primeiros telefones da cidade, ela imediatamente requereu um para a casa paterna, estabelecendo logo ali uma ponte aérea de palavras.”

A poesia, assim, apodera-se da prosa de Murilo, e a recria esplendidamente, passando a constituir, essa prosa, uma das chaves do enigma criativo muriliano.

É ele quem reconhece: “Todas as contradições se resolvem no espírito do poeta. O poeta é ao mesmo tempo um ser simples e complicado, humilde e orgulhoso, casto e sensual, equilibrado e louco. O poeta não tem imaginação. É absolutamente realista.”

Daí as indagações como esta: “O primeiro e último leão de minha vida suscitou-me um problema importante, desenvolvido muito depois: saber se os seres mais inumanos terão uma ligação mesmo tênue com a ternura; não só o leão ou o tigre, mas ainda o carasco, o ditador, o alto executor dos campos de concentração, o artífice da bomba.”

Em vez de recolher em si o tumulto da vida, que se transferia para o poema irônico ou sentimental, Murilo ia naturalmente ao epicentro do tumulto, que seus sentidos captavam, e para o qual encontrava imediatamente o verso apropriado.

Hoje, que tanto se fala em modernidade, cumpre-nos dar-lhe como exemplo a poesia muriliana. A rigor, a ligação que se estabelece entre seu verso e o verso dos poetas que o precederam não nós é imediatamente perceptível, sem as indicações do próprio Murilo, ao falar-nos de Rimbaud, de Mário de Sá Carneiro, de Fernando Pessoa, seres de seu próprio mundo. Entretanto, acentuemos: a sua modernidade é invenção própria, com seu estranho poder de captar e exprimir o mundo, na aparência de seu registro jovial.

Um dos mais importantes estudos sobre a poesia de Murilo Mendes, em nossas letras, pode ser lido agora no volume *Crítica*, em que José Guilherme Merquior reuniu seus ensaios de literatura, no período de 1964 a 1969.

A conclusão desse ensaio vale como a síntese magistral do gênio poético de Murilo Mendes: um cristão ecumenicamente interrogador. Convém acrescentar: é esse o Murilo enquanto poeta. Porque há também aquele que afirma, na conclusão do poema:

*Um dia a morte devolverá meu corpo,
estes olhos verão a luz da perfeição
e não haverá mais tempo.*

Certo, ele se interroga: “Onde encontrar o Cristo?” E ele próprio responde: “Encontra-se muitas vezes o Cristo – assim me aconteceu – prefigurado nos traços espirituais de um amigo. Mas não nos basta: precisamos encontrar o Cristo Total.”

Para esse encontro definitivo, a reflexão não nos basta. Joaquim Nabuco encontrou, para mim, a explicação exata, quando reconhe-

ceu, numa de suas meditações conclusivas, que “a fé é um pássaro pousado no alto da ramagem e que só canta quando Deus escuta”.

A admirável Luciana, amiga de Murilo Mendes, veio ao Brasil, com a coletânea dos primeiros poemas do grande poeta, como se quisesse demonstrar que, também aqui, ela nos é necessária, com a sua competência e a sua comunhão literária.

Quando se despediu de mim, no Rio de Janeiro, ela me confessou:

– Fiquei muito contente com as belas rosas que aqui recebi de meu editor brasileiro.

E eu me senti tentado a acrescentar que ele as havia mandado em nome de todos nós, que lhe somos reconhecidos. Pondo a memória de Murilo Mendes em primeiro lugar.

Compreensão de Murilo Mendes

MASSAUD MOISÉS

Murilo Mendes pertence ao grupo de poetas considerados “difíceis”, pela densidade do pensamento, ou pela engenhosidade ou tensão da linguagem, a ser possível a separação entre as duas camadas do texto poético. De qualquer modo, não alcançou a popularidade de outros poetas do tempo, nem mesmo o entusiasmo crítico de que é merecedor, salvo num pequeno e selecionado círculo de leitores. E a razão talvez esteja no fato de a sua poesia, bem como a de outros contemporâneos, lidar ambigualmente com a emoção, sem a qual a poesia não desponta. É que a idéia de que o poema é uma “máquina de provocar emoções” não condizia com os tempos novos, em que o prosaísmo, na cola do verso livre difundido pelo Modernismo de 22, se tornara um ideal estético. É certo que muita poesia de superior qualidade nasceu desse empenho em acolher os temas do cotidiano, numa linguagem próxima da crônica ou do falar corrente; mas também é verdade que muita prosa de discutível qualidade se revestiu da aparência poética – a fragmentação do período

Professor titular
de Literatura
Brasileira na
Faculdade de
Filosofia,
Ciências e
Letras da USP.

numa série de membros à maneira de versos livres – para, como intuito saneador que se tornara a bandeira dos participantes da Semana de Arte Moderna, melhor aliciar os leitores. Pertencendo à segunda geração modernista, Murilo Mendes nem por isso ficou imune ao contágio desse versilibrismo cerebrino, mas soube a tempo encontrar a linguagem mais apropriada à expressão do seu conflito íntimo.

Razão assiste à crítica, por conseguinte, quando aponta o contraste como o eixo em torno do qual gravita a obra de Murilo Mendes. Com efeito, é preciso recorrer à noção de antinomia, paradoxo, polivalência e cognatos para compreendê-la e avaliá-la devidamente. Se fosse o caso de localizar a matriz da complexa malha de oposições que a estrutura, diríamos que reside no conflito, jamais resolvido e sempre renovado, entre forma e transparência, ou signo e significado, expresso no corpo dos poemas e no título de um deles.

Para bem caracterizar o vulto dessa “guerra sem testemunhas”, tomando a denominação de empréstimo a Osman Lins, é de bom aviso ter em mente o seu dinamismo: não se trata do corriqueiro ato de buscar a palavra capaz de revestir a idéia com exatidão, mas de uma tensão entre essência e forma que não cessa mesmo quando uma parece adaptar-se completamente à outra. Não é a simples procura do signo por parte de um conteúdo – admitida a hipótese de este existir em abstrato, à espera de um corpo para se encarnar –, nem é a potencialização aristotélica da idéia em ato, como no soneto camoniano (“Transformar-se o amador na cousa amada”), senão o renovar ininterrupto do mesmo anseio integrativo logo que se realiza. Malcomparando, assemelha-se às pulsões genesíacas que, ao atingir o auge, principiam novo périplo, após o quê recomeçam idêntica curva no tempo, numa cadeia sem fim.

Esse quadro, armado sobre o velho díptico “tema e variações”, já se desenha nas primeiras composições. Por meio delas, o leitor tem acesso às diretrizes fundamentais da poesia de Murilo Mendes, pre-

senciando, daí por diante, uma continuidade praticamente inalterada: as metamorfoses na dicção do poeta não constituem mudanças profundas de estruturas ou de visão da realidade; antes, pelo contrário, assinalam modificações de superfície, que não afetam a intimidade lírica e ideativa. Em suma, variações de forma, por vezes implicando outros focos de interesse, outras paisagens e assuntos, mas via de regra ao redor da mesma essência, ou a ela regressando tão logo cessa o efêmero atrativo das experiências e das novidades.

Assim o verso livre à 22, conduzindo ao “poema-piada”, em *História do Brasil* (publicado em 1932, mas significativamente excluído das obras reunidas do autor), ao narrativo, ao apoético, comanda as tentativas iniciais. Não é a ausência da linha melódica — já que esta havia sido recusada na modernidade —, é o serem frases enunciativas, desmetaforizadas, que acusa o prosaísmo dos versos inaugurais, de onde a poesia volta e meia desertou. É, acima de tudo, a carência de emoção: o poeta não oculta que trabalha com o intelecto, ou a repetir a emoção inerente à poesia, decerto norteadado pelo preconceito moderno contra a melodia e a emoção. E tal rejeição acaba afetando a poesia.

Esse estado de coisas, que corre por conta de uma inadequação no plano da forma, acaba contagiando a essência, como se numa luta intestina lavrasse as duas dimensões do texto. O sensualismo é uma dessas áreas de conflito: sendo uma das características primaciais da poesia muriliana, faria supor que constituísse uma força eruptiva, transbordante de emoção lírica. Quando contém emoção, esta se exaure no limiar dos versos: não evoca, nem provoca, e sem evocação ou provocação, a poesia custa a ganhar corpo.

As outras duas vertentes — a religiosa e a surrealista, que juntas formam a base de sustentação da poesia de Murilo Mendes —, enfermam da mesma vulnerabilidade ao prosaísmo em moda com a Semana de Arte Moderna. Maduro no tocante às idéias, no terreno da

forma o poeta ainda luta contra a tendência à prolixidade, fruto da facilidade com que os versos lhe brotam da pena, uma prolixidade horizontal, conferida pela proliferação dos versos, e uma vertical, pelo desmedido alongamento: a concisão, que o poeta objetivava nessa fase, pressuporia menos volume de segmentos e menos vocábulos em cada um deles.

Numa palavra, não se havia encontrado ainda, ao menos como poeta, ou seja, na expressão literária do seu modo de ver o mundo. Além da exuberância verbal, ressentia-se de indeterminação, falta de solidez do discurso poético, ou disponibilidade que pode ser, a um só tempo, herança de 22 e resultante das oscilações próprias da idade.

A partir de *Tempo e eternidade* (1935), escrito de parceria com Jorge de Lima, a par da prevalência da religiosidade de acento metafísico:

Nasci no plano do eterno

.....

Eu hei de me precipitar em Deus como um rio

.....

Se minha alma sobrevoa a própria poesia?

Só quero repousar na imensidade de Deus.

.....

Eu sou da raça do Eterno.¹

¹ Murilo Mendes, *Poesias*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, pp. 121, 123. Salvo indicação em contrário, as demais citações serão extraídas desta edição.

O poeta assume a sua opção essencialista (que lhe teria sido sugerida por Ismael Nery), guiado pela “idéia essencial de Deus” (“Poema passional”, de *A poesia em pânico*, 1938), agitado por uma “ânsia absoluta” (“Poema do ciúme”, *ibidem*), a “nostalgia do infinito” (“Enigma do amor”, *ibidem*), mas continua a render tributo à sensualidade e ao surrealismo, tudo compondo indestrinçável mescla.

É nessa fase que igualmente se define o sentido apocalíptico da sua cosmovisão, derivado dessas matrizes ideológicas. E, no mesmo

processo imaginativo, alcança o esperado equilíbrio dos opostos, como se pode ver neste simulacro de poema à antiga, amparado em metáforas de intensa vibração concreta (“A marcha da história”):

*Eu me encontrei no marco do horizonte
Onde as nuvens falam,
Onde os sonhos têm mãos e pés
E o mar é seduzido pelas sereias.*

*Eu me encontrei onde o real é fábula,
Onde o sol recebe a luz da lua,
Onde a música é pão de todo dia
E a criança aconselha-se com as flores,*

*Onde o homem e a mulher são um,
Onde espadas e granadas
Transformaram-se em charruas,
E onde se fundem verbo e ação.*

O seu surrealismo adquire o caráter que o distingue no panorama da poesia brasileira do tempo: abstrato, ocultista, onírico, metafísico, mítico, como se a transcendência teológica e a transcendência surrealista se conjugassem no infinito. Murilo Mendes atinge nesse momento o apogeu da sua capacidade inventiva: despojando-se dos excessos verbais, logra a integração da essência com a forma. Agora diz que vai para onde a Poesia o chama (“Novíssimo Orfeu”) e que respira Poesia (“Respirar”), a *Poesia Liberdade* (1947). É sobretudo nessa fase que a sua obra difere da que se praticava entre nós na década de 30, exibindo em qualquer frase ou imagem, embora ainda possa trair certo gosto pela expressão transbordante, o toque de uma forte e marcante personalidade poética.

Tal abundância escondia, afinal de contas, uma tendência subjacente ou incrustada na inflexão surrealista e religiosa: o barroquismo. Seu misticismo, permeado por uma visão mágica e sensual, distingue-se pelo viés barroco. Essência e forma barroca: visão apocalíptica, dualista, vazada no jogo dos contrários, nos vocábulos anti-téticos, compostos, etc. Em síntese, o emprego da dialética barroca para exprimir uma mundividência que é, substancialmente, barroca (“Aproximação do terror”, de *Poesia Liberdade*): “Não se trata de ser ou não ser, / Trata-se de ser e não ser.” Tanto assim que, a páginas tantas, compõe um “Poema barroco” e entra a experimentar a *agonia* dos místicos espanhóis, Santa Teresa de Jesus à frente (“Memória”, de *As metamorfoses*, 1944): “Morro de esperar a morte.”

Em *Contemplação de Ouro Preto* (1954), não obstante a atmosfera surrealista, o barroquismo domina amplamente. A escolha da velha cidade mineira como tema poderia correr por conta, é claro, da sua importância histórica e da sua luminosa beleza, mas no caso de Murilo Mendes parece indicar o encontro de uma pulsação anímica e estética. Falando de Alphonsus de Guimaraens, aponta a “correspondência intelectual / Entre formas e idéias, cor e som”, recorda que “O símbolo é barroco” e que o poeta de “Ismália” apurara “uma técnica ajustada / Ao tema do conflito permanente / Entre matéria e sonho”, – fala como se pintasse o auto-retrato. Nem falta um poema – “Luminárias de Ouro Preto” – à imagem e semelhança do “Lampadário de Cristal”, exemplar composição gongorizante de Jerônimo Baía.

O *Tempo espanhol* (1959) testemunha o adensamento dessa onda barroquizante, a começar da epígrafe onde, entre vários nomes, reluz o de Santa Teresa de Jesus e o seu verso-emblema – “Que muero porque no muero” –, que ressurge integralmente no fecho do poema “Ávila”. Os numes tutelares do poeta são, nesse instante da sua carreira, antigos confrades castelhanos:

*Da linguagem concreta iniciadores,
 Mestres antigos, secos espanbóis,
 Poetas da criação elementar,
 Informantes da dura gesta do homem;*

*Vossa lição me nutre, me constrói:
 Espanha me mostrais diretamente.
 Que toda essa faena com a linguagem,
 Mestres antigos, secos espanbóis,
 Traduz conhecimento da hombridade
 (O homem sempre no primeiro plano).²*

A ponto de, referindo-se a Gôngora (“Lida de Gôngora”), dar a impressão de seguir desenhando o seu auto-retrato, uma espécie de ato falho ou de identificação até então desconhecida. Mais adiante assinala “o estilo de contrastes” de Picasso, “construindo e destruindo ao mesmo tempo”, fundindo “força e contenção” (“Picasso”), sem querer se autodefinindo, ou revelando secretas motivações.

Contemporaneamente à ênfase na faceta barroquizante da sua maneira de ver a realidade, vai mostrando em toda a extensão um aspecto da sua história poética: a engenhosidade formal. Sabíamos que a sua poesia se caracterizava pela pugna entre essência e forma; percebíamos que uma ansiava a outra, como entidades complementares. Conhecíamos-lhe a facilidade em compor versos. Víamos que, nos primeiros livros, estava mais voltado para os conteúdos que para as formas com que os revestia ou exprimia. Interessava-lhe menos a arte do verso que veicular, pelo seu intermédio, crenças e dúvidas ligadas à religião, a Deus, etc. Não que ignorasse os segredos da versificação, antes pelo contrário, mas é que os colocava a serviço das idéias, jamais como um fim em si mesmo. Para ele, não existia a “arte pela arte”, senão a arte engajada por vezes nas questões políticas, e

² Idem, *Tempo espanhol*, Lisboa, Moraes, 1959, p. 17.

especialmente na crença religiosa: como os renascentistas e barrocos espanhóis de semelhante estirpe, fazia arte ao divino.

Agora, porém, se observa um desequilíbrio em favor do segundo termo da equação, denunciando o ingresso numa fase em que o melhor da sua faculdade ideativa havia ficado para trás. Em *Convergência* (1970), o poeta desenha grafitos verbais e ainda pratica os exercícios vocabulares dos barrocos, num ludismo que não pode ser levado a sério, notadamente pelo leitor que acompanhou com atenção o “outro” Murilo Mendes. A concisão, realiza-a no limite máximo, paredes meias com o Concretismo. Confessa a influência de João Cabral de Melo Neto: “João cabralizei-me”; cunha “murilogramas”, um dos quais, à Baudelaire, prega o consórcio entre “Fantasia, alquimia e álgebra”,³ o que seria um sintoma de sondagem nas fontes da sua poesia se não encerrasse, contraditoriamente, a renúncia do seu ideário progressivo.

Mudou, a olhos vistos, atualizou-se, acompanhou a marcha do tempo e ganhou maior poder de síntese, mas não sem pagar um alto custo. Mergulhou no paradoxo em que navegava, às vezes com segurança, outras à deriva, o seu lirismo: quando prolixo, era melhor, apesar de tudo; ao eleger a condensação de formas, pelos lados da despoetização do poema e do concretismo, revela ter perdido a força conflitiva que lhe alimentava a alma e os sentimentos de homem e de poeta. Chega, mesmo, ao mau gosto, em certo ponto de “Grafito segundo Kafka”, ao repisar, com a mão incerta, a sensualidade de outrora. Sem dúvida, persiste no geral a qualidade do tecido poético que vimos nas coletâneas precedentes, mas também são inequívocos os sinais de pertencer ao passado o momento de alta inspiração lírica.

Nas obras seguintes evidenciará a indefectível consciência literária, a gravidade com que encerava o seu ofício, a generosa função humanitária que atribuía aos poetas (V. “Microdefinição do Autor”, à

³ Idem, *Convergência*, São Paulo, Duas Cidades, 1970, pp. 73, 131.

entrada de *Poliedro*, 1972), o experimentar de novos caminhos formais e temáticos; tentará a prosa poética, esculpirá versos em italiano (*Ipotesi*, 1977), sem ressuscitar, no entanto, a fase anterior. Marcado pela dicotomia entre idéia e signo, atraído pela religião e pelo Surrealismo, Murilo Mendes jamais escondeu haver lutado até o fim por conciliar os opostos da sua formação, temperamento e caráter. Quando se perdeu nos extremos, deixou a sensação de promessa a cumprir, ou de render-se ao fascínio limitador das reduções formais, ele que suplicava, em “Máquina de sofrer” (de *Poemas*), que o desligassem do mundo das formas; quando alcançou a desejada aliança, colocou-se entre os maiores poetas do tempo.



Murilo Mendes.

O polimorfo Murilo Mendes

FÁBIO LUCAS

~ O poeta insólito

Tomemos a carreira literária de Murilo Mendes na perspectiva do insólito, dados os seus gestos e concepções desacostumados. Não somente na literatura, como também na apreensão e crítica do balé, da música, do cinema e das artes plásticas. Seu campo de percepção do fenômeno estético apresenta o mais amplo espectro, talvez o mais aberto entre os modernistas, não fora a forte predisposição de Mário de Andrade a abarcar todas as manifestações do campo artístico. Fiquemos, todavia, no Murilo Mendes poeta e prosador.

Estas reflexões constituem variante e extensão da obra que preparamos para comemorar o centenário do poeta de Juiz de Fora, *Murilo Mendes, poeta e prosador* (São Paulo, Educ, 2001). Desejamos assinalar, antes de mais nada, o lado heterodoxo com que Murilo Mendes abraçou suas causas literárias, embora, nos fundamentos de sua visão de mundo ficassem fronteiras que ele jamais cruzaria. Exemplo: sua

Doutor em Economia Política e História das Doutrinas Econômicas, Fábio Lucas se especializou em Teoria da Literatura. É professor, ensaísta e crítico literário. Tem inúmeros livros publicados, entre os quais *Temas literários e juízos críticos* (1963), *Do barroco ao moderno e Crepúsculo dos símbolos: reflexões sobre o livro no Brasil* (1989) e colabora em periódicos especializados.

fé no catolicismo, a partir da conversão que experimentou em 1934, ante a influência da morte do pintor e amigo Ismael Nery.

Mesmo no campo da fé, não seguiu a linha predominante da Igreja de seu tempo, conservadora e reacionária. Conforme rememora Pedro Nava, ao tratar da conversão do poeta, “Esta conversão não resultou de nenhuma catequese, de nenhuma dedução desse ser lógico, de nenhuma reflexão desse homem inteligente, mas de um estado emocional que funcionou a fogo, como um pentecoste, na noite do velório de Ismael Nery”. É que o cristão Murilo Mendes ingressou no rebanho da Igreja Católica sem o espírito de grei, de devoto resignado ao curral dos eleitos. Precedeu, de certa forma, o movimento de abertura dos cânones, a fim de que o crente pudesse respirar um pouco de liberdade diante de tanta ortodoxia. Quem conhece a história do catolicismo no Brasil, dos anos 30 até o período seguinte ao golpe militar de 1964, poderá vislumbrar quantos religiosos se moveram da posição conservadora e até fascista para a militância libertária, de esquerda, próxima até, em certos casos, da doutrina marxista.

Murilo Mendes, no curso de sua acidentada vida intelectual, marchou com irreverência e alto espírito crítico para os campos da motivação social, anti-capitalista e ligeiramente socialista.

Nota-se, como em Henriqueta Lisboa e Alphonsus de Guimaraens Filho, a visita, na maturidade, do princípio da dúvida ao castelo da convicção religiosa. Daí a curiosidade de o seu livro póstumo, de poemas escritos em italiano, levar o título *Ipotesi* (1977).

Um aspecto do estado de poesia em que militou Murilo Mendes: compôs poemas tanto em italiano (velha tradição mineira, que vem dos Arcades como J. Basílio da Gama e Cláudio Manuel da Costa), quanto em francês (como o simbolista Alphonsus de Guimaraens). Tal iniciativa “aloglota”, para usar expressão do excelente intérprete Júlio Castañon Guimarães,¹ indica forte inquietação do espírito e aprofunda o seu perfil polimorfo.

¹ Cf. *Territórios / Conjunções – poesia e prosa crítica de Murilo Mendes*. Rio, Imago, 1993, p. 247.

Na produção literária, o eixo foi o grande apreço que emprestou ao Surrealismo. Na verdade, foi o poeta brasileiro que mais se associou à grande vanguarda de origem européia e mais energicamente praticou os princípios surrealistas nas suas produções literárias. É preciso assinalar, no entanto, que o próprio Surrealismo não se apresentou como um conceito monolítico, mas antes se mostrou cheio de matizes, tanto na teoria, quanto na prática. Segundo depoimento do poeta, o Surrealismo entrou em sua vida na década de 20, assim como na dos amigos Ismael Nery, Mário Pedrosa e Aníbal Machado. Aproveitou do movimento a “cartilha inconformista”, a poética dos elementos díspares, enfim, “o surrealismo à moda brasileira”.

O Surrealismo de Murilo Mendes por vezes se associa ao Dadaísmo, antepassado do Surrealismo (foi admirador de Tzara) e ao Cubismo (quando Picasso propôs o “somatório das destruições”). Mas a essência de sua proposta surreal vem da inspiração onírica entrelaçada com a rebeldia antiburguesa. Tudo com humor iconoclasta. E principalmente pelo gosto das metáforas ousadas e, não raro, grotescas, como forma de quebrar os grilhões da racionalidade.

Os últimos escritos de Murilo Mendes revelam a sua concepção da arte poética, mistura de *iluminação* com a *construção* (Mário de Andrade, no Prefácio Interessantíssimo a *Paulicéia desvairada*, havia proposto a fórmula de P. Dermée: Lirismo + Arte = Poesia). Não descrê da sensibilidade nem do preparo técnico necessário à concepção do poema. Não se tornou um cerebral, muito menos um repentista. Ajustou as duas faces da criação: o êxtase da posse à *tekhne*, a fabricação do efeito.

~ Poeta e prosador

Há, em Murilo Mendes, nascido a 13 de maio de 1901 e falecido a 13 de agosto de 1975, um poeta e um prosador. O que se vê de co-

num entre ambos, no curso da eclosão das vanguardas do século XX, é o propósito de revolucionar a linguagem. Basicamente o jogo da liberdade do espírito, contra o jugo das convenções. Daí sua afinidade com o Surrealismo e, de certo modo, com o Barroco. Na técnica da expressão verbal, propôs a prevalência da imagem sobre o conceito, princípio com que acabou influenciando João Cabral de Melo Neto que, em dado momento, compôs uma Antologia de Murilo Mendes.

É desta matéria que trata *Murilo Mendes, poeta e prosador*. Místico, erótico, visionário, excêntrico, alucinado são designativos que a crítica lhe endereçou, dado o caráter surpreendente da expressão do escritor, que se tornou notável crítico e estimulador das artes plásticas e exímio comentarista da música. A múltipla percepção do poeta deu-lhe uma lírica multiforme e orquestral, dotada de uma pluralidade de recursos.

Tendo vivido na Itália e convivido com os maiores artistas da Europa, não se distanciou, porém, da herança brasileira. A quem perguntasse “qual o maior livro do mundo?” Murilo Mendes responderia sem trepidar: *Grande sertão: Veredas* de Guimarães Rosa. Sua admiração pelos poetas Carlos Drummond de Andrade e João Cabral de Melo Neto não tinha limites. Em parceria com Jorge de Lima, publicou *Tempo e eternidade* (1935), de ritmo largo, bíblico. Depois escreveu *Os quatro elementos* (1935), após a sua conversão ao cristianismo, incluído na coleção *Poesias* de 1959. Versos concisos, de rara contenção verbal.

1935 foi, deste modo, o ano crítico de Murilo Mendes. Defrontou-se com Mozart, na paixão musical, e Ismael Nery, falecido em 1934, sua mais fervorosa lembrança. Barroco e Surrealismo, mais uma vez. A visão de Ouro Preto acentuou sua afeição pelo Barroco e a convivência com poetas e pintores europeus o fez mergulhar no Surrealismo. A paisagem da Sicília renova sua noção imagística das

palavras. E a Espanha inspira-lhe o *Tempo espanhol*, cujo fundamento ibérico é encontrado em Picasso, que soube “fundir a força e a contenção”.

Mais do que tudo, Murilo Mendes é o poeta dos contrastes. O catolicismo é agônico e, por vezes, irreverente. A sua visão de mundo é política, quase sempre cáustica com os valores burgueses, sempre ácida quanto ao nazi-fascismo. O seu surrealismo ora apresenta um transbordamento barroco, ora é contido e seco como um clássico.

~ Glorificar Murilo Mendes

Torna-se urgente evocar Murilo Mendes, poeta ora musical, ora dissonante; ora barroco, ora surrealista; ora transbordante, ora contido: católico agônico e iconoclasta, que experimentou todos os ritmos e metáforas para fixar a ascendência da imagem sobre o conceito. Buscava mais a musicalidade do que a sonoridade. Preferia o ritmo sincopado, “a quebra violenta do metro”.

E também falar do prosador agudo que escreveu ensaios inesquecíveis sobre a literatura, a música e as artes plásticas, além de configurar um memorialismo de estilo marcadamente pessoal.

Lírico e prosador revolucionário, de imagens poéticas fortes e chocantes, foi homem de gestos corajosos e ousados. No dia da entrada das forças alemãs na Áustria, telegrafou a Hitler protestando em nome de Mozart. E, ao chegar a Roma, declarado *persona non grata* pela Espanha de Franco, quando o Brasil já mergulhara no pântano da ditadura militar, levantou um brinde ao fim de todas as ditaduras.

Murilo Mendes, poeta e prosador visa, pois, a trazer ao leitor a completa figura do escritor juizdeforano, autor de “retratos-relâmpago”, grafitos e murilogramas de insuperável originalidade.

~ O prosador na era do transistor

Difícilmente se pode desvincular a obra literária do conteúdo biográfico. As diferentes composições de um autor não raro apresentam estilhaços da experiência vital, no que tem essa de polímorfo e avassalador. Especialmente isso ocorre naqueles escritores de pendor memorialístico ou confessional.

Murilo Mendes surgiu impregnado da atmosfera modernista. Combinava certo respeito pela tradição e pelos autores consagrados com um temperamento irreverente e cáustico. Lírico derramado, mas espírito crítico mordaz. No fundo, um romântico vocacionado para o apocalipse.

No estudo de sua obra poética procuramos minudenciar as várias correntes literárias em que se banhou, ao lado de fornecer-lhe os acentos típicos, autênticos e intransferíveis. Do mesmo modo, aposamo-nos de sua prosa, na qual os tópicos e a temática absorvidos pelos versos refluem travestidos da função narrativa, historiográfica ou meramente de juízos interpretativos ou críticos. Ler a prosa de Murilo Mendes é desfrutar de um modo muito original de descrever, selecionar e definir. Elipses e metáforas engrandecem os textos.

Com a competente introdução de Luciana Stegagno Picchio, publicou-se *Transistor* (Rio, Nova Fronteira, 1980), que encerra uma antologia da prosa muriliana, produzida no período 1931-1974. Assinale-se que a seleção fora efetuada pelo autor (falecido a 31 de agosto de 1975) e por Saudade Cortesão Mendes. Inclui *Carta geográfica* (1965-1967), *Tempo espanhol* (1966-1969) e *Janelas verdes* (1970), inéditos até então. Mais ainda: acrescenta a 2ª série, inédita, de *Retratos-relâmpago* (1973-1974), *A invenção do infinito* (1960-1970) e *Conversa portátil* (1931-1974). Portanto, uma ressurreição apoteótica de Murilo Mendes.

Não é fácil ao leitor separar os domínios de sua poesia e da sua prosa, dado o processo de sua estruturação textual, cuja racionalidade e rigor crítico são permanentemente sacudidos por agitações da insanidade e do caos. Da longa viagem pelo Surrealismo, Murilo Mendes trouxe um descompromisso meio teatral com a compostura e certo visionarismo anárquico sobre a vida.

Paradoxal combinação de forças descontroladas do espírito. De um lado, um Murilo Mendes católico, apostólico, romano, um cren-te irredutível em suas convicções religiosas, um militante da implantação de Cristo no planeta. Numa carta a Emílio Moura, de 31 de outubro de 1936 (“Na Vigília de Todos os Santos”, como escreve no pórtico superior), Murilo Mendes nada mais faz que vibrante apostolado em prol da conversão do destinatário. Aponta o caminho da Igreja para o poeta amigo e tece demorado discurso de catequese. “Porque não usa você a minha experiência?”, indaga. E acrescenta: “Estou à sua disposição. Nada valho por mim mesmo, mas tenho atrás de mim a sombra formidável da Igreja Católica, mestra infalível da Verdade.” Mais conservador, impossível.

De outro lado, a prática da vida o leva aos recantos do protesto contra a vida burguesa, à indignação cívica e à militância na seara surrealista, quando esta se confundia com os movimentos revolucionários da esquerda política. Daí ter-se Murilo juntado, na década de 20, a alguns amigos para adaptar-se à visão de mundo supra-real. Motivo para o conceito com que José Guilherme Merquior ilustra a “Introdução lírica à poesia de Murilo Mendes”, em prefácio à *Antologia poética* de Murilo Mendes organizada por João Cabral de Melo Neto: “Um cristão, porém, do lado da esperança, muito mais que da crença.”²

Tomemos, pois, *Transistor*. Entre os retratos-relâmpago sobressai o de Ezra Pound, controvertida personagem. Diz, em dado momento: “A descontinuidade e falta de estrutura de seus poemas – segundo al-

² Brasília, Fontana / MEC, 1976. Cit., p. xxii.

guns críticos impertinentes – talvez provenham da sua intuição do valor positivo do silêncio: em toda grande poesia, como em toda grande música, há que captar a força do silêncio. E não será a palavra a metáfora do silêncio? A *alusão* – recurso poético que procede de Mallarmé – acha-se plantada na pessoa de Pound tanto quanto nos seus textos.” (p. 201). E, adiante, prossegue em lúcida e erudita avaliação: “Volto para casa meditando na crise do mundo atual. Na crise da poesia analítico-discursiva. Na crise da poesia concreta. Na crise da aventura do homem, na desintegração do sagrado. No erro crítico que consiste em taxar de humano somente o que vem da sensibilidade e do instinto, separando o humano do intelectual.” (p. 203)

Como tudo o que saiu da pena de Murilo Mendes, o drama pessoal se mescla aos conceitos gerais. Daí ser possível extrair, dos trechos da prosa, a essência do seu pensamento e da sua poética. Veja-se o que disse acima, a propósito de Ezra Pound. O texto é de 1971.

Enaltecer a excelência das obras de Murilo Mendes representa, também, limitar o impulso de colher evidências, pois o poeta-prosador é de tal forma insinuante que, no concerto de suas noções e achados, melhor será referir por alto do que transcrever. Por exemplo, no retrato-relâmpago de Pierre-Jean Jouve o que se salienta é a perfeição do perfil. Mas, aos poucos, o que se tem é uma contribuição preciosa acerca do próprio Murilo Mendes, seu modo de ser e de pensar. Daí insistirmos em que o retrato do poeta se compõe, em grande parte, das opiniões que transmite acerca dos escritores, músicos e artistas que admira. De Jouve retém o lado psicanalítico, que completa a visão surrealista, os confrontos da vida e da morte e a suspeita da tragédia de 1939. Murilo Mendes é capaz de sínteses admiráveis: “Para Jouve o inconsciente é *motor de poesia*. Impossível separar o sexual do espiritual.” Ao enumerar as qualidades do retratado, Murilo Mendes se põe inteiro, como, por

exemplo, na afeição por Mozart, “um intérprete das forças totalitárias de Eros, um antídoto contra a vulgaridade da vida moderna; aquele que nunca separa a dimensão trágica da feérica” (p. 207). Retrato-relâmpago de 1971. A sacralização de Mozart pode ser vista na visão de “Salzburgo” da *Carta geográfica*, onde o músico é tratado como “Ele”, como um Deus.

O mesmo acontece com outros retratos. O de Cocteau, por exemplo, visto com olhos complacentes, mas, ao mesmo tempo, crítico: “As experiências de Cocteau cineasta e pintor não me convencem.” (p. 210).

Admiração saudável é a que destina a Guimarães Rosa. Prosa-poesia para anunciar, por exemplo, a morte do escritor: “Estoura a retrovoadá, manifesta-se a sinistra palavra infarto, explode-lhe o coração de dez andares.” Depois de evocar autor e obra, Murilo Mendes literatiza: “Silêncio esdrúxulo que interrompe o martelar da araponga.” (p. 212)

Entre os santos do oratório do poeta mineiro, um dos mais rezados é Giorgio de Chirico, em cuja pintura Murilo Mendes se inspirou. Pintura “... contra o domínio da mecânica, contra a predominância da razão, contra certos postulados da civilização burguesa” (p. 218). Outra inspiração foi Max Ernst. Quando diz de Chirico, diz do primeiro, pois o segundo não interessa tanto, uma espécie de personagem bufa, “rival de Dalí”.

Tudo, na vida mental, integra a biografia? Pelo menos nos estados de êxtase ou de estesia, relatados por Murilo Mendes, poeta cuja base são as epifanias. Assim, ao narrar seu contato com Nijinski, parte para o registro impressionista e, por último, apela para a memória dos apogeus: “Prossegue o diálogo sonho-realidade. Sete anos anteriormente eu participaria do cometa de Halley, quatro anos depois descobri o prodígio Ismael Nery, Nijinski da conversação, e o choque Mallarmé” (p. 226). Retrocedendo um pouco,

lembramos que Murilo Mendes, quando flagra Jean Arp, comenta, na linha do argumento que desenvolvemos: “Mas todas as verdadeiras criações do espírito, mesmo as aparentemente impessoais, mesmo uma equação de Einstein, não se resolvem afinal em autobiografia?” (p. 221)

Além do observador tenaz de quadros e pintores, do amante incorrigível da música, há em Murilo Mendes o viajante perfeito, capaz de estupor diante da descoberta, do grito perante o novo. A inteligência descritiva do poeta-prosador se apóia no pressuposto de que a beleza está pousada em tudo. Basta o olhar curioso para fazê-la saltar.

A beleza lhe é também um ato de inteligência e de conhecimento acumulado. Já se disse que as viagens são como certas estalagens espanholas em que cada um se alimenta do que leva. As visitas de Murilo Mendes, então, parecem um itinerário de esplendores. A Grécia seja exemplo. “Qual seria a verdadeira informação sobre o país que inventou o diálogo? O certo é que a Grécia, talvez devido à elasticidade dos símbolos e do mito, sempre nos escapa” (p. 233). Adiante reflexiona: “Direi que a cidade consiste na Acrópole, e nos museus? Esquecerei o elemento mais vivo de Atenas e de toda a Grécia, a luz que, nos redimindo de muitas culpas, consegue nos subtrair à idéia dissonante da morte?” (p. 233)

Na viagem é que mais se aguça a energia do olhar. E no interior da mente se processam as analogias e os contrastes, as articulações metafóricas que galvanizam o texto. Exemplo: quando o poeta intitula o texto, “A Holanda”, já tem no espírito Mondrian (não, ainda, Bosch, Rembrandt, Van Gogh ou, longinquamente, Vermeer) pela consonância de sua obra, sua precisão medida, com o gênio da planificação do homem holandês.

Poeta-prosador sensível, Murilo Mendes se abasteceu, nos simbolistas, da sensibilidade múltipla, que provoca e mistura os senti-

dos, no jogo sempre lembrado das correspondências. Ao dizer de Haia, não deixa de confessar: “Recordo-me que na minha infância eu queria não tocar música, mas tocar a música. Assim começou minha iniciação a esta arte. Pois não é com as mãos, a boca e até mesmo os pés, que executamos?” (p. 257). O poeta desenvolve, portanto, o conceito de música tangível.

Letras, música, artes... tantas afinidades estéticas. Mas não escapou a Murilo Mendes o poder persuasivo da dança. Já dissemos do fenômeno Nijinski. E o flamengo? “Constituí talvez a técnica de canto e dança mais contagiosa, humana, terrestre, obtida com economia de meios”, diz (p. 311) numa página insuperável acerca da dança espanhola.

Na obra *Janelas verdes* Murilo Mendes passeia por Portugal e traz-nos, fundos, os elos culturais que nos inauguraram para a atividade culta. Ao discorrer sobre as janelas numerosas de Guimarães, não lhe escapa o comentário arguto: “Abrindo o povo tantas janelas, quer dizer (suponho) que é arejado, ama a vida, a comunicação.” (p. 331)

Homem de tantos relacionamentos e de experiência intelectual ilimitada, Murilo Mendes não se recusa a desdenhar o século XX (incapaz, a seu ver, de construir grandes praças) e a lamentar o processo de banalização da cultura a que a automação e o espírito burguês levaram a civilização contemporânea. E, ao considerar Vila Real de Santo António, introduz o comentário, entre irônico e desencantado: “Saboreio o anonimato. Não me refiro ao meu anonimato, pois em grande parte do mundo, a começar por Juiz de Fora, sou anônimo.” (p. 355)

A fragmentação é um dos fortes procedimentos de Murilo Mendes. Coisa antiga na sua obra. *Transistor* reproduz aforismas de *O discípulo de Emaús* (1945). É daí que escolhemos, como significativo, o de nº 651, pois compreende perfeitamente os dois pilares da

obra do poeta, a tradição e a ruptura: “Recolhamos da tradição o que é espiritualmente vivo e queimemos suas forças caducas.” E talvez para reforçar o poder órfico da criação literária, medita sobre a grandeza da imaginação demiúrgica: “Só não existe o que não pode ser imaginado.”

É no capítulo final de *Transístor* que se publica “Conversa portátil”, do qual destacamos o poema cujos versos se dispõem separados por barras, talvez o mais ousado manifesto existencialista do poeta, calcado numa litania isomórfica, anafórica, que acaba concentrando seu poder emocional e informativo no verbo final (como se estruturado ao modo do período latino): “Para conhecer os motivos da morte / para ser bem recebido nos seus átrios e participar das grandes festas da sua fome / para distinguir os esqueletos cultos dos ditos analfabetos, os mansos dos cruéis, os raffinés dos grosseiros / para desvelar os textos do Livro dos mortos guardados por Osíris nas pirâmides nucleares / para tocar a flauta mágica / para concluir a palavra / para decifrar o rito do touro / para romper com Rimbaud o pão de pedra / para ler novos cânticos de Dante / para defrontar Helena de Tróia / para desmontar o tempo / para completar minha cota terrestre

existo.” (p. 403)

O outro destaque vai para o conjunto de apólogos que têm escritores e artistas amigos em evidência, os “Mortos-vivos”, de que o sobre Graciliano Ramos no pareceu o mais original:

“ – Graciliano, no Nordeste do outro mundo tem água?

“ – Água não falta. O que falta é vontade de beber.”

Parece-nos que o chiste tem origem num trecho das *Memórias do cárcere* em que Graciliano Ramos observa que, no Estado Novo, a censura não caía fortemente sobre a produção literária, mas o que matou foi a vontade de escrever.

Aí está o Murilo Mendes de *Transistor*, título original, com a sua carga simultânea de modernidade e ironia. Certa vez, em Princeton, EUA, onde estivemos exilado em 1971, convivemos com o físico brasileiro Jaime Tiomno, igualmente exilado, que lá chegara para integrar uma equipe que estudava os “buracos negros”. Em certa ocasião ele explicou-nos a razão pela qual a então URSS perdera a corrida espacial para os Estados Unidos. É que o Partido Comunista, intrometendo-se na Ciência, vetara o uso de transistores na fabricação dos computadores por serem “material burguês”. E os russos trabalhavam com computadores de várias toneladas, pesados demais para as aventuras espaciais. O nosso Murilo Mendes, diversamente, usou a leveza da prosa contida, aguda e agressiva, para elaborar os textos do seu *Transistor*, variante da poesia polifacetada, anarcosurreal, com que declarava o amor às artes, o primado do espírito, o protesto engajado, o grito anti-fascista e o culto de Eros, ora abrindo-se ao sublime, ora mergulhado no grotesco. Espécie de loucura dirigida ou de pragmatismo inconsciente. O certo é que o enigma deste mundo ganhou, com a obra de Murilo Mendes, um extenso e extraordinário desdobramento na linha do esplendor e da cintilação. Sua prosa lembra um poliedro, assim como a poesia se assemelha a uma fotomontagem.

Ismael Nery, *Auto-retrato* – c. 1930
Óleo s/madeira – 62 x 47,5 cm
Coleção Gilberto Chateaubriand –
MAM RJ



Poesia e prosa de Murilo Mendes: Exemplos

~ Poemas de *O visionário*

A MULHER DO DESERTO

A mulher de areia
Penteia os cabelos de folhas de palmeira,
Estende as mãos de cardo
Pedindo água,
Depois descansa as mãos de cardo
Na humildade da pedra.

A mulher do deserto
Pensa nos seus amores infelizes,
Pensa nos seus amores
Que se evaporam quando o sol nasceu.
Depois não pode mais pensar
Porque o tempo é pouco para pedir água.

A FILHA DO CAOS

O rio da noite banha
O alicerce das tuas pernas;
Andam brutos e assobios
Na curva, pra te cercarem;
Levanta o arco do corpo,
Sacode a aura sublime
Dos teus sovacos molhados,
Muda o rumo das estátuas,
Manda a criação se deitar...

Das nuvens do teu passado
Quem teus seios deslocou?
Quando surgiste na onda
Teu corpo logo assumiu
Uma feição quase eterna;
Os braços quando se movem
Chamam o júízo final,
Os mortos te obedeceram,
Vêm no cortejo do vento,
Mas a música reclama;
Para a consciência do som
Fizeste a ponte azulada,
Até os próprios gigantes
Palpitaram, desmaiaram,
Transformaram-se em meninos
Pra poderem te abraçar.

Que tens o peso da pedra
E a transparência da onda,

A fremência do cavalo
 E o cheiro... que nenhuma tem;
 Negra floresta, profunda,
 Adormece em teus pentelhos;
 Assisto em ti à alvorada,
 À tempestade e ao crepúsculo,
 Ao movimento e ao repouso...
 Que nem Deus terá coragem
 De penetrar em teus sonhos!
 Cuspirás no meu cadáver,
 Do cuspo saem rajadas
 De granizo, que destroem
 Este mundo e a Criação.

~ *De A poesia em pânico*

CONHECIMENTO

A marcha das constelações me segue até no lodo.
 Estendo os braços para separar os tempos
 E indico ao navio de poetas o caminho do pânico.
 Quem sou eu? A sombra ambulante de meus pais até o primeiro
 homem,
 Quem sou eu? Um cérebro deixado em pasto aos bichos,
 Sou a fome de mim mesmo e de todos,
 Sou o alimento dos outros,
 Sou o bem encarcerado e o mal que não germina.
 Sou a própria esfinge que me devora.

VIVER MORRENDO

Eu preciso da paciência dos prisioneiros
Que há vinte anos olham o azul através das grades.
Preciso da esperança de Maria
Sentindo no seio a germinação do Salvador do mundo.
Preciso me revestir da estabilidade da pedra
Para ver o movimento imóvel, o deserto sem cardo...

O ÁTOMO

Agasalha-me à sombra do teu corpo.
Aninha-me entre teus seios,
Aquece-me no calor do teu ventre.
Coisa ínfima, quero ficar perto de ti:
Pássaro que fugiu da tempestade.

Eu sou uma moeda que Deus deixou rolar no chão.

~ De *As metamorfoses*

1999

Estrelas em fragmentos rolarão sobre mim.
Retratos de belas dançarinas serão levados pelo vento
Até a cova rasa em que descanso.
Ninguém pode morrer, que a flor não deixa,
A sombra da árvore não deixa, a pedra e a cruz não deixam.

Tudo começa de novo e existe para sempre.
Eu amei todas e todas me amaram sem saber.
A semente de trigo deu a volta ao mundo
E se levanta em hóstia sobre minha alma seqüestrada.

Rio, murmura como no primeiro dia da criação,
Cometa, surge de novo me incorporando ao céu,
Operário, transmite no espaço o coro da humanidade.
Eis que venho sobre as nuvens.

Tocam-se o fim e o princípio:
FIAT LUX outra vez.

ESTUDO PARA UM CAOS

O último anjo derramou seu cálice no ar.

Os sonhos caem na cabeça do homem,
As crianças são expelidas do ventre materno,
As estrelas se despregam do firmamento.
Uma tocha enorme pega fogo no fogo,
A água dos rios e dos mares jorra cadáveres.
Os vulcões vomitam cometas em furor
E as mil pernas da Grande dançarina
Fazem cair sobre a terra uma chuva de lodo.
Rachou-se o teto do céu em quatro partes:
Instintivamente eu me agarro ao abismo.
Procurei meu rosto, não o achei.
Depois a treva foi ajuntada à própria treva.

A DAMA BRANCA

Ei-la que surge, taciturna,
Anunciada pelos grandes candelabros que se tocam.
Soam tambores nas nuvens,
Cruzam-se mortos no céu.

O longo vestido branco
Ocupa a linha inteira do horizonte.
Através de gerações e gerações
As mães transmitem às filhas durante o noivado
A idéia do vestido que os bichos do campo teceram.

Ela vem para mim,
Para todos os que admitem vê-la.
Traz o diadema que a separa do comum das mulheres:
Distribui sonhos entre os pobres
E punhais entre os ricos.

Eu a vi, na noite transparente e sem febre,
Quando um clarão ambíguo indicava seu corpo,
E formas desnudas empurravam a lua.

Desde então que percorro arfando o mundo,
Vazio de mim mesmo sem me ver.

~ *De Mundo enigma*

POEMA BARROCO

Os cavalos da aurora derrubando pianos
Avançaram furiosamente pelas portas da noite.
Dormem na penumbra antigos santos com os pés feridos,
Dormem relógios e cristais de outro tempo, esqueletos de atrizes.

O poeta calça nuvens ornadas de cabeças gregas
E ajoelha-se ante a imagem de Nossa Senhora das Vitórias
Enquanto os primeiros ruídos de carrocinhas de leiteiros
Atravessam o céu de açucenas e bronze.

Preciso conhecer meu sistema de artérias
 E saber até que ponto me sinto limitado
 Pelos sonhos a galope, pelas últimas notícias de massacres,
 Pelo caminhar das constelações, pela coreografia dos pássaros,
 Pelo labirinto da esperança, pela respiração das plantas,
 E pelo vagido da criança recém-parida na Maternidade.

Preciso conhecer os porões da minha miséria,
 Tocar fogo nas ervas que crescem pelo corpo acima,
 Ameaçando tapar meus olhos, meus ouvidos,
 E amordaçar a indefesa e nua castidade.
 É então que viro a bela imagem azul-vermelha:
 Apresentando-me o outro lado coberto de punhais,
 Nossa senhora das Derrotas, coroada de goivos,
 Aponta seu coração e também pede auxílio.

~ De *Poesia liberdade*

OFÍCIO HUMANO

As harpas da manhã vibram suaves e róseas.
 O poeta abre seu arquivo – o mundo –
 E vai retirando dele alegria e sofrimento
 Para que todas as coisas passando pelo seu coração
 Sejam reajustadas na unidade.

É preciso reunir o dia e a noite,
 Sentar-se à mesa da terra com o homem divino e o criminoso,
 É preciso desdobrar a poesia em planos múltiplos
 E casar a branca flauta da ternura aos vermelhos clarins do sangue.

Esperemos na angústia e no tremor o fim dos tempos,
Quando os homens se fundirem numa única família,
Quando ao se separar de novo a luz das trevas
O Cristo Jesus vier sobre a nuvem,
Arrastando por um cordel a antiga Serpente vencida.

~ *De Tempo espanhol*

NUMANCIA

Prefigurando Guernica
E a resistência espanhola,

Uma coluna mantida
No espaço nulo de outrora.

Fica na paisagem térrea
A dura memória da fome,

Lição que Espanha recebe
No seu sangue, e que a consome.

AS CARPIDEIRAS

(PINTURAS DO SEPULCRO DE DON SANCHO SAIZ
CARRILLO. 1300. MUSEU DE ARTE ANTIGA, BARCELONA)

Altas e agudas flechas espanholas.
Não chorais agora apenas
O cavaleiro estendido no chão:
Chorais árida Espanha abatida.

Flechas também dobradas,
Chorais a vida abatida.
Manifestais, não a máquina da dor,
Mas a dor já rarefeita
Na arquitetura dos corpos herméticos,
Nas listas terrosas e negras
Dos vestidos.

Mulheres contidas
Que uma plástica esquemática
Ordena em rigor: de Espanha
Lamentais a vida abatida.

Prosa de Murilo Mendes

~ De *Retratos-relâmpago*

GRACILIANO RAMOS

Encontrei muitas vezes Graciliano Ramos. Admirava naturalmente o escritor pela severidade e precisão do estilo, seu dom criador de personagens concretos, sua denúncia das falsas estruturas sociais, estimando também o homem pela independência e franqueza de suas polêmicas atitudes, embora às vezes temperamentais ou desagradáveis. Segundo tentei defini-lo num página do meu livro *Convergência*, era

Brabo. Olho-faca. Difícil.



Quando inspetor federal de ensino secundário no Rio, Graciliano foi em certa época designado para exercer essa função no Colégio de São Bento. Decretada pelo governo Dutra a ilegalidade do Partido Comunista, o escritor procurou o prefeito do colégio, declarando que ia tratar da sua transferência a fim de não constranger os monges. Pediram-lhe então que continuasse a trabalhar em São Bento onde era muito estimado: Graciliano concordou.



Um dia realizou-se no mosteiro o ato da investidura do novo abade Dom Martinho Michler, que iria continuar a obra iniciada por Dom Tomás Keller, de transformação da mentalidade dos noviços

segundo o espírito da Igreja primitiva e da Igreja moderna. Tal cerimônia dura umas três horas. O templo achava-se repleto de fiéis. De repente distingui num canto Graciliano, em pé, seguindo o desenrolar do ofício no livro com o texto litúrgico próprio do ato. Fiz-lhe sinal que viesse ocupar o posto vago perto de mim; resistiu ao apelo, firme, em pé durante todo o tempo que durou a cerimônia. Terminada esta, seguiu-se-lhe, de acordo com a tradição hospitaleira da Ordem Beneditina, um almoço festivo no amplo refeitório; nós dois sentamo-nos à mesa dos hóspedes, ornada de palmas e gravatás. Serviram-se bons vinhos portugueses.



O fato intrigou-me. Apreciaria Graciliano a linha de rigor e precisão estética da missa pontifical que, entre outros, o acatólico Mallarmé admirava, tanto assim que lhe dedicou uma grande página das *Divagations*? Dias depois, encontrando-o na Livraria José Olympio, perguntei-lhe frontalmente o motivo da sua atitude: o fato de ele, um materialista, assistir com tanta atenção àquela cerimônia, acompanhando-a no texto latino-brasileiro, e de pé durante três horas. Ele me respondeu que no fundo era espiritualista, tendo aderido ao marxismo por julgá-lo a única doutrina capaz de colocar na sua justa dimensão o trabalhador brasileiro. “Detesto a burguesia e seus partidos, detesto esses políticos safados, patifes, canalhas que só querem saber de dinheiro e nada mais”, brontolava, mascando o infalível cigarro e levantando o braço polêmico. Acrescentou que tendo perdido na mocidade um ente queridíssimo pensara em entrar para um convento, talvez franciscano; mas abandonou o projeto devido a fortes dúvidas sobre a imortalidade da alma. Confiou-me ainda que se houvesse no Brasil um partido cristão, sério, bem organizado, possivelmente ingressaria nele. Eis o que me informou tão imprevistamente o autor de *Vidas secas*.

Minha primeira reação ao regressar do encontro foi de espanto e surpresa. Depois cáí em mim: por que admirar-me daquele fato? Como se eu não tivesse lido muito, absorvendo-os, Dostoievski, Freud, Stevenson, Pirandello, Kafka, não tivesse vivido experiências de sondagem nas profundezas do ser humano com sua capacidade de desdobramento. Seria Graciliano um rígido ‘materialista’? Seria eu um rígido ‘espiritualista’? Antes mesmo daquela época eu já começara a duvidar dos esquemas e da versão oficial da nossa natureza, inclusive as autoversões. Agora então que me aproximo a passos largos da palavra eternidade – com ou sem direito a uma segunda vida – sinto se descolarem dia a dia as cômodas etiquetas que reciprocamente nos aplicamos, enquanto subsiste o enigma da nossa verdadeira identidade que talvez de resto nunca poderemos decifrar.

Em torno de um poema de Murilo Mendes

NELSON SALDANHA

No livro *Mundo enigma*, de Murilo Mendes, inclui-se o “Poema barroco”, que considero – desde que o li, em plena juventude – um dos maiores poemas da língua portuguesa.

O poema, onde me parece existir algo de Jorge de Lima (um parente literário de Murilo), revela uma profunda força, um poderoso latejar de imagens, algo que transparece na impressionante unidade da peça. Unidade que existe apesar da variedade de imagens tão própria do autor.

De fato a poesia de Murilo Mendes apresenta uma às vezes desconcertante (ou ao menos perturbadora) sucessão de alusões, que são configurações e representações mas também nuances trazidas pela adjetivação: um surrealismo que foi certamente da época, mas com traços expressionistas atenuados pela religiosidade do poeta. Essa religiosidade (que também se encontra em Jorge de Lima) atravessa os poemas de Murilo Mendes como um *basso continuo*, um passar quase silencioso mas não imperceptível.

Professor da
Universidade
Federal de
Pernambuco.

O “Poema barroco” começa abrupto, lembrando o início da Sinfonia nº I de Sibelius, com acordes que desabam e recomeçam. Digo conscientemente “desabam”, porque o poema se abre com estes dois versos:

*Os cavalos da aurora derrubando os pianos
Avançam furiosamente pelas portas da noite.*

A aurora não é aí uma iluminação inaugural, mas quase uma violação: ela faz desabarem as portas e entra pela noite. Derruba pianos: um instrumento pesado, difícil de ser derrubado, mas ao mesmo tempo profundamente musical.

Adiante aparecem “relógios e cristais de outras épocas”; sempre o agudo sentido do tempo, em um poeta que pensava em coisas intemporais como os anjos e o próprio Deus. E aparecem “cabeças gregas”: o poeta se orna com elas, mas ajoelha-se diante da imagem de Nossa Senhora das Vitórias. A alusão à Virgem convive, porém, de pronto, com carrocinhas de leiteiros, e há um “céu de açucenas e bronze”.

Esta comovedora união do frágil com o forte revela a ambigüidade que habita o espírito do poeta, ansioso por firmezas e certezas, mas enormemente sensível às coisas precárias, perecíveis e inermes. Nestas residem significações que o poema precisa detectar e recolher, antes que cessem. Daí a associação, na terceira estrofe, entre preocupação com suas próprias artérias (o sangue: precariedade e, entretanto, presença decisiva) e o esforço de suportar o mundo. Suportar as más notícias mas também os sonhos e as constelações. Os sonhos “a galope”, note-se, retomando a imagem do avanço dos cavalos da aurora.

E mais:

Preciso conhecer os porões da minha miséria.

Tema pascaliano, por certo (*misère de l'homme*), a miséria como fraqueza e afinal como finitude. Confusa disposição, a de vasculhar porões existenciais, tanto mais que poucos versos antes – na citada estrofe terceira – o poeta mencionava (talvez uma expressão-chave) o “labirinto da esperança”.

A estrofe final constitui um *detour*:

*É então que viro a bela imagem azul-vermelha:
Apresentando-me o outro lado coberto de punhais
Nossa Senhora das Derrotas, coroada de goivos,
Aponta seu coração e também pede auxílio.*



Deixei de transcrever o poema inteiro, o que poderia ter feito ao início, por supor que os leitores de Murilo Mendes o conhecem, e para dar a este texto um sentido autônomo. Mas no seu conjunto é que o poema possui seu encanto, estranho encanto, como peça que se destaca entre os poemas do livro e, entretanto, confirma o *modo* do autor, o tipo de imagens que usa, o ‘clima’ emocional a que corresponde sua poesia. Não se trata de poesia ‘elaborada’ como experimento verbal, nem construída como fuga: evitar isto, evitar aquilo. A poesia de Murilo Mendes brota e flui, o que não quer dizer que não revele um trabalho, uma artesanía consciente, uma concentração e uma competência. Ela exprime um constante diálogo com as coisas, que não são apenas coisas, objetos inertes: são entidades cujo significado as torna vivas. Diálogo com símbolos, com figuras que saem de

dentro do poema antes mesmo de escrito, como a confirmar o que escreveu uma vez Benedetto Croce: que o ponto crucial da criação artística é aquele em que o artista concebe a forma a ser dada à obra. Murilo Mendes revive intensamente, em seus poemas, sua experiência essencial. Ocorre lembrar Dilthey, quando escreveu, em sua *Poética*, que a criação poética deve basear-se na força das vivências. Não por acaso as gerações seguintes à de Dilthey utilizaram largamente a idéia da vida, e com ela a da vivência, ou seja, a experiência entendida em sua profundidade pessoal.

As imagens, na poesia de Murilo Mendes, apresentam uma variedade que pode parecer caótica, mas que em realidade se conduz como uma consciente diversificação de elementos: dos mais banais, tirados do cotidiano, aos místicos e transcendentais. Alusões a Deus e à noite, bem como à guerra, a esqueletos de atrizes, aos jornalheiros. Tudo isto traça um mundo, ou seja, retraça o mundo nos termos do poeta, sempre impressionado com notícias de bombardeios, com a eternidade e com os anjos. O mundo reescrito, a poesia como um relatório, e ao mesmo tempo como uma reinvenção. Diria mesmo, como um palimpsesto, sempre recoberto, sempre mudado pela superposição das palavras, que é a superposição das vivências.

Volto, para concluir, ao “Poema barroco”. Ele constitui a meu ver o ponto mais alto de *Mundo enigma*. Nele se encontram de modo exemplar as características da poesia do autor. A mim me parece ver e ouvir a passagem dos “cavalos da aurora”, violando a noite (a noite que tanto aparece em Murilo), violando as portas, que são limites; e com a chegada da aurora aparecem as carrocinhas dos leiteiros. Tudo são inquietações que o poeta flagra, inclusive dentro de si mesmo. E afinal, a imagem de Nossa Senhora das Vitórias, diante da qual o poeta se havia curvado, apresenta sua outra face, a das Derrotas, que “também pede auxílio”.

O barroco da profusão de imagens, colocadas durante o poema como acúmulo de inquietações, converge para um ponto inesperado: a própria santidade, a própria divindade posta em crise e entregue à contingência.



Disco de Faístos, Creta

Museu do Louvre, Paris

Datado do século XVII a.C.

São 45 signos representando figuras de animais e objetos da vida cotidiana.

Supõe-se que a leitura comece da borda para o centro.

Diretrizes do culturalismo

MIGUEL REALE

Assim como se diz que o século XIX foi o século da história, pode-se dizer que o século XX foi o século da *cultura*, o que assinala relevante progresso na compreensão do ser humano. É preciso, contudo, esclarecer em que sentido está sendo feita por mim essa afirmação.

A palavra “cultura” é, com efeito, rica de significados, a começar pelo mais genérico, relativo à nossa capacidade de utilização dos recursos naturais, como se dá, por exemplo, no caso da agricultura. Quando, porém, se cuida dos valores da sensibilidade e do intelecto (*cultura animi*), empregamos o termo cultura para indicar o saber ou o conhecimento indispensável ao acesso a formas superiores de vida. Foi Cícero quem, pela primeira vez, fez a distinção entre *cultura agri* e *cultura animi*, quase como uma síntese das civilizações grega e romana, esta mais apegada a valores pragmáticos, aquela mais inclinada aos valores do espírito.

Era natural que de uma compreensão, por assim dizer subjetiva da cultura, se passasse a indicar, com a mesma palavra, o conjunto objetivo de bens artísticos, científicos, técnicos, etc., resultante de nossa ati-

Miguel Reale é jurista, professor, ensaísta. Sua bibliografia fundamental abrange obras de Filosofia, Teoria Geral do Direito, Teoria Geral do Estado e estudos de Direito Público e Privado. É o fundador da *Revista Brasileira de Filosofia* (1951) e presidente do Instituto Brasileiro de Filosofia.

vidade criadora. Finalmente, após terem os antropólogos estudado a cultura ou civilização dos povos primitivos, a palavra cultura adquiriu uma significação ainda mais extensa, servindo para indicar tudo aquilo que o ser humano, valendo-se da capacidade que lhe é própria, veio constituindo como patrimônio histórico da espécie, transmitido de uma geração às outras, desde o machado de sílex dos ‘selvagens’ às mais poderosas realizações da arte e da ciência contemporâneas, sem esquecer o aprimoramento mesmo da mente e a extensão dos poderes da sensibilidade, da inteligência e da vontade, em virtude dos prodigiosos instrumentos de comunicação de que dispomos.

Ora, como toda luz tem sua sombra, também o processo cultural gera valores negativos, desvalores em todos os setores da vida individual e coletiva, pois não deixa de pertencer também à história e à cultura a sociedade em que vivemos, em continuidade ou em conflito com as sociedades do passado. Não deve, por conseguinte, causar estranheza que nos países mais cultos surjam formas insuspeitadas de violência e de criminalidade, o que prova que não somos nem bons nem maus por natureza ou por cultura.

Eis aí, em palavras pobres, o quadro global da ‘cultura’ que apontei como característica primordial do século passado, o mais violento e revolucionário de todos os tempos, por sinal que condicionado por dois conflitos bélicos universais que ocuparam a sua primeira metade, projetando seus efeitos até nossos dias, com a Queda do Muro de Berlim de permeio, após os genocídios nazista e soviético, ambos igualmente atroz, muito embora se costume esquecer ou perdoar o praticado pelos comunistas...

É compreensível que a humanidade tenha tardado a adquirir consciência de seu *ser* como *cultura*, ou do *ser* como *dever ser*, isto é, como o mundo de valores e desvalores espirituais e materiais que o homem veio experienciando lentamente à sua imagem e semelhança, ainda mesmo quando julgava o estar construindo à imagem de Deus ou da natureza.

Do sentimento perene do divino, raiz da religiosidade, segundo o papa João Paulo II, andou divorciada a ciência de nosso tempo. Na re-

cente encíclica *Fides et Ratio*, emanada na véspera de seu vigésimo ano de pontificado, o pontífice vai além, proclamando que o divórcio é até mesmo entre ciência e filosofia, porquanto esta teria abandonado a meditação dos problemas fundamentais sobre o *ser* e sobre o *homem*, para se contentar com a análise minuciosa dos problemas da linguagem, cuidando os pensadores com afinco das técnicas de comunicação e informação, sem atentarem para aquilo que se comunica e se informa.

Não creio se possa negar razão ao grande papa de nosso tempo, porque, efetivamente, filósofos há que, a meu ver, estão enroscados na teia de aranha dos problemas lingüísticos e semióticos, sem darem a menor atenção, não digo às questões religiosas, mas também aos problemas éticos, estéticos ou históricos, pondo-se, desse modo, à margem dos problemas essenciais do homem.

Eis aí uma perspectiva antiga que ressurgue, em nossa época, com foros de novidade, porquanto, após um período de exaltação da existência, sob múltiplas formas de existencialismo, sucedeu uma fase de predomínio exclusivo de questões de ordem formal. Até mesmo os juristas, sempre sensíveis em relação aos problemas éticos, esvaziaram a Filosofia do Direito de seu conteúdo axiológico, para somente dar realce, não ao normativo *quo tale*, mas às vestes extrínsecas da normatividade.

Outro problema que está a merecer renovado interesse é o de relação da natureza com a cultura, antes no centro dos estudos humanísticos. No meu entender são quatro os momentos fundamentais no multimilênar relacionamento do homem com a natureza. O primeiro, o mais longo, é o da subordinação passiva da nossa espécie às imposições da natureza, não faltando, é claro, o seu reflexo no plano filosófico até hoje, sob todas as formas possíveis de ‘naturalismo’, prevalecendo a idéia de que a sabedoria consistiria em “obedecer à natureza”. Ainda há poucas semanas, um famoso biólogo asseverou, dogmaticamente, que nossa vida interior – quer se denomine alma, consciência ou espírito – não é senão o resultado de meros condicionamentos celulares, sendo o cérebro o órgão desse processo puramente material.

Em um segundo momento, porém, houve homens que se deram conta de seu poder próprio, irredutível ao determinismo naturalista. Lembro-me, mais uma vez, de Cícero, que, fiel ao voluntarismo de sua gente, contrapunha-se ao naturalismo dos estóicos, afirmando: “*est aliquid etsi in nostra potestate*”, algo existe, todavia, em nosso poder de querer.

Dando grande salto na história das idéias, diria que coube a Kant revelar com segurança o valor do *eu* perante a realidade natural, mostrando, com sua “revolução copernicana” (uma virada de 180° no plano do conhecimento), que, para conhecer, não há *adequatio rei ac intellectus*, ou seja, não nos adequamos aos objetos, mas são estes que são constituídos como tais em virtude do poder legislador ou nomotético da mente. Haveria, assim, condições subjetivas ordenadoras ou legisladoras da realidade, as chamadas “condições transcendentais”. Creio que essa mudança radical na esfera do conhecimento permitiu ir além de Kant através de Kant, digamos assim, para compreender-se melhor como o ‘natural’ se converte em ‘cultural’, ao envolver tanto quem pensa como aquilo que é pensado e se torna elemento e fator de nosso agir.

Pois bem, em um terceiro momento, houve exagero na consideração da natureza como o ‘pólo negativo’ do conhecimento, até o ponto de Hegel, continuador de Kant, dizer que o espírito está ‘alienado’ enquanto não se liberta da natureza, superando suas leis causais. Tobias Barreto, pensador sergipano que lecionou na Faculdade de Direito do Recife, entendia que é a cultura que supera o que há de selvagem no homem, sendo “a antítese da natureza, no tanto quanto ela importa uma mudança no *natural*, no intuito de fazê-lo belo e bom”. Como no Nordeste, conforme dito de José Américo de Almeida, “a natureza é menos mãe do que madrastra”, compreende-se a visão negativa que Tobias tinha da natureza.

Já agora, abstração feita de certos ‘culturalistas’ extremados, prevalece o entendimento de que a natureza está na base da cultura, constituindo ambas um binômio incindível, o que não nos impede de reconhecer o primado do espírito e a sua irredutibilidade ao físico ou ao biológico.

O ‘culturalismo’, tal como vem sendo estudado no Brasil desde a década de 1940, e se acha em pleno desenvolvimento, compartilha desse conceito moderado de cultura. Seja-nos permitido ponderar que nessa matéria há uma contribuição minha, não recebida da filosofia alienígena: é a idéia de que a cultura não é um ente intercalado entre a natureza e o espírito, entre os fatos e os valores ideais, conforme tese de origem neo-kantiana, mas representa o correlato da natureza, sendo um ente autônomo, que abrange “*tudo o que é enquanto deve ser*”, isto é, tudo o que o homem pensa e realiza ao longo da história, visando alcançar seus fins específicos. Não será demais acrescentar que esse reconhecimento da cultura como objeto autônomo só adquire plenitude se é atribuída a autonomia ao valor, visto por mim como expressão do *dever ser* (*Sollen*) e não do *ser* (*Sein*). Não é ele um ‘objeto ideal’, como os lógicos ou matemáticos, tal como erroneamente sustentavam Max Scheler e Nicolai Hartmann, mas sim algo que se põe como fim que deve ser realizado.

Grande passo deu o conhecimento humano, a cavaleiro dos séculos XIX e XX, quando se passou da *teoria deontológica do bem* (objeto final da conduta ética) para a *teoria dos valores*, condições transcendentais de todas as objetivações intencionais do espírito, abrangendo tudo o que o ser humano pode criar, do plano filosófico ao religioso, do ético ao político, do científico ao estético, e assim por diante, o que quer dizer, aquilo que hoje denominamos *cultura*.

Daí minha afirmação de que o *ser* do homem é o *seu dever*, uma vez que ele, a um só tempo, *é e vale*, como *pessoa*, que é o valor-fonte de todos os valores, e, por conseguinte, a raiz primordial da *cultura*.

Esclarecidos esses pontos cardeais, pode-se concluir que o *culturalismo* – que veio assumir no Brasil configuração e sentido próprios – é uma doutrina que põe o conceito de *cultura* no centro de suas indagações sobre o ser humano e suas realizações, considerando-a um tema essencial da filosofia, e não apenas da antropologia, como ciência positiva das formas de vida e civilização da espécie humana desde as suas origens.

É claro que o culturalismo assume modalidades diversas, de maneira que vou me limitar a expor meu ponto de vista, apresentado em várias obras, duas das quais básicas, *Experiência e cultura* e *Verdade e conjectura*, completadas por um trabalho recente, intitulado *Cinco temas do culturalismo*.

Assim sendo, torno a insistir que, quando emprego a palavra *cultura*, não me refiro a seu sentido mais corrente, como o conjunto de conhecimentos que nos habilita a fruir de um número cada vez maior de valores materiais e espirituais, mas sim à cultura como tudo aquilo que a humanidade vem constituindo através da história, no plano da religião, das ciências, das artes, das técnicas, etc., bem como do que ela realizou e continua realizando no mundo da vida comum (*Lebenswelt*). Não é demais acrescentar que a evolução cultural se desdobra em longos períodos históricos que denominamos *civilizações*, ao longo das quais se configuram *durações* que Fernand Braudel dá o expressivo nome de *conjunturas*.

Não será exagero afirmar que, desde quando o homem adquiriu maior consciência de si mesmo e de sua posição no mundo, começou a duvidar da verdade daquilo que pensava; ou do acerto de seu modo de agir, dando, assim, nascimento, ainda que de forma imprecisa e elementar, ao que, bem mais tarde, viria a constituir, respectivamente, o domínio da ‘teoria do conhecimento’ e da ‘ética’.

Passaram-se milênios antes que se elaborassem esses dois campos de investigação. Se a ética, como teoria da conduta em razão do bem, se organizou mais cedo, atingindo um de seus pontos mais altos no pensamento de Aristóteles, a indagação sobre os limites do conhecimento humano, como uma problemática autônoma, somente surgiu na Época Moderna e, mais claramente, através de um processo cognoscitivo que vai de Descartes a Kant.

Pois bem, é com Kant, nas últimas décadas do século XVIII, que a teoria do conhecimento adquire contornos mais precisos, entendendo ele que somente pode ser considerado certo o que é verificável pela experiência, dependendo de certas *condições subjetivas*, ou seja,

de propriedades próprias do *sujeito cognoscente* como tal e que, por serem condicionantes do saber, ele as declarava *transcendentais ou a priori*, isto é, anteriores ao conhecimento mesmo. Noto que não há como confundir *transcendental* com *transcendente*, visto ultrapassar este as relações entre o sujeito cognoscente e a experiência, sendo, por isso, a seu ver, *incognoscível* (o *absoluto*).

Em última análise, a partir desses pressupostos, segundo Kant, seriam cientificamente cognoscíveis somente os fenômenos da natureza, havendo uma vinculação incidível entre *teoria da natureza* e *teoria do conhecimento*, só podendo a ética resultar de imperativos que emanam imediata e diretamente da consciência como imperativos categóricos. Por outro lado, a história, ou por melhor dizer, os fatos históricos só poderiam ser objeto de *conjeturas*, colocação esta que eu iria depois reviver, mas com outra significação, no meu livro *Verdade e conjetura*, no qual também analiso o problema da metafísica para além do mundo fenomenal.

Pode-se dizer que grande parte da filosofia, depois de Kant, se propôs a superar o impasse por ele criado entre natureza e cultura, ou natureza e história, com a exclusão da ética do plano do experienciável, o que era grave, por ficar a *liberdade humana* insuscetível de ter seu valor demonstrado ao longo do processo histórico. Daí o gigantesco esforço de Hegel no sentido de tudo englobar em sua concepção monista e dialética da história, na qual “o que é real é racional e o que é racional é real”.

No meu entender, superado o monismo hegeliano, por sinal que convertido por Marx em materialismo histórico, era preciso voltar às origens da teoria do conhecimento, para revisá-la. Foi o que fez Husserl, que, embora reconhecendo a existência de *condições subjetivas* no ato cognoscitivo, declara necessário indagar também de suas *condições objetivas*, ou seja, das pertinentes às *coisas mesmas*, para as quais se dirige a consciência intencional, a qual não as poderia captar se nelas não houvesse algo que as torna apreensíveis e que constituem o que

ele denominou *a priori material*, dando, desse modo, valor tanto ao sujeito que conhece quanto ao objeto conhecido. Dado esse passo, foi possível a Max Scheler e Nicolai Hartmann reintroduzir a ética no mundo do conhecimento e da cultura, ao mesmo tempo que os renovados estudos sobre o valor (axiologia), a partir das últimas décadas do século XIX, permitiram que ele fosse o elemento mediador entre *natureza* e *cultura*, ou, como prefiro dizer, entre o que *é* e o que *deve ser*, iluminando o sentido a ser dado ao *objeto cultural*, que “é enquanto deve ser”. Nem se pode esquecer que se deve a Bergson a façanha de desvincular a *liberdade* dos nexos causais da natureza, sem o que não teria sido possível reconhecer-se a autonomia da cultura.

Lembrado, nesse breve esboço histórico, como veio se delineando o *culturalismo* – que, no Brasil, teve como precursor Tobias Barreto ao correlacionar Kant com o antropólogo Hermann Post e o jurista Jhering – cabe-me observar que, segundo minhas últimas meditações, há um terceiro *a priori* a considerar, o relativo às condições existenciais da correlação sujeito/objeto no plano do conhecimento: é o *a priori cultural*, transcendentalmente inerente ao ato de conhecer. Em verdade, a cultura não é algo que vem depois – como geralmente se pensa – mas é coeva e concomitante com o surgimento do ser humano na face da Terra, como o comprovam seus instrumentos e desenhos encontrados nas cavernas primitivas. Essa projeção da cultura à origem do homem altera radicalmente a problemática do culturalismo, podendo-se afirmar que a cultura é “a objetivização das intencionalidades humanas ao longo da história”, a partir da noção de que “conhecer é conhecer algo no mundo”.

Husserl, com o seu conceito de *Lebenswelt* (*mundo da vida*) distinto do mundo dotado de categorias cognoscitivas, tal como, por exemplo, o mundo da ciência – abre caminho à admissão de um *a priori cultural*. É que o *Lebenswelt* não representa uma fase anterior da evolução histórica, mas constitui uma realidade perene, a qual coexiste com o mundo sujeito a diversas formas de categorização resultantes do poder nomoté-

tico do espírito. O tempo do *Lebenswelt* não é, assim, *tempo histórico* (como tal categorizado) mas mero *tempo cultural* correspondente ao mundo intuitivo da vida cotidiana, à espontânea experiência comum ou corrente não ordenada em objetos do conhecimento.¹

Se assim é, pondero eu, cumpre reconhecer a *universalidade a priori da cultura*, a qual é inerente ao ser humano, que desde as origens não pode deixar de ser visto como um ente cultural.

Em verdade, quando surge a cultura? Quando o ser humano se vale de suas propriedades individuais e introduz algo de novo na natureza, passando do grito animalesco – que é sempre o mesmo – para a fala, que nasce, se transforma e se desenvolve; ou, então, plasma os dados da natureza para convertê-los em *utensílios*, deles se servindo para múltiplos fins, desde as armas de defesa ao preparo de alimentos, não faltando a espontânea disposição à dança e ao recreio, bem como a inclinação a fazer os primitivos desenhos e esculturas, que até hoje nos surpreendem, como projeção de originária força emocional. Como contestar que essas criações já não implicam o poder *a priori* de instaurar *cultura*? É com base, pois, nesses dados de experiência que afirmo existir um *a priori cultural* como *conditio sine qua non* de projeção do poder nomotético do espírito.

Se, como geralmente se admite, o ser humano é um *ente histórico*, é porque originariamente é um *agente cultural*, instaurador dos bens de cultura, graças aos *a priori subjetivo e material* que Kant e Husserl sube-ram determinar no ato cognoscitivo.

O homem, em suma, desde sua chegada ao mundo, é um *agente cultural*, sendo, a um só tempo *natureza e cultura*, estando a projeção desta *a priori* em sua mente, ou melhor, em sua subjetividade criadora. Isto posto, a extensão que fiz da fenomenologia ao mundo histórico-cultural, importa no reconhecimento de um *a priori cultural*, sem o qual não surgiria a relação *sujeito-objeto*, base da ontognoseologia.

Este é o ponto comum de partida da infinita aventura universal do espírito.

¹ Sobre o conceito husserliano de *Lebenswelt* e respectiva bibliografia, cfr. Miguel Reale – *Experiência e Cultura*, 2ª ed. revista, Campinas, 2000, pág. 126 e segs. Quanto à distinção entre *tempo cultural* e *tempo histórico*, v., no mesmo livro, Cap. VIII, § IV, pág. 254 e segs.



O santo D. Eugênio

ARNALDO NISKIER

Canonização propriamente dita, não houve. Mas é possível considerar o Cardeal D. Eugênio de Araújo Sales um santo dos tempos modernos. Numa crônica de novembro de 1995, publicada no livro *Diário da educação* (Edições Consultor), tomei essa liberdade ao reviver a extraordinária obra de pastor do religioso nascido no Rio Grande do Norte, mas carioca por vontade dos que com ele têm o privilégio de conviver.

De onde vem a nossa estima? São múltiplos os fatos que a motivaram. Primeiro foi o convívio mais estreito quando me tornei Secretário de Estado de Educação e Cultura do Rio de Janeiro (1979). Queríamos, numa grande interação, aperfeiçoar ainda mais a coordenação de educação religiosa, reunindo católicos, judeus e protestantes.

D. Eugênio, homem de convergências, reuniu-me com os doze bispos do Rio de Janeiro, para uma utilíssima troca de idéias. O resultado foi o aprimoramento da educação religiosa nas 2.500

Professor, educador, conferencista, Arnaldo Niskier tem cerca de uma centena de livros publicados, sobre Educação brasileira, Filosofia e História da Educação, Tecnologias de Ensino, obras didáticas e de literatura infanto-juvenil.

escolas públicas do Estado, tarefa que parecia impossível, dada a existência de interesses subalternos, mas que superamos, para alegria geral.

Fui ao lançamento do livro *Viver a fé em um mundo a construir*, em que se reuniram crônicas publicadas pelo Cardeal D. Eugênio nos principais jornais do Rio de Janeiro. Temas predominantes? Ética, violência, AIDS, corrupção, saúde, vida, esperança e amor. Era o momento em que se comemorava o cinquentenário de sacerdócio do Cardeal-arcebispo, que consagrou a vida a Deus e ao bem das almas, servindo completamente a seus irmãos de forma silenciosa e discreta, como reparou o acadêmico Murilo Melo Filho, que lhe devota profunda admiração.

Como sacerdote, estimulou os homens a lutar por uma sociedade justa, com fundamento na moral e na exaltação dos valores éticos pregados pela religião. Ele reage ao enfraquecimento da atenção aos valores morais: “É insustentável esta situação, pois temo que haja graves conseqüências para a vida do nosso país. Queremos uma sociedade livre e democrática, é certo, mas baseada em princípios éticos da convivência social.” É uma declaração de 1995.

~ A luz da religião

Na véspera de uma segunda visita do Papa João Paulo II ao Rio de Janeiro, em 1997, conversando com os membros do Conselho Cultural da Arquidiocese, por ele criada e da qual tenho a honra de ser membro, D. Eugênio fez uma declaração que anotei em meu caderno: “A religião ilumina nosso caminhar no mundo, exalta a dignidade do indivíduo e oferece um fundamento sólido às dimensões éticas em nossa ações.”

É por isso mesmo que ela não pode se ausentar da escola, independentemente da crença dos jovens estudantes: “Para que de forma completa a Educação possa assegurar o futuro da sociedade, pois são fundamentais os valores morais ministrados adequadamente.”

A conversa, coordenada pelo professor Sérgio Pereira da Silva, foi concluída com o comentário de D. Eugênio, depois de solicitar que a Educação fosse incluída entre as prioridades do País: “Ela encerra algo intrínseco à natureza do homem. Procura dar resposta às interrogações que norteiam nossas atividades por toda parte.” Daí a necessidade do ensino religioso nas escolas.

~ Rádio Catedral

Outra ação que me aproximou muito de D. Eugênio Sales foi a inauguração da Rádio Catedral. Participei das primeiras reuniões sobre a sua programação, daí nascendo a idéia do vitorioso programa “Vox Populi”, conduzido pelo Conselho Cultural da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Participei durante mais de dois anos, todas as segundas-feiras, às 18 horas, do atraente programa de debates, ao lado de profissionais dedicados e competentes. Tudo obra do Cardeal, que, com a sua acuidade, por vezes nos puxava as orelhas quando passávamos do ponto. Mas isso muito raramente, pois ele é fã ardoroso da liberdade de expressão e soube compreender também o valor da mídia eletrônica.

A Rádio Catedral-FM hoje é uma realidade, no espectro das emissoras do Rio de Janeiro, exercendo um papel de fundamental importância, nos planos de comunicação da Igreja.

Alguém menos avisado perguntará: “Como D. Eugênio permite que um não-católico participe disso tudo?” Eu diria que a resposta está na própria atitude aberta e democrática de D. Eugênio. Nunca admitiu que, a qualquer pretexto, fosse feita qualquer discriminação. Ao contrário, partiu dele o estímulo para que eu fizesse, há seis anos ininterruptos, o programa “Frente a Frente”, na Rede Vida de Televisão. A minha única frustração é que ele, até hoje, não encontrou tempo para me dar uma entrevista, que será longa. Mas cultivo essa esperança.

~ O Papa no Sumaré

Penso que vale ainda uma reflexão sobre o nosso primeiro encontro com o Papa João Paulo II, no Centro de Estudos do Sumaré, em 1981. Eram aproximadamente 100 intelectuais, como pediu a D. Eugênio o Sumo Pontífice, e a sessão onde falaria o acadêmico Alceu Amoroso Lima se iniciou com um passeio do Papa, ao lado do inesquecível professor Carlos Chagas Filho, para apertar a mão de cada presente. D. Eugênio, sorrindo sempre, vinha logo atrás.

Quando chegou a minha vez, disse o professor Carlos Chagas: “Eminência, este é o Secretário de Educação do Rio de Janeiro, professor Arnaldo Niskier.” O Papa apertou delicadamente a minha mão e disse: “Muito prazer.”

Mas D. Marcos Barbosa, de saudosa memória, que se encontrava ao meu lado, aduziu rapidamente: “Ele é filho de poloneses.” O Papa voltou um passo, me olhou de alto a baixo, e acrescentou, apertando de novo a minha mão: “Muito bem.” Foi, confesso, um momento de grande emoção.

Chegando em casa, ainda muito feliz, e agradecido a D. Eugênio Sales pela oportunidade, escrevi a crônica que ora transcrevo:

Com uma serenidade invejável e um carisma evidente, o Papa João Paulo II manteve um diálogo de 90 minutos com dezenas de intelectuais brasileiros, no Sumaré. Disse – o que foi uma constante em sua viagem – uma série de conceitos de grande importância para a nossa reflexão e o destino da atual geração, que ele pretende seja beneficiada pela institucionalização da “civilização do amor.”

Tive o privilégio de participar desse encontro. Olhei de perto os seus olhos azuis e a sua face rosada, de onde se irradiava intensa luminosidade. É uma das maiores figuras da humanidade. Suas palavras ainda ecoam em nosso espírito:

– Os povos economicamente mais ricos e industrialmente mais desenvolvidos geraram o consumismo, que está na origem de desequilíbrios cada vez mais acentuados entre os povos ricos e os pobres, assim como entre as populações de um mesmo país.

O Papa ressaltou, sentado ao lado do Cardeal D. Eugênio Sales, a contribuição da Igreja que, através das missões, tentou preservar os elementos básicos da cultura indígena. Afirmou: “A mensagem da Igreja não esteve alheia ao equilíbrio e à harmonia com que se processou a integração das diversas raças que constituíram o País.” (Nesse momento, eu me lembrei muito do trabalho de José de Anchieta.)

Sua Santidade, com muita singeleza, mostrou que a verdadeira cultura é humanização, enquanto a não-cultura e as falsas culturas são desumanizantes. Por isso mesmo, na escolha da cultura o homem empenha o seu destino. Assinalo o trecho talvez mais enfático da leitura do Papa, num bonito e bem dito português:

– A humanização, ou seja, o desenvolvimento do homem, efetua-se em todos os campos da realidade na qual ele está situado e se situa na sua espiritualidade e corporalidade, no universo, na sociedade humana e divina. Trata-se de um desenvolvimento harmônico... A cultura deve cultivar o homem e cada homem na extensão de um humanismo integral e pleno, no qual todo o homem e todos os homens são promovidos na plenitude de sua dimensão humana. A cultura tem o fim essencial de promover o ser humano e de proporcionar-lhe os bens necessários ao desenvolvimento de seu ser individual e social.

O Papa João Paulo II lembrou ainda que todas as formas de promoção cultural radicam-se na *cultura animi*, segundo expressão de Cícero – a cultura do pensar e do amar, pela qual o homem se eleva à sua suprema dignidade, que é a do pensamento, e se exterioriza na sua mais sublime doação, que é a do amor.

Todas as colocações de Sua Santidade, lastreadas em sua sólida formação filosófica, mereceriam uma boa reflexão. Imaginem os desdobramentos da frase: “O homem culto tem o dever de propor a sua cultura, mas não a pode impor.” É claro que a imposição contradiz a própria idéia de cultura, que só pode florescer em regime de liberdade: “Não se constrói uma sociedade humana desrespeitando a liberdade humana.”

Se o homem é a medida de todas as coisas, como afirmou Aristóteles, ninguém há de ter defendido com tanta propriedade o seu futuro, nos últimos anos, como fez o Papa João Paulo II, na inesquecível passagem pelo Rio de Janeiro. A sua grande presença e as palavras proferidas jamais serão esquecidas.

D. Eugênio Sales e o Papa João Paulo II sempre demonstraram uma sólida afinidade. Não somente para saudar o passado, mas para pensar grande o que podemos esperar do nosso futuro, com a prevalência dos valores éticos de que são insubstituíveis paradigmas.



Edward. Pracht

Eça de Queirós e Eduardo Prado

JOÃO DE SCANTIMBURGO

Fenômeno psicológico, a simpatia mereceu de Max Scheler profundo e denso estudo na filosofia deste século. Segundo o filósofo, a simpatia é o próprio fundamento do sentimento social, e consiste em participarmos do outro, enquanto outro. Acentua o filósofo que “todo o participar implica a *intenção* de sentir dor ou alegria pela vivência do próximo”.¹ Opera-se a identificação entre dois sujeitos através desse profundo mistério psíquico, o qual, a rigor, deveria atormentar todos os filósofos. Temos simpatia ou antipatia, não raro gratuitamente, sem encontrarmos explicação para o estado da alma em que nos encontramos. O cristão, por exemplo, deve ser simpático e despertar simpatia, mas nem sempre o consegue, pois todos carregamos conosco, durante a vida inteira, essa incógnita psíquica que se denomina simpatia, ou seu antônimo, a antipatia. Mas Scheler foi ao âmago da questão, e outros filósofos também a estudaram. Já o velho Aristóteles meditou sobre a simpatia. Atribui-lhe o sentido de estado afetivo consciente, e qualifica-a como virtude,

João de Scantimburgo é jornalista, ensaísta, historiador, autor de *Tratado geral do Brasil*, *Introdução à filosofia de Maurice Blondel*, *Os paulistas*, *Memórias da Pensão Humaitá* (lembranças da casa do historiador Yan de Almeida Prado), *Eça de Queiroz e a tradição*.

ou sempre acompanhada de virtude, vendo nela, ainda, uma das necessidades a vida.² Adam Smith, conhecido pelo seu tratado *A riqueza das nações*, foi um moralista. A sua *Teoria dos sentimentos morais* trata da simpatia. Para Smith a simpatia concorda com o sentimento que as nações deixam transparecer. Ainda segundo o autor, a simpatia não é uma espécie de intuição que leva o ser humano a se introduzir na consciência do outro.³ Para Bergson, a intuição conduz a inteligência a reconhecer que a vida não entra nem na categoria do múltiplo nem do uno, que nem pela causalidade mecânica nem pela comunicação simpática se estabelece relação entre seres vivos. Pela dilatação que obterá de nossa consciência, ela nos introduzirá no próprio domínio da vida, a qual é compenetração recíproca e criação indefinidamente continuada.⁴

Não nos deteremos no fenômeno. Fomos buscar em Max Scheler e outros filósofos uma definição. Consignando-a aqui, procuramos tomá-la na exatidão de seus termos. Pela simpatia realiza-se a fusão de dois seres, não no sentido amoroso ou erótico, mas no sentido ético. Não haveria amizades duradouras, não haveria casamento, não haveria fraternidade de idéias e ideais, não haveria comunhão de sentimentos se não palpitasse no fundo de cada ser humano esse enigma insondável a que se dá o nome de simpatia. As ciências do espírito devem levar em conta esse fato, para interpretar as ações do ser humano em toda a complexidade, da sua formação profunda à sua expressão em atitudes definidas. Tomando a simpatia como amor, no sentido elevado da palavra, todos os filósofos dela se ocuparam, e mais ainda o fizeram os teólogos, sobretudo quando estudaram e interpretaram o versículo primeiro do Evangelho segundo São João. Max Scheler tratou objetivamente do tema no capítulo das relações do amor com a simpatia. Baste-nos, por isso, o conceito do filósofo e o que disseram outros.

¹ Max Scheler, *Esencia y forma de la simpatia*, Buenos Aires, Editorial Losada, 1943, *passim*

² *Et. Nic.*, VIII, I.

³ Émile Brehier, *Historia de la Filosofia*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1942, *passim*.

⁴ Henri Bergson, *Évolution créatrice*. Paris, PUF, 1969, p. 179.

Nessa linha, vamos encontrar um exemplo de simpatia, cimentada por amizade sólida e duradoura, de Eça de Queirós por Eduardo Prado. Vemos aí a concordância do escritor português com o escritor brasileiro nas idéias, nos sentimentos nacionais, nos problemas que a ambos preocupavam. Foi afetiva a ligação entre Eça e Eduardo Prado, mas, também, sentimental e patriótica. Aduzia Max Scheler que se pode ter simpatia somente por seres simpatizantes,⁵ pondo ênfase no *pathos* que estabelece esses liames insondáveis, que nos conduzem em sociedade, pelo tempo e pelo espaço. Eça e Eduardo viveram esse *pathos*, por estreitíssima afinidade de sentimentos. Não compreendemos diferentemente a amizade que vinculou um ao outro, e mereceu de Eça o admirável ensaio de 1898, incluído nas *Notas contemporâneas*.

Dentro dessas considerações, e da filosofia que esposamos para fazê-las, não concordamos com Cândido Motta Filho⁶ quando escreve: “Eça desconfiava das convicções consagradas. O que dizia estava sempre carregado de enfeites e berloques. E, por isso, era capaz de reconhecer, em Eduardo, qualidades que ele não tinha e talvez não quisesse ter.” “O retrato de Eduardo pode ser exato. É um retrato que também pode ser de Eça. É, além disso, de um Eduardo visto por um europeu que encontra no americano os encantos da originalidade.” “Não há dúvida que nesse retrato há, além dos retoques da admiração e da amizade, algo preconceituoso e intencional. A figura do escritor brasileiro é traçada muito mais por um querer-bem do que por um querer-ver.” Discordamos. O retrato de Eça foi escrito com as tintas da simpatia, no significado filosófico da palavra exposto por Max Scheler. Deixamo-nos, pois, ficar no perfil de Eduardo por Eça, nas *Notas contemporâneas*, admirável retrato que o escritor compôs com os recursos de sua palheta literária incomparável. Reconhece Cândido Motta Filho⁷ que sobrava em Eça, “com disfarces ou sem eles, um certo apego ao passado monárquico criador e con-

⁵ Max Scheler, *loc. cit.*

⁶ Cândido Motta Filho, *A vida de Eduardo Prado*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1967, p. 38.

⁷ *Id., ibid.*, p. 37

servador da unidade lusitana” e que “em Eduardo, nascido em um país mais amante do futuro do que do passado, estava um inimigo da República e um amigo da Igreja”.

Identificamos um e outro pelo culto à tradição, esse princípio de coesão social que em Portugal se entibiava progressivamente, como ferida para qual não há medicamento, e no Brasil, a proclamação da República, por um golpe revolucionário, vibrado pela espada do marechal Deodoro, definitivamente, a comprometera. O admirável sentimento de amizade e a simpatia que uniu Eça a Eduardo Prado confirmam a tese que nos propusemos defender, a de que o supremo artista de *A ilustre Casa de Ramires* patrocinou a tradição, no sentido que lhe atribuímos, de força de solidariedade, sem cuja ascendência as sociedades perecem. Não sabemos se Eduardo fez correções ou retificações nos originais sobre o seu perfil, que Eça lhe submeteu, mas deveria ter substituído o vocábulo “passado” pelo vocábulo “tradição” nesta passagem: “Este culto do Passado não só atua sobre o desenvolvimento incansável da sua cultura – mas dirigiu docemente à evolução da sua consciência.” Eduardo observara a devastação que a República causava no Brasil, nos anos subseqüentes à sua proclamação. Saindo a público com *Fastos da ditadura militar*, Eduardo quis demonstrar, com palavras ásperas, o papel que o Exército e a Armada tiveram na mudança do regime, mudança que, à luz do seu julgamento, seria fatal para a evolução das instituições políticas brasileiras.

Os primeiros anos da República foram marcados pelo mais feroz e alucinado jacobinismo, do qual Floriano Peixoto era a encarnação e o representante no Brasil. Ficou conhecido em nossa História o uso do cravo vermelho, símbolo dessa exaltação supostamente patriótica, mas, no fundo, profundamente, jacobinamente antipatriótica. Lembrando Proudhon, que “terminou por considerar seriamente o jacobinismo, não como uma doutrina, mas como

uma doença maligna do coração e do cérebro”, Eça acrescentou: “Mas a estes desagradáveis vícios que lhe analisou, com tristeza e tédio, o grande Lógico da Revolução, ainda o Jacobismo junta um e outro, abominável para um espírito tradicionalista como o de Prado – a violência iconoclasta. O Jacobinismo possui, por único princípio, um *quid pro quo* – a substituição da Soberania do Rei pela Soberania do Povo. Vive de uma imprudente escamotagem de coroas, do salto de uma ficção para outra ficção, de uma mudança de Absolutismo – e desastrosa, porque sempre o Absolutismo pessoal da Multidão será mais rude, fantasista e cruel do que o autoritarismo de um Homem, peado pelas considerações de Dinastia e da Sociedade, e acessível às influências do terror, quando o não seja às da justiça. O Jacobino portanto também se reclama de um Direito Divino – que ele denomina Direito Popular; é o concorrente nato da realeza; e, desde que governa, procede logo, mais por instinto do que por sistema, a destruir toda a obra secular da Monarquia. Para ele não há tradição nacional – pois que a Nação só legitimamente data do dia em que ele se coroou e reinou! O seu desejo e interesse seriam anular toda a História.”

Eduardo Prado foi um dos poucos brasileiros de prestígio que não se dobraram à revolução, cuja fúria abateu um trono com raízes em séculos de História. Enfrentou a ditadura, com as armas nas quais era destro, a inteligência e a pena. Foi perseguido e teve de fugir. Rebento de uma das mais ilustres famílias do Brasil, indignou-se com o mal que praticavam em sua pátria, e reagiu, veementemente, inflamando-se até o desespero. Esse excerto do perfil de Eduardo Prado por Eça de Queirós resume em poucas palavras o que foi a revolução jacobina de 1889, substituindo a monarquia pela república, isto é, a soberania dinástica, limada pelos séculos, responsável, familiarmente, pela continuidade da chefia do Estado e sua imparcialidade em face desse deus dos tempos modernos, a opinião

pública, pela soberania da massa, que vem a ser na realidade a soberania do anonimato, da demagogia, da mentira, da impostura e da corrupção institucionalizada, de resto uma das poucas instituições consolidadas na República. Nas democracias populares e nas democracias liberais o que observamos é ser essa falaz soberania monopolizada, não raro pelos enganadores, pelos mentirosos, pelos espertos. Eça de Queirós viu longe, viu que Eduardo Prado, tão caro aos seus sentimentos, estava certo em se revoltar contra o abuso dos republicanos e o tobogã pelo qual atiraram uma nação, cujo regime se institucionalizava, através do exercício do poder moderador e de modelar organização política.

Se Pitirim Sorokin⁸ tivesse adotado o exemplo brasileiro para ilustrar a sua tese sobre o povo, não teria sido mais feliz. A palavra povo aumenta a confusão das Ciências Sociais. É mesmo, na opinião desse autor, um procedimento incientífico. Numa de suas mais citadas mensagens de Natal, a de 1944, Pio XII estabeleceu a distinção entre o povo e a massa.⁹ Deve-se, por isso, entender com exatidão o que é povo e o que é massa, o que é povo nos regimes “viltamente democráticos” e povo nos regimes sustentados pela demagogia, ou pelas armas e a política secreta. O mundo está profundamente corrompido, e, com ele, as palavras. Já não se sabe exatamente o que significa democracia, nem liberdade, nem povo, nem pessoa humana. Na *Vulgata*, tradução do padre Antônio Pereira de Figueiredo, os filhos de Israel são o povo de Deus: “Por isso dissei aos filhos de Israel: eu sou o Senhor, que vos hei de tirar da prisão dos egípcios, que vos hei de livrar da servidão, e que vos hei de resgatar com um poderoso braço, e por meio de grandes juízos. Eu vos tomarei por meu povo, e serei vosso Deus; e sabereis que eu sou o Senhor vosso Deus, depois que eu vos tiver tirado da prisão dos egípcios” (Ex. 6, 6-7). Dezenas de vezes a palavra ‘povo’ é citada no Livro Sagrado, mas sempre no sentido de uma reunião de

⁸ *Society culture and personality*. Nova York, Harper, 1944, p. 244-245.

⁹ Pio XII, *Discorsi e radiomessaggi di Sua Santità*. Roma, Tipografia Poliglotta Vaticana, Mensagem de Natal de 1944.

peessoas. Foi neste século que o povo degenerou em massa. Esse é o sentido que lhe atribuiu Ortega y Gasset.¹⁰

Com sua admirável inteligência, aberta aos fenômenos de seu tempo, Eduardo Prado afuroou os dias vindouros, ao observar a sua pátria retaliada pelas facções, governada, arbitrariamente, pelos usurpadores do poder, e intoxicada pelo jacobismo. Foi contra esse conjunto de males que se ergueu, tomado de ira santa, e vergastou o regime. Intuitivamente, previa Eduardo, o seu povo se transformaria em massa, para os políticos sem raízes na tradição, sem compromissos com a História, sem o pundonor, que deve revestir todas as suas facetas, e o fez com inegável beleza. Prado nunca foi um dândi de *boulevard*, um sibarita, a quem a fortuna havia proporcionado lazeres para as viagens. Era, no exato sentido da palavra, o patriota, que não hesitou em se indispor com o governo da República, quando viu que esta abalava o antigo edifício das suas mais caras convicções políticas e sociais. Eça de Queirós também fizera o mesmo na sua pátria. Desde os trabalhos da mocidade, *Uma campanha alegre*, até *As cidades e as serras* Eça mostrou sempre o seu robusto patriotismo, o amor ao torrão natal, que a tempestade ideológica da Revolução Francesa desfigurara. Usou nos seus primeiros escritos a férula da ironia, em que era fortíssimo, chegando até a repercutir no Brasil,¹¹ contra os solapamentos jacobinos, herdados das transformações sociais, políticas e econômicas do século XVIII e primeira metade do século XIX.

Cada qual – Eça e Eduardo – em sua esfera, alanceava-se de amargura diante do espetáculo que a mediocridade política exibía na grande cena de cada nação. Reagiram como puderam, como acharam mais conveniente para a finalidade que se propuseram. Ambos pagaram pesadíssimo tributo, durante a vida, pelas atitudes assumidas na área política. Quando Eça escreveu o soberbo perfil de Eduardo Prado, a República brasileira já tinha nove anos e estava consolidada. Mas Eduardo não cedeu em suas convicções. Prosseguiu,

¹⁰ Ortega y Gasset, *La rebelión de las masas*. Madri, Espasa-Calpe, 1932, pp. 1063-1178, in *Obras completas*.

¹¹ Paulo Cavalcanti, *Eça de Queirós agitador no Brasil*. São Paulo, Companhia Editorial Nacional, 1966, *passim*.

combatendo-a, fiel aos seus princípios. Eça, monarquista, partilhava os dissabores do amigo caríssimo. Cultuando a História, esse estudo “desenvolveu nele um dos seus fortes sentimentos inatos – o amor do Passado”. Eduardo amava, efetivamente, o passado, com o seu cortejo de glórias e de reveses, de tristezas e alegrias, de grandeza e miséria, mas amava-o para ter do presente visão mais segura. “Este culto do Passado não só atua sobre o desenvolvimento incansável da sua cultura – mas dirigiu docemente a evolução da sua consciência”; e acentua poeticamente: “... a Beatriz Teológica que no meio da sua ‘estrada’ (...) o tomou pela mão, o iniciou, era criatura toda de beleza – e a augusta Poesia do Passado cantava na sua voz persuasiva.”

Eduardo foi, por isso, um revoltado contra a nacionalidade americana que, sem ter compromissos com a História, com o passado, com eras pretéritas, concorrera, decisivamente, para aluir o formoso edifício da monarquia bragantina. Panfletário de talento, Eduardo investiu contra os Estados Unidos, e deu a público libelo descarnando os males do republicanismo norte-americano em *A ilusão americana*.¹² Quando os Pais Fundadores criaram os Estados Unidos, como república, dotando-a de um presidente eleito a prazo certo, puseram em movimento uma formidável revolução que, em poucos anos, conquistaria o mundo. Na lista negra de Eduardo, os Estados Unidos entravam em primeiro lugar, não por um preconceito racial, de que foi argüido maliciosamente por inimigos encapuçados ou ostensivos – pois freqüentou os Estados Unidos antes de conhecer a Europa –, mas por ver neles o fator preponderante das transformações, em cuja esteira seriam arrastadas as monarquias, centros de estabilidade, de permanência, de respeito à tradição. Eduardo observava que o mundo se pusera a mudar depois que os Estados Unidos passaram a ostentar uma vitalidade sem paralelo no mundo, fruto de variadas circunstâncias, já demasiado estudadas por seus contemporâneos, que os Estados Unidos haviam aberto, por osmose, essa força

¹² Eduardo Prado, *A ilusão americana*. São Paulo, Ibrasa, 1980, *passim*.

sociológica compulsiva, uma brecha irreparável no seu mundo, que era a mundo da ordem monárquica.

Daí a cólera que extravasa em *A ilusão americana*. Estava certo Eduardo Prado:

O furor imitativo dos Estados Unidos tem sido a ruína da América. Péricles, no seu célebre discurso do Cerâmico, disse: “Dei-vos, ó atenienses, uma constituição que não foi copiada da constituição de nenhum outro povo. Não vos fiz a injúria de fazer, para vosso uso, leis copiadas de outras nações.” Há muita grandeza na exclamação do gênio grego. Há uma presciência de tudo quanto descobriu a ciência social moderna que, afinal, se pode resumir nisto: as sociedades devem ser regidas por leis saídas da sua raça, da sua história, do seu caráter, do seu desenvolvimento natural. Os legisladores latino-americanos têm uma vaidade inteiramente imersa no nobre orgulho do ateniense. Gloriam-se de copiar as leis de outros países!

Todos os países espanhóis na América, declarando a sua independência, adotaram as fórmulas norte-americanas, isto é, renegaram as tradições da sua raça e da sua história, sacrificadas ao princípio insensato do artificialismo político e do exotismo legislativo.

O que colheram desse absurdo, diz a triste história hispano-americana deste século. O Brasil, mais feliz, instintivamente obedeceu à grande lei de que as nações devem reformar-se dentro de si mesmas, como todos os organismos vivos, com a sua própria substância, depois de já estarem lentamente assimilados e incorporados à sua vida os elementos exteriores que ela naturalmente tiver absorvido. No Brasil tivemos a independência, fato lógico do desenvolvimento da sociedade colonial;



ção, perversa forma de agitação, a estabilidade que é própria da instituição. No Brasil, a nação inteira ouviu, no dia 15 de março de 1984, o presidente da República, João Baptista de Oliveira Figueiredo, repetir que, ao assumir o governo, jurou fazer deste país uma democracia, isto cem anos depois da deposição da genuína democracia coroada de D. Pedro II. Todos os demais países da América estão nas mesmas condições. Quando, pois, Eduardo Prado fez as considerações acima sobre a cópia servil das instituições americanas pelos republicanos históricos, estava indigitando o grande mal de que vimos sofrendo, de sua época aos nossos dias. O regime criado pelos Pais Fundadores alcançou êxito nos Estados Unidos, para os quais foi concebido. Mas não deveria ter sido exportado. É a tese de Harold J. Laski, em seu estudo sobre a democracia americana.¹⁴

Eça admirava em Eduardo sua lucidez, a capacidade excepcional de perscrutar os dias vindouros e de fazer, com precisão, o diagnóstico sobre o Brasil e o seu futuro. Entraríamos numa fase turbulenta. Sem recorrermos às teses conhecidas sobre o Estado patrimonial, diremos que prevalecia no Brasil o regime do Pai, caro à psicanálise, integrado na longa tradição luso-espanhola, católica, hierárquica, moralmente assentada sobre o princípio da autoridade. Eduardo não se conformou, até a morte, prematura, aos 41 anos de idade, com o golpe revolucionário que, numa agitada manhã de novembro, derrubou o trono e o substituiu por uma república, subservientemente copiada dos Estados Unidos, inclusive na impropriedade da nova denominação. Gozando de independência econômica, moral e intelectual, passou a desferir contra a situação a que foi jogado o Brasil os raios de sua ira. Pagou caro. Teve de fugir dos esbirros da ditadura, que sucedeu ao monarca liberal. Mas não se dobrou. Implacável na crítica aos abusos do poder, denunciou-os com veemência. Flor do patriciado paulista, preferiu à comodidade do sibaritismo gratuito a polêmica, e vergastou, quanto pôde, o novo regime. Esse, o Eduardo

¹⁴ Harold J. Laski, *The American democracy*. Londres, George Allen and Unween, 1953, *passim*.

Prado que Eça cultivou e por quem se ligou numa amizade sólida e, mesmo, exaltada.

Eduardo era um estupendo exemplar da tradição viva e atuante. Não se tratava de um desses mitos que se adoram inconscientemente, mas de convicção firme de quem aceitava, nesse princípio, a via certa para manter coesa a nação e projetá-la no tempo e no espaço, portanto na História, mas com a sua personalidade soberanamente assegurada. Eça admirou o amigo querido por ter com ele profunda afinidade espiritual, profunda simpatia, no sentido atrás referido. Eça vinha sofrendo com a devastação política, que tanto abalava Portugal, e Eduardo, com o que abalava o Brasil, ambos, portanto, identificados na mesma paixão, queimando no fogo do mesmo patriotismo. Só se admira por identificação. Não se admiram os contrários. O belo ensaio, dedicado por Eça a Antero de Quental, inspirou-se na mesma fonte. O grande e angustiado poeta, um dos maiores em qualquer língua, desafiou Deus, de relógio na mão – atitude pueril e perdoável num desesperado –, mas era um desses estupendos exemplares que a civilização portuguesa gerou, para a adesão entusiástica de quem o conheceu. Antero foi, a rigor, um místico leigo, ou um místico falhado. Daí não ter encontrado outra resposta para a sua ansiedade em face dos pecados do mundo, senão se entregando à

*Funérea Beatriz de mão gelada,
Mas única Beatriz consoladora.*

¹⁵ Antero de Quental, *Prosas escolhidas*. Rio de Janeiro, Livro de Portugal, 1942, *passim*, seleção e prefácio de Fidelino de Figueiredo.

Isto é, a morte por suas próprias mãos. Quando Eça confessou que ficou, sempre, aos seus pés, cultuando-o, via no poeta do pessimismo e da aflição um ser humano com longos, extensos vínculos no passado.

O autor da conferência sobre as “Causas da Decadência dos Povos Peninsulares”,¹⁵ “atraente mas demasiado simplista”, como dela

diz Fidelino de Figueiredo, não aceitava a mediocridade do século político em que vivia. Esse aristocrata, rebento de ilustre família açoriana, de onde emergiram para a História de Portugal André Ponte Quental da Câmara, amigo de Boccage “e seu dileto companheiro na boêmia literária do fim do século XVIII”, e Bartolomeu de Quental, escritor místico, fundador, em Portugal, da Congregação do Oratório, cuja influência na fé e nos costumes foi das maiores. Eça o admirou por sentir nele um irmão, embora Antero tivesse abandonado a fé de seus ancestrais e se convertido, como afirmou, ao socialismo, doutrina que na época, envolvida pelo romantismo do século, confundia-se com humanitarismo. Essas duas admirações, até mesmo exageradas, de Eça confirmaram, a nosso ver, a tese que vimos defendendo, a do profundo apego do escritor às tradições de sua terra. Eduardo e Antero possuíam tudo para atrair admirações. Um era o *homme du monde*, civilizado, culto rico, amando as viagens por ser, como acentuou Eça, devorado pela curiosidade, não a que faz escutar atrás das portas ou olhar por sobre os muros, mas a que leva a descobrir a América. O outro era o iconoclasta, o atormentado perscrutador dos mistérios do mundo, em quem o meio coimbrão, segundo Fidelino de Figueiredo, havia destruído a forte crença religiosa, substituindo-a pela dúvida cruel que o torturou durante toda a vida. Mas ambos imergindo rizomas profundos no passado – ou no Passado, como gostava de escrever Eça –, isto é, na tradição. Tinham até mesmo, um e outro, a compulsão à luta pelas idéias que esposaram.

Mas foi em Eduardo que Eça encontrou o seu modelo de tradição mais acentuado. O homem que passava longos meses em viagem, que era um autêntico *parigot* em Paris e que, voltando ao Brasil, passava também longos meses na sua fazenda do Brejão, no interior de São Paulo, em contato amoroso com a terra, constituía-se bem num desses exemplares raros de nobreza, no puro sentido da palavra. Vendo destruídas instituições que se consolidaram, Eduardo revol-

tou-se. Eça o acompanhou de longe e, depois, ouviu-lhe a narração dos episódios que desfizeram no Brasil uma construção soberba, irremediavelmente comprometida, como a História fartamente nos comprovou. Consiste a tradição em coser, perpetuamente, o passado ao presente e ao futuro. Regra de fé na Igreja Católica Apostólica Romana, até o Concílio Vaticano II, a tradição é o único tônico suficientemente forte para conter a tendência naturalmente desagregadora do ser humano, tendência acentuada em nossos dias pela revolução como processo de subversão das instituições.

Eduardo Prado cumpriu o seu dever de patriota quando a República foi proclamada. Manifestou o seu inconformismo. Tinha 29 anos. Era rico, bem-nascido. Silva Prado é um dos troncos mais ilustres do Brasil. O seu irmão, Antônio, conselheiro do Império, conservador, antigo ministro do gabinete João Alfredo, mais tarde aderiu à República, e veio a ser fundador do Partido Democrático, que nasceu em 1926 para se opor à oligarquia dominante, o velho e carcomido – como se dizia na época – Partido Republicano Paulista. Eduardo, porém, não cedeu. Intransigente nas suas convicções monárquicas, não aceitou o novo regime. Manteve-se monarquista até a morte, em 1901, quando Campos Sales, paulista de Campinas, já ocupava a Presidência, e o seu ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, aplicava a doutrina econômica liberal, contra o desvario do ‘encilhamento’ dos primeiros anos republicanos. Eduardo cultuava a tradição, era-lhe fidelíssimo, mas não tinha nada de imobilista. Referindo-se ao prestígio que D. Pedro II gozava nos Estados Unidos, acentuou: “O seu amor à liberdade, o seu espírito aberto a todas as novidades do século, a sua atividade, a singeleza da sua pessoa, impressionaram sempre os americanos, que de um rei só faziam a idéia de um homem rodeado de fausto, de um defensor do passado contra o espírito inovador.” Esse, o conceito de tradição em Eduardo Prado, o de permanência na continuidade, como a definiu Antônio Sardinha.¹⁶

¹⁶ Antônio Sardinha, *Purgatório das idéias*. Lisboa, Livraria Perim, 1929, *passim*.

Eça, encantado com o amigo brasileiro, fixou-lhe as notas dominantes da personalidade, e se pôs em relevo a curiosidade intelectual, destacou-lhe também o amor à tradição e, na esfera política, à legitimidade do poder, para ele identificada exclusivamente com o monarca. Vergastando a ditadura militar dos primeiros anos da República, Eduardo defendeu o primado dos governos legítimos contra os arbitrários, da lei contra a usurpação do poder pelas oligarquias galonadas. Esse mal não ficaria restrito aos primeiros anos da República. Vimos que se repetiu, registrando-se intervenções militares na República, com uma cadência que já deveria ter merecido estudos aprofundados – e fazemos aqui *mea culpa* – sobre a incompatibilidade do regime, ainda hoje, com as origens da nação e sua formação através do tempo. Esse, o Eduardo que Eça admirava, o Eduardo da tradição, que ia buscar longe, no Mediterrâneo, no catolicismo, na epopéia heróica dos navegadores, na destemida bravura dos bandeirantes, nos povoadores, as origens da gente brasileira. Devorado de curiosidade foi sempre Eduardo Prado, mas também devorado de patriotismo, capaz dos maiores sacrifícios por sua e nossa terra. Creio que até mesmo o indigitado anti-semitismo de Eduardo tinha relação com esses vínculos telúricos. Católico bem formado, a pessoa humana estava acima de falácias de sangue ou raça. O que importava para Eduardo era a fidelidade à terra, e essa, segundo lendas já desfeitas, o judeu não a possuía. Mas Eça, também ele, faz referências de menosprezo ao judeu. Pagou o tributo de sua época.

Ninguém que conheça a vida de Eduardo Prado o classificaria como anti-semita, se tivesse ele vivido na década de 30, quando a revolução nacional-socialista precipitou a Alemanha no desvario anti-semita e abismou o mundo na terrível Segunda Grande Guerra. Impressionado com a plurocracia americana, pretendeu ver no judaísmo a fonte de exploração capitalista dos Estados Unidos contra os países fracos. Na época, também o catolicismo conservava, ainda,

velhos resíduos, brasa não apagada, do anti-semitismo inquisitorial. Essa posição está definitivamente superada, e Eduardo, homem aberto à compreensão, teria, também ele, se incorporado à corrente que vê a pessoa humana o próximo feito à imagem e semelhança de Deus. O que nos importa é o Eduardo menos tradicionalista do que patrono da tradição, como força de conservação social e nacional. Quando expressa o seu amor a Portugal, está cultuando a tradição. “Também o culto do Passado revela, em Eduardo Prado, pelo seu carinho quase filial ao velho torrão Lusitano. Poucos portugueses amarão Portugal com um amor tão inteligente e crítico, em que não entra sentimento atávico, e que todo ele nasce da observação, da comparação, do estudo atento feito por meio de jornadas, depois completado por meio de leituras, duas fontes do Saber da limpidez desigual, mas ambas agradáveis e recomendadas por Aristóteles.”

Eduardo ia buscar em longínquas eras as nossas origens, e as trazia ao Brasil, com a força dos crentes. Daí opor-se tenazmente à idéia de que deveríamos imitar os Estados Unidos do Brasil, como os Pais Fundadores criaram os Estados Unidos da América. Intuitivamente, Eduardo via nos Estados Unidos um sinal de contradição. A sua imensa força política, econômica e social iria desestabilizar as nações americanas, como, de fato, historicamente, está comprovado que seu exemplo mimético introduziu no seio de todos os povos ibero-americanos elemento altamente perturbador, desses que deformam todas as doutrinas, em sua transladação de uma terra para outra. Octavio Paz definiu muito bem o fenômeno americano. “A grande originalidade histórica da nação norte-americana, e, da mesma maneira, a raiz de sua contradição, está inscrita no próprio ato de sua fundação. Os Estados Unidos foram fundados para que os seus cidadãos vivam entre eles e com eles mesmos, livres, enfim, do peso da História e dos fins meta-históricos que o Estado assinalava às sociedades do passado. Esta foi uma construção contra a História e os

seus desastres, em face do futuro, esta *terra incognita* com a qual os Estados Unidos se identificaram. O culto do futuro se insere naturalmente no projeto norte-americano; ele é, por assim dizer, a sua condição e o seu resultado. A sociedade norte-americana fundou-se por um ato de abolição do passado. Contrariamente aos ingleses, ou aos japoneses, aos alemães ou aos chineses, aos mexicanos ou aos portugueses, os cidadãos dos Estados Unidos não são filhos de uma tradição mas o seu começo. Eles não perpetuam um passado, eles inauguram um tempo novo.”¹⁷

Eduardo, com a sua agudíssima inteligência e a capacidade única de atravessar névoas espessas da História e da formação de povos, percebeu essa diferença, e a apontou como nociva influência no Brasil-República. Os partidários do novo regime, os propagandistas da República, os históricos e os de data recente – Rui Barbosa, por exemplo – não viram, não souberam ver o fenômeno. Declararam o modelo americano como se tivéssemos a mesma origem, como se não houvésssemos contraído compromisso antigo com o passado remoto. Os republicanos adotaram o presidencialismo com ligeireza, ou com levandade, pois supuseram que bastava depor um monarca, cujo trono constituía um afluente do antigo álveo lusitano, bani-lo do Brasil, por decreto, extinguir instituições, adotar nova denominação, que tudo andaria bem, como bem andavam os Estados Unidos da América. Esse enormíssimo erro dos propagandistas e dos republicanos do dia seguinte, que atabalhoadamente aderiram ao novo regime, iria repercutir em todo o funcionamento do regime republicano, nos estados de sítio, no desajustamento entre o ‘país legal’ e o ‘país real’, nos revezamentos entre autoritarismo e liberalismo, e este, viciadíssimo, por lhe faltarem os suportes que lhe deram relativa regra na União americana. Começamos artificialmente e continuamos, prosseguindo, aos tropeções, nos erros que não reparamos. E agora é tarde.

¹⁷ Octavio Paz, *ibid.*

Eduardo tudo presentiu, e não cedeu, por amor ao Brasil. Fez-se panfletário. Segundo Eça, “Eduardo Prado é um incomparável mestre do Panfleto”. Como panfletário defendeu a tradição, a pátria, a religião que nos batizou, pelas mãos de frei Henrique de Coimbra, na manhã auroral em que o frade franciscano elevou na terra do Brasil a hóstia sagrada, diante dos marinheiros da frota de Cabral e dos indígenas atônitos. Quando a nova classe dos republicanos, dos adeptos e dos conformados – pois o Brasil é o país dos fatos consumados, logo aceitos – subiu no horizonte da nossa História, Eduardo deixou-se ficar no seu posto de combate, firmemente agarrado à tradição – ou Tradição, como escreveria Eça –, que ele sabia ser a causa sagrada, a única pela qual valeria a pena viver. Eduardo tinha a certeza de que se a República, proclamada em 15 de novembro, se consolidasse, como se consolidou, as ameaças contra o edifício das suas tradições se cumpriram. Mas, assim mesmo, não ensarilhou armas. Continuou o bom combate, pois o que lhe interessava era a causa, e não a eventualidade, embora pudesse também aderir ao ver baldados os seus esforços, como aderiu seu irmão, o conselheiro Antônio Prado. Eduardo não se tornaria republicano, não renunciaria ao seu culto à tradição, não se dobraria.

Eça diz que a sua lucidez era esparsa, alumando amplos espaços com tenuidade, mas concreta, por isso mesmo ricamente intensa, como um fino dardo que vara horizontes. Foi essa lucidez que anteviu a crise em que iria enredar a República presidencial, adotada, afobadamente, na manhã de 15 de novembro, em que o conselheiro Aires, no Passeio Público, não chegou a saber o que se passava no Campo de Santana, na *frondeuse* cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, sede do governo imperial de Sua Majestade D. Pedro II, Bragança da linhagem heróica da Restauração.

Na história do Brasil as relações dos monarquistas, dos titulares do regime, da quase totalidade dos membros da Câmara dos Depu-

tados, do Senado vitalício, da Justiça, eram sólidas. Mas, naquela manhã de novembro, que deveria ser quente, como em geral todas as manhãs de novembro na cálida cidade tropical do Rio de Janeiro, viu-se que a solidez de que se prezava D. Pedro II esboroou-se, e, em poucas horas, passamos de monarquia a república. Dentre os que não cederam estava Eduardo Prado. A sua firmeza de atitude lhe despejaria nos passos do caminho não poucos dissabores. Recensieira-os todos Sebastião Pagano,¹⁸ em obra bem fundamentada. O guerrilheiro Eduardo Prado – como o chamou Eça – permaneceu o mesmo até o fim da sua curta vida. Plantou-se no mais alto cimo da observação, de arma na mão – a sua arma, a pena, com as idéias que sabia manejar –, e desfechou contra a República recém-inaugurada, enquanto viveu, a munição que pôde juntar. Eduardo não foi, como se pode supor, um saudosista, que só olhava para trás, atribuindo maior importância ao passado do que ao futuro. Não. Ele sabia que, desprezando o passado, em nome de abstrações e cópias subservientes, o futuro do Brasil estaria comprometido. Quem conhece a nossa história, e a interpreta objetiva e serenamente, não ignora que Eduardo estava com a razão. Cem anos depois de proclamada a República, é tão instável o regime que presidentes, impostos pelas armas e por seus galões, realizaram a tentativa de dar de presente ao país uma democracia.

Diz Eça que Eduardo pôs todos os seus dons nas suas campanhas, com estilo claro, límpido, perfeito. “Dentro de um tal estilo a expressão cabe, porque a sua ductilidade se presta tanto à grossa risada como ao soluço lírico. E Eduardo Prado para tudo o faz servir: lutando ou doutrinando, segundo a necessidade da causa santa, ele emprega a ironia alada, o sarcasmo estridente, a prédica catedrática e de toga, a murmuração familiar em chinelos, a rápida e remexida rebusca dos fatos, e mesmo a compassada e ponderosa proclamação das teorias.”

¹⁸ Sebastião Pagano, *Eduardo Prado e sua época*. São Paulo, O Cetro, s.d., *passim*.

As personagens de Eça foram compostas, como fazem todos os romancistas, com pedaços de seres vivos. Eduardo Prado entrou com a sua parcela, sobretudo em Fradique Mendes. Para Eça, no entanto, o que predominou em Eduardo Prado foi o seu intrépido, esclarecido, puro amor à tradição, como elo entre gerações e prolongamento das lições do passado no futuro. Na linha dos tradicionalistas do século XIX, Eduardo nunca deixou de ser moderno e de querer para o Brasil o progresso a que seu povo tem direito. Mas lhe repugnou sempre o desprezo à Tradição – sempre, como escrevia Eça – de que procede o Brasil, a grande matriz lusitana, enriquecida, mas não desfigurada, pela contribuição negra e imigratória. Eduardo Prado conservou na urna mais cara de sua afeição o passado do Brasil e Portugal, por nele ver o sólido bloco sobre o qual ergueram-se a civilização e a cultura desta nação. Se essa foi em Eduardo uma virtude ou um defeito, é tema a ser debatido. De nossa parte, vemos Eduardo Prado um paladino, uma espécie de cavaleiro, não da decadência da Cavalaria, pois esse ilustre patricio do mais puro paulistismo não foi, nem seria, um Quixote, mas, sim, um Bayard que cumpria o seu dever, contra todos os obstáculos. As suas convicções foram para ele sacratíssimas. Defendeu-se com fé, pois somente com fé se pode defender convicções. Como disse Eça, “à planta que ele plantar, não faltará nem adubo, nem sacha, nem rega, nem ternos cuidados”. Não o conhecem as novas gerações. Iludidas pelos demagogos, intoxicadas pelos impostores, enganadas pelos ideólogos, as novas gerações se apresentam para contrariar o rumo histórico do Brasil, pois já não mais se cultua a tradição da nossa límpida origem, do nosso compromisso com o passado.

Neste começo de milênio, quando o Brasil completou 500 anos, poderíamos atribuir-lhe muito mais, pois ele vem do fundo das idades, quando se formou, sob o magistério da Igreja, do Portugal, que sairia pelos mares para descobrir novas terras, incorporá-las ao seu patrimônio, civilizá-las e transferi-las a outros governantes.

Infelizmente, para nós, o Brasil ficou, todo ele, desfigurado. A crise maior de que sofreremos, crise que nos fará, ainda, muito mal, é essa, a da ignorância de nossas mais altas tradições. Não dispondo desse bom cimento, as gerações, que se sucedem, devem aprender de novo as regras de convivência, quando podiam aproveitar as lições do passado e prosseguir, no tempo histórico, como fizeram as nações que souberam se defender do processo revolucionário, ao qual o mundo deve responsabilizar o impacto da desestabilização, em cujas tenazes se debate. Foi esse homem de superior qualidade, “que na verdade honra o Brasil”, como disse Eça, um grande exemplo de paladino da tradição e inteira entrega a uma causa, que ele considerava sagrada, por estar diretamente vinculada à sua e à nossa pátria. Muitas qualidades possuía esse brasileiro, esse paulista ilustre.

Eça as arrolou, acentuando que o fazia sem estudar. Mas com elas se identificou, e com uma, ao menos, sua identidade foi maior, a Tradição, pois essa correspondia ao seu permanente amor pelo querido Portugal, que o vento revolucionário do século XIX iria deformar. E o seu grande amor pelo Brasil, que Eduardo, com denodo e sacrifício, demonstrou profundamente amar.¹⁹

¹⁹ Eduardo Prado, *Fastos da ditadura militar no Brasil*. São Paulo, Livraria Magalhães, 1923, *passim*.

João Guimarães Rosa e os pais, Dona Chiquitinha e Florduardo, quando os visitou em Belo Horizonte, pouco antes de falecer – 1966.



João Guimarães Rosa

CARLOS HEITOR CONY

O nome do pai – Florduardo – é a chave para a linguagem de toda a sua obra. Menino do interior, introvertido, observador, viu neste nome um destino. Todos os pais têm nomes simples. E o seu tinha um que era a mistura de flor e Eduardo.

Quando começou a escrever, ele procurava juntar palavras, às vezes para criar uma outra, às vezes pelo prazer de juntar e ver o resultado. O processo não era exclusividade sua, pois James Joyce (e antes de Joyce, outros autores, inclusive o maranhense Sousândrade) usaram da aglutinação dos vocábulos para variados efeitos literários.

No noite de 19 de novembro de 1967, sozinho em seu apartamento na rua Francisco Otaviano, em Copacabana, morreu tentando telefonar para alguém. A pessoa que o atendeu ouviu-o dizer: “socorro”. O telefone ficou fora do gancho, e a cabeça do escritor tombada sobre a mesa de trabalho.

Dois dias antes, tomara posse na cadeira nº 2 da Academia Brasileira de Letras, cadeira que pertencera a outro romancista barroco como ele (Coelho Neto) e cujo último ocupante fora o seu ex-chefe

Jornalista, romancista, cronista, contista e ensaísta. Desde o seu romance *O ventre* (1958) a *O indigitado* e *A tarde da sua ausência* (2001), publicou cerca de trinta livros e fez adaptações de obras da literatura universal. Por mais de 30 anos colaborou na revista *Manchete*. Atualmente é cronista do jornal *Folha de S. Paulo*.

no Itamaraty, João Neves da Fontoura. A muitos amigos, Guimarães Rosa confidenciara: – “Tenho medo da posse. O coração não vai agüentar.” Agüentou. Pediu a amigos (Josué Montello entre eles) que o fiscalizassem durante a leitura do discurso. No seu amor pela perfeição, tomara exercícios de empostação de voz com Pedro Bloch. Ouviu a saudação de Afonso Arinos de Melo Franco com um sorriso que ficava mais no olhar do que nos lábios.

Segundo alguns – não precisava da Academia, mas ele precisava dela e por isso se emocionava, e por isso temia a morte na tribuna, envolto no fardão, como um *clown* das letras que encontra o ato final no próprio palco.

Para seu bom gosto, a cena seria exagerada. Ele desejava que tudo corresse bem, socialmente bem (pedira ao presidente Austregésilo de Athayde uma banda de música) e o desenlace no seio da Academia seria sobretudo um trambolho, além de uma emoção dispensável. Seu amor pela ordem impediu a fraqueza e ele reagiu. Mas sabia-se marcado. Horas mais tarde, em sua arena de trabalho, na mesma mesa onde sofria em busca da palavra exata, da frase perfeita, ele sentiu o fim.

Na véspera de sua posse, encontrei-o pela última vez. O sinal luminoso da Rua Raul Pompéia com a Avenida Rainha Elizabeth fechara e eu reparei em dois homens que atravessavam a rua. Chovia e era noite. Apesar da miopia, da chuva e da noite, os olhos de gato de Guimarães Rosa me descobriram dentro do carro. A seu lado, Franklin de Oliveira, seu amigo e admirador.

Guimarães veio, o guarda-chuva pingando, dar-me o boa-noite. O sinal abriu e eu tentei acelerar o carro.

– Olha, não me deixe sozinho amanhã. Eu preciso de suas palmas.

– Você terá muitas palmas. Nem estará sozinho.

– Mas vá, assim mesmo.

Buzinaram atrás de mim, e eu tive de avançar. Pelo retrovisor, vi a silhueta dos dois amigos tentando alcançar a calçada oposta. E só

então reparei que Guimarães Rosa falara comigo naturalmente. Antes, quando o encontrava pelas manhãs no Posto Seis, ele a caminho do Itamaraty e eu a caminho da praia com as minhas filhas, a sua saudação era sempre de efeito, literária, barroca:

– Salve o pai matinal e audaz!

Eu gostava da saudação, e retribuía com uma frase menos barroca mas igualmente amiga:

– Salve o honesto menino da primeira comunhão!

Com ternos claros, gravata borboleta, rosto lavado e jovem, sempre me deu a impressão do menino que vai fazer a primeira comunhão. Ele me prendia até que o seu ônibus chegasse. Não tomava qualquer carro, tinha um lugar que era só dele, se estivesse ocupado, esperava outro.

Dali, ele gostava de olhar as ruas, as pessoas, o dia e a vida. Mas seu pensamento, quanto mais olhava a cidade, mais buscava em si próprio os campos de suas Gerais. Uma tarde, tentou me explicar a diferença entre um buriti e uma palmeira que até há pouco resistia, ali na Avenida Atlântica. Para resumir, ele terminou dizendo, talvez, uma de suas melhores e mais espontâneas frases:

– No fundo, dá tudo na mesma.

Cordisburgo significa cidade do coração. Foi uma palavra inventada pelo missionário que fundou a cidade. Padre João de Santo Antônio, que desejava homenagear o Sagrado Coração de Jesus. Juntou a palavra latina *cordis*, genitivo de *cor* (coração), com o sufixo anglo-saxônico *burgo*, que significa burgo mesmo. A explicação do nome de sua cidade natal foi dada pelo próprio Guimarães Rosa na abertura do seu discurso de posse na Academia. Mais uma vez demonstrava a preocupação com as palavras, que tornam o mundo mágico.

Em 1921 publica os primeiros contos. São trabalhos estranhos, escritos numa linguagem de folhetim, com personagens estrangeiros, em ambientes sofisticados da Bulgária ou de Londres. Alguns de seus títulos: *O mistério de Higmore Hall*, *Cronos Kay Anagke*. A fabulação

era primária, a trama superficial, mas desde já se esparramava na hora de inventar nomes para seus personagens. Temos assim uma enxurrada de Tragywyddol, Affael, Lleoddag, Duw-Rhoddoddag, Inverary, Sviazline.

Mais tarde, a obsessão o arrastaria a nomes como Miguilim, Manuelzão, Sêo Habão, Joca Ramiro, Zé Bebêlo, Quelemén, Valtêi (“nome moderno, é o que o povo daqui agora aprecia, o senhor sabe”), Sesfredo, Suzarte, Ana Dazuza, Zéfim Aduzido, Alarico Tostões, etc.

Em 1936 escreve um livro de poemas e o inscreve num concurso na Academia Brasileira de Letras. O título, *Magma*, também seria a chave para o título do livro de contos que viria a seguir e que o revelaria como contista: *Sagarana*.

Foi numa conversa, em seu gabinete, no Itamaraty, que Guimarães Rosa explicou-me esta transformação. Procurara, para o livro de poemas, um nome curto que tivesse dois *as*. Não seria difícil encontrar alguns: mágoa, Magda, vaga, fala. Fixou-se em *Magma*, e descobriu que quanto mais *as* tivesse um nome, mais bonito ficaria. Quando escreveu o primeiro livro de contos, fez uma relação de vários nomes. Pensou durante algum tempo em savana, mas não queria empregar uma palavra que já tinha um significado preciso. E como pensava em criar uma grande saga (Grande Sertão), da palavra *saga* partiu para *sagana*, que soava mal, até chegar a *sagarana*, que tinha quatro *as*, mantinha nítida a raiz *saga* e praticamente não significava nada.

Para o escritor Guimarães Rosa a carreira estava lançada. Era tempo, também, de cuidar de sua outra carreira, a diplomática. Nomeado cônsul em Hamburgo, permaneceu na Alemanha até o rompimento de relações entre o Brasil e os países do Eixo, ficando retido em Baden-Baden, juntamente com outros diplomatas, até que o Itamaraty providenciasse a troca de funcionários alemães que exerciam funções no Rio.

Bogotá é o posto seguinte e é na capital colombiana que encontra tempo para rever os contos de *Sagarana*. Dá-lhe o toque final, iria re-tocar todas as suas obras, ao longo das sucessivas reedições.

Nos dez anos seguintes, ele concentraria todas as suas energias para o salto que o consagraria definitivamente. Em sua vida funcional, continuaria servindo no estrangeiro, voltando a Bogotá. como secretário-geral da IX Conferência Interamericana e, logo depois, servindo em Paris, como conselheiro da Embaixada. Em 1951, durante o segundo governo de Vargas, é convocado pelo ministro do Exterior, João Neves da Fontoura, para chefia de seu gabinete.

Em 1956, o dilúvio. Logo nos primeiros meses do ano sai *Corpo de baile*, em dois volumes, e em seguida *Grande sertão: Veredas*. O impacto causado ficou sendo uma espécie de hégira da literatura brasileira. Pode-se falar em antes e em depois de Guimarães Rosa.

Todas as grandes obras-primas da literatura têm uma história linear, sem nada de extraordinário. *Crime e castigo* é a história de um estudante que assassina uma velha para roubar. *Dom Quixote* nem enredo tem: é um louco de meia-idade que sai pelo mundo procurando briga. *Madame Bovary* é a mulher de um médico provinciano que arranja um amante. E daí?

Tal como no caso dos grandes mestres, a história episódica de Ribaldo seria transformada pelas mãos do feiticeiro, e dessa transformação resultaria uma poção mágica que não poderia ser tomada de um gole só. Precisava de conta-gotas, para ser explorada em suas miudezas, em seus muitos atalhos e veredas.

Diante da monumentalidade da obra, os críticos falaram, inicialmente, em Joyce, fazendo paralelos de linguagem e intenções. Em princípio, pode-se traçar paralelos entre um livro e outro qualquer livro, por exemplo, entre o *Almanaque Capivarol* de 1942 e a *Divina comédia*.

Para uso próprio, preferimos compará-lo com outra obra-prima produzida no mesmo século, o *Dr. Faustus*, de Thomas Mann. O compositor Adrian Leverkuehn persegue a sua obra-prima e vende a sua

alma ao demônio para obter a música desejada, tal como o seu antepassado goethiano vendera a alma para recuperar a mocidade. “O jagunço Riobaldo e o compositor Leverkuehn – analisa um crítico – têm, cada qual a seu modo, uma tarefa a cumprir, tarefa que está além de suas capacidades. É preciso, então, convocar a energia obscura por meio do pacto diabólico.” Conquistado o grande fim (a morte do bandido Hermógenes para Riobaldo, a criação da grande música para Leverkuehn), os dois personagens se retiram para uma espécie de aposentadoria sinistra: o compositor, minado pela sífilis, torna-se idiota. Riobaldo, depois de graves doenças e delírios, transforma-se num caipira pensativo e estéril. Em ambos os casos, a narração é feita de memória, depois de decorridos alguns anos dos fatos principais.

Thomas Mann e Guimarães Rosa eram, acima de tudo, homens eruditos, dois humanistas no sentido pleno e nobre da palavra. Eles espremeriam dentro de suas histórias, por mais banais que parecessem, a carga cultural que os condicionava. Daí, muita gente tirou suas conclusões a respeito do *Dr. Faustus* e o regime nazista. E pelo mesmo processo muitos leitores e críticos enxergaram na obra de Guimarães Rosa uma ontologia, uma metafísica e até mesmo uma teologia. O certo é que o romance de Rosa guarda todas as proporções de uma epopéia medieval – e o próprio Sertão que serve de cenário, sujeito e predicado da ação, é uma ilha medieval cravada no imenso corpo do Brasil. O livro, assim, entendido, resulta numa canção de gesta, onde o trovador (o ex-jagunço Riobaldo) narra ou canta – para um presumível ouvinte – “a sua vida de aventura, tendo como *leit-motiv* o seu amor impossível por Diadorim e a sua ânsia do absoluto”.

Guimarães Rosa não chegou, como querem alguns, a criar uma língua realmente nova, embora tenha empregado uma linguagem criada para ele. Quem está habituado a ler os clássicos, sobretudo os quinhentistas, identifica o filão que abastece a sua prosa. Lembremos como exemplo um texto conhecido, o da carta de Pero Vaz Caminha: “Todavia tome Vossa Alteza minha ignorância por boa von-

tade, a qual bem certo creia que, para aformosentar nem afeiar, a que não há de pôr mais do que aquilo que eu vi e que me pareceu.” Se procurarmos outros exemplos em Frei Luís de Sousa e Gil Vicente, chegaremos à conclusão de que Guimarães Rosa revisitou, criativamente, o português arcaico, do qual ainda existem resíduos, ilhas isoladas no arquipélago de nossa linguagem oral.

Ao perseguir uma expressão antiga, ele chegaria a um processo antigo de pesquisar a realidade: a anotação gráfica dos pormenores. Evidente que a memória e, sobretudo, a imaginação dariam os elementos demarcatórios de sua ficção. Mas o seu amor à verdade física dos fatos levou-o ao mesmo processo adotado por tantos outros, inclusive por Zola: tirar o caderninho do bolso e registrar tudo. Guimarães Rosa anotava uma palavra que ouvia, tomava apontamentos para descrever naturalisticamente uma planta ou um animal.

Zola, para fazer *Bonheur des dames*, gastou cinco cadernos anotando nomes de tecidos, variações de tafetás, tipos de seda. E seu amor aos detalhes fez com que empanturrasse 200 páginas para descrever um jardim em *La faute de l'Abbé Mouret*.

Guimarães Rosa não fez por menos, por exemplo, ao relacionar os nomes pelos quais o Demônio é mencionado no sertão: “O Arrenegado, o Cão, o Sujo, o Cramulhão, o Indivíduo, o Galhardo, o Pé-de-Pato, o Homem, o Tisnado, o Coxo, o Temba, o Azarape, o Coisa-Ruim, o Mafarro, o Pé-Preto, o Canho, o Duba-Dubá, o Tristonho, o Não-Sei-Que-Diga, o Que-Nunca-Se-Ri, o Rapaz, o Sem-Gracejos...”

A seqüência de tantos nomes pitorescos não deixa de lembrar a célebre passagem de outro clássico, Rui Barbosa, que conseguiu alinhar uma dezena de nomes e expressões que significavam, simplesmente, prostituta.

De certa forma, Guimarães Rosa tornou-se um autor oficial e oficializado. Nem assim perdeu o genial contorno que faz de sua obra um monumento de nossa língua, território glorioso de nossa cultura.



José Lins do Rego, de Portinari, 1939
Óleo s/tela, 73,4 x 60,2 cm
Acervo da ABL.

José Lins do Rego: cem anos

MURILO MELO FILHO

Neste ano de 2001, completa-se exatamente um século do nascimento, no Engenho Corredor, município paraibano de Pilar, de José Lins do Rego Cavalcanti, ou simplesmente Zélin, como é chamado e assim escrito na sua Paraíba.

Ele foi um dos principais líderes da revolução que se processou no moderno romance brasileiro, regionalista e nordestino, ao lado de Amando Fontes, José Américo, Graciliano Ramos, Jorge Amado e Rachel de Queiroz, com ênfase nas temáticas da cana-de-açúcar, do cangaço, do misticismo e da seca.

Ao longo do “ciclo da cana-de-açúcar”, sobretudo em *Menino de engenho* (1932), *Doidinho* (1933), *Bangüê* (1934) e *Fogo morto* (1943) – lançado em pleno apogeu do nazi-fascismo – o personagem que permeia quase todas as suas tramas é o todo-poderoso e hegemônico chefe de engenho, com suas greis restritas. E o pano de fundo que se abre como palco é o da casa-grande e da senzala. Daí talvez a sua imensa afinidade e intensas relações com Gilberto Freyre.

O jornalista Murilo Melo Filho ocupa a Cadeira 20 da ABL. Trabalha na imprensa desde os 18 anos. Como repórter político, escreveu centenas de reportagens sobre o Brasil, entrevistou personalidades do mundo inteiro e tem vários livros publicados, entre os quais *O modelo brasileiro* e *Testemunho político*.

Seu primeiro livro, *Menino de engenho*, em 1932, foi rejeitado por todos os editores. Só veio à luz custeado pelo bolso do próprio autor, mas teve os dois mil exemplares da sua Iª edição esgotados em três meses, após ter sido saudado efusivamente por João Ribeiro, crítico literário do *Jornal do Brasil*, que considerou o romance “um livro de primeira ordem, escrito numa linguagem nordestina, alheia ao vernaculismo e aos artifícios da literatura corrente”. Com esse seu livro de estréia, ganhou o prêmio da Fundação Graça Aranha.

Já no “ciclo do cangaço, do misticismo e da seca”, ao qual pertencem *Usina* (1936), *Pedra Bonita* (1938) e *Os cangaceiros* (1953), com vinculações em *Moleque Ricardo* (1935), *Pureza* (1937) e *Riacho Doce* (1939) – era quase um livro por ano –, os protagonistas são quase sempre aqueles errantes bandoleiros do Nordeste, os santeiros, os messias, os taumaturgos e os beatos, cuja saga é descrita em cores vivas e excitantes.

Com suas inesgotáveis reservas de grande ficcionista, José Lins conseguiu escrever tantos livros de ambiências iguais e assemelhadas, mas de interesse distinto e permanente.

Memorialista. Ele é um neo-realista do romance posterior ao Modernismo que, como exímio memorialista, vai buscar na sua meninice e na sua juventude a inspiração para os provocantes enredos, que prendem o leitor da primeira à última página dos seus romances, numa tessitura sobre o feiticismo da paisagem, do vento, do massapê, dos canaviais, dos poentes, dos rios, das chuvas, das cigarras, das serras, da mata, da várzea, da floresta, da caatinga.

Dizia ele: “Sou um literato da cabeça aos pés e nada me arreda de arrancar das entranhas da terra a seiva dos meus romances.”

A imaginação e a memória são duas vertentes e viés que balizam e sinalizam quase toda a área do trabalho zelinsniano, no qual está presente uma simbiose da pobreza com o desamparo, da tristeza

com a carência, da humildade com a submissão, da morte prematura com a orfandade e do sexo com o lúdico.

A sua é quase uma obra sociológica, de denúncia social contra as terríveis desigualdades dos grotões e dos mundéus no semi-árido, escrita por um autor identificado com o seu chão e o seu povo, exuberante, primitivista e telúrico. Nessas duas fases – da cana-de-açúcar e do cangaço – há uma constante cíclica da ascensão e queda dos “coronéis” rurais, como herança inevitável do patriarcalismo, do latifúndio, da escravidão, do feudalismo, do baronato e do mandonismo.

Ele foi um dos nossos mais ricos e férteis escritores de ficção realista, inspirado nas mais legítimas fontes nordestinas, com uma talentosa combinação entre a arte e a realidade: a sua infância órfã no Santa Rosa do *Menino de engenho*, o seu internato no Colégio Nossa Senhora do Carmo em *Doidinho* e a figura do seu avô e xará José Lins no personagem do Coronel José Paulino em *Fogo morto*.

Rico, extenso e variado é o seu elenco de inesquecíveis figurantes: Carlos de Mello, Olívia, Ricardo, Dr. Juca, os cegos Ladislau e Torquato, Lola, Antônio Cavalcanti, Felismina, Maria Paula, Margarida, Antônio Bento, Padre Amâncio, Ester, Edna, Nô, Marta, Luís, Lucas, Feliciano, Sinhá Josefa, Tia Maria, Sinhazinha e Bento, entre muitos outros.

Fascinado pelo estilo de Eça, não o imitou em nada. Leitor, aos 17 anos, de *O Ateneu* de Raul Pompéia e, aos 19, do *Memorial de Aires* de Machado de Assis, não copiou nenhum dos dois, podendo, quando muito, influenciar-se ligeiramente com *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, e com *O cortiço*, de Aluísio de Azevedo.

Como se fosse um John dos Passos, um Steinbeck e um Hemingway dos trópicos, escreveu um pouco na linha de William Faulkner, o retratista da decadência do Sul americano; de Thomas Hardy, o

pessimista do regionalismo britânico; de Maurice Barrès, o cultor do provincianismo francês, e de Marcel Proust, o romancista dos tempos perdido e reencontrado.

Parodiando André Gide, poder-se-ia dizer que Zélinis escrevia para sobreviver, para pôr-se em contato com a vida, a ela se ligando mais intimamente. Escrevia porque podia escrever, porque nascera para isto e porque vivia.

Conflito. Há também uma atmosfera de quase permanente conflito entre os proprietários, de um lado, e os “sem-terra”, do outro, como precursores da grande problemática brasileira dos dias atuais, que é a reforma agrária.

Pergunto: como se haverá de ver, senão sob este prisma, o choque do Coronel Lula de Holanda, senhor do engenho Santa Fé, genro e herdeiro do Capitão Tomás Cabral – um saudosista de tempos gloriosos – com o Mestre Zé Amaro, um humilde artesão, fazedor de selas e de arreios e com Vitorino Carneiro da Cunha, o “Papa-Rabo”, uma grotesca reedição do Quixote, de Cervantes?

Se a técnica da narrativa de José Lins é possante nesse cenário rural, com o linguajar típico da rudeza do agreste e com cheiro de poeira e de gente (camumbembe, lasquinê, bute, furriel, pua, cachênê, cassacos, agulheiro, carpina, chibante, turina, latomia, quenga, etc.), não será menos pujante quando ela se transporta desse horizonte interiorano para o ambiente citadino, como em *Água-mãe* (Cabo Frio) e *Eurídice* (Rio de Janeiro).

Aí já não é mais o promotor público da comarca mineira de Manhauçu, mas o fiscal do imposto de consumo no Rio, que, segundo Manuel Bandeira, não lavrou uma só multa, e que, segundo Drummond, quase não comparecia ao seu trabalho, mas que era convidado a fazê-lo pelos seus novos chefes, interessados mais em conhecê-lo pessoalmente do que em recriminá-lo.

No auge do macartismo e da “caça às bruxas”, subscreveu um manifesto de intelectuais brasileiros contra o generalíssimo Franco e teve negado o visto para entrar nos Estados Unidos.

Rubro-negro. Certa vez, em setembro de 1954, cheguei a defrontar-me com ele, misturado nas arquibancadas com a massa rubro-negra do seu Flamengo muito querido (do qual viria a ser o presidente). E, num jogo contra o Vasco, em São Januário, chegou a ser preso pela polícia, durante duas horas, por causa de uma briga com torcedores vascaínos.

Nesse mesmo ano, chefiou uma desastrosa seleção brasileira de futebol, que disputou uma Copa em Assunção e lá foi derrotada pelo Paraguai, o que lhe valeu uma eterna inimizade com o craque Zizinho. Zélin quis demitir-se do *Jornal dos Sports* e ir embora do Brasil, no que foi dissuadido por Mário Filho.

Cronista diário (“Conversa de lotação”) e crítico cinematográfico, já estava então empenhado na consolidação de sua obra literária, com vários livros: *Gordos e magros*, *Poesia e vida*, *Homens, seres e coisas* e *A casa e o homem* (crônicas), além de *Pedro Américo* e *Presença do nordestino na vida brasileira* (ensaios); *Meus verdes anos* (memórias); *Botas de sete léguas*, *Roteiro de Israel*, *Gregos e troianos* e *Conferências no Prata* (viagens); *Histórias da velha Totonha* (infantil); *Dias idos e vividos* (antologia) e *O vulcão e a fonte* (póstumo).

Acadêmico. Tomou posse na Cadeira nº 25 da Academia Brasileira de Letras, em 15 de dezembro de 1956, substituindo Ataulfo de Páiva, a quem se referiu num irreverente e cáustico discurso de posse, cuja repercussão seria muito controvertida. Conviveu com a “imortalidade” acadêmica durante apenas nove meses, pois morreu a 12 de setembro do ano seguinte. Foi sucedido por Afonso Arinos de Melo Franco e pelo atual ocupante, o acadêmico Alberto Venancio Filho.

Faleceu no Hospital dos Servidores. A *causa mortis*, de acordo com o boletim médico assinado pelo Dr. Theobaldo Vianna, foi uma cirrose hepática, embora suas relações com o álcool não tenham passado, conforme esclarece o confrade Carlos Heitor Cony, de uma esporádica *demi-bouteille* de vinho tinto francês, aliás, um hábito saudável e muito igual ao do acadêmico Geraldo França de Lima.

Desprezava a datilografia e escrevia em cadernos escolares numa letra miúda, quase ilegível, com suas correções e garranchos dificilmente decifráveis até mesmo por ele próprio. Tentava ler à tarde para os amigos, numa praça fronteira, os textos que escrevera pela manhã.

Casado com D. Naná, teve três filhas Marias: Elizabeth, Cristina e da Glória, hoje mais do que nunca irmanadas no culto à sua memória, além de muitos e fraternais amigos: o baiano Jorge Amado, os sergipanos Joel Silveira e Amando Fontes; os alagoanos Aurélio Buarque, Waldemar Cavalcanti, Aloísio Branco, Jorge de Lima, Graciliano Ramos, Carlos Paurílio e Lêdo Ivo; os pernambucanos Gilberto Freyre, Luís Delgado, Aníbal Fernandes, Olívio Montenegro, Osório Borba, João Condé e Luís Jardim; os paraibanos José Américo, Assis Chateaubriand e Odilon Ribeiro Coutinho; a cearense Rachel de Queiroz; o maranhense Josué Montello, além de Octavio Tarquínio, Dinah Silveira de Queiroz, Paulo Prado, Tiago de Melo, José Olympio, Carlos Drummond, Otto Maria Carpeaux, Álvaro Lins, Portinari e Santa Rosa, entre vários outros.

Incógnita. O Mestre Zé Amaro e o Coronel Lula de Holanda são dois personagens importantes, que ponteiam na urdirura de quase todo o *Fogo morto*, seu melhor romance. Ambos são homens voluntariosos. Ambos são sertanejos de ânimo forte. Ambos são pais de duas filhas patologicamente loucas: Marta e Olívia. Ambos são também vítimas de ataques convulsivos, ao que tudo indica, de fundo

epiléptico, embora José Lins não tenha usado uma só vez, nesse texto, a palavra *epilepsia*.

Mas, além desses dois personagens, persistem até o fim do livro uma curiosidade e uma incógnita, que em parte lembram a obra machadiana, no *Dom Casmurro*, com o mistério sobre a traição de Capitu: a curiosidade e a incógnita de sabermos se o Mestre Zé Amaro – que, mesmo protegido pelo Capitão Antonio Silvino, termina se suicidando no final – foi ou não foi um lobisomem.

Misterioso ou não, a verdade é que esse foi José Lins do Rego Cavalcanti, que no dia 3 de junho de 2001, um domingo, foi lembrado pelos seus conterrâneos com grandes e comoventes homenagens na sua Paraíba.

Ele nos legou, ao fim dos escassos e efêmeros 56 anos de vida, a imagem de um escritor espontâneo, emocional, simpático, bem-humorado, rústico, franco, sarcástico, quase excêntrico, sem papas na língua, e que foi também um incomparável arquiteto de romances, um exímio construtor de enredos, um modelar arquétipo de dramas, um inteligente compositor de diálogos, um engenhoso mágico de trovas e um admirável narrador de histórias.



Louis Pasteur
(1822-1895)

Dom Pedro II e o médico sem diploma

CARLOS A. LEITE

Está sendo comemorado o 105º ano da morte de Louis Pasteur, a quem a humanidade rende os tributos de admiração e gratidão pela pioneira e incomensurável contribuição no tratamento da raiva. Nascido em Dôle, no dia 27 de dezembro de 1822, Pasteur cresceu em Arbois, onde seu pai tinha uma indústria de curtume. Em 1848 foi nomeado professor de Física no Liceu de Dijon, onde ficou por pouco tempo, por não encontrar facilidades laboratoriais para desenvolver suas pesquisas. Já no ano seguinte conheceu a filha do reitor da Academia de Estrasburgo, Mademoiselle Marie Laurent, com quem se casou, dela recebendo companheirismo e dedicação por mais de 45 anos.

Sua carreira de pesquisador com a tranquilidade doméstica começa então a ganhar etapas rapidamente. Em 1857, ao ser nomeado diretor de estudos científicos da Escola Normal Superior, inicia uma série de pesquisas que por 31 anos lhe iriam dar lugar de preeminência na vida pública e na comunidade científica internacional.

Aluno do
Instituto Pasteur,
de Paris. Doutor
Honoris Causa da
UNIG.

O Instituto Pasteur de Paris, inaugurado em 14 de novembro de 1888, obra perenal, desde a sua fundação, teve um especial carinho para com os cientistas brasileiros que ali trabalharam ou estagiaram, graças sobretudo aos aspectos humanitários marcantes, desconhecidos por muitos, do nosso Imperador Dom Pedro II. Esses predicados de Dom Pedro II jamais seriam igualados pelos governantes do novo regime que seguiu à sua queda do poder.

Deve-se salientar que a produção científica mais intensa e notável de Pasteur seguiu-se ao episódio de hemorragia cerebral aos 45 anos de idade. Esse médico sem diploma, como acentuou Xavier de Préville na obra editada por Tolra e M. Simonet, confessava que “la science n’a pas de patrie”. Deste pensamento comungava, entre outros, o nosso Imperador, que nas suas viagens à Europa, ao largo dos prazeres fúteis, freqüentava as reuniões da Société de Secours des Amis des Sciences, onde, no dia 31 de maio de 1877, discursando numa sessão pública e notando a presença do nosso Imperador, Pasteur o saudou com cordiais palavras, adoçadas por respeito e carinho: “...Sa Majesté, pendant son dernier voyage à Paris, a été l’un des bienfaiteurs de la Société. Vous serez hereux de saluer, avec moi, le premier et plus illustre des amis de la Science”.

Este reconhecimento público da generosidade de Dom Pedro II, embora intimamente o confortasse, atingia sua modéstia, embora na verdade ele tenha sido o último de nossos dirigentes a se preocupar com a ciência e dedicado aos nossos cientistas apreço e respeito, que nos tempos atuais lhes é negado por um país sem memória e sem escrúpulos. No discurso de posse na Academia Francesa ocupando a vaga de Émile Littré – que nos deixou, além da grande obra sobre a vida de Hipócrates em dez volumes, o dicionário de termos médicos que sobrevive até os

nossos dias – Pasteur acentuou as palavras que mais tarde iriam compor o panegírico de Rui Barbosa na ausência de Osvaldo Cruz: “...a grandeza das ações humanas mede-se pela inspiração que lhe deu o ser. Feliz de quem traz em si um Deus, um ideal de beleza e lhe obedece: um ideal de arte, ideal de ciência, ideal de Pátria, ideal de virtudes do Evangelho, são estes os mananciais vivos dos grandes pensamentos e das grandes ações. Todas elas, todos eles se alumiam dos reflexos do infinito...”. Dom Pedro II, mesmo comandando um Brasil sem as facilidades da comunicação que podemos contar nos dias de hoje, mantinha-se ligado ao Velho Mundo, de onde surgiam as novidades científicas. Em 1882, após uma comunicação de Pasteur feita à Academia das Ciências e de Medicina, sobre as doenças microbianas, inclusive a febre amarela, Pasteur recebeu uma carta de nosso Imperador convidando-o a vir ao Brasil “estudar o micróbio da febre amarela e preparar uma vacina”. Esta carta foi entregue pessoalmente pelo Dr. Gorceix, diretor da Escola de Minas de Ouro Preto – está nos Arquivos do Instituto Pasteur de Paris – e demonstra a antevisão do progresso existente na mente sã de nosso Imperador, reforçando a amizade que unia ambos humanistas.

Após o anúncio no memorável 26 de outubro de 1885 da descoberta do tratamento preventivo da raiva, Pasteur adoeceu gravemente em Nice. Seu amigo brasileiro passou-lhe um telegrama: “... longue vie à celui qui a tant fait pour prolonger celle des autres..”. A doença de Pasteur e o Prêmio “Jean Reynaud” conferido pela Academia de Ciências, ao final de 1886, apressaram a subscrição para a “Fundation Pasteur”, que culminaria com a inauguração do Institut Pasteur de Paris na rua Dutôt, hoje rua Docteur Roux (médico de quem se valeu Pasteur, desde 1878,

para evitar as críticas que sofria quando se apresentava pelas estradas da Medicina sem possuir o diploma legal de formação), na estação do Metrô Pasteur. À inauguração compareceram 600 pessoas que puderam presenciar dois bustos, à direita e à esquerda da entrada principal, correspondentes a dois grandes benfeitores: o Tzar da Rússia e o Imperador do Brasil. O reconhecimento público de Pasteur manifestou-se mais uma vez no discurso: “Sa Majesté le Sultan voulait être un de nos souscripteurs; l’Empereur de Brésil, cet homme de science, inscrivait son nom avec le joie d’un confrère, et le Tzar saluait le retour des russes qui nous avions traités par un don vraiment imperial.”

Após ser deposto e exilado, D. Pedro II foi viver em Portugal e ao enviuar transferiu-se para a França, residindo em Cannes e Paris. O nosso Dom Pedro d’Alcântara, como assinava então, continuava a respirar o ar das ciências e procurar o saber nas visitas às bibliotecas, museus e academias. O inverno rigoroso de 1891 preparou a armadilha mortal. Em final de novembro, o nosso Dom Pedro foi acometido de episódio febril por pneumonia e no dia 5 de dezembro ocorreu o óbito no Hôtel Bedford, na rua d’Arcade n. 17, no 8ème arrondissement. O Hôtel Bedford, em respeito ao ilustre e fiel hóspede do apartamento 212, mantém a inscrição numa placa de bronze: “Dans cette maison a vécu ses derniers jours l’Empereur de Brésil Don Pedro II. Grand patriote, protecteur des sciences et des arts, ami de son peuple.”

Pasteur viria a falecer em 28 de setembro de 1895, porém o Institut de Paris colocou na biblioteca, próximo à cripta de Pasteur, o busto em mármore branco do nosso Imperador ao lado do de Pasteur com a inscrição: “S.M. Don Pedro II Empereur du Brésil à l’Institut Pasteur, 1890.” A história da vida desses dois

homens unidos pelo desejo de ajudar a humanidade, com lugar proeminente no panteão de benfeitores, forjou um elo indestrutível no relacionamento dos cientistas brasileiros e franceses que perdura até os nossos dias, mantendo viva a chama do dístico: A Ciência não tem Pátria.





Pessoa: personagens e poesia

MILTON VARGAS

~ A psique do poeta

Será sem dúvida tarefa difícil e perigosa enfocar a poesia sob o ponto de vista psicológico. No entanto, o aparecimento simultâneo de uma filosofia das formas simbólicas, de uma psicologia dos símbolos e da poesia simbolista no fim do século passado e início do atual, tornou quase irresistível a tentação de um tal enfoque.

Não pretendo, porém, de forma alguma dizer que o símbolo, e com ele a poesia, sejam inteiramente redutíveis ao psicológico. Pelo contrário, foi o símbolo que assumiu em nossa época uma realidade na qual se radicam tanto a poesia como a psicologia.

Se tivéssemos que escolher cinco grandes poetas da primeira metade do século XX para exemplificar a tese acima mencionada, sem dúvida colocaríamos Fernando Pessoa entre eles. Os primeiros cinqüenta anos do século foram extraordinariamente ricos em poesia: Rilke, Yeats, Pound, Eliot, Ungaretti, Maiakovski, Lorca, Antônio Macha-

Milton Vargas é professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e membro da Academia Paulista de Letras.

do... Seria fácil enumerar dez grandes poetas que emprestaram, paradoxalmente, à época do triunfo da tecnologia e das guerras mundiais, uma atmosfera poética comparável à dos períodos mais criativos da história. Ora, esses poetas, de um modo ou de outro, mostraram sua filiação ao Simbolismo e a melhor crítica de poesia que se fez então também adotou o ponto de vista do símbolo.

Depois disso, a fonte de criatividade poética parece vir se extinguindo. Depois do esplendor dos anos 20 a 40, fulgurou ainda a chama de um St. John-Perse e o fogo lentamente se apagou. Mas este fenômeno talvez seja aparente, pois é possível que a crítica agora dominante, tanto a analítico-informática, quanto a de origem marxista, tenham sido incapazes de identificar uma nova poesia de grande valor. As correntes críticas citadas partem do princípio de que a poesia é tão-somente produção de uma pessoa: o poeta. Se a poesia, porém, emerge do símbolo (o que se subentende no pensamento simbólico) e o símbolo não é um produto pessoal, deve-se concluir que a poesia transcende a instância meramente individual. É verdade que o momento poético eclode na mente do poeta, mas mesmo assim pode não ser produzido por ele, como pessoa. Lembremos a esse respeito o inconsciente coletivo, na conceituação de Jung, como fonte possível da fantasia criadora. Ele não é meu, não é teu, nem foi produzido por alguém. Em suas camadas mais profundas, nem mesmo se pode dizer que pertença à humanidade, pois suas raízes mergulham na ancestralidade telúrica do orgânico, atingindo abismos insondáveis, que podem ser assimilados ao que sempre se chamou de divino. Une a ordem urânica dos céus e as profundidades da terra com o mundo e os homens. Põe o homem dentro de uma realidade que ao mesmo tempo é dele e o ultrapassa.

A idéia romântica e pré-simbolista da poesia como verdade já a retira do contexto de produto do poeta. Para Heidegger, a obra de arte é uma coisa feita pelo homem, mas não é isto que a estabelece

como obra de arte. Para ser obra de arte, essa coisa-feita-pelo-homem deve revelar algo como verdade. Assim, pois, esse momento essencial da obra de arte está além do produzir humano, uma vez que para a filosofia romântica a verdade é uma totalidade transcendente. A poesia como desvelamento é independente e diversa do modo ou técnica mediante os quais o produto foi produzido.

Para o Simbolismo, a poesia é sempre uma manifestação do símbolo através da palavra. As palavras teriam cargas simbólicas, conotações, que se enriqueceriam ao serem habilmente justapostas na poesia. Caberia, pois, ao poeta, o manejo dos símbolos, mas estes não seriam de forma alguma produto do poeta. Seriam como que átomos de criatividade ou fontes de realidade, cuja trajetória se daria através do inconsciente que não pertence ao poeta como indivíduo.

A poesia de Fernando Pessoa, cujas raízes simbolistas são evidentes, constitui uma excelente ilustração do que foi dito acima. Manifesta-se por si mesma, como que independente da pessoa que a produziu, e de forma alguma é explicável a partir de Pessoa como indivíduo. Este desdobrava-se em pelo menos quatro personagens distintos. Como produto de uma pessoa, ou dos vários personagens, tal poesia não guarda característica alguma que a distinga univocamente. Mas dela brota algo de quem a fez: uma das maiores vozes poéticas de seu tempo.

O conceito de pessoa tem duas acepções em português: a de um centro de consciência e reflexão, como a definição de que “a alma imortal é, para o cristão, uma pessoa”. Aqui, a palavra indica um ser não só capaz de conhecer-se a si mesmo e à sua circunstância, como também de estabelecer uma relação de sujeito-objeto com as coisas que o rodeiam, além de uma relação intersubjetiva com as pessoas, sem que necessariamente com elas se confunda, ou nelas se perca. A segunda acepção é a de pessoa como personagem, isto é, de alguém que desempenha uma função, tal como na frase: “A pessoa impo-

nente do Imperador escondia um fraco.” A palavra liga-se aqui, etimologicamente, ao seu significado original de *persona*: máscara usada pelos atores do teatro antigo. O limite superior do primeiro significado ou acepção é a divindade; e o limite inferior, a aparência do farsante.

Aceitemos, pelo menos como hipótese de trabalho, que a estrutura da alma humana seja a de um ápice consciente, enraizado num substrato inconsciente. No ápice, estará a pessoa humana, enquanto que o substrato carece de toda personalidade e individualidade. Confunde-se, assim, não só com o orgânico da humanidade, mas também com a região psíquica onde se encontram os modelos de todo o comportamento humano. C.G. Jung chamou às camadas mais profundas dessa região de “inconsciente coletivo”, e aos modelos de comportamento, de “arquetipos do inconsciente coletivo”.

A palavra *pessoa* pode então significar a harmoniosa organização da alma em torno de um centro que garanta a sua individualidade. Mas pode também significar um segmento da psique coletiva que, ao invadir a alma, domina o consciente, fazendo com que o indivíduo se confunda com sua função social. É o fenômeno comum, na sociedade moderna, do indivíduo dominado por sua profissão: o senhor Diretor, o senhor Governador, etc.

O primeiro significado corresponde aproximativamente ao que Jung denominou *Si-mesmo* e o segundo, à *persona*.

Mas das profundezas do inconsciente coletivo podem também irromper na consciência figuras numinosas (os arquetipos), a modo daqueles “estranhos deuses que vêm e vão” na floresta do que somos, vindos daquilo que não sabemos até a clareira do nosso eu conhecido (Lawrence). Sob esse ponto de vista, o poeta é o ser particularmente aberto à irrupção dos símbolos que vêm das profundezas, do “antiquíssimo de nós”, tal como se exprime Fernando Pessoa, região que não mais nos pertence, abrangendo toda a humanidade e

ancestralidade. Esta é a região do sagrado, do divino, para além do humano.

Fernando Pessoa, o poeta uno e múltiplo, mostrou-nos através de seus heterônimos como a conjunção do eu consciente do poeta com a multiplicidade da poesia pode dar-se. Fernando Pessoa é Alberto Caeiro, o mestre de Álvaro de Campos, mas é também este último e o seu oposto: Ricardo Reis. E é também o outro Fernando Pessoa, ele mesmo.

A Álvaro de Campos, o mais lúcido dentre eles, coube explicar o por quê dessa pluralidade:

*Quanto mais eu sinta, quanto mais eu sinta como várias pessoas,
Quanto mais personalidade eu tiver,
Quanto mais intensamente, estridentemente as tiver,
Quanto mais simultaneamente sentir com todas elas,
Quanto mais unificadamente diverso, dispersamente atento
Estiver, sentir, viver, for,
Mais possuirei a existência total do universo,
Mais completo serei pelo espaço inteiro fora,
Mais análogo serei a Deus, seja ele quem for,
Porque, seja ele quem for, com certeza que é tudo
E fora d'Ele há só Ele, e Tudo para Ele é pouco.*

Essa fragmentação da personalidade não ameaçará o poeta, enquanto um centro interior as mantiver harmoniosamente consteladas, centro esse de certa forma análogo ao divino. No caso em questão, este centro consciente é Fernando Pessoa, ele mesmo, capaz de conhecer a gênese dos seus heterônimos. Diz ele: “O que Fernando Pessoa escreve pertence a duas categorias de obras a que podemos chamar de ortônimas e heterônimas. Não se poderá dizer que são anônimas ou pseudônimas; porque deveras não o são. A obra pseu-

dônima é do autor fora de sua pessoa, de uma individualidade completamente fabricada por ele, como seriam os dizeres de qualquer personagem de qualquer drama seu.”

Foi o próprio Fernando Pessoa quem contou, em carta a Casais Monteiro, que no dia 8 de março de 1914, inclinado sobre uma cômoda alta, escrevera, de um só jato, trinta e tantos poemas de Alberto Caeiro, numa espécie de transe. Como a obra de Alberto Caeiro é constituída pelos 49 poemas do “Guardador de rebanhos” e mais 35 poemas inconclusos, datados de 1911 a 1915, conclui-se que naquela noite houve a verdadeira e quase única irrupção do personagem Caeiro, na mente consciente do poeta.

Contra essa versão há o fato do manuscrito do “Guardador de rebanhos” ser datado de 1911 a 1912; no mesmo manuscrito, só alguns poemas têm a data da mencionada noite de 7 a 8 de março ao 10 de maio seguinte.

Imediatamente depois, diz ele, escrevi os seis poemas que constituem a “Chuva oblíqua”, de Fernando Pessoa. Diz ainda na mesma carta: “Foi a reação de Fernando Pessoa contra a sua inexistência como Alberto Caeiro.” Essa frase, entretanto, faz supor que o próprio Fernando Pessoa fosse um outro, pondo-se no mesmo nível de Alberto Caeiro e disputando com ele a existência. Mas há um centro de consciência, em Pessoa, que mantém o controle da individualidade, sem o que o poeta poderia perder-se na noite da loucura.

Suponho, aqui, que pela madrugada daquela noite memorável escrevesse, ao voltar a poetar como Caeiro, o final do último poema da série (o atual poema XLVI do “Guardador de rebanhos”):

*Isto sinto e isto escrevo
Perfeitamente sabedor e sem que não veja
Que são cinco horas do amanhecer
E o sol ainda não mostrou a cabeça*

*Por cima do muro do horizonte,
Ainda assim já se lhe vêem as pontas dos dedos
Agarrando o cimo do muro
Do horizonte cheio de montes baixos.*

E então, como na tragédia antiga, depois de finda a luta dos deuses e mortos os heróis, a vida retoma sua normalidade. A manhã de fim de inverno alvoreceu e o poeta contemplou de sua janela o porto, a igreja, a feira, o mundo, num dia de chuva oblíqua, entremeada de raios de sol, e centrou-se de novo em si mesmo, escrevendo:

*Atravessa esta paisagem o meu sonho dum porto infinito
E a cor das flores é transparente de as velas de grandes navios.*

Difícil não ver nessa chuva oblíqua de madrugada a transição do inconsciente Caeiro para o consciente Pessoa, transformando-se lentamente um no outro. Mas, uma vez concluída a transformação, como são diversos! O mesmo tornou-se, alquimicamente, o outro.

~ Caeiro, o mestre do sensível

Por que teria sido Alberto Caeiro, tal como Fernando Pessoa o declarou, o mestre dos três outros heterônimos? Sem dúvida, é ele o poeta do sensível. O que nos faz lembrar Aristóteles: nada há no intelecto que primeiro não estivesse nos sentidos. Assim, a primazia de Caeiro como mestre, afirma a primazia da sensibilidade que nele começando, passa para a intelectualidade dos outros. Caeiro é, portanto, o corpo dos outros. Se pensa, seu pensamento é sobre as sensações, tal como o diz no poema IX do “Guardador de rebanhos”:

*Sou um guardador de rebanhos
O rebanho é os meus pensamentos*

*E os meus pensamentos são todos sensações.
Penso com os olhos e os ouvidos
E com as mãos e os pés
E com o nariz e a boca.
Pensar uma flor é vê-la e cheirá-la
E comer um fruto é saber-lhe o sentido.*

*Por isso quando num dia de calor
Me sinto triste de gozá-lo tanto,
E me deito ao comprido na erva,
E fecho os olhos quentes,
Sinto meu corpo deitado na realidade
Sei a verdade e sou feliz.*

Eis o corpo! A realidade constituída pela totalidade das sensações, alcançada pelo mergulho do corpo inteiro no mar da sensibilidade. A estória do Menino Jesus contada no poema VII é uma tentativa de trazer o paraíso cristão para o reino da sensibilidade: o Menino foge do céu, onde não há sensibilidade, e vem brincar na terra, com raios de luz e com flores e pedras, cuja grande glória é a de simplesmente existirem na plenitude de suas cores, odores e tangibilidade. Esse poema revela uma nova maneira de viver, engolfada no sensível, que é, também, uma religião. Sem dúvida alguma há, nesse poema, uma antevisão do movimento *hippie*, cujo Deus, necessariamente imanente, é a Criança Nova:

*A Criança Nova que habita onde vivo
Dá-me uma mão a mim
E a outra a tudo que existe
E assim vamos os três pelo caminho que houver,
Saltando e cantando e rindo*

*E gozando o nosso segredo comum
Que é o saber por toda a parte
Que não há mistério no mundo
E que tudo vale a pena.*

Dessa religião de um Deus imanente que parece dominar o pensamento religioso atual, nasce uma ética da sensibilidade, já prenunciada, por exemplo, por um D.H. Lawrence.

Veja-se como soa lawrenciano o final do poema XXXII:

*(Louvado seja Deus que não sou bom,
E tenho o egoísmo natural das flores
E dos rios que seguem o seu caminho
Preocupados sem o saber
Só com fluir e ir correndo.
É essa a única missão no mundo
Essa — existir claramente
E saber fazê-lo sem pensar nisso)
E o homem calara-se, olhando o poente.
Mas que tem com o poente quem odeia e ama?*

Compare-se esses versos com o que disse aquele suave e terrível aristocrata, filho de mineiro, que viveu na Inglaterra nessa mesma época:

*And whoever forces himself to love anybody
begets a murder in his own body.*

Entretanto, Caeiro, no seu Penúltimo Poema, admite que a realidade, além das sensações, tem mais uma componente. Há que fazer conjeturas sobre as sensações, e isto é o que distingue o poeta dos outros seres, pois em suas conjeturas ele chega à verdade:

*Também sei fazer conjeturas
Há em cada coisa aquilo que ela é que a anima.
Na planta está por fora e é uma ninfa pequena.
No animal é um ser interior longínquo,
No homem é a alma que vive com ele e é já ele.
Nos deuses tem o mesmo tamanho
É o mesmo espaço que o corpo
E é a mesma cousa que o corpo.
Por isso se diz que os deuses nunca morrem.
Por isso os deuses não têm corpo e alma
Mas só corpo e são perfeitos
O corpo é que lhes é alma
E têm a consciência na própria carne divina.*

Estranha conclusão, tão lógica, a que Caeiro chega, sobre a corporalidade dos deuses. Se a realidade é inicialmente sensação sobre a qual o poeta deve conjeturar, é evidente a corporalidade dos deuses, uma vez que eles são a fonte da realidade. Só eles poderão usufruir a totalidade do real.

Sabe-se, através de Fernando Pessoa, que Alberto Caeiro só teve instrução primária. Era órfão de pai e mãe. Nasceu em 1889 e não teve profissão. Viveu quase toda a sua vida no campo, em companhia de uma tia, meia avó. Porém, com uma vida tão simples e esquemática, Caeiro é talvez o mais coerente, íntegro e conciso dos quatro heterônimos. E por isso mereceu ser o mestre de todos, recolhendo os dados da sensibilidade que depois foram elaborados pelos outros.

~ Fernando Pessoa ortônimo

Mas Fernando Pessoa não é só Caeiro; é também os três outros, sem que o ser quádruplo lhe turve a personalidade única. E entre os quatro, sem distinção possível, está o seu ortônimo: Fernando Pessoa.

Já se tentou mostrar como seria possível interpretar a passagem de Caeiro a Pessoa através de um dos últimos poemas do “Guardador de rebanhos”, e os primeiros versos de “Chuva oblíqua”, escritos na mesma famosa madrugada já citada. Foi o final da paixão noturna, quando a sensibilidade de Caeiro derramou-se, ao romper do dia, em Fernando Pessoa. Finda a alegria dos sentidos, veio a tristeza da constatação do infortúnio que rodeia o poeta – ser estranho, lançado num mundo inóspito Caeiro não pensa, mas é coerente. Fernando Pessoa perde-se no tumulto do pensamento e foge das sensações, procurando refúgio no que não é real. Aparece então a figura do poeta, como um fingidor que finge completamente a dor que deveras sente.

*E os que lêem o que escreveu
Na dor lida sentem bem
Não as duas que ele teve
Mas só as que ele não tem.*

Assim, segundo o que o próprio Fernando Pessoa publicou no número 17 da revista *Presença*, aquilo que Pessoa escreve sob outro nome, não é obra pseudônima, em seu sentido mais simples, mas ortônima.

A obra de Fernando Pessoa não poderia ser simplesmente dividida em própria e heterônima, e muito menos em própria e sinônima. Ela é ortônima e heterônima. Ora, ortônima quer dizer a que é certamente própria, enquanto heterônima é aquela que é certamente de outro.

Atrever-nos-emos agora a formular a seguinte teoria, deslocando a abordagem para uma análise literária e não psicológica da obra de Fernando Pessoa. O poeta, ao escrever, adotando o nome do indivíduo físico Fernando Pessoa, não se confundiria com o cidadão português que viveu sob aquele nome em Lisboa, entre 1920 e 1935.

A expressão “em sua pessoa”, designando o autor, sugere que, embora não sendo o mesmo que a pessoa física, constitui o centro consciente que dá unidade aos demais. É a pessoa de Fernando Pessoa aquele centro a que nos referimos, definindo a primeira das duas acepções do termo e equiparando-a ao Si-mesmo de Jung. Os heterônimos: Alberto Caeiro, Ricardo Reis e Álvaro de Campos são personagens parciais, emergências do plural interior do poeta, advindas de um fundo abissal inconsciente.

Aliás, o próprio Fernando Pessoa confirma tal coisa, ao dizer que sua poesia tem o sentido teatral do drama. Isto é um fato e, como tal, poderia ser analisado objetivamente pela psicologia. Entretanto, essa análise não é nossa meta, a não ser incidentalmente, para descobrir certos condicionamentos da criatividade poética. A estrutura do psiquismo de Pessoa parece-nos realmente reveladora de algo necessário a toda criatividade poética. A pessoa (na primeira acepção do termo) do poeta é marcada indelevelmente por uma unicidade inabalável – fonte donde jorra o poema que sempre traz em si a marca única de seu criador. Mas, paradoxalmente, o poeta é também aquele que é capaz de falar através de personagens, isto é, de livrar-se de sua personalidade própria, aparecendo como outro. É capaz de “fingir” e, fingindo, comparece como personagem.

Dessa forma, a poesia de Pessoa é extremamente esclarecedora para explicar o fenômeno psicológico da criatividade poética.

Segundo C.G. Jung, a psicologia pode aparecer na obra literária de duas formas: nas chamadas obras de caráter psicológico e nas de caráter visionário. Nas primeiras, o autor discorre conscientemente sobre fatos e questões que envolvem a psicologia. Em geral, esse repertório se refere a uma série de preconceitos, crenças ou constatações subjetivas do próprio autor. No máximo, poderá haver emergências do seu inconsciente pessoal. Já na obra visionária nada se encontra de puramente subjetivo. O que aparece, através de símbolos e

mitos, fatos e atos, diz respeito não à psicologia do autor, mas à psicologia coletiva. No primeiro caso, há uma fabulação consciente do autor; no segundo, irrompem forças do psiquismo, que escapam ao controle do criador. Trata-se de estratos do inconsciente coletivo – que forma o embasamento inconsciente de toda a psique humana, espécie de repositório de toda a experiência da humanidade. Como exemplos desses dois tipos de obra literária, Jung cita as duas partes do *Fausto*, de Goethe. Na primeira, trata-se do relato claro e consciente do drama psicológico pessoal de Fausto e de Margarida. Na segunda, já não se trata de Fausto, mas de todo o demonismo e desejo de salvação inatos na alma humana. Em lugar de Margarida aparece Helena e o Eterno Feminino.

É verdade, como diz Jung, que “a essência da obra de arte não é constituída pelas particularidades pessoais que pesam sobre ela (quanto mais numerosas forem as particularidades, menos se trata de arte). Pelo contrário, consiste no fato de elevar-se muito acima do pessoal”. No entanto, o psiquismo do poeta é como a crisálida onde se conforma o poema e, portanto, este, de algum modo, mantém a forma *mentis* do poeta. Há aqui um paradoxo que o próprio Jung indica ao afirmar: “Todo ser criador representa uma dualidade ou uma síntese de dualidades paradoxais; por um lado, é homem e pessoal e, por outro, é um processo sempre humano, mas impessoal.”

É inevitável, lendo esta frase, deixar de pensar na dualidade de Fernando Pessoa como ortônimo e como seus três heterônimos. Note-se bem que, segundo o próprio Pessoa, não se trata de alguém cujo nome oficial é Fernando Pessoa e que assina alguns de seus poemas construídos de modo peculiar, com pseudônimos correspondentes. Trata-se de uma estrutura psicológica constituída por um centro consciente – que se chama Fernando Pessoa – e de personagens que, como nós de energia psíquica, irrompem no consciente,

dele se apoderando, e dele fazendo seu instrumento. Segundo a concepção junguiana expressa em “Psicologia e poesia” e endereçando-a a Fernando Pessoa por minha conta: “Em última análise, o que o anima e nele quer não é ele mesmo enquanto instância pessoal, mas a obra de arte a criar.”

Para conferirmos esta temática com a realidade, seria necessário recorrer a alguém que tivesse convivido com ele, e dotado de sensibilidade para captar os sinais que confirmassem ou negassem o que foi dito. Esse alguém felizmente existiu. Foi Casais Monteiro, que nos forneceu os dados que confirmam a teoria.

Neste sentido, Casais Monteiro cita dois pontos de real importância. Primeiro, testemunha que os heterônimos não são “invenções da inteligência” de Fernando Pessoa, antes, brotando “instintiva e subconscientemente” de sua mente. De início, os personagens brotam autônomos, como no caso de Alberto Caeiro na noite de 8 de março de 1914. Só então é que o centro consciente de Pessoa os “fixa em moldes de realidade”, como diz o próprio poeta em carta a Casais Monteiro: “Graduei as influências, conheci as amizades, ouvi dentro de mim as discussões e as divergências de critérios, e, em tudo isso, *me parece que fui eu, criador de tudo, o menos que ali houve*. Parece que tudo se passou independentemente de mim. E parece que assim se passa.”

O segundo ponto importante no depoimento de Casais Monteiro é sua observação acerca da intemporalidade e da falta de evolução da poesia de Fernando Pessoa, confirmada e admitida pelo próprio poeta. Diz ele: “Tenho uma vaga idéia de ter escrito a Fernando Pessoa mais ou menos neste teor: a sua obra me parecia testemunha de uma intemporalidade quase absoluta, não havendo nela nem passado, nem futuro; mas apenas um eterno atual, que é o verdadeiro tempo em que de fato vivem os grandes imaginativos.” Ao que respondeu Fernando Pessoa: “O que sou essencialmente por trás das máscaras involuntárias

do poeta, do raciocinador e do que mais haja — é dramaturgo. O fenômeno da minha despersonalização instintiva... conduz naturalmente a essa definição. Sendo assim, não evoluo: VIAJO.”

Ora, a intemporalidade é uma característica fundamental do inconsciente coletivo. Nele, presente, passado e futuro se presentificam nos símbolos oníricos que vêm da mais longínqua antiguidade e nos presságios que freqüentemente acompanham as irrupções do inconsciente. Nada evolui, tudo é o que sempre foi na origem e tal como é agora no inconsciente. Por isso, nos sonhos, essa região aparece comumente como a dos mortos, dos túmulos e do que permanece enterrado na memória. É interessante notar como Fernando Pessoa substitui a evolução pela viagem. É que a viagem está ligada simbolicamente ao transpassar através das fronteiras do espaço e do tempo para as regiões desconhecidas e ocultas do originário: o que permanece sempre aquilo que é.

“Impressões do crepúsculo” é uma das primeiras revelações de Fernando Pessoa, ortônimo. Numa seleção da Poesia de Fernando Pessoa, feita e prefaciada por Adolfo Casais Monteiro (Editorial Confluência, Lisboa, 1945), tal poema consta de duas partes. Na primeira, comparece a origem: “Ó sino da minha aldeia, / Dolente na tarde calma, / Cada tua badalada / Soa dentro da minha alma.” Mas é na segunda que o poeta universal diz quem é, ou, pelo, menos, quem foi de início:

*Pauis de roçarem ânsias pela minh'alma em ouro...
Dobre longínquo de Outros Sinos... Empalidece o louro
Trigo na cinza do poente... Corre um frio carnal por minh'alma
Tão sempre a mesma, a Hora!... Balançar de cimos de palma!...*

.....
*Címbalos de Imperfeição... Ó tão Antiguidade
A Hora expulsa de si-Tempo! Onda de recuo que invade*

*O meu abandonar-me a mim próprio até desfalecer,
E recordar tanto o Eu presente que me sinto esquecer!...
Fluido de auréola, transparente de Foi, oco de ter-se...
O Ministério sabe-me a eu ser outro... Luar sobre o não-conter-se...*

Apesar de Casais Monteiro ter afirmado que o próprio Fernando Pessoa renegara esses poemas como um compromisso do “futurismo” com o público do Portugal de então, talvez por isso mesmo eles nos dêem a impressão de uma confiança do que é a gente de língua portuguesa. Gente espalhada pelos cinco continentes, tão separada e no entanto tão unida por essa delirante ânsia de futuro radicada no passado. Esse constante estar só e em outras partes, esperando e se aventurando em coisas impossíveis do futuro. Esse atirar-se para as visões futuras do espaço sem fim, sonhando e esperando, porém sempre saudosa do passado originário.

Já se disse que a preocupação máxima de Fernando Pessoa ortônimo era a lucidez. Gilberto Kujawski observou, porém, com exatidão: “Todo afã de lucidez de Fernando Pessoa se reduz à consciência obsessiva de seus estados de consciência.” Em outro ensaio, Kujawski diz: “A psicologia da própria criação artística e da contemplação do mundo era objeto de sua lúcida consciência.” Mas, do que era autoconsciente o poeta? Ele se sabia, primeiramente, poeta, intermediário entre os deuses e seu povo. Isto se evidencia no poema XIII dos “Passos da Cruz”:

*Emissário de um rei desconhecido,
Eu cumpro informes instruções do além,
E as bruscas frases que aos meus lábios vêm
Soam-me a um outro e anômalo sentido...*

*Inconscientemente me divido
Entre mim e a missão que o meu ser tem,*

*E a glória do meu Rei dá-me o desdém
Por este humano povo entre quem lido...*

Mas não advertia talvez que sua missão, como poeta, era a de dizer o que ainda não fora dito: aquilo que se situa no limiar do inaudito. Mas efetivamente disse o que jamais fora dito; por exemplo:

*Ó tocadora de harpa, se eu beijasse
Teu gesto, sem beijar tuas mãos,
E, beijando-o, descesse p'los desvãos
Do sonbo, até que enfim eu o encontrasse*

*Tornado Puro Gesto, gesto-face
Da medalha sinistra — reis cristãos
Ajoelhando, inimigos e irmãos
Quando processional o andor passasse!*

Não creio que se tenha conseguido maior beleza em versos portugueses. Mas o que é esse gesto musical inatingível, tão real e tão ligado ao sonho? Será o indizível essencial que há por detrás de toda a gloriosa e exuberante festa do existir? O inefável gesto por detrás da existência nua da mão que tange a harpa. Creio que o poeta conseguiu revelar a beleza cristalina daquilo que é único, eterno e perfeito por detrás das aparências fugazes.

~ Ricardo Reis

De acordo ainda com a célebre carta sobre a origem dos heterônimos, enviada por Pessoa a Casais Monteiro, Ricardo Reis apareceu (sem que o poeta o percebesse), por volta de 1912, quando lhe veio à mente escrever poemas de índole pagã, em versos irregulares. A idéia não vingou, os poemas não saíram; mas foi entrevistado “um

vago retrato da pessoa que estava a fazer aquilo.” Somente um ano e meio a dois anos depois, com a intenção de burlar-se de Sá Carneiro – seu amigo suicida – “inventou” um poeta bucólico: Alberto Caeiro, que aparece pronto e acabado na noite de 8 de março de 1914. “Aparecido Alberto Caeiro, tratei logo de lhe descobrir instintiva e subconscientemente uns discípulos. Arranquei do seu falso paganismo o Ricardo Reis latente, escolhi-me o nome e ajustei-o a si mesmo, porque nessa altura já o via.” Surgiu então, entre outros, o poema:

*As rosas amo dos jardins de Adônis,
Essas volucres amo, Lídia, rosas,
Que em o dia em que nascem,
Em esse dia morrem.
A luz para elas é eterna, porque
Nascem nascido já o sol e acabam.*

Lendo os versos acima, compreender-se-á o que desse heterônimo diz Pessoa: “Pus em Ricardo Reis toda a minha disciplina mental, vestida da maneira que lhe é própria.” Ricardo Reis, nascido em 1887 no Porto, formou-se em medicina e imigrou para o Brasil em 1919, por ser monarquista, e onde vivia ainda em 1935. Era baixo e forte “de um vago moreno mate”, homem cuja deliberada abstração só se concretizava em odes que, em certos momentos, lhe vinham de repente. Sem dúvida um epicurista, transformava as circunstâncias em algo semelhante ao que ele imaginava ser o mundo clássico em decadência, uma vez que o epicurismo assim era entendido em sua época. O que transparece nos seus versos é que há um mundo da natureza anterior a nós, no qual estamos imersos. E a felicidade coincide com uma entrega total de si mesmo à sabedoria, sem pretender à glória ou a qualquer compensação dela decorrente. É o que exprime nestes versos:

*Antes de nós nos mesmos arvoredos
Passou o vento, quando havia vento,
E as folhas não falavam
De outro modo do que hoje.*

*Passamos e agitamo-nos de balde
Não fazemos mais ruído no que existe
Do que as folhas das árvores
Ou os passos do vento.*

*Tentemos pois com abandono assíduo
Entregar nosso esforço à Natureza
E não querer mais vida
Que a das árvores verdes.*

Para o poeta, assim como para os gregos da decadência, além da natureza há um outro mundo – o da “alta praia onde o mar é tempo”. Tal mundo não nos pertence, mas aos deuses que tão distantes estão de nós, nesta época de carência. Apegamo-nos à certeza e à evidência imediata da natureza. Mas, apesar disso:

*Acima da Verdade estão os deuses,
A nossa ciência é uma falhada cópia
Da certeza com que eles
Sabem que há o Universo.*

Pois bem, para ler as “Odes” de Ricardo Reis é necessário envolver-nos na ataraxia epicurista – aquela nobre e bela atitude de distância em que “todo desejo inquieto se dissolve no amor da verdadeira ‘sabedoria’... por onde se pode alcançar a verdadeira ‘liberdade’”. E acima disso há a divindade: incorruptível, livre de preocupações e cuidados, acima de qualquer ira, assim como também de qual-

quer benevolência”. Tanto o ódio como o amor são fraquezas humanas, incompatíveis com a perfeição dos deuses. Esperar serenamente a morte, quando nos tornamos “Vultos solenes de repente antigos”. A morte é a verdadeira libertadora de todo o terreno e doloroso apego às coisas e às pessoas. E quando chegar o momento:

*Não tenbas nada nas mãos
Nem uma memória na alma,
Que quando te puserem
Nas mãos o óbolo último,
Ao abrirem-te as mãos
nada te cairá.
Que trono te querem dar
Que Atropos te não tire?
Que louros que não forem
Nos arbítrios de Minos?
Que horas que te tornem
Da estatura da sombra
Que serás quando fores
Na noite e ao fim da estrada?
Colhe as flores, mas larga-as,
Das mãos mal as olhaste.
Senta-te ao sol. Abdica
E sê rei de ti próprio.*

Compare-se isto com o fragmento de Epicuro: “Habitua-te a pensar que a morte nada é para nós, visto que todo mal e todo bem se encontram na sensibilidade: e a morte é a privação da sensibilidade.”

É sob a impressão profunda da ataraxia helenística que se deve ler a “Ode” seguinte:

*Vem sentar-te comigo, Lídia, à beira do rio.
Sossegadamente fitemos o seu curso e aprendamos
Que a vida passa, e não estamos de mãos enlaçadas.
(Enlacemos as mãos.)*

.....

*Desenlacemos as mãos, porque não vale a pena cansarmo-nos,
Quer gozemos, quer não gozemos, passamos como o rio.
Mais vale saber passar silenciosamente
E sem desassocegos grandes.*

.....

*E se antes do que eu lewares o óbolo ao barqueiro sombrio,
Eu nada terei que sofrer ao lembrar-me de ti.
Ser-me-ás suave à memória, lembrando-te assim — à beira-rio.
Pagã triste e com flores no regaço.*

E desse pedaço de mármore frio roubado às minas de uma cidade antiga pelo “brasileiro” Ricardo Reis, passemos à labareda do último dos heterônimos de Pessoa.

~ Álvaro de Campos

Em abril de 1915 apareceu o primeiro número da revista *Orfeu*, e em maio, o segundo e último. No primeiro número publicou-se a “Ode triunfal” e, no segundo, a “Ode marítima”, ambas do poeta “futurista” Álvaro de Campos, um outro Fernando Pessoa. Em 1917, o único número da revista de Almada Negreiros, *Portugal Futurista*, publica o “Ultimato” de Álvaro de Campos, que se classificara a si mesmo como poeta sensacionista. Tanto os poemas como o “manifesto” correspondem à onda de insurreição insuflada por Marinetti que, nessa época, abalou a crítica de arte.

Álvaro de Campos apareceu como uma reação a Ricardo Reis, pois logo que Fernando Pessoa conseguiu “ver” Ricardo Reis, bateu a máquina, num jato, a “Ode triunfal”. Assim surgiu, diz Fernando Pessoa, “a Ode com esse nome, e o homem com o nome que tem”. Na mesma carta a Casais Monteiro, Pessoa revela que “Álvaro de Campos nasceu em Trevira, no dia 15 de outubro de 1890, à uma e meia da tarde (feito o horóscopo a essa hora, está certo)... é engenheiro naval (por Glasgow), mas agora está aqui em Lisboa, em inatividade... é alto (1,75 m de altura, mais 2 cm do que eu), magro e um pouco tendente a curvar-se... Cara raspada... entre branco e moreno, tipo vagamente de judeu português, cabelo, porém, liso e normalmente apartado ao lado, monóculo”.

Fernando Pessoa, ao explicar a gênese dos heterônimos, declara-se histérico ou hístico-neurastênico e afirma: “Se eu fosse mulher – na mulher os fenômenos histéricos rompem em ataque e coisas parecidas –, cada poema de Álvaro de Campos (o mais histicamente histérico em mim) seria um alarme para a vizinhança.” Portanto, Álvaro de Campos seria para Fernando Pessoa rumor e estardalhaço, em reação à calma ataraxia de Ricardo Reis. Conseqüentemente, assim deve ser lido e entendido. Poder-se-ia dizer que os poemas de Álvaro de Campos são os que mais correspondem à imagem que se tem da vida real de Pessoa. Vivendo em Lisboa de 1914 a 1936, da primeira Grande Guerra até o expurgo stalinista, sua situação não difere essencialmente da de Yeats, de Eliot, de Pound, que vivem em Londres ou Paris. São poetas de um tempo de carência (na expressão de Hölderlin), enquanto uma arte menor que a deles explode e se fragmenta nos diversos movimentos modernistas e futuristas. São eles os poetas “D’entre deux guerres”, cujo valor só será estabelecido em termos adequados em 1945 e depois. São filhos tardios do Simbolismo e embora também contaminados pela iconoclastia revolucionária do Futurismo, conservam a preocupação do arcaísmo, implícito em tudo que é simbólico. Não é Alberto Caeiro, nem Ricardo

Reis, ou Fernando Pessoa que mais agudamente participam dessa situação. Álvaro de Campos é quem a vive intensamente. É ele, em Fernando Pessoa, o poeta europeu, irmão dos grandes de seu tempo, com eles participando do que deveria ser vivido e transmitido ao seu povo. Pode-se dizer, de certo modo, que Álvaro de Campos é mais Fernando Pessoa do que o próprio Fernando Pessoa. É ele quem fala no “antiquíssimo de nós”, no fragmento da Ode que começa:

*Vem, Noite, antiquíssima e idêntica,
Noite Rainha nascida destronada,
Noite igual por dentro ao silêncio, Noite
Com as estrelas lantejoulas rápidas
No teu vestido franjado de Infinito.*

*Vem, vagamente,
Vem, levemente,
Vem sozinba, solene,*

.....
*Nossa Senhora
Das coisas impossíveis que procuramos em vão,
Dos sonhos que vem ter conosco ao crepúsculo, à janela*

.....
*Vem, e embala-nos,
Vem e afaga-nos
Beija-nos silenciosamente na fronte
Tão levemente na fronte que não saibamos que nos beijam
Senão por uma diferença na alma.
E um vago soluço partindo melodiosamente
Do antiquíssimo de nós
Onde têm raiz todas essas árvores de maravilha
Cujos frutos são os sonhos que afagamos e amamos
Porque os sabemos fora de relação com o que há na vida.*

Pensemos nos “instructors” de Yeats, na figura do “jardim das rosas” de Eliot, no “Anjo terrível” de Rilke, nas “personae” de Pound, e compreenderemos a unidade da grande poesia europeia da primeira metade do século XX.

Na origem de nossa cultura, o protótipo desta poesia se encontra no “Hino à Noite”, de Orfeu:¹

*Eu vou cantar aquela que gerou homens e deuses, eu vou cantar a Noite.
A Noite é a fonte do universo, Cipris é também seu nome.
Ouve-nos, divindade bem-aventurada, cintilante de estrelas,
Negro Sol, que alegre e torna calmo o sono múltiplo.
Ó felicidade, ó deslumbramento, Rainha das vigílias, Mãe dos sonhos,
Ó Consoladora, que acalmas todas as misérias.
Ó adormentadora, Cavaleira, Luz negra, Amiga universal,
Ó Inacabada, que ora pertences ao céu, ora à terra:
Ó arredondada, que brincas com tenebrosos ímpetos,
Ó tu que expulsas a luz do reino dos mortos e a ele retornas.
A terrível Fatalidade é de todas as coisas a soberana!
Ó Noite bem-aventurada, fartura de delícias, ó universal ternura,
Escutando a voz que, súplice, te implora, possas, ó Indulgente,
Livrar-nos dos terrores que brilham na sombra
E ser-nos propícia.*

Esta matriz órfica revela-se claramente na Ode fragmentária de Álvaro de Campos. Mãe e Fonte de todo o imaginário, o “antiquíssimo de nós” é uma antevisão poética do inconsciente coletivo.

O transbordamento desses sonhos do profundíssimo toma, muitas vezes, a forma de um ilimitado amor pela natureza, ou pelo mundo moderno, tal como é, com toda a sua problemática, ou então se manifesta num exaltado sentimento de fraternidade humana. Tudo isso, num tom em que se percebe o acento lamen-

¹ Tradução de
Dora Ferreira
da Silva

toso e ambivalente de um amor infeliz. Podemos percebê-lo na “Ode triunfal” e na “Ode marítima” e também na “Saudação a Walt Whitman”: “Amo-vos a todos, a tudo, como uma fera / Amo-vos carnivoramente, / Pervertidamente e enroscando a minha vista / Em vós, ó coisas grandes, banais, úteis, inúteis / Ó coisas todas modernas.” E não é raro que esse frenético amor pela humanidade seja transfigurado no simbolismo da viagem – e na mais simbólica das viagens: a marítima –, percorrendo os mares que abraçam, mas que também separam toda a humanidade. Como deve ressoar fortemente para um português “o chamamento confuso das águas”:

*E eu, que amo a civilização moderna, eu que beijo com a alma as máquinas
Eu o engenheiro, eu o civilizado, eu o educado no estrangeiro,
Gostaria de ter outra vez ao pé da minha vista só veleiros e barcos de madeira,
De não saber doutra vida marítima que a antiga vida dos mares!
Porque os mares antigos são a Distância Absoluta,
O Puro Longe, liberto do peso do Atual...
E ah, como aqui tudo me lembra essa vida melhor,
Esses mares, maiores, porque se navega mais devagar.
Esses mares misteriosos, porque se sabia menos deles.*

A princípio, a “Ode marítima” é a evocação da viagem como aventura pelos mares do mundo, a encontrar estranha gente em lugares estranhos. Mas logo se transforma no mergulho pelos mares tenebrosos da obscura interioridade, onde há piratas terríveis, sedentos de sangue, cheios de crueldade e paroxismo. Mas tudo termina, num tom ao mesmo tempo sarcástico e seco, pela retomada da regularidade exigida pelo tráfego comercial, dirigido por faturas e cartas protocolares, que garantem a segurança da carga a ser conduzida a destino certo.

Na “Saudação a Walt Whitman”, logo percebemos a identificação do poeta Álvaro de Campos com o poeta americano. Se, antes, na “Ode marítima” se entregara femininamente a todas as violações, de tudo participando na própria carne, na “Saudação” é uma pessoa objetiva como totalidade de irrestrito amor por tudo o que há: mares do mundo e subjetividade profunda, corpo e alma, dentro e fora:

*E conforme tu sentiste tudo, sinto tudo, e cá estamos de mãos dadas,
De mãos dadas, Walt, de mãos dadas, dançando o universo na alma.*

*Ó sempre moderno e eterno, cantor dos concretos absolutos,
Concubina fogosa do universo disperso,
Grande pederasta roçando-te contra a diversidade das coisas,*

.....
Cantor da fraternidade feroz e terna com tudo.

É impossível não ver nessa imagem do amante incondicional da totalidade, que quer ser ativamente masculino e, ao mesmo tempo, mulher violentada em sua ânsia amorosa por tudo, o poeta português, muito mais do que Walt Whitman. Nessa saudação, que é muito mais o retrato do primeiro do que do segundo, compreendemos o modo de ser de Pessoa, e muito pouco do poeta de *Leaves of Grass*. Caeiro – a sensação e o corpo de todos os heterônimos e do próprio Pessoa – parece intervir em certas passagens:

*Não quero intervalos no mundo!
Quero a contigüidade penetrada e material dos objetos!
Quero que os corpos físicos sejam um dos outros como as almas,
Não só dinamicamente, mas estaticamente também!*

É o mesmo transbordamento insaciável que dá prosseguimento à “Passagem das horas”, poema de 1916:

*Trago dentro do meu coração
 Como num cofre que se não pode fechar de cheio,
 Todos os lugares onde estive,
 Todos os portos a que cheguei,
 Todas as paisagens que vi através de janelas ou vigias,
 Ou de tombadilhos, sonhando,
 E tudo isso, que é tanto, é pouco para o que eu quero.*

Mas aqui já começa a desilusão de tudo querer imaginativamente. Desilusão filha da inadequação entre o que é imaginado e o que há.

*Dói-me a imaginação entre o que é imaginado e o que há.
 Declina dentro de mim o sol no alto mar.*

.....
*Eu sinto que ficou fora do que imaginei tudo o que quero,
 Que embora eu quisesse tudo, tudo me faltou.*

Esse estado de espírito parece sofrer uma interrupção melancólica em “A Casa branca Nau preta”, escrito em 1916. Álvaro de Campos, o sensacionista, desaparece, para reaparecer como o suicida potencial, no recado enviado a Daisy, sob a forma do “Soneto já antigo”, datado de 1922. Em 1923, Lisboa foi revisitada por Álvaro de Campos:

*Não, não quero nada
 já disse que não quero nada.
 Não me venham com conclusões!
 A minha única conclusão é morrer.*

.....
*Ó mágoa revisitada, Lisboa de outrora e de hoje!
 Nada me dais, nada me tirais, nada sois que eu me sinta.*

*Deixem-me em paz!
Não tardo, que eu nunca tardo...
Enquanto tarda o abismo e o silêncio, quero estar sozinho!*

Foi porém em abril de 1926, após a segunda “Lisbon Revisited”, que o poeta confessa:

*Nada me prende a nada.
Quero cinquenta coisas ao mesmo tempo.
Anseio como uma angústia de fome de carne
O que não sei que seja.*

E então o suicida aparece em Álvaro de Campos. Ou teria aparecido em Fernando Pessoa e só testemunhado por Álvaro de Campos?

*Se te queres matar, por que não te queres matar?
Ah, aproveita! Que eu tanto amo a morte e a vida,
Se ousasse matar-me, também me mataria.*
.....
*Encara-te a frio, e encara a frio o que somos...
Se queres matar-te, mata-te...
Não tenhas escrúpulos morais, receios da inteligência!
Que escrúpulos ou receios tem a mecânica da vida?*

Mas tudo, em Álvaro de Campos, deve ser adiado. Até a morte desejada e o suicídio.

*Depois de amanhã, sim, só depois de amanhã.
Levarei amanhã a pensar em depois de amanhã,
E assim será possível; mas hoje não...*

A poesia de Álvaro de Campos provém do mais espontâneo e profundo e, portanto, do mais verdadeiro de Fernando Pessoa. Ela brota do “antiquíssimo de nós”, é propiciada pela Noite, no sentido

órfico da palavra, fonte obscura de toda realidade, Grande Mãe, sede da paixão criadora. É a poesia da totalidade do que existe: da extrema doçura à mais cruel violência. Vai desde a percepção direta (como lhe ensinou a perceber seu mestre Caeiro) até a mais intrincada conjetura, desde o absurdo irracional até a mais alta especulação, que só a razão pode acolher.

Creio, porém, que não só a essência da poesia de Álvaro de Campos, mas também a própria essência do que é ser poeta poderá ser encontrada em dois de seus poemas. O primeiro assim começa: “Ao volante do Chevrolet pela estrada de Sintra”. O poeta é aquele que, sempre em viagem pelos grandes caminhos do mundo, ou pelas infindáveis veredas da imaginação, sempre espera pela nova partida, e há, sempre, que arrumar as malas. Às vezes, entretanto, pode ocorrer também que “Hoje é a véspera de não partir nunca”. O poeta segue, contudo, “sem haver Lisboa deixado ou Sintra a que ir ter”. Sempre estará “na estrada de Sintra, ou na estrada do sonho, ou na estrada da vida...” e inclusive diante da grande viagem que o levará ao que não pode encarar deveras.

*Guiando o Chevrolet emprestado, desconsoladamente
Perco-me na estrada futura, sumo-me na distância que alcanço
E, num desejo terrível, súbito, violento, inconcebível,
Acelero...
Mas o meu coração ficou no monte de pedras, de que me desviei ao vê-lo sem
vê-lo.*

Todas as viagens levam, porém, a parte alguma senão ao centro de si mesmo, àquele em que se está sozinho, “enquanto tarda o Abismo e o Silêncio”.

Na “Tabacaria”, o poeta se define pela negativa: “Não sou nada. / Nunca serei nada. / Não posso querer ser nada. / À parte isso, te-

nho em mim todos os sonhos do mundo.” Observador inserido na vida e no mundo, o poeta observa e dá sentido a tudo, como se estivesse fora dele. E nessa posição se divide entre a exterioridade do que vê e sente, e a interioridade do que pensa e imagina, a ambas tendo como reais e irrealis.

*A tabacaria do outro lado da rua, como coisa real por fora
E a sensação de que tudo é sonho, como coisa real por dentro.*

Eterno fracassado é o poeta, diante de si e do mundo, sonhando ganhar batalhas ganhas pelos generais, sonhando construir obras que os arquitetos constroem, sonhando fazer a filosofia que os filósofos escrevem. Ele é sempre “o que não nasceu para isso”, “o que só tinha qualidades”, o que “Cantou a cantiga do Infinito numa capoeira / E ouviu a voz de Deus num poço tapado”. “Escravos cardíacos das estrelas”, os poetas conquistam o universo antes de se levantarem da cama.” Permanece, no entanto, “A caligrafia rápida destes versos, / Pórtico partido para o Impossível”.

Entre as inspiradoras formas femininas e o mundo real que vê, por fora, como estrangeiro em viagem, longe da pátria, é o poeta, no entanto, que confere *realidade* a tudo o que vê: “Porque é possível fazer a realidade de tudo isso, sem fazer nada disso.” Há os poemas que o poeta faz, e há a tabuleta da Tabacaria. Tudo passará, com o tempo, e no entanto “sempre haverá gente fazendo coisas como versos e vivendo por baixo de coisas como tabuletas”. Mas o mundo sempre e continuamente restitui o poeta ao imediato, como nos últimos versos de “Tabacaria”:

*Com um instinto divino o Esteves voltou-se e viu-me.
Acenou-me adeus, gritei-lhe Adeus ó Esteves! e o universo
Reconstruiu-se-me sem ideal sem esperança, e o Dono da Tabacaria sorriu.*

~ Afinal Fernando Pessoa, ele mesmo

Mas afinal, dentre essa profusão de personagens, quem era o autor? Quem era Fernando Pessoa, ele mesmo? De quem, a consciência lúcida, capaz de manter harmoniosamente a sensibilidade física de Caeiro, a pura inteligência de Ricardo Reis e o sensacionismo total de Álvaro de Campos? De quem eram esse corpo, essa alma e esse espírito dessa pessoa de gênio, mal reconhecida, vivendo uma vida marginal num país periférico? O pobre e infeliz escrevente, tradutor comercial, adepto do ocultismo, fazedor de horóscopos, que viveu em Lisboa, entre 1914 e 1936?

Fernando Pessoa nasceu em 1888, no Largo de São Carlos, “a sua aldeia”. Passou a infância na África do Sul, onde seu padrasto era cônsul português. Teve uma educação inglesa. Por isso, estreou como poeta de língua inglesa, em 1908. Em 1918 publica a plaquete *35 Sonnets*, que mereceu então um comentário indulgente num jornal inglês. Seu único livro publicado em vida foi *Mensagem*, em 1934, concorrendo a um concurso literário que perdeu. Em 1913 apareceram seus poemas *Impressões do crepúsculo* e *Hora absurda*. Mas só a partir do primeiro número da revista *Orfeu* (1914), aparece o Pessoa ortônimo. Os heterônimos continuaram a ser publicados na revista de Coimbra *Presença*, até fins de 1938, mais de dois anos após sua morte. Só em 1942 apareceram suas *Obras completas* e, a partir dessa data, a presença múltipla desse homem que foi vários pôde ser desenhada como esse núcleo uno e intenso que se chama Fernando Pessoa.

Pieter Bruegel, *Provérbios flamengos*, detalhe, 1559
Óleo sobre painel, 116,8 x 162,8 cm
Museu Estadual de Cultura da Prússia, Berlim
Ilustração de capa de *Os vivos – poesia*, de
Carlos Nejar. Rio de Janeiro, Record, 1999.



Os viventes

CÉSAR LEAL

Mitos, pessoas e animais formam o núcleo desse livro de Carlos Nejar. Sendo um escritor com acentuada consciência de seu tempo, não parece disposto a contaminar-se pelos postulados teóricos dos que falam de poesia em extinção. Portanto, não submisso ao profetismo hegeliano que no século XIX anunciou o fim da arte, tese frustrada por Baudelaire, ao dar-lhe adequada resposta teórica, não só em sua *praxis* poética, mas também em seus estudos de estética que lhe permitiram retirar do limbo os materiais e as formas fundadoras da poesia da modernidade.

No início do século XX, o pintor Piet Mondrian também fez previsões sobre o fim da arte, chegando a assinalar os motivos e a época em que ocorreria o seu desaparecimento, indo além do que fizera Hegel no século anterior. Deduz-se da trágica profecia de Mondrian que, ao desaparecer a arte, desapareceria também a figura do artista. Mas como viver o homem numa sociedade em que a arte não mais existisse? Tal é a pergunta que fazemos. Para Camus, o homem

Poeta, ensaísta, crítico literário, jornalista, professor de Teoria da Literatura. Sua obra poética e ensaística é extensa, a partir da publicação de *Invenções da noite menor* (1957), destacando-se os ensaios *Dante e os modernos e Literatura: a palavra como forma de ação*, os livros de poesia *A quinta estação*, prefácio de Cassiano Ricardo, e *Os heróis*.

poderá viver sem a arte, mas não viveria bem. Mondrian não especulou muito sobre esse aspecto, mas sua afirmativa não quer dizer que a arte deixará de existir. O que ocorrerá é o término de uma atividade que sempre existira desde que o homem aparecera na terra. Isso quer dizer que a arte continuaria sua vida institucional, como fragmentos da história do espírito: no Museu, na Ópera, na Biblioteca, onde todos poderiam ver esculturas de Fídias ou Miguelângelo, quadros de Leonardo ou de Picasso, ouvir composições de Bach ou de Beethoven, ou ler poemas de Homero, Dante ou Shakespeare. Será que os homens do futuro ficariam satisfeitos em viver nesse estranho universo da ‘arte realizada’, tal como vivemos no meio da Natureza?

Carlos Nejar, poeta que não demonstra nenhuma adoração aos ídolos da era técnica, resiste à idéia de que a arte, em particular a poesia, venha a desaparecer. As linguagens criadas pela cultura são monumentos, e os monumentos, ensina-nos Ernst Cassirer, costumam ‘durar’, pois não dependem de transmissibilidade hereditária. Daí acreditar – assim pensava Eliot – que a cultura não se herda: conquista-se com muito esforço. E uma vez conquistada, não se deixa hipnotizar, como ocorre com largos segmentos das massas humanas, pela mídia sofisticada, repressiva, desidiosa que domina os modernos meios de comunicação, a serviço de interesses políticos e da economia de mercado.



Carlos Nejar publicou seus primeiros livros na década de 60. Desde seu aparecimento, goza de sólida reputação nos meios intelectuais. O ‘fim’ da arte, possivelmente, está presente aos movimentos de seu espírito, mas ele faz o quanto é possível, em seu relato épico-lírico, para anular nas obras que escreve aquilo a que Luc Ferry denomina as partes subjetivas da aparência. Thomas Mann, com rigor, exuberância e beleza, mostrou-nos a “tragédia da arte moder-

na”, em um de seus últimos grandes romances: o *Doutor Fausto*, denunciando-a, como um trabalho do Demônio. Tais denúncias dessas pessimistas visões sobre o futuro da arte contemporânea reforçam a confiança de Carlos Nejar na persistência da arte, através dos tempos, ao invés de aceitá-las como válidas, como fazem as vanguardas sibilinas e filistéinas, sempre atentas em atrair à sua rede de mentiras e mistificações o leitor desprevenido.

Há um eco do profetismo hegeliano no pensamento de Mondrian. Para o pintor holandês, não estamos distante daquele momento em que a realização do puramente escultórico, na realidade, substituirá a obra de arte. Então não haverá necessidade de quadros. O que tinha de ser feito já o fizeram os pintores anteriores ao nosso tempo. Mondrian fala de uma ‘contra-natureza’, que será adotada e nela desaparecerá o artista. Assim, iremos viver em meio da *arte realizada*. Para Mondrian, essa *contra-natureza* será a *construção* elevada à ‘categoria de ídolo’. Tal *contra-natureza* será orientada – diz o pintor – pelo cientismo e pela técnica. Acredito que há um forte componente de ironia nas afirmações de Mondrian. Se assim for, Mondrian está de nosso lado. Mas, quando ele afirmou isso, podia estar a falar com toda a seriedade. A ironia só é *ironia* quando comporta elevados índices de ambigüidade. Não podemos duvidar de um artista teoricamente bem armado, quando ele diz que “a arte desaparecerá na medida em que a vida tenha mais equilíbrio, na medida simplesmente em que tenha adotado a nova ‘contra-natureza’, e nela desaparecido”. De qualquer forma – ironia ou não – se Mondrian assim fala, tendo em vista principalmente a pintura, então podemos estender sua *profecia* às demais artes, como, em relação à música, Thomas Mann fez o Demônio demonstrar, com a mais rica erudição histórica e filosófica, ser contra as *obras*, em uma de suas conversas com Adrian Leverkühn.



O poeta de *Os viventes* resiste à elástica simplicidade dos que, embora se julgando artistas, são incapazes de distinguir a *arte* da *não-arte*, o falso do verdadeiro. Carlos Drummond de Andrade, ao escrever sobre o livro de Nejar, por ocasião de seu aparecimento em 1979, afirmou que *Os viventes* é uma criação onde o próprio Drummond sentia o calor existencial, “é obra que, sucedendo ao canto, anterior, e antecipando o canto que continuará extraído de sua mina poética, nos dá um belo exemplo de permanência e invenção contínua”, escreveu o autor de *O sentimento do mundo* ao proclamar a importância desse livro.

Os viventes se dividem em oito partes, a começar com o *Anel do vento* e terminando com *O Livro das Bestas*. Entre essa coordenada bipolar estão os grandes poemas bíblicos, os profetas, Moisés, Lázaro, os pequenos e os grandes do Velho e do Novo Testamento. No canto inicial, se lê que nos *Viventes* tudo é julgado, ou é julgamento *in progress*.

Viventes o que sabeis
— que mundo o poema! — ?
Em sua terra
nada se queima.

Viventes o que sabeis
da morte e o resto
se nem sabemos de nós
no anel do vento?

Como diria o Dr. Richards, na poesia de Nejar podemos observar um conjunto de aspectos dos quais “participam não só os acontecimentos mentais, mas também todos os acontecimentos”. Assim é no poema a “Casa dos nomes”. Indaga-se, inicialmente, pela Casa Amarela e a resposta é que tal casa, ao iniciar o seu processo de desmoro-

namento, arrasta consigo a infância, e os próprios nomes se dispersam pela casa em ruínas. Podemos ‘escorar’ essas ruínas (Eliot), mas nada impedirá o desabamento das paredes de suas salas, de seus alpendres, de seus quartos, dispensas e outros lugares onde são guardados – simbolicamente, é claro – velhos objetos, leitos desmontados, velhas arcas, ecos de vozes apagadas, garrafas vazias, faltando apenas a velha rameira de que nos fala Yeats, a que conta as moedas e as guarda em sua caixa preta, dando-nos, assim, uma vaga e válida imagem do inconsciente, tal como lemos numa das estrofes de “A deserção dos animais do circo”. O processo pelo qual registramos a nossa vida é lento, mas tem um duplo efeito: o efeito Letes-Eunoè, esquecimento x lembrança, horror x beleza, morte x renascimento, porque a memória *permanece* no tempo e sempre vê *de pé* a casa *demolida*. O que procura Carlos Nejar é aproximar de sua experiência a experiência do leitor. A leitura de poemas exige tranqüilidade e fortalecida consciência de que a língua poética não é a língua da comunicação. Para mim, não seria difícil falar sobre a experiência da casa em ruínas. A que nasci era uma casa grande, com oito quartos, no sertão dos Inhamuns: o quarto escuro – o dos morcegos – o quarto dos pesadelos. O quarto do anjo degolado, onde se guardava o osuário da família em grande urna de mármore italiano. O quarto de Anna Angélica e de Anna Aurora. Não conheci essas tias-bisavós, mas sempre as vi em sonhos. A força do poeta está em saber como aproximar tais experiências das experiências do leitor, pois afinal todos tiveram suas casas, todos recordam seus tios, o carinhos dos avós, enfim, “as afeições domésticas”, diria Alfredo Antunes ao escrever sobre o sentimento de ‘saudades’ em Fernando Pessoa. Ou como, ao recordar a casa, desfila diante de nós a vida, tal como nos mostra um dos mais belos poemas de Emílio Moura: “A casa”.



É por essas e outras razões que devemos resistir, como faz Carlos Nejar, às teses do fim da Arte, do fim da poesia. Como ele diz:

*A casa ia ruindo
com o rigor dos anos
o ruído
rancoroso dos canos,
o ruído plangente
do sótão
e dos nomes.*

São manifestações existenciais, algo situado na área fenomenológica, e utilizo o termo na acepção que lhe foi dada por Lambert, o seu criador. A linguagem de Carlos Nejar em *Os viventes* não é a expressão de um temperamento romântico, quando fala em Mafalda, Paulo, Sadi. “Onde Paulo e Sadi?” – indaga e ele próprio responde: *Estão correndo e era o pátio com os curvos pessegueiros. Cristina, Graça, Mira, a Rosa sobre o ventre das janelas verdes*, palavras suficientes, necessárias, não excessivas, pois quando se usa a linguagem com precisão ela nunca é excesso. A economia da linguagem não engrandece a língua. É antes um maneirismo, já que não enriquece o idioma como sistema social nem como língua poética. É por isso que se deve recordar Murilo Mendes, um latifundiário de palavras. Palavras produtivas, como produtiva é a palavra em todo poeta forte. Não esqueçam Shakespeare, que usava demasiadamente as palavras, nem Malherbe, que as economizava em demasia. Façam uma reflexão sobre os dois e digam – não é preciso indagar a ninguém – quem foi o vencedor. A língua criadora de ‘monumentos’ é rica em palavras, símbolos e alegorias, como em Dante, ou plena de imagens e metáforas, como em Shakespeare. Quem mais contribuiu para a grandeza da língua inglesa no século XVII foi Shakespeare, porque a usou como se fosse a corren-

teza de um imenso rio de imagens e de metáforas. Engana-se quem diz que Dante foi econômico no uso da linguagem. Como? se foi ele quem mobilizou todos as palavras, todos os dialetos, todos os recursos que lhe possibilitaram criar um novo idioma, em uma época em que o latim era, por ele próprio, considerado uma língua criada por sábios? Ao falar sobre “Ofícios terrestres e divinos”, Nejar põe na boca de Samuel estas palavras:

*Além de mim,
 Prosseguirão plantando.
 Prosseguirão nogueiras e planetas.
 E gerações.*

Ou ainda, como na parte V – “Baldeações” – ao dizer:

*A senha é a porta. Não haverá outra.
 O tempo está posto
 nos remos.*

Essa magia de linguagem, de que Rimbaud foi um dos mais altos representantes, constitui o núcleo da poesia da modernidade. A modernidade, cujo fim já foi anunciado por tantos, continua muito viva. E vai durar muito tempo, justamente por ser um conceito temporal. Mas, talvez, se justifiquem outros conceitos. A *baixa-modernidade*, termo proposto por Eduardo Portella, para denominar o que chamamos ‘pós-moderno’, torna-se um conceito operacional importante porque proporciona ao poeta, ao pintor, ao compositor, algo que não elimina a idéia de *modernidade*, já que um ‘pós’ isto ou ‘pós’ *aquilo* não significa coisa alguma. Todos os ‘pós’ nos conduzem ao teorema do Nada. Ou, então, fale-se de *ultra-modernidade*, termo proposto pelo jovem filósofo francês Luc Ferry, do Ministério da

Educação da França, professor na Universidade de Caen. Pelo caminho de *Os vivos* transitam Adão, com o conhecimento do Mal, Abel, qual ovelha muda em vôo para Deus, ou Paulo, que viu o primeiro céu com seu rio de fogo. E se literatura se faz com literatura, então falem os poetas:

*Humano amor celeste,
cuja voz não confundo
e ao pulsar, pulso junto.*

*E tal um vinho em flor
borbulha no odre surdo,
o som de seu amor*

com a eternidade escuto.

Assim, é preciso voltar à “Casa dos nomes” e lembrar a flor, a flor não como o índice de uma idéia renascentista, neoclássica ou romântica flor azul, cor da flor de Novalis: a flor como símbolo, como símbolo ou imagem restante, continuada, que podemos ver a afastar-se, a flor em um muro de vento, a usura das horas, metonímico de tempo, a cinza, a cinza. Coração febril da infância. A flor em Carlos Nejar perde o significado tradicional para ser muro de vento palpitante, a secura do tempo, o pó. As fotografias dos avós descolorem. A lonjura dos olhos e das roupas.

*Caladas laranjas
junto ao sangue
a casa
murcha.*

As imagens não buscam semelhanças a serem alcançadas, ou reconhecidas por sugestão. O que faz Nejar é ampliar a noção de ‘visibilidade’ do real. Tudo o que ele diz une aquelas duas experiências antes citadas, de forma a que autor / leitor caminhem juntos na compreensão e interpretação do poema. Mas o conhecimento dessa linguagem não é tão fácil, quando somos convocados a dar respostas a indagações como estas:

Que distância pai, entre a casa e a rua?

Há nessa pergunta uma suspensão do pensamento, uma atmosfera vaga, imprecisa, já que o verso “se foi desmoronada” não é o que se espera da indagação “Que distância, pai, entre a casa e a rua?”. É uma situação mais apropriada à análise das artes plásticas. Não é só a casa que desmorona. Também a rua pode desaparecer, dando lugar a uma praça, um mercado, uma escola, um asilo, ou algo que representa ameaça à vida dos vizinhos, por exemplo: um quartel. O poeta procura romper não só com a idéia de ritmo, equilíbrio, unidade, mas também com a lógica do pensamento, tal como não a reconheceria a linguagem da comunicação, para dar lugar à expressão idiomática, poética, portanto. O poema intitula-se “Casa dos nomes”. E os nomes têm muita importância em poesia, como o comprova o poema de Dante, tão clássico e tão moderno, escrito com os nomes de pessoas que efetivamente tiveram vida histórica, aos quais se associaram alguns mitos, que, afinal, como nos ensina o poeta do Ulisses, são “nada” e são “tudo”.

A força das alusões e o poder de associação também estão presentes, quando fala dos avós Georgina e Antônio Miguel, deitados, à semelhança dos personagens de “Evocação do Recife”, ambos dormindo profundamente. Suas fotografias, ao perderem a cor, aludem à viagem no tempo, a marcar a distância dos olhos e das roupas des-

coloridas. *Caladas laranjas junto ao sangue*, imagens de surpreendente modernidade, ao menos para aqueles que lêem a poesia mundial – que deve ser lida diariamente.

Assim, tanto o leitor comum quanto os críticos especializados terão a seu alcance referenciais seguros, ao avaliar a importância dos poemas escritos no Brasil, país onde se escreve boa poesia. E para o seu prazer – do leitor e do crítico – ao ler os mil estilos de poesia que se escreve no mundo, não busquem louvar, apenas por capricho ou má consciência, apenas o lixo que se escreve em língua portuguesa com o nome de ‘poesia’, às vezes inspirada na filosofia do *nada*, em um contexto cultural onde se cultiva tão pouco a filosofia da arte. A tal ponto que, em breve, sistematizaremos tal filosofia e acabaremos formando doutores em *Teorema do Nada*. No Brasil, não há sentimentos fraternais entre poetas e críticos, mas apenas idiosincrasias, que anulam reciprocamente os melhores valores de nossa literatura, ficando as obras literárias entregues a colonistas preconceituosos, despreparados, a serviço exclusivo de grupos sectários, além de verdadeiros ‘Guardas de Sião’ das editoras, como os denominava o grande Ernst Robert Curtius. É tal espírito que Antero de Quental viu na poesia portuguesa em suas *Conferências no Cassino Lisboense*, ao mostrar o “quadro de insignificância” a que chegaram Portugal e Espanha entre os séculos XVII e o século XIX. “Saímos de uma sociedade de homens vivos, movendo-se ao ar livre; entramos num recinto sepulcral, com uma atmosfera turva pelo pó de livros velhos, e habitado por espectros de doutores” – dizia ele, acusando a poesia portuguesa de haver se transformado em mera cópia do passado, interessada apenas em traduções e sem nenhum espírito inventivo. Claro que precisamos de traduções. Todavia, mais importante é a criação de obras sérias e não “brincos de crianças”, de que falava Quental em seus discursos no Cassino. Tal espírito – o espírito inventivo – era considerado um perigo pelos autores da época. Por isso, o poeta de *Os viventes* diz:

*Pode o coração
correr com a lua
e sair aos tropeções
da morte?*

Tal é o clima dos legítimos afetos, quando dois grandes inovadores, Marino e Gôngora, impõem a italianos e espanhóis, e depois ao mundo, uma visão renovada do modo de ver e estruturar a ponte que vai ligar o Clássico e o Barroco, continuando cada um com seu *engenho*, sua *agudeza* e sua arte. É assim que vejo a “Casa dos nomes” em *Os viventes*. Uma obra *in progress*, como diriam os ingleses.



Largo do Pelourinho, visto da Casa de Jorge Amado.

Nosso Dickens

JOSÉ GUILHERME MERQUIOR

Não serão as ideologias por acaso a desgraça do nosso tempo? O pensamento criador submergido, afogado pelas teorias, pelos conceitos dogmáticos, o avanço do homem travado por regras imutáveis?

Jorge Amado, *O Menino Grapiúna*

Que significa – nos seus setenta anos – a figura de Jorge Amado na literatura latino-americana? Antes de mais nada, um caso de forte enraizamento popular da obra literária, num universo onde o livro culto permanece objeto do consumo de luxo, e os escritores vivem vidas inteiras na nostalgia de imensos públicos *potenciais* – os únicos que correspondem ao tamanho das populações luso- ou hispanófonas. Entretanto essa amplitude de leitura ainda é quase nula, comparada com o *best-seller* das verdadeiras “culturas do livro”, a começar, naturalmente, pela anglo-saxônica. *Gabriela, cravo e*

Estudo publicado no *Jornal do Brasil*, 10-8-82, e em *O elixir do apocalipse*. Rio, Nova Fronteira, 1983, p. 178-181. O ensaísta José Guilherme Merquior (1941-1991) ocupou a Cadeira nº 36 da ABL.

canela levou uns bons vinte anos para alcançar um milhão de exemplares – tiragem entre nós espetacular, mas banal no mundo do romance em inglês, já que ao alcance da primeira edição de qualquer Harold Robbins, Leon Uris ou Arthur Hailey, o tal de *Aeroporto, Hotel, Hospital*, etc.; e somente agora, que ele caiu tanto de nível, de Garcia Márquez, com essa lamentável *Crônica de uma morte anunciada*.

Não é, portanto, no seu *uso* que reside a robusta vocação popular da obra amadiana: é antes na sua forma, conteúdo e mensagem (emprego de propósito essas duas últimas palavras, seqüestradas pela pedantocracia formalista que usurpou o discurso crítico na atualidade). Mas aqui, o “caso” Jorge Amado é um mar de equívocos. Nosso escritor duplamente mais popular, assim que purgou seus livros da catequese política, viu-se confrontado com os catões da ideologia. Quando *Gabriela* surgiu, o plantão da ortodoxia comunista condenou-lhe a visão “amoral e carnavalesca” – visão, segundo o mesmo censor, própria apenas das classes altas e marginais, como se a saga de Mundinho, Nacib e sua saborosa cozinheira exprimisse tão-só a ótica “decadente” da grã-finagem e do lumpemproletariado, indigna da virtude proletária... Não admira que uma das nossas mediocridades mais pretensiosas tenha considerado o livro uma encomenda partidária, escrita pelo ex-staliniano autor dos *Subterrâneos da liberdade* para bajular a política revisionista de Kruschew!

Quanto à crítica propriamente dita, se não engrossou tanto, nem por isso deixou de brandir preconceitos. “Populismo literário”, diziam os bem-pensantes do progressismo –, e torciam o nariz a tamanha fuga aos ditames do realismo crítico. São Lukács, invocado para a canonização de Graciliano, servia para a excomunhão ritual do autor de *Jubiabá*, no entanto publicado no mesmo fecundo triênio – o meio dos anos 30 – que viu nascer *São Bernardo* e *Angústia*.

O que constrangia toda essa crítica, dona da verdade e senhora do Sentido da História, era a irredutível constante “romântica”

de Jorge Amado. Os mesmos intelectuais que caíam em perplexidade hostil diante do expressionismo com molho direitista do teatro de Nelson Rodrigues recusavam enfatiados o romantismo de esquerda de Jorge Amado. Em ambos, o melodrama não morrera – e em ambos, atingia em cheio leitor e platéia, dando quinau sobre quinau às anêmicas arlequinagens da vanguarda e aos *diktats* da crítica “radical”.

Não foi a crítica e sim Rubem Braga quem percebeu que o Baldo de *Jubiabá* está muito mais perto de Macunaíma do que do Moleque Ricardo. Porém Baldo é um pícaro com coração de cavaleiro andante: não é à toa que se chama Balduíno e idolatra Lindinalva, *dulcinéia caída* no prostíbulo... Há sempre um lado Amadis em Amado. Oswald de Andrade, antes de escrever sobre ele algumas enormidades ditadas pela paixão política, falou nas figuras ‘homéricas’ das histórias amadianas. Ora, homérico é, sob esse aspecto, todo personagem de ficção romântica, no sentido largo do termo – todo caráter inteiro, herói ou vilão, metido em trama de epopéia ou folhetim. O romance de talhe coletivista de Jorge Amado estava predestinado a essa forma épico-romântica. Sua própria densidade demográfica excluía os espaços interiores da análise psicológica – mas, em compensação, assegurava uma multiplicidade de tipos bem gráficos, Fáceis de reter na memória do público.

Em literatura, romantismo e realismo não se excluem – e romantismo e costumismo chegam a se implicar um ao outro. Daí a naturalidade com que, nos anos 40, Jorge Amado partiu, já com arte mais madura, para a seqüência ficcional, no díptico de *Terras do Sem Fim a São Jorge dos Ilhéus*; e daí a evolução posterior para o que Wilson Martins chamou de “ciclo da comédia baiana” – o mundo citadino e burlesco de Gabriela e Quincas Berro d’Água.

Por outro lado, a narrativa de costumes com um mínimo de pántina histórica, nutrida do exotismo de um passado bem definido

em termos de lugar, é a alma do *regionalismo*. E foi o regionalismo, em Jorge Amado, que acabou engolindo o romance social “de tese” que ele articulou sem nunca, a rigor, desenvolver. Mas qual o seu papel, no rico elenco dos nossos regionalistas? Fundada, justamente, pelo romantismo caboclo de Alencar, a ficção regionalista se prestaria, neste século, a mais de uma fórmula feliz: a versão memorialística de Lins do Rego e a psicológica de Graciliano; o romance social do Herberto Sales de *Cascalho* e o romance histórico de Autran Dourado (*Os sinos da agonia*); a variante ‘gótica’ de Adonias Filho (*Memórias de Lázaro*) e a farsesca de José Cândido de Carvalho (*O coronel e o lobisomem*); o *epos* órfico de Guimarães Rosa e a intriga política de Mário Palmério (*Vila dos Confins*); o grande formato do “roman fleuve” (*O tempo e o vento* de Érico Veríssimo; *Os tambores de São Luís* de Josué Montello) e a extensão mirim do conto (Bernardo Élis, Jorge Medauar).

Nessa ampla galeria, Jorge Amado prima pela seiva cômico-sentimental do seu narrar, combinada com a abrangência do seu registro social. Numa palavra: ele é o Dickens do nosso regionalismo – mas um Dickens, é claro, que tivesse trocado o decoro vitoriano pela sensualidade de cama e mesa da tradição baiana. E assim como o mui romântico autor de *Grandes esperanças* impregnava seu notável realismo social de *pathos* e humor, nosso Dickens moreno conjuga protesto socialista com uma apologia rabelaisiana da carne e do prazer. O perfume da prosa amadiana lembra Diderot: “felicidade e prosperidade só podem existir numa sociedade em que a lei reconhece o instinto”. Eis aqui a raiz do generoso perspectivismo moral que preside as novelas de *Os velhos marinheiros* ou de *Os pastores da noite* – e já levava *O menino grapiúna* a sentir a liberdade como uma carícia. Perspectivismo impossível se a obra de Jorge Amado não tivesse sido, conforme viu Antônio Houaiss, uma poderosa “antena para captar, anunciar e *denunciar* ideologias”.

Quando Ernest Gellner, um dos mais argutos sociólogos do nosso tempo, quis conhecer o Brasil, pediu-me que lhe indicasse alguns estudos introdutórios (à parte *Casa-grande & senzala*, ele estava a zero em matéria de brasileira). Na sua partida, perguntei-lhe que ensaio lhe havia ensinado mais sobre nós e nossa história moderna. “Não foi bem um ensaio”, respondeu ele; “foi *Gabriela, cravo e canela*.” E antes que algum puritano do espírito se atreva a tachar essa resposta de “folclórica”, quero lembrar uma velha idéia de Antonio Cândido: no Brasil, foi a literatura que fez as vezes de conhecimento sociológico, e nos ajudou a nos interpretarmos e criticarmos a nós mesmos. Há certa sabedoria poética no fato de Jorge Amado ocupar, na Academia, a cadeira de Machado de Assis.

Igreja de Santa Efigênia, 1772
Ouro Preto, MG



Poemas



MURILO MENDES

Canção do exílio

Minha terra tem macieiras da Califórnia
onde cantam gaturamos de Veneza.
Os poetas da minha terra
são pretos que vivem em torres de ametista,
os sargentos do exército são monistas, cubistas,
os filósofos são polacos vendendo a prestações.
A gente não pode dormir
com os oradores e os pernilongos.
Os sururus em família têm por testemunha a Gioconda.
Eu morro sufocado
em terra estrangeira.
Nossas flores são mais bonitas
nossas frutas mais gostosas
mas custam cem mil réis a dúzia.

Ai quem me dera chupar uma carambola de verdade
e ouvir um sabiá com certidão de idade!

O poeta Murilo Mendes nasceu em Juiz de Fora (MG), em 13 de maio de 1901, e faleceu em Lisboa (Portugal), em 15 de agosto de 1975. Algumas obras: *Poemas* (1930), *Tempo e eternidade* (com Jorge de Lima, 1935), *As metamorfoses* (1944), *Mundo enigma* (1945), *Contemplação de Ouro Preto* (1954), *Poliedro* (1974), *Ipotesi* (ed. italiana, 1978).

Quinze de novembro

- Deodoro todo nos trinquês
bate na porta de Dão Pedro Segundo.
- Seu imperadô, dê o fora
que nós queremos tomar conta desta bugiganga.
Mandê vir os músicos.
O imperador bocejando responde
 - Pois não meus filhos não se vexem
me deixem calçar as chinelas
podem entrar à vontade:
só peço que não me bulam nas obras completas de Vítor Hugo.

Cartão postal

Domingo no jardim público pensativo.
Consciências corando ao sol nos bancos,
bebês arquivados em carrinhos alemães
esperam pacientemente o dia em que poderão ler o Guarani.

Passam braços e seios com um jeitão
que se Lenine visse não fazia o Soviete.
Marinheiros americanos bêbedos
fazem pipi na estátua de Barroso,
portugueses de bigode e corrente de relógio
abocanham mulatas.

O sol afunda-se no ocaso
como a cabeça daquela menina sardenta,
na almofada de ramagens bordadas por Dona Cocota Pereira.

O menino sem passado

Monstros complicados
não povoaram meus sonhos de criança
porque o saci-pererê não fazia mal a ninguém
limitando-se moleque a dançar maxixes desenfreados
no mundo das garotas de madeira
que meu tio habilidoso fazia para mim.

A mãe-d'água só se preocupava
em tomar banhos asseadíssima
na piscina do sítio que não tinha chuveiro.

De noite eu ia no fundo do quintal
pra ver se aparecia um gigante com trezentos anos
que ia me levar dentro dum surrão,
mas não acreditava nada.

Fiquei sem tradição sem costumes nem lendas
estou diante do mundo
deitado na rede mole
que todos os países embalam.

Noturno resumido

A noite suspende na bruta mão
que trabalhou no circo das idades anteriores
as casas que o pessoal dorme comportadinho
atravessado na cama
comprada no turco a prestações.

A lua e os manifestos de arte moderna
brigam no poema em branco.

A vizinha sestrosa da janela em frente
tem na vida um camarada
que se atirou dum quinto andar.
Todos têm a vidinha deles.

As namoradas não namoram mais
porque nós agora somos civilizados,
andamos no automóvel gostoso pensando no cubismo.

A noite é uma soma de sambas
que eu ando ouvindo há muitos anos.

O tinteiro caindo me suja os dedos
e me aborrece tanto
que não posso escrever a obra-prima
que todos esperam do meu talento.

Xodó

O Cruzeiro do Sul não tira o pé do lugar
enquanto os dois namorados não descolam do portão.
As formas futuras esperam pacientemente no fundo dos corpos
porque eles evoluem em sentido vertical
misturando os cabelos e as respirações.

O cheiro dos jasmims bate no nariz dos dois cutuba
mas eles não sentem nada
e ficam ali a noite inteira bobos ao ar livre matutando.

Biografia do músico

O guri nasceu no morro aniquilado de sambas
bebeu leite condensado
soltou papagaio de tarde
aprendeu o nome de todos os donatários de capitania
esgotou os criouléus da Cidade Nova
bocejou anos e anos no Conservatório
não tirou medalha de ouro
coitado
porque não tinha pistolão
mais um astro que desponta no horizonte da arte nacional
botou sapato camuflagem terno de xadrez
casou com a filha do vendeiro da esquina
que parecia com Carlos Gomes
fez diversas músicas imitando o gorjeio dos pássaros
morreu vítima de pertinaz moléstia
que zombou dos recursos da ciência
ao enterro compareceram pessoas de destaque
citando palmas com sentidas dedicatórias
chegando no céu os anjinhos de calça larga e gravata borboleta
deram um concerto de ocarina onde figurava a oitava nota
e ele desmaiou de comoção.

Marinha

A esquadra não pôde seguir pros exercícios
porque estava nas vésperas do carnaval.
Os marinheiros caíram no parati
e nos braços roliços e cheirosos
de todas as mulatas que têm aí pela cidade.

A esquadra tornou a não poder seguir
porque era depois do carnaval,
a turma se sentia mal depois do carnaval.
Dava uma preguiça tamanha na guarnição
que o almirante resolveu não fazer nada.

Depois de muita mangação a esquadra foi-se embora
com bandeirinhas, dobrados pacholas tocando no cais,
mas o pessoal caiu de repente no maxixe,
O Minas e o São Paulo pararam no alto mar,
deu cerração, foi a conta, a esquadra voltou.

O embaixador inglês foi ao palácio do governo,
engasgou, falou na aliança dos dois países amigos,
acabou oferecendo dois mil contos pela esquadra.
O governo aceitou, mandou mil pros órfãos turcos,
com o restante deu um bruto baile depois caiu na vadiagem.

Família russa no Brasil

O Soviete deu nisto,
seu Naum largou de Odessa numa chispada,
abriu vendinha em Botafogo,
logo no bairro chique.

Veio com a mulher e duas filhas,
uma delas é boa posta de carne,
a outra é garotinha mas já promete.

No fim de um ano seu Naum progrediu,
já sabe que tem Rui Barbosa, Mangue, Lampião.

Joga no bicho todo o dia, está ajuntando pro carnaval,
depois do almoço anda às turras com a mulher.

As filhas dele instalaram-se na vida nacional.
Sabem dançar o maxixe
conversam com os sargentos em bom brasileiro.

Chega de tarde a aguardente acabou,
os fregueses somem, seu Naum cai na moleza.
Nos sábados todo janota ele vai pro criouléu.
Seu Naum inda é capaz de chegar a senador.

Endereço das cinco Marias

Sou o tipo acabado do sujeito
que não arranja nada nesta vida.

Gosto de cinco Marias nesta vida.

A primeira tinha uma pinta na cara,
eu adorava aquela pinta.
Maria do Rosário jurava pela alma da mãe dela
que só havia de casar comigo.
Um belo dia apareceu um tenente
que usava polainas e dançava com muito garbo.
Foi a conta:
ela fugiu pra São Paulo com o tenente
e me deixou na mão.

A segunda,
Maria do Carmo,

era uma pequena dos bons tempos
que a gente conversava no portão de noite,
romântica de olhos pretos não gostava de bailes.
Aquela sim,
mas apanhou um resfriado de tanto conversar comigo no portão
e bateu a bota.

Lá está num cemitério em Belorizonte
Onde tem muita paisagem.

As três Marias restantes estão no céu.

Perspectiva da sala de jantar

A filha do modesto funcionário público
dá um bruto interesse à natureza morta
da sala pobre no subúrbio.
O vestido amarelo de organdi
distribui cheiros apetitosos de carne morena
saindo do banho com sabonete barato.

O ambiente parado esperava mesmo aquela vibração:
papel ordinário representando florestas com tigres,
uma Ceia onde os personagens não comem nada,
a mesa com a toalha furada
a folhinha que a dona da casa segue o conselho
e o piano que eles não têm sala de visitas.

A menina olha longamente pro corpo dela
como se ele hoje estivesse diferente,
depois senta-se ao piano comprado a prestações

e o cachorro malandro do vizinho
toma nota dos sons com atenção.

A sesta

O sol bate em chapa nas casas antigas.
O mar embalança,
rede mole sem corpo de mulata,
verde azul lilás verde outra vez.
As praias espreguiçam-se malandras,
é a hora das linhas repousantes.

A buzina distante dum automóvel
chega até aqui com um som de lundu.
Um mulatinho magro com o desenho certo
chupa um pirulito devagarinho.
Dentro das casas pensativas
as meninas caem na madorna.

A música das serrarias aumenta a sonolência...
Os comerciantes torcem pra nenhum freguês entrar.

Casamento

O violão entrou pela balalaica adentro
eta palavra difícil!
e saiu uma ninhada de sons povoando a floresta da noite,
pulando mexendo nos corpos brancos e morenos.
As cores se misturam
a foice e o martelo furam a Ordem e Progresso,
Lampião e Lenine calçados de botas vermelhas
tiram o sangue do mundo e voam no caminho dos astros.

O povo deixa a revolução no meio
e toca a dançar o maxixe,
carnes morenas se esfregando pra darem poetas e operários,
dança minha gente, no criouléu, na planície, na usina e no dancingue,
que a música é gostosa, todas as mulheres saem pra rua
e os homens vão bancar o estivador pras pequenas terem vestido de
seda.

Ninguém tem a cabeça no lugar.
Malazarte pegou numa tesoura e cortou o passado em mil pedaços,
o índio, o português, o africano deram o fora
mas os tártaros ainda perturbam o sono das crianças mineiras
e o poeta tem a metade do corpo enfiada na noite do Brasil e da
Rússia
porque as cabeças do poeta e dos brasileiros pertencem ao
pensamento de Deus.

Sonata sem luar, quase uma fantasia

Das cinco regiões onde navios angulosos
sangram nos portos da loucura
vieram meninas morenas,
pancadões, com os seios empinados gritando
Mamãe eu quero um noivo!

Os cemitérios do ar esquentam
com o fogo saído dos sonhos da vizinha
rebolando no nariz do poeta dia e noite,
as cordas do sangue estalam.

Não pode, não pode!
É o homem que trabalha enquanto os vegetais sonham,
o mar se espreguiça,

os minerais dormem a vida inteira.
Níquel de luz.
As estrelas torram o serviço,
ninguém sabe se é o céu ou o peito duma negra.
Cadê o luar?
Gato comeu.
Greve da inteligência
e um grito deste tamanho, do homem
tentando romper os moldes do previsto.
Acabou o amor,
cadê a lógica, a resignação?
Gato comeu.

Lá onde acaba a ação, a vida curva
e o abandono começa.
Os cheiros da terra sumiram,
cemitério, fogos fátuos, coração vazio,
as cordas da vontade estalam.
Além das fronteiras do espírito, mais além!
O olho fixo do demônio determina a paisagem.

Eu não te disse
que tu não ias pro amor, a luta, o esporte.
Adeus meus lindos conhecimentos,
adeus realidade, minha secretária.
Venham a mim, diabos, almas penadas,
venham, me arrastem!

Vida dos demônios

Demônios grandes
trabalham na planície, nas montanhas,

nos arranha-céus,
constroem o trabalho dos homens,
agitam o mar,
armam a mão dos padres e operários,
ajuntam imagens e reflexos na cabeça dos poetas;
despem as mulheres no mundo.
Os demônios vêm e vão
na terra, na água, no fogo, no ar.

Demônios de todas as cores, de outras cores que a gente não vê
movem os astros, balançam na consciência da terra.

Eles vão e vêm, sobem, descem,
debruçam-se nos olhos da gente,
no bico da minha pena.
Mundo, campo de experiência dos demônios.
Os demônios sitiam o plano inefável
onde Deus pensa a harmonia do mundo.

A Virgem Maria toda branca e fria
atravessa no caminho,
eles caem no tempo.

A luta

(Cantos virginais do mundo,
planos da inocência,
frêmito de amor puro.)

A vida asfixiou meus cantos de inocência,
sou da noite, da assombração
e dos ritmos desesperados.

Tardes calmas, vida lânguida nas varandas cariocas
olhando o mar, nunca mais.
Nunca mais vibrarão cantos de noivas nos meus terraços,
nem vestidos suspensos lembrarão a forma da coisa amada,
nem eu dançarei.
Nem olharei pras rosas nem me banharei na luz das madrugada.

Sou a luta entre um homem acabado
e outro homem que está andando no ar.

Serão

A sombra; e a noite do século passado,
gemendo; e a lança no flanco do mártir;
e a implacável mão da humanidade
pensando sobre o dorso da estátua...
Violência!
Rosas de fogo ardendo no céu plano!
E os cactos da violência, e a sombra
dos desertos futuros, e o magnetismo
dos olhares guardados através de gerações...

A bola noturna do mundo
roda no deserto da memória de Deus.
A árvore vermelha coberta de noivos
e de assassinos
estende a sombra até ainda o século futuro.
Estende a sombra
para lá da memória e das vontades pensantes,
sem o som das aves idiotas,
até que se possa ouvir um dia
as notas do último clarim.

Vida de mármore

A estátua muda a camisa na praça deserta.
Arcanjos violentos surgem do fundo dos minutos,
carregam tua vontade para o outro lado do mundo
Amor preguiça deserto revolução amor,
tudo passa tudo se reduz a eternidade de olhares,
tudo passa menos a memória da bem-amada.

Tudo se reduz a eternidade de contatos.
O amor passa menos a memória da bem-amada.
Meus pensamentos eternos ficaram à superfície do teu corpo.
Toda a realidade do mundo é provisória, o mundo é provisório.
Tudo se reduz a eternidade de preguiça e de olhares.
A estátua mudou de camisa e se acalma na praça deserta.

Alegoria

Sombras movendo o sonho
onde uma densa cabeleira cheirosa
aparece entre dois raios de pensamento
no quarto pendurado na terra morena;
de repente desloca-se a bruta massa do corpo dum santo, estátua me
invocando,
e um diabo verde me levando pro aniquilamento.
Nos jardins claros
gramados geométricos
a árvore dum vestido amarelo deixando adivinhar a forma
que nenhum sovaco úmido complica no gesto de apanhar uma bola,
um resto de som de seresta
agarra-se nas orelhas do cavalo mecânico
que rompe o espaço,

lá vai até o oco do mundo onde as mesmas mulheres deste lado
afagam o seio pensando no cavaleiro amado,
doce meditação debaixo das lâmpadas elétricas
sentindo a aproximação dos cheiros e dos sons do carnaval,
convidando ao sono
numa cama que mal dá pra um homem de estatura mediana.

Limites da razão

I

Atrás do meu pensamento
os demônios destroem as meninas que eu gostei,
fazem com o movimento e o espírito delas
um samba pros outros dançarem.

2

O manequim vermelho do espaço
que de noite eu levanto a mão para tocar
chega perto de mim
tem um ritmo próprio
um andar quase humano.
Já vi há muitos anos numa cidade do interior
uma professora inglesa que andava assim.
De tanto as costureiras do ateliê de Dona Laura
se esfregarem no manequim de tarde
ele já quer sair das camadas primitivas
daqui a mil anos será uma grande dançarina
dançará sobre minha cova diante do cartaz dos astros
quando eu mesmo dançar minha vida realizada
rio terraço dos astros.

3

Alongamento:
tudo foge na hora extrema
banhado na neblina da agonia
as constelações me abrem a porta
e montado no cavalo mecânico do gênio do tempo
atinjo a região proibida aos humanos,
mas nunca poderei ser totalmente outro.
Alguma coisa me fica do mundo antigo.
Desenvolvo-me em planos harmoniosos
distingo a iluminação dos pensamentos,
amparado pelas formas que moram no espaço
realizo a perfeição da minha unidade
penetro a vida das cores novas, dos sons definitivos
e enlaço a forma do amor
vivendo pra sempre dentro de mim.

Ritmos alternados

Um cheiro de angélicas
brota dos cemitérios do espaço.
Noite, cruzeiros no mundo, as idades voltam, não sei onde estou.
Os relâmpagos iluminam os corpos flexíveis no outro mundo, o som
do saxofone dos anjos previne o tempo, as famílias tremem
dentro das casas,
a terra molhada explode em formas novas, é o princípio e o fim.
Homens e mulheres
se arrependem de não ter realizado
todo o amor,
chegam mais perto uns dos outros... o gosto
da noite me leva aos teus seios.

Evocações simultâneas

A noite curva...
Seios pendurados nas janelas da terra
Uma larga mão vermelha
me chama em alguma parte.
Mensagem do tato dum espírito do ar,
cheiro das namoradas, noite curva.
Minha cabeça levanta-se acima do abismo e do pensamento,
o espírito do ano de 1917 revive em mim.
Dêem lugar aos mortos, nivelados no tempo...
Relâmpagos, me abracem no quarto nupcial que é um túmulo,
o olho da morta é um seio, a asa do vento desligou-se da noite,
entrou em mim e desanda a bater. Abismos,
pontes da noite, estrelas escarlates vagamente entrevistas
num delírio perpendicular ao sonho, existo somente
pras sombras acima de mim e da miragem da morte,
sono das imagens... cortam-me a cabeça.

Vertigem

Venho do ar, da multiplicação de sombras,
cheiros se cruzando.
A noite se espreguiça elástica, em todos os pontos da terra
movem-se desejos,
uma outra vida transparece no azul, danças.
Coros de meninas de quinze anos em igrejas do interior,
namorados pressentindo o aviso dos sentidos,
um morto cruzou o espaço, treme o céu, a lua
penteia os cabelos, todas as coisas se comunicam,
as crianças chegam mais perto do seio materno,

os chefes de família vêm no espaço a projeção da vida deles.
Ritmos lânguidos, cadeiras de balanço, tudo no seu lugar...
Eu intervenho, chego da viagem nas almas,
tonto, vários planos me invocam, estou em relação
com as estátuas andando na terra,
mulheres que voltam pra trás sentindo o meu olhar,
um barulho vem do fundo da terra, estrelas caindo,
vidas rodando, os sete arcanjos tardam, estou vendo
minha vida pra trás e eu balançando na asa do vento.
Me socorram, me levem pra outro mundo
onde as mulheres sejam tão bonitas como aqui
e o desânimo ainda maior.

Atmosfera desesperada

Uma escada lateral por onde as formas descem,
os sonhos sobem, vidas
entrevistas num relâmpago... Noite
molhada, noite de fim do dilúvio, mundo suspenso,
luz difusa de astros que mal aparecem num
ângulo do céu,
vertigem. Há qualquer
coisa esperando no ar, pressentimento de outras
distâncias, realidades paralelas a esta,
espíritos puros nascendo, o amor
aproximando as formas. O mar
balança, desligado da praia, cabeça cortada.
Mundo iluminado a gás, curvas do pensamento,
nós somos outros. Alguém
está andando dentro de mim, me segurando pelos cabelos,
não sinto mais o meu peso,
me perdi...

O mundo inimigo

O cavalo mecânico arrebatava o manequim pensativo
que invade a sombra das casas no espaço elástico.
Ao sinal do sonho a vida move direitinho as estátuas
que retomam seu lugar na série do planeta.
Os homens largam a ação na paisagem elementar
e invocam os pesadelos de mármore na beira do infinito.
Os fantasmas vibram mensagens de outra luz nos olhos,
expulsam o sol do espaço e se instalam no mundo.

Canto do desânimo

Dorme, mundo!
Estrela, deita-te a meus pés,
tempo, some da minha memória,
infância, famílias aparvalhadas olhando pra mim,
sumi.

Desaparece, gravura da primeira comunhão,
some, primeiro olhar da namorada,
corpo da prostituta na cidade sibilante,
noite do crime, vida de amor, sombra do santo.

Desaparece,
bruma da criação anterior,
manequim da nebulosa vermelha ardendo no quarto em febre,
vestido e sombra da mulher primitiva me tomando nos braços,
apaga-te, mão de Deus me formando na manhã remota,
som, movimento, vontade, tempo, energia, desaparecei.

Canto do noivo

Eu verei tuas formas crescerem pouco a pouco,
verei tuas formas mudarem a cor, o peso, o ritmo,
teus seios se dilatarem na noite quente,
os olhos se transformarem quando brotar a idéia do primeiro filho.

Assistirei ao desenvolver das tuas idades,
guardando todos os teus movimentos.
Já está na minha memória a menina mãe de bonecas,
depois a que ficava de tarde na janela,
e a que se alterou quando me conheceu,
e a que está perto da união das almas e dos corpos.
As outras virão. Tuas ancas hão de se alargar,
e os seios caídos, o olhar apagado, os cabelos sem brilho
hão de te arrastar pra mais perto do sentido do amor,
ó minha mártir, forma que eu destruí, integrada em mim.

Reflexão e convite

Nós todos estamos na beira da agonia
caminhando sobre pedras angulosas e abismos.
Ninguém ouve o barulho da banda de música
que está ali firme do outro lado do século.

Encontramos o sonho e o pusemos no altar.
Incenso e adoração, culto ardente pra servir.
Saímos dos planos múltiplos do sonho,
não nos integramos na ciência da total realidade.
Vamos colher as flores grandes que crescem nos abismos
e apreciar as explosões de luz de dois universos.

Apressando o passo estaremos do outro lado do século
ouvindo o barulho da banda de música que não pára nunca.

História futura do cravo e da rosa

Puseram sinais semafóricos
Puseram guardas aduaneiros
Na estratosfera.

O Cravo de letra grande
E a Rosa de letra grande
Brigaram uma bela tarde
No aparelho de televisão.
Então uma tempestade
Que desde o instante do FIAT
Se concentrara, esperando,
Lá nas gavetas do céu,
Levou as sementes do Cravo e da Rosa
Para os jardins do caos
Onde eles cresceram
Brincaram de roda
– Papai e mamãe –
Vestidos de rendas,
Sonhando pra sempre.

A pomba da lancha

Quando a rainha Locusta chegar
– Não é mais rainha, é a névoa –
As estrelas formarão a palavra ÓDIO.
Não haverá mais nem um capitalista,

Não haverá mais nem um operário,
Não haverá mais nem uma rosa.
Eu mesma estarei sepultada
Debaixo de pedra e dilúvio.
Em cima das pedras, sozinho,
Um urubu vestido com as cores do arco-íris
Dará milho ao fantasma de Deus.

O filho pródigo

Serenamente? A alma insatisfeita
Viemos cortando as águas tenebrosas,
Impulsionados pelos ventos largos.
Meu pai me espera na varanda amena.
("Digo sim ao meu filho
Que volta para sugar meu sangue,
Acompanhado dos pássaros do meio-dia
Voando entre as arcadas tristes.
Solto na frente a estátua número três.
Se ouvem os clarins das vitrolas.")

E todos me felicitam vivamente.
Tenho uma grande ação a cumprir:
Falta-me coragem...
O peso desta ação a cumprir
Pesa demais sobre mim.
Além disto preciso eliminar
O céu, o inferno, o purgatório.
Serei talhado à imagem e semelhança da pedra.

Girândolas, foguetes, abraços.
Meu irmão:

“Não te comoves ao ver
A cara da tua antiga namorada?”
Então olho de fato pra Maria:
“Ô movimento atual de tuas ancas...”
Nos retratos da sala de espera
Flutuam cabeleiras de amadas dos outros.
Os outros: tios-minerais, primos-cactos...
“Sim! Nunca mais nos veremos,
Ó primas e tias de outrora;
E as que temos agora
Estão na frente de nós,
Não as podemos ver direito.”

Os vizinhos me conduzem até à varanda.
“Meu pai,
Ao mesmo tempo meu filho e meu irmão,
Levei teu nome ao mundo inteiro,
Espalhei teu sangue,
Tomei éter,
Dei teu dinheiro aos sem-trabalho,
Não dormi, para construir as netas que não conheces...
Divulguei a raça do demônio,
O ódio, o mal, a desesperança.
Mas não quero continuar minha tarefa.
Dá tua herança aos urubus,
Joga teus mantimentos
Aos aviadores perdidos nas ilhas;
Enforquem minha namorada!”

Sacudo as asas,
Parto para o empíreo da cozinha.
Não me mato, estou cansado demais.

Tédio na varanda

Hesito entre as ancas da morena
Deslocando a rua,
E o mistério do fim do homem, por exemplo,
Dormir!
As camélias lambem
O sexo de teus lábios.
Os pássaros da vertigem
Bicam estátuas de pano.

O mar fala a língua de p
Enquanto eu não tenho
Pés de vento,
Mãos de metal.

As botas de sete pedras
Comem léguas de aborrecimento.

O poeta assassina a musa

Há dez dias que Clotilde
– Uma das musas queridas –
Anda aborrecendo o poeta.
Aparece carinhosa,
De repente vira as costas,
Diz várias coisas amargas,
Bate impaciente com o pé.
Então o poeta aporrinhado
Joga álcool e atea fogo
Nas vestes da musa.
A musa descabelada

Sai cantando pela rua.
Súbito o corpo grande se estende no chão.

Diversas musas sobressalentes
Desandam a entoar meus cânticos de dor.
Clotilde ressuscitará no terceiro dia,
Clotilde e o poeta farão as pazes.
Música! Bebidas! Venham todos à função.

A visibilidade

Passar ignorado dos homens, das palavras,
Ignorado das águas, do demônio.
Ignorado dos personagens da história,
Ignorado até de Deus,
Até dos pássaros, das pedras.
Mas a luz se desfaz em vaia.
Os demônios mostram os seios em arco
– Arco de sua vitória exclusiva –,
As águas exigem um carinho,
Do contrário te afogarão.
As pedras exigem teu amor
– Vives em cima delas –
Do contrário te apedrejarão,
Apedrejarão
Quem quiser viver no ar.

Mas

As ondas amarguradas
Encostam a cabeça na pedra do cais.
Até as ondas possuem

Uma pedra para descansar a cabeça.
Eu na verdade possuo
Todas as pedras que há no mundo,
Mas não descanso.
As mulheres me dão corda
Mas somem nas alturas.
Eu apalpei aquele seio,
Minhas mãos ficaram boquiabertas.
Aqueles olhos gritaram na minha direção
Mas depois desfaleceram.
O mundo se desfaz em pedra
Na minha direção,
Mas as pedras marcham, não param,
Não poderei descansar.
A poesia é muito grande,
Mas o alfabeto é bem curto
E a preguiça, bem comprida.
O amor é muito grande
Mas não é puro, as mulheres
Toda a hora humilham a gente
Com golpes de olhares,
Com arrancadas de seios...
Mas assim mesmo inda é bom.

Poema no bonde-camelo

Sou firme que nem areia
Em noite de tempestade.

Meu desânimo afinal
Me segura neste mundo.

Estou farto de saber
Que só piso no deserto.

As máquinas aperfeiçoadas
Do cruzamento das raças,
Aeroplanos de braços,
Globos de seios cheirosos
Não deixam o deserto afinal
Ficar tão vazio assim.

Cabeleiras de palmeiras
Morenas vermelhas louras
Se agitam neste deserto.
Água não falta, cerveja,
Uísques e aguardentes
Guardados em odres finos
De cristais bem facetados.
E poemas fazendo lembrar
Que se deve rezar um pouco.

Às vezes a noiva morta
Passa no vento chorando,
Arrisco dois olhos grandes:
É a miragem nossa irmã.

Arte de desamar

Meu amor é disponível,
A qualquer hora ele fecha;
A crise de convicção
É mesmo muito grande.

As pernas do meu amor
Distraem da metafísica,
O corpo do meu amor
Tem a vantagem sublime
De disfarçar o horizonte.

Eu não amo meu amor
Para quê tapeação.
Não amo ninguém no mundo,
Nem eu mesmo, nem me odeio.

Meu amor é uma rede
Onde descanso da vadiação.
Os olhos do meu amor
São bastante distraídos,
Não vêem meu desamor.

Com o porta-seios moderno
Os seios do meu amor
Aparados à la garçonne
Ocupam lugar pequeno
No espaço do seu corpo.

Se meu amor qualquer dia
Me abandonar, ai de mim!
Eu não me suicidarei...
Escreverei mais poemas.

O doente do século

Meu coração vai sangrando,
Se desfazendo aos pedaços,

Mas assim mesmo inda tem
Uns pedacinhos de pedra
Que resistem duramente:
A pedra resiste ao vento
De aridez, que vai passando,
Vem rolando, traiçoeiro,
Dos desertos da cabeça.
O vento insinua então:
“Siga firme para a frente,
Deixe a luz à sua direita,
Tome o rumo de Moscou,
Se inebrie com este coro
Que sai vibrante das máquinas,
Fuzile a palavra amém.”
Mas quem sou eu neste mundo
Pra anular a tradição?
Venham, filhas da esperança,
Me levem na padiola
Para o chalé da ternura,
Acendam-me a luz do amor,
Desenrolem seus cabelos
Sobre o meu corpo, senão
Não terei culpa nenhuma
Se me matar amanhã.

Novíssimo Job

– Eu fui criado à tua imagem e semelhança.
Mas não me deixaste o poder de multiplicar o pão do pobre,
Nem a neta de Madalena para me amar,
O segredo que faz andar o morto e faz o cego ver.

Deixaste-me de ti somente o escárnio que te deram,
Deixaste-me o demônio que te tentou no deserto,
Deixaste-me a fraqueza que sentiste no horto,
E o eco do teu grande grito de abandono:
Por isso serei angustiado e só até a consumação dos meus dias.

Por que não me fizeste morrer pelo gládio de Herodes,
Ou por que não me fizeste morrer no ventre da minha mãe?
Não me liguei ao mundo, nem venci o mundo.
Já me julguei muito antes do teu julgamento.
E já estou salvo porque me deste a poeira por herança.

Até há pouco tempo atrás no meu país
Ninguém sabia que a vida é a luta entre classes
E eu já era, desde cedo, inconformado e triste.
Antes da separação entre os homens
Existe a separação entre o homem e Deus.
É doce te encarar como poeta e amigo,
É duro te encarar como criador e juiz.
Tu me guardas como instrumento de teus desígnios,
Tu és o Grande Inquisidor perante mim.
Por que me queres vivo? Mata-me desde já.
Cria outras almas, outros universos,
Sonda-os, explora-os com tua lente enorme.
Mas faze cessar um instante o meu suplício.

Prefiro o inferno definitivo à dúvida provisória.
Falaste-me pelos teus profetas e pelo Espírito Santo,
Mas a última e essencial palavra está contigo.
Todas as tuas obras dão testemunho de ti,
Mas ninguém sabe o que tu queres de nós.

(Ó Virgem Maria, levanta-te da estrela da manhã
E faze o sinal da cruz sobre minha alma golpeada.)

Tu também não terás teus filhos renegados?
Aqueles que criaste e entregaste ao demônio
Para satisfazer tua cólera e paixão?
Ó Deus, tua justiça é maior que tua misericórdia.
Por que me deixaste assim sem abrigo no mundo?
Por que me deste passado, presente e futuro?
Manda a tempestade de fogo a destruir minha existência.

— *Estou contigo mesmo e não me queres ter
Sou tua herança desde toda a eternidade.*

Meu novo olhar

Meu novo olhar é o de quem já sabe
Que alegria e ventura não permanecem.
Meu novo olhar é o de quem desvendou os tempos futuros
E viu neles a separação entre os homens,
O filho contra o pai, a irmã contra o irmão, o esposo contra a esposa,
As igrejas dinamitadas, depois reconstruídas com maior fervor;
Meu novo olhar é o de quem penetra a massa
E sabe que, depois de ela ter obtido pão e cinema,
Guerreará outra vez para não se entediar.
Meu novo olhar é o de quem observa um casal belo e forte
E sabe que, sozinhos, se amam os dois com nojo.
Meu novo olhar é o de quem lúcido vê a dançarina
Que, para conseguir um movimento gracioso da perna,
Durante anos sacrificou o resto do seu ser.
Meu novo olhar é o de quem adivinha na criança

O futuro doente, o louco, a órfã, a perdida.
Meu novo olhar é o de quem transpõe as musas de passagem
E não se detém mais nas ancas, nas nucas e nas coxas,
Mas se dilata à vista da musa bela e serena,
A que me conduzirá ao amor essencial.
Meu novo olhar é o de quem assistiu à paixão e morte do Amigo.
Poeta para toda a eternidade segundo a ordem de Jesus Cristo,
E aquele que mudou a direção do meu olhar;
É o de quem já vê se desenrolar sua própria paixão e morte,
Esperando a integração do seu ser definitivo
Sob o olhar fixo e incompreensível de Deus.

A musa

Estás sozinha desde o princípio,
Foste imaginada na época da formação das pedras.
Um violento temporal lavou a terra antes que nascesses,
E muitas estrelas de perfil se inclinaram sobre teu berço.
Atravessas desertos de areia e mares vermelhos
Sem que sujes teu corpo,
Sem que ninguém penetre tua essência.
Os poetas te sacrificam suas amadas retrospectivas, atuais e futuras.

Tua cabeça triste e serena
Recortada num céu de convulsões desencadeia o mito:
Distribuis ao mesmo tempo consolo e desespero.
Aos olhos do homem és acima do sexo como uma deusa,
Aos olhos da mulher és masculina como um guerreiro.
Anulas o movimento de quem soube te decifrar,
E não te perturbas nem ao menos ante a idéia de Deus.

Epifania

Eu te procurei tal qual os três reis magos
Que caminhavam através de mares e desertos,
Até que um dia uma estrela enviada por ti mesmo
Me trouxe até a tua inefável presença.
Não posso te ofertar o ouro, o incenso e a mirra:
Ofereço-te a minha alma que tu mesmo criaste,
Ofereço-te a minha aridez e o meu pecado.
Ilumina agora e sempre todos os que te procuram
E todos aqueles que acreditam no teu fim.
Angústia e escuridão dominam o homem
Porque tu ainda não deste a volta ao mundo.

Vocação do poeta

Não nasci no começo deste século:
Nasci no plano do eterno,
Nasci de mil vidas superpostas,
Nasci de mil ternuras desdobradas.

Vim para conhecer o mal e o bem
E para separar o mal do bem.
Vim para amar e ser desamado.
Vim para ignorar os grandes e consolar os pequenos.
Não vim para construir minha própria riqueza
Nem para destruir a riqueza dos outros.
Vim para reprimir o choro formidável
Que as gerações anteriores me transmitiram.
Vim para experimentar dúvidas e contradições.

Vim para sofrer as influências do tempo
E para afirmar o princípio eterno de onde vim.
Vim para distribuir inspiração às musas.
Vim para anunciar que a voz dos homens
Abafará a voz da sirene e da máquina,
E que a palavra essencial de Jesus Cristo
Dominará as palavras do patrão e do operário.
Vim para conhecer Deus meu criador, pouco a pouco,
Pois se O visse de repente, sem preparo, morreria.

O poeta e a musa

Vens da eternidade e voltas para a eternidade.
Não tens ódio.
Não tens amor.
Não tens fome nem sede.
Tens o ar frio de quem ultrapassou o mundo sensível e resolve lhe dar um sinal da sua condescendência.
A linha das montanhas, a linha do horizonte e a linha da tua alma se desdobram diante de ti como um anteprojeto da eternidade.
Estás desligada da geração que te trouxe ao mundo.
Anulas meu interesse pelo espetáculo da existência.
Olhas-me serenamente, passas a mão pelos meus cabelos e me chamas de tua grande criança.
Esperas que eu diminua minha humanidade para ficar junto de ti, sem ação, sem impulsos, observando apenas o desenrolar do tempo, o ciclo das estações, o curso dos astros, as cambiantes da cor do céu e do oceano...
Seremos duas estátuas confabulando.
Então os acontecimentos não agirão mais sobre mim.
E eu sobrevoarei a vida física.
E tocarei o espírito da musa.

Salmo n.º I

Meu espírito anseia pela vinda da esposa,
Meu espírito anseia pela glória da Igreja,
Meu espírito anseia pelas núpcias eternas
Com a musa preparada por mil gerações.
Eu hei de me precipitar em Deus como um rio,
Porque não me contenho nos limites do mundo.
Dai-me pão em excesso e eu ficarei triste,
Dai-me luxo, riqueza, ficarei mais triste.
Para quê resolver o problema da máquina
Se minha alma sobrevoa a própria poesia?
Só quero repousar na imensidade de Deus.

Filiação

Eu sou da raça do Eterno.
Fui criado no princípio
E desdobrado em muitas gerações
Através do espaço e do tempo.
Sinto-me acima das bandeiras,
Tropeçando em cabeças de chefes.
Caminho no mar, na terra e no ar.
Eu sou da raça do Eterno,
Do amor que unirá todos os homens:
Vinde a mim, órfãos da poesia,
Choremos sobre o mundo mutilado.

O profeta

A Dante Milano

A Virgem deverá gerar o Filho
Que é seu Pai desde toda a eternidade.
A sombra de Deus se alastrará pelas eras futuras.
O homem caminhará guiado por uma estrela de fogo.
Haverá música para o pobre e açoites para o rico.
Os poetas celebrarão suas relações com o Eterno.
Muitos mecânicos sentirão nostalgia do Egito.
A serpente de asas será desterrada na lua.
A última mulher será igual a Eva.
E o Julgador, arrastando na sua marcha as constelações,
Reverterá todas as coisas ao seu princípio.

Salmo n.º 2

Ó Deus meu e de todos,
Que tenho feito até hoje no mundo,
Senão te invocar para que surjas,
Senão me desesperar porque sou pó?
Dilata minha visão,
Dilata poderosamente minha alma,
Faze-me referir todas as coisas ao teu centro,
Faze-me apreciar formas vis e desprezíveis
Faze-me amar o que não amo.
Tudo o que criaste no universo
É a divisão de uma vasta unidade
Em espaços e épocas diferentes.
Liga-me a todas as coisas em ti
E ilumina-nos fora do tempo, a todos nós
Que esperamos tua divina Parusia.

Futura visão

Apresentam-me o livro da tua vida
Escrito por dentro e por fora:
Sou digno de romper os sete selos.
Logo na primeira página
Paro três anos em êxtase
Diante da tua fotografia.
A lua e o mar adormecem a meus pés.
Tudo o que evoco vai nascendo ao gritar o teu nome
Berenice! Berenice!
E choro muito
Porque não existe ninguém digno de te olhar.

Alguém me segura à beira do abismo,
Contém minha impaciência e me desarma o braço:
Deverei assistir ao que se descreve no livro.
Terás que parir fisicamente e espiritualmente na desgraça,
Beberás o cálice da injúria e das abominações,
Vestida de púrpura serás sentada no trono da solidão.

Eu devoro o livro, que amarga minhas entranhas.
GLORIFICAÍ-A! GLORIFICAÍ-A!
Esta é minha súplica de sempre.

O Princípio vem sobre as nuvens em fogo
E clama para mim e para todo o universo:
TUDO SERÁ PERDOADO AOS QUE AMARAM MUITO.

Poema condenado

Eu te respiro por todos os poros:
Mulher, estás em todos os lugares.
Prefiro me danar a um dia te perder de vista.
Teu vestido desdobrado esconde a Cruz.
Se este sortilégio acabasse eu me mataria.

Tua existência é a justificação do mundo:
Para que vale o sol
Senão para dar vida à matéria que te cerca,
Para que vale a lua
Senão para aumentar tua palidez,
Para que valem as flores
Senão para serem enfeitadas por ti,
Para que valho eu
Senão para permanecer teu poeta,
Para que vale o paraíso
Se não estiveres a meu lado?

Antiguidade

Quero voltar para o repouso sem fim,
Para o mundo de onde saí pelo pecado,
Onde não é mais preciso sol nem lua.
Quero voltar para a mulher comum
Que abriga a todos igualmente,
Que tem os olhos vendados e descansa nas águas eternas.

Quero voltar para o Princípio
Que nivela vida e morte, construção e destruição,
Diante do qual não existe lei nem marco.

Quero viver sem cor nem forma, peso ou cheiro,
Fora da alegria e da tristeza.

Eu sofro a terrível pressão do que existiu,
Do que não existiu e do que existirá.
Eu mesmo aperto os três círculos do inferno
Neste trabalho de escavação do universo
Pelo qual me aproximo das origens.

Começo

Uma vasta mão me sacudirá na manhã pura.
Talvez eu nasça naquele momento,
Eu que venho morrendo desde a criação do mundo,
Eu que trago fortíssimo comigo
O pecado de nossos primeiros pais.

O espaço e o tempo
Hão de se desfazer no vestido da Grande noiva branca.
Serei finalmente decifrado, o estrangeiro da vida
Descansará pela primeira vez no universo familiar.

O emigrante

A Henri Michaux

A nuvem andante acolhe o pássaro
Que saiu da estátua de pedra.
Sou aquela nuvem andante,
O pássaro e a estátua de pedra.
Recapitulei os fantasmas,
Corri de deserto em deserto,

Me expulsam da sombra do avião.
Tenho sede generosa,
Nenhuma fonte me basta.
Amigo! Irmão! Vou te levar
O trigo das terras do Egito,
Até o trigo que não tenho.
Egito! Egito! Amontoei
Para dar um dia a outrem:
Eis-me nu, vazio e pobre.
A sombra fértil de Deus
Não me larga um só instante.
Tirai-me o colar da febre:
Eu vos deixo minha sede,
Nada mais tenho de meu.

A janela

Ó altas constelações,
Nuvem prene de fantasmas,
Preguiçosa onda do mar,
Friíssima noite, lua!
Minhas irmãs elementares,
Tendes mãos, ouvidos, boca.
Murmurais doces cantigas
Que os homens decifrarão
No rodízio do universo,
Entre revoadas de anjos,
Quando soarem os clarins
Que despertarão os mortos
E a alma se reunir
Ao corpo que apodrecera.

Minha órfã

Porque não quis te olhar, ficaste cega.
Sei que esperas por mim
Desde o tempo em que usavas tranças e brincavas com arco.

Sei que esperas por mim,
Mas eu não quis te olhar
Porque me debrucei sobre o mito de outras,
Porque não me sabes dar, pobre amiga,
O sofrimento e a angústia que formam a catástrofe.

Roxelane, Roxelane:
Porque tens olhar morto e cabelos sem brilho,
Boca sem frescura e sem expressão,
Eu te desdenhei e não ouvi teu apelo,
Teu último apelo vindo da solidão e da infância remota.

Roxelane, Roxelane:
Tua tristeza recairá sobre mim, assumirei tua orfandade,
Conhecerás o gozo e verás desdobrar-se a esperança,
Enquanto eu recolherei para sempre
A tua, a minha e a miséria de outros,
Triste e apagada Roxelane, vitoriosa Roxelane.

Canção

Para o Oriente do amor
Meus sentidos aparelham.

Bandeiras azuis, vermelhas,
Cruzaram-se no horizonte.

De onde vem tal embriaguez,
Que aurora terei tomado?
Vem do fundo de mim mesmo,
Vem da minha alma correndo.

Minha amada na varanda
Arrulha, me faz sinais.
Vôo com abril nas mãos,
Para continuar o ciclo
De antiga revelação:
Aboli as dissonâncias,
O sentimento renasce
Como no início do mundo.

R.

Vens, toda fria do dilúvio, com dois peixes na mão.
És grande e flexível, na madrugada acesa pelos arcos voltaicos.
Tua posteridade danou-se e foi expulsa dos templos serenos
Onde atualmente só se ouvem
Cânticos de guerra e pregações do inferno.

Vens, toda fria do dilúvio,
Semear a discórdia nas choupanas e nos palácios.
Vens para minha maldição, para me indicar o abismo
Onde ficarei só e triste, sem pianos.

Jerusalém

Jerusalém, Jerusalém,
Quantas vezes tentei abrigar no coração
Todos os meus anseios para Deus,

Como a ave abriga a ninhada debaixo das asas:
E tu não quiseste, mundo,
Tu não quiseste, carne,
Tu não quiseste, demônio.

Jerusalém, Jerusalém,
Morro de sede à beira da fonte,
Morro de fome debaixo da mesa coberta de pães.

Em vez de sinos festivos
Ouço sirenes de aviões.
Em vez da santa eucaristia
Recebo granadas de mão.
Os mitos do mal desencadeados sobre mim
Me envolvem sem que eu possa respirar.

Jerusalém, Jerusalém,
Recolhe meu último sopro.

Idéia fortíssima

Uma idéia fortíssima entre todas menos uma
Habita meu cérebro noite e dia,
A idéia de uma mulher, mais densa que uma forma.
Idéia que me acompanha
De uma a outra lua,
De uma a outra caminhada, de uma a outra angústia,
Que me arranca do tempo e sobrevoa a história,
Que me separa de mim mesmo,
Que me corta em dois como o gládio divino.
Uma idéia que anula as paisagens exteriores,
Que me provoca terror e febre,

Que se antepõe à pirâmide de órfãos e miseráveis,
Uma idéia que verruma todos os poros do meu corpo
E só não se torna o grande cáustico
Porque é um alívio diante da idéia muito mais forte e violenta de
Deus.

Companheira

Companheira, dou-te as sombras que me acompanham,
Todas as sombras criadas pelos vivos.
Companheira, dou-te a alegria
Do que nada tem a esperar do esforço humano.
Dou-te a cantiga do asilado.
O suspiro do menino que olha em vão
O velocípede do menino vizinho.
Dou-te a nostalgia de quem soltou papagaio
Em épocas muito remotas.
Companheira,
Dou-te a tristeza do que nada achou na sua primeira comunhão.
Dou-te o desconsolo do que está sendo destruído
Pelos crimes que não cometeu,
Pelos crimes de outros em época distante.

Os amantes submarinos

Esta noite eu te encontro nas solidões de coral
Onde a força da vida nos trouxe pela mão.
No cume dos redondos lustres em concha
Uma dançarina se desfolha.
Os sonhos da tua infância
Desenrolam-se da boca das sereias.

A grande borboleta verde do fundo do mar
Que só nasce de mil em mil anos
Adeja em torno a ti para te servir,
Apresentando-te o espelho em que a água se mira,
E os finos peixes amarelos e azuis
Circulando nos teus cabelos
Trazem pronto o líquido para adormecer o escafandrista.
Mergulhamos sem pavor
Nestas fundas regiões onde dorme o veleiro,
À espera que o irreal não se levante em aurora
Sobre nossos corpos que retornam à água do paraíso.

Canto amigo

I

Eu te direi: poderás te libertar do peso da vida,
Poderás encontrar um amigo no fantasma que te habita,
Os homens poderão amordaçar os tiranos se quiserem se
transformar num só.

Eu te direi: da própria franqueza emerge a força,
E muitas vezes a renúncia é o esquema da vitória.
Se conhecesses o dom que vem do alto e que afastas!
Por que aumentas o terror que rodeia o teu lar,
Por que em vez dos retratos de poetas
Que prolongam no tempo a corrente do amor e da fraternidade
Suspendes na tua casa fotografias de couraçados e de fortalezas
volantes?

Por que acreditas no julgamento dos chefes transitórios do homem?
Por que recusas pão e brinquedo às crianças, dando-lhes granadas?
Que futuro preparas, homem amigo, para teus descendentes.

2

Ó meus irmãos, eu ando entre vós como o sobrevivente duma cidade
arrasada.

Ouvi os últimos acordes do meu canto de perdão e de ternura
Antes que os rádios extingam minha palavra com anúncios de
guerra.

Ó meus irmãos, eu sou o que não ri, o que não mistifica,
Eu sou o que vos deveria odiar e que vos ama,
Eu sou o que espera a vitória divina sobre as forças do mal
Que agem poderosamente dentro de mim e de vós.

A criação e o criador

O poema obscuro dorme na pedra:

“Levanta-te, toma essência, corpo.”

Imediatamente o poema corre na areia,
Sacode os pés onde já nascem asas,
Volta coberto com a espuma do oceano.

O poema entrando na cidade
É tentado e socorrido por um demônio,
Abraça-se ao busto de Altair,
Recebe contrastes do mundo inteiro,
Ouve a secreta sinfonia
Em combinação com o céu e os peixes.

E agora é ele quem me persegue
Ora branco, ora azul, ora negro,
É ele quem empunha o chicote

Até que o vento da noite
O faça voltar domado
Ao pó de onde proveio.

Quase segredo

A velocidade da luz
Me protege contra o enigma.

Mundo antigo,
(Árvore de campainhas,
Bola azul negra)
Já conheço teu alfabeto
E o que pretendes de mim.

Outrora eu tinha pés,
Caminhava sobre os pianos,
Às vezes até sobre a terra.

Fiz um buquê de mulheres,
Respiro ciúme traição:
Braços e pernas de uma
Estão no torso de outra.

Quem me conhece
Torna-se de repente visível.

A inicial

Os sons transportam o sino:

Abro a gaiola do céu,
Dei a vida àquela nuvem.

As águas me bebem.

As criações orgânicas
Que eu levantei do caos
Sobem comigo
Sem o suporte da máquina,
Deixam este exílio composto
De água, terra, fogo e ar.

A inicial da minha amada
Surge na blusa do vento.

Refiz pensamentos, galeras...
Enquanto a tarde pousava
O candelabro aos meus pés.

Duas mulheres

Duas mulheres na sombra
Decifram o alfabeto oculto,
Ouvem o contraste das ondas,
Falam com os deuses de pedra

Danças a roda, murmuram,
Decifram o enigma das sombras,
Uma triste, outra morena,
Ambas são ágeis e esbeltas,
Vestem roupagens de nuvens,
Segredam amores eternos,
Tocam súbito a corneta
Para despertar os peixes.

Duas mulheres na sombra
Encarnando lua e árvore
Decifram o alfabeto oculto.

Poema presente

O céu púbere e profundo
Ajunta nuvens de fogo
À tendência dos homens, inquietante:
E um pensamento de guerra
Anula o que poderia vir
Da água, da rosa, da borboleta.

Vergéis tranquilos
Disfarçam espadas.
Sombras pedindo corpos
Esperam desde o dilúvio
O sopro de um puro espírito.
Separam a luz da luz.

Poema estático

Vestir a couraça do céu
E caminhar vigilante
 Mesmo na música.

Ternura, doce rigor,
Alguém acende meu ombro.
Até o silêncio (cristal) pesa.

Confronto-me com o sexo e a sombra.

Formas esperam

Nossa cooperação
No campo fértil
Da funda morte,
Da vida envolvente
Sempre a crescer.

Poema da tarde

A tarde move-se entre os galhos de minhas mãos.
Uma estrela aparece no fim deste meu sangue,
Minha nuca recebeu o hálito fino de uma rosa branca.
Todas as formas servem-se mutuamente,
Um em pé, outras se ajoelhando, outras sentadas,
Regando o coração e a cabeça do homem:
E dentre os primeiros véus surge Maria da Saudade
Que, sem querer, canta.

Poema antecipado

Harpa de obuses,
Sempre um espírito guardião sopra
Para desenvolver o germe augusto
Que foi criado no princípio,
Para não explodir de febre
E dançar no fogo azul.

Terra e céu, jardins suspensos,
Em dia remoto serão refeitos.
O homem respira a Criação,
O corpo todo verá
(Antes de nascer eu já via).

A manhã

Ninguém sabe se a manhã
Traz promessa de prazer.

Anônimas sanfoninas
Alternam com sabiás.

Transformou-se o vento de ontem,
Agora sopra sereno.

Sai um homem para o trabalho,
Saem dois, saem três, saem mil
Pensando na volta.
Ontem não havia
Aquele roseira em pé,
E a carícia d'agora
Desapareceu no ar.

Os braços espantam
Os restos da noite.

A ceia sinistra

I

Sentamo-nos à mesa servida por um braço de mar.

Eis a hora propiciatória, augusta,
A hora de alimentar os fantasmas.
?Quem vem lá, montado num trator de cadáveres,

Com uma grande espada para plantar no peito da Rússia.
Outros estendem bandeiras de todos os países,
Fazem uma cortina de névoa que esconde o cavaleiro andante:
O homem morre sem ainda saber quem é.
A morte coletiva apodera-se da morte de cada um.
A terra chove suor e sangue,
As ondas mugem.

2

O tanque comanda o homem.
A alma oprimida soluça
Num ângulo do terror.
Alma antiqüíssima e nova,
?Tua melodia onde está.
O pássaro, a fonte, a flauta,
A estrela, o gado manso te esperam
Para os batizares de novo.

Sentados à mesa circular
Aguardamos o sopro do dia.

3

Os mortos perturbarão a festa inútil.
?Quem lhes trouxe ternura e presentes – em vida.
?Quem lhes inspirou pensamentos e amores castos – em vida.
?Quem lhes arrancava das mãos a espada e o fuzil – em vida.
Agora eles não precisam mais de carinho ou de flores.
Agora eles estão libertos, vivos,
Pisando calmos sobre nossas covas.

Abancados à vasta mesa circular
Comemos o que roubamos aos mortos conhecidos e anônimos.

Canção pesada

A negra pena
Comprime a alma,
A negra pena
Da massa viva
De dores cruéis,
Do amor que punge,
Da glória inútil,
Sutil serpente
Que morde o peito,
Que enrola o homem,
Constringe-o todo,
A negra pena
Que se alimenta
De sangue e fel,
Triste cuidado,
Lembrança amarga
Dos impossíveis,
A negra pena
Sem remissão,
Que, morto o homem,
Lhe sobrevive
Em novas formas,
Antiga pena,
Futura pena,
Eterna pena.

O espelho

Não surge mais a forma humana.
Nem o gesto de se vingar:

Não se enxerga mais, — se ouve!
Não se mira mais nem o morto
Na primeira comunhão,
Debruado de esplendor,
Ou na bicicleta do sol:

Mas se ouvem, claras, cristalinas,
Campainhas de cristal
Despertando a eternidade
Que recusa a forma humana
Cansada de grito e gesto;
Despertando a eternidade.

Tentação

Diante do crucifixo
Eu paro pálido tremendo:
“Já que és o verdadeiro filho de Deus
Despreza a humanidade desta cruz.”

As lavadeiras

As lavadeiras no tanque noturno
Não responderam ao canto da sibila.

“Lavamos os mortos,
Lavamos o tabuleiro das idéias antigas

E os balaústres para repouso do mar...
Quem nos desviará do nosso canto obscuro?
Nele encontramos restos de galeras,
Nele descobrimos o augusto pudor do vento,
O balanço do corpo do pirata com argolas,
Nele promovemos a sede do povo
E excitamos a nossa própria sede...”

As lavadeiras no tanque branco
Lavam o espectro da guerra.
Os braços das lavadeiras
No abismo noturno
Vão e vêm.

Choques

O choque de teus pensamentos furiosos
Com a inércia da boca e dos braços de outros.
O choque dos cerimoniais antigos
Com a velocidade dos aviões de bombardeio.
O choque da foíce contra o cristal dos milionários.
O choque das roseiras emigrantes
Com o silêncio das linhas retas nas janelas.

A tempestade calcula um choque de distâncias
Com o lúcido farol e seus presságios.
Chocam-se as águias arredando a noite
Com o armário que, inalterável, ruma.
Um ouvido resistente poderia perceber
O choque do tempo contra o altar da eternidade.
Choca-se a enorme multidão sacrificada

Com o ditador sentado na metralhadora.
Choca-se a guilhotina erguida pelo erro dos séculos
Com a pomba mirando a liberdade do horizonte.

Homenagem a Raimundo Lúlio

I

A inocência perguntou à crueldade:
Por que me persegues?
A crueldade respondeu-lhe:
– E tu, por que te opões a mim?

II

A aveia do camponês
Queixou-se do cavalo do ditador,
Então o cavalo forte
Queixou-se das esporas do ditador.

III

O pensamento encontrou-se com a eternidade
E perguntou-lhe: de onde vens?
– Se eu soubesse não seria eterna.
– Para onde vais?
– Volto para de onde venho.

Então a monarquia do corpo obumbrou-se ainda mais
E a morte inclinou seu estandarte.

O túnel do século

I

Sob o céu de temor e zinco
Os prisioneiros caminham, tambores velados:
A manopla da noite pesa
Sobre suas omoplatas, seus sonhos comunicantes.

As Erínias, segadoras antiquíssimas do povo, tambores velados.
Caminham, passo a passo,
Apresentando armas de ódio, punhos implacáveis.
Toda a carne se oferece ao espanto desnudo,
Os castelos de pedra vão se desfazendo
À medida que os heróis agitam a bengala blindada.
As Erínias reproduzem-se durante a noite,
E pela manhã encontramos aberta
A rosa dos ventres.

II

Sob o céu de temor e tremor
A estátua da infância é flechada
Pelos descendentes dos ídolos subterrâneos
Que consagram a espada dançante.
Amaldiçoam o pão e o vinho,
Rasgando o caderno de roseiras
– Alfabeto dos pobres migratórios.

Cegos digladiando-se num túnel,
Constroem as próprias sepulturas.

Sob o céu de temor e tremor
Os homens clandestinos, tambores velados, caminham.

Motivos de Ouro Preto

A Ruben Navarra

I

Assombrações que sobem do barroco,
Das ladeiras e dos crucifixos esqueléticos,
Frias portadas de pedra, anjos torcidos,
Passantes conduzindo aos ombros o passado,
Cemitérios aéreos de adros largos
Onde noturnos seresteiros cantam,
Seguindo-se de violas e violões,
Aos defuntos colados nas gavetas:

A experiência de sombras trasladadas
De procissões civis, eclesiásticas,
Dum antigo túnel de conspiração;
A água escapando pelos chafarizes,
As cicatrizes que o minério abriu;
Tantos Passos fechados o ano inteiro,
Ruínas de solares e sobrados
Onde pairam espectros de poetas,
De padres doidos, de reformadores;
Algarismos gravados nas carrancas
A presença do tempo traduzindo,
O silêncio ao silêncio se juntando
Nesses becos e vielas embuçados;
A reunião de natureza e arte
Por um gênio severo combinadas,
O espírito levando à sua origem
Despojado de efêmeros enfeites,

A pátina paciente de Ouro Preto
Sobre aparências estendendo um véu:
Tudo aparelha a mente para a morte,
Mas a morte em si mesma, a própria morte,
Privada de artifício, a morte chã.

E contra a dispersão das ossadas no tempo,
Que o amor à forma e a Promessa rejeitam,
Da pedra o testemunho antigo se levanta,
Poder do Itacolomi – e o da Pedra perene.

2

O canto alternativo das igrejas
Nos leves sinos da levitação
Cruzando-se em cerrado contraponto,
São Francisco de Assis adverte ao Carmo,
São Francisco de Paula à matriz do Pilar.

Devolve o ar ao ouvido o som das campainhas
Dessas humildes mulas pensativas
Que parecem voltar da Palestina.
E esses pianos dir-se-iam pianolas
Tangendo sons remotos, subterrâneos,
Restos de roídas polcas e mazurcas...
Pianos inconfidentes.
Cindem o ar seco, poroso,
Pancadas pacientes de relógio.
Esse vago clarim nos longes do quartel
Atende ao ido apelo de outro tempo:
Erra insatisfeita nos ares
A alma trágica do alferes Joaquim José da Silva Xavier.
Os amigos chamou, e o eco respondeu...

3

A Viúva de Ouro Preto sobe a rua cantando,
Apoiada ao bastão, na cabeça um penacho
De três cores, vestido velho e desbotado
Cuja invisível cauda arrasta com desdém.
A Viúva de Ouro Preto fala em frases cifradas,
Pesa em partes iguais o mito e a realidade,
O passado e o presente, a alegria e a tristeza,
Declara que decide a guerra no estrangeiro,
Rico e pobre entretém com igual polidez.
A trama da sua vida é feita de fantasmas
Que só se extinguirão no seu último dia:
A Viúva de Ouro Preto é de grande família
Que possuiu fazenda, escravos e palácios,
Privou com a Imperatriz, refinou-se na Europa.
Serviu banquetes em baixelas persas,
Depois tudo perdeu, os membros dispersou,
Resta Dona Adelaide Mosqueira de Meneses,
Vítima da jogatina, a Viúva de Ouro Preto
Que vive numa toca de espectros rodeada,
Que inda tem uma pedra onde apóia a cabeça...
A Viúva de Ouro Preto desce a rua rezando.

4

Ouro Preto se inclina com elegância,
Ouro Preto se inclina, e um dia cairá.
Nova técnica transfigura a terra,
Mas os futuros engenheiros e arquitetos
Não mudarão o corpo de Ouro Preto
Que ainda se preserva da reforma
Por sua mesma pobreza e solidão.

Ouro Preto para o futuro um dia se voltara,
Gerando no seu bojo a nova tradição...
Acelerando a história, a vida deslocou.
Mas a lenda combate aqui a história:
Seus espectros e igrejas permanecem
Pelo ciúme da morte resguardados.

Aqui o próprio Cristo, o rei da vida,
Que se diz Deus dos vivos, não dos mortos,
Aqui o mestre da ressurreição
É contemplado apenas em sua morte:
Parece que em sua imensa humanidade
Aos espectros o Cristo se aparelha,
O seu ar familiar logo assumindo,
Abancado no largo das igrejas
Com os amigos, extrema assombração...
Aguardando seu próprio julgamento,
Sua caridade a todos estendendo,
Mesmo a Joaquim Silvério dá o pão.

5

Repousemos na pedra de Ouro Preto,
Repousemos no centro de Ouro Preto:
São Francisco de Assis! Igreja ilustre, acolhe,
À tua sombra irmã, meus membros lassos.
Confrontamos aqui toda a miséria,
Da matéria o desgaste deduzindo
Em nossa vida universal e pessoal.
Ó rude tempo de aniquilamento,
Ó rude tempo de desproporção!
Nem nos transforma a companhia do Anjo

Que estendido no teto desta igreja,
Rumando para a terra, em vôo certo
Despede ao chão a lâmpada de prata!
Entretanto ele é belo! Dançarino
Do sopro da saúde modelado,
Asas de larga envergadura tem,
E seus panejamentos apresenta
Com delicada graça, mas viril.
Respira o rosto, máquina rosada,
Um mesmo movimento aparelhando
A boca, os olhos diurnos e o nariz;
Carnal vivência o busto manifesta,
Os cabelos castanhos esparzidos
Numa desordenada simetria
O ritmo ajudam da composição;
Os pés calçados de sandálias gregas
Formam sólida base ao corpo inteiro.
Mas não se vale apenas de suas asas:
Os braços desenvoltos deslocando
O espaço em torno, rápido, oferecem
Flores, frutos da terra ao povo fiel.
Seus ornamentos sóbrios sintetizam
Do barroco mineiro a austera força.
Assim o esculpiu na tradução humana
O escopro genial do Aleijadinho.
Mas de que serve o gratuidade do Anjo,
Que pode o Anjo ante a angustura do homem
E a força da caveira desarmada
Que elevada se vê no tapa-vento?
Que pode o Anjo ante a manopla imóvel,
Ante a pátina da morte em Ouro Preto?
Kyrie eleison. Memento mori. Kyrie eleison.

Romance de Ouro Preto

A Manuel Bandeira

Na luz difusa
Que funde os planos,
Vai nas colinas,
Vai nas igrejas,
Vai nas lonjuras
Se refratando,
Na luz difusa
Da manhã fria
Nasce Ouro Preto
Congeminando.
Nasce inda agora
Dos astros frios,
Estremunhada
Descerra as portas
De pedra frias,
Desata a bruma
Dos dedos brancos,
Levanta cruzes
No ar macio,
Turva da noite,
Tonta de espectros,
Doida de sono,
Mira-se ao espelho
Lavado, oval,
Da solidão.
Um gênio fluido
No ar poroso

Se balançando
Despede a lua.
Desdobra templos
Na luz redonda.
Lava ladeiras,
Lava os lavabos
Das sacristias,
Recobre as casas
De branco e anil,
Tira o capuz
Do Itacolomi;
Extinto o ouro,
Pequena indústria
Faz funcionar
– Chá, pinga e mel –,
Apruma os pobres
Do álgido Asilo,
Espanta as moscas
Que do leproso
Toldam a visão,
Governa o reide
Circunvolante
Dos urubus.
No jardim único
Do Carmo ao lado
Balança plumas
De árvores densas,
Apara arbustos,
Desfolha dalias,

Agrupa os goivos,
Cruza coroas
De crisandálias;
A água limosa
Dos chafarizes
Rápido ordenha,
Desmama riachos,
Sutura as torres
Na cerração,
Dá corda aos sinos,
Rói paramentos,
Rói estandartes,
Move estudantes
Até o Palácio
Onde assistia
O Governador
– Máquina cinza
De corpo espesso
No alto da Praça
Bem assentada,
Soturno espelho
Do grão poder;
Sobe ao Museu
Que, adrede armado,
Graves destroços
Da antiga Minas
Prenhe, barroca
– Dura escultura –,
Torsos de Minas
Dependurados,
Restos roídos

De Inconfidentes
Na cal propícia
Recolocados,
Sombras vencidas,
Sombras severas,
Estranho espólio,
Solene expõe;
Álulas frágeis
De anjos feridos
Dos frontispícios
Pronto refaz;
As malas tange
Que dos distritos
Descem ao mercado
Campainhando,
Pule os minérios,
Monda as arestas
Dos monumentos
Azul e rosa,
Branco e cinzento;
Lumeia os círios
Lá no Pilar,
Renova a missa
No altar barroco,
Propende o Cristo,
Suscita a sombra,
Suspende o sol.

Ó Vila Rica,
Trânsito é o teu
Tão sossegado!

Nossa Senhora,
Nosso Senhor,
De pés descalços,
De braços dados,
Tristes, felizes,
Tristes, calados,
Pelas ladeiras
Recuando a morte,
Pelas calçadas,
De dia, de noite
Correndo vão.
Ó tu, musical
Terra não és,
Curva Ouro Preto,
Plástica sim!
Díssonos pianos
Deslocam o eco
Mas os teus sinos
Das tuas manhãs:
– Enoch e Elias,
Ivo e Luquézio,
Roque e Raquel –
Sobem do Carmo,
De São Francisco.
Sonoros sagram,
Bentos batizam
Tua atmosfera
Com igual fervor,
Dobram com força
Por todos nós,
Das ruínas do ar

Levando aos Três
– Ventos de amor –
Novas novenas
E ladainhas,
Teus *Kyrie eleison*
Santos amém.

Tu, Vila Rica
De forte exemplo,
Ei, Ouro Preto!
O ouro leproso,
Amaldiçoado,
Da luz do inferno,
Do mal do inferno
Contaminado,
Te desgraçou.
Que havias feito
Pra te mandarem
Praga tamanha,
Virgem do céu?...
Tu, Vila Rica
Do ouro gerada,
Desde teu berço
Ouro mamando,
Desde menina.
Já castigada
– Forrada de ouro,
Fecunda um tempo,
Logo faminta,
Depressa estéril –,
Estrela obnóxica

Vinda de Oblívio,
Luz de presságios
Na cauda de ouro
Morna arrastando,
Ai! te obumbrou.

Maior na morte
Que no esplendor,
Espectro enxuto
De olho de pedra
Que absurdo adoro
Tanto que aguardo,
Roxo, tremendo,
Últimos fins,
Tuas colunas
Tão inspiradas,
Curvas e rampas
Ao pensamento
Rude inclinando,
Nobres portadas,
Pátina cinza,
Muros de canga
E anjos ambíguos,
Anjos oblíquos,
Anjos oblongos,
Torres torcidas,
Torres chuvosas,
Olho-de-boi
Lentos absorvem
Tua agonia
Logo cercada
De fogos-fátuos,

Almas penadas
Com véus de viúvas
Que pelas vielas
E pelas pontes
Sutis deslisam
E entre ais e uivos
Perdidos vão:
Triste Ouro Preto
A quem a cinza,
O tempo e o mito
Servem de pão.

Mortos teus dentes,
Teu ouro extinto
– Virou esterco –,
Abandonados
Os teus pendões,
Podres os bosques
Das sesmarias,
Paços queimados
(Nos mornos morros
Correm manadas
De assombrações),
Mantos roídos,
Trompas sem boca
Que te acordavam,
Prismas partidos,
Morta a euforia,
Toda a ambição:
Vive tua plástica
Na forma estática.

Só para a morte
Guardaste a luz,
Tu, Ouro Preto,
Dama de pedra,
Demente lúcida
– Dobras a morte
Com teu palor –,
Tu, Ouro Preto,
Que outrora foste
E agora inda és.

De qualquer ângulo
Tu sempre és bela!
De qualquer ângulo
Ao olho amante
Sempre és igual.
Perto, distante,
Quer vista sejam
Na luz redonda,
No prisma azul,
Na trovoada,
Na refração,
À chuva espessa,
Ao sol friorento,
Ao sol violento,
Ao luar das Lages,
Na cerração,
Vista de frente,
Vista dos fundos,
Lá das Cabeças,
Lá do Rosário,

Do Grande Hotel,
Do Alto da Cruz
Que Chico Rei
Dançando o congo
Fez levantar,
Glória a Jesus;
De São Francisco de Paula
A massa branca, maciça,
Sempre de frente,
De qualquer ponto
Se mostra à luz.
Bela Ouro Preto
Vinda do caos,
Tua unidade
– Tácito acordo
Entre homem e Deus –
No entrosamento
De forma e fundo
– Subido exemplo –
Com teu engenho
Se resolveu.

Vi quantas belas
Adormecidas
Nessas varandas
Desguarnecidas,
Pelo nevoeiro
Logo veladas:
Vaga Marília,
Doce Ifigênia
– Zéfiro brando –

Que do Brasil
Foste noivada,
Nise saudosa,
Glaura de seda,
Bárbara mísera
Do norte estrela
Que teu destino
Mal sabes guiar,
Clara Constança
De negras tranças
Breve roídas
Na escuridão...
Musas oclusas,
Tristes, heróicas,
Tontas, alegres,
Santas, vadias,
Musas obscuras
De igual valor,
Quantas Marias
Trabalhadeiras,
Requebradeiras,
Doidas de amor,
Belas doceiras,
Ó costureiras,
Ó lavadeiras,
Corpos em flor
Que a minha lira
– Pulsa, suspira –
Do tempo caído
Quer suscitar,
Finos fantasmas

Que a névoa filtra,
Adormecidos
Nas lájeas frias,
Em balcões frios,
Finos fantasmas
Frios da noite,
Frescos do orvalho,
Brancos da morte,
Puros do luar...

Nas tuas naves
Limpas, lavadas,
Qual céu de Minas
Após trovoada,
Nas tuas naves
Claras, azuis,
Abrindo os braços,
Fechando os olhos,
Cinzas tomei,
Bíblico eu fui.
Nas tuas lájeas
Verde-cinzentas,
Desconsolado
Moendo o mundo,
Roucos soluços
Triste abafando,
Me prosternei;
Dos teus santeiros
Tortos, anônimos,
Nos oratórios
O gênio rústico,

Crispado, áspero,
Interpretei;
E ante os teus santos
Ósseos, cavados,
Escalavrados,
Desencarnados
Pela oração,
Que pedem graças
Do alto do nicho
Em vez de as dar
– Miseros são –,
Fiz a exegese,
Dei o balanço
Da nossa lepra,
Nossa paixão.

Do Aleijadinho
– Pernas de pedra,
Tronco de igreja,
Testa de morro
Da Minas bíblica
Que a Santa Bárbara,
Grã domadora
Da trovoadas,
Se consagrou,
Do Aleijadinho,
Macho escapado
Ao próprio escopro,
– Sua obra inteira
É auto-retrato
De corpo inteiro

Revelador –,
Do Aleijadinho
Severo ancestre
Mal-encarado,
Encapuzado
No seu furor,
Alma barroca,
Fundos refolhos
De obscura raiva
Guardando em si,
Na dura entranha
De penha humana
Com fortes peitos
Gerado à luz,
Do Aleijadinho
Sóbria lição
– Suma piedade
Rígida, austera,
Na bruta Bíblia
Cedo assentada,
De um mundo novo
Mantido em pedra
Consolidada
Na criação,
Do Aleijadinho
Força ferosa,
Grã-liberdade
Na disciplina
Do Antigo amor
Movendo os dedos,
Movendo o engenho

Com seu vigor,
Força madura,
Fundamental,
Que à alma imprime
Imperecível,
Sempre impassível,
Grave postura,
Nobre feição,
Do Aleijadinho
– Simplicidade
Dentro do excesso,
Transbordamento
Não sem rigor,
Conselho altivo
Que vence a morte,
Nutrido a sangue,
Na chaga inscrito,
Rasgado a escopro
– Transverte a dor –,
Do Aleijadinho
Que transfixado
No seu grabato,
Contempla o Cristo
Com febre e amor,
Do Aleijadinho
Sopro do eterno
Rolando em Minas,
Gravado em pedra,
No pau esculpido,
Firme palpei.

Tuas velhinhas

Mal-assombradas
Quase que amei,
Teus seresteiros
Ao luar propício
Perambulando,
Cismando ouvi
– Cantam Dalilas,
Dizem de dalias,
Bordam perpétuas,
Choram saudades,
Longos degredos,
Penas de amor;
E de teus bêbedos
De noite e dia
A lengalenga,
Ladeira abaixo,
Ladeira acima,
Ainda ajudei;
E de tuas bruxas,
Teus monsenhores,
Teus sacristães,
Lendas, parlendas
Mole girando,
Reconstituindo
Tempos soberbos,
Quentes distúrbios
Nos arraiais,
Alumbramentos
Do ouro gerados,
Superstições,
Cruzar de espadas,
Punhos suspensos,

Membros candentes,
Conspirações
Cedo morrendo,
– Vem, liberdade,
Ainda que tarde –,
Uivos de dor,
Poetas tangidos
Para o degredo,
Secos de amor;
Do Tiradentes
Rubra cabeça
Logo tornada
Constelação,
Ó Excelências,
Ó Reverências,
Bailes, fanfarras,
Clarões, clarins,
Ó luminárias,
Ó Iumaréus,
Bruscos archotes
Queimando o céu,
Ó procissões
Pagãs, festivas,
Entrelaçando
Virgens e Vênus,
Paulo e Plutão,
Ó serenatas,
Ó cavalhadas,
Ricos senhores
Em coches de ouro
Vindos de longe,

Lá do Tijuco,
De Gongo Soco,
Cavalos épicos
Se esperdiçando,
Longos delírios,
Damas possessas,
Descabeladas,
Girogirando
Pelas estradas,
Lançando fábulas
Filhas do ouro,
De áureo clarão;
E ouro rodando
Pelas calçadas,
Nas capistranas,
Templos crescendo
Com ouro e fé,
Negras escravas
Bamboleando,
Cobrindo as testas
Com ouro em pó:
Tudo isto agora
Quero evocar.
Tempo danado
De assombração,
És filho do ouro
Com a maldição.
Tu, Vila Rica,
Auto-espantalho
Que nada assusta,
O próprio Cão

Montando a Morte
Quer te assombrar,
Que tu refugas
No ventre fundo
Dos teus minérios,
Lá nas profundas
Da noite oclusa,
Cruz-credo, amém.

Na luz difusa
Que se arredonda
E se refrata
Nos planos frios,
Três sinos sobem
Lentas ladeiras,
Dobram a defunto,
Declina o dia.
Deus nos assista
Com sua alegria,
Deus nos liberte,
Ave, Maria.
Musa, te rogo,
Despede o manto,
Grossa estamenha
Pronto reveste,
Ouve em silêncio
Desta cantiga
Desconjuntada
O som final:
Nobre Ouro Preto
Talhada a escopro,

Gele-me o corpo
Se te esquecer,
Seque-me a língua
Se te maldar;
Nesta retina
Cedo alumbrada,
Desconsolada,
Tua luz difusa
No amor filtrada
Quero guardar
– Imagem de outra
Mais alta luz –;
Roupas não rasgo
– Tradição morta,
Disse Jesus –
Mas breve rasgo
– Rito profundo,
Viva oração –
Diante do altar
Que aos Três consagra
Nossa oblação,
A Cruz mirando
Que altera o mundo,
Sagrado lenho,
De Deus dossel,
Mas breve rasgo
Depois de aberto,
De escarpado,
Contrito, amargo,
Descompassado,
Mina de males

Que não se extingue,
Tosca oferenda
Que a luz severa
Dos teus santeiros
Inconformados
Reflete inteira
Nesta angustura,
Mas breve rasgo
Meu coração.

Poema pessoal

Levanto-me da carruagem de paixões e plumas
Aparentemente guiada pelas irmãs Brontë.

Deu uma tristeza agora nos telhados...

As cigarras sublinham a tarde emparedada,
O trovão fechou o piano.
Surge antecipadamente o arco-íris,
Aliança temporária de Deus com o homem,
Sem a solidez da eucaristia:
Surge sobre encarcerados, órfãos, marginais,
Sobre os tristes e os sem-solução.

Dos quatro cantos de mim mesmo
Irrompe um Dedo terribilíssimo que me acusa
Porque sem os olhar deixo de lado
Os restos agonizantes do mundo.

Transformou-se agora o céu.
Céu patinado, que escureza.

Céu sempre futuro e amargo,
Como são fundamentais
Estes sofrimentos de segundo plano!

Mais o quê mesmo lembrar?
Ah sim – esta arrastada caranguejola da vida...

O quarto da infância

Quem canta? Ninguém mais canta.
Seria preciso cantar para o morto na sua cova,
Para o vivo na sua cova. Seria preciso estender
Braçadas de canções ao órfão espiritual.
E até mesmo as estrelas pedem consolo,
Todos pedem consolo.
Quantos olhos desabitados,
Antigas ruínas que nenhum peregrino visita;
Quantas mãos cobertas de hera
Antecipando a paz definitiva.
Quanto seio que não foi acariciado,
Quantos pés caminhando sem consciência
Da passagem de um Deus pelos mesmos caminhos.

Trocamos o que não se pode trocar,
Abandonamos o reflexo do fogo,
O eco de uma perdida gavota
E o gesto de nós meninos no espelho do soalho.
Trocamos a vela do barco solitário
E a inscrição na pedra de madressilvas
Pela moeda concreta do demônio,
Pelo demônio mesmo.

A peregrinação

Investe-me o pavor do tempo restituído
À noite antes do Senhor, à cólera fria,
Ao desespero que contorna a cruz.

Minha alma cai do cavalo, parte de novo a galope,
Mas na curva do caminho enfrento os espantalhos
Do passado, do provisório e do futuro
– relâmpagos embuçados no horizonte. –
Em Antioquia, em Bizâncio e Ouro Preto me achei,
Levado pelo passo de animais familiares
Com asas e olhos plantados ao redor do corpo.
Volto as costas ao cemitério dos antepassados,
E, palpando a trilha vermelha de Pentecostes,
Bato furiosamente à porta de Simão Pedro
Que prometeu me ressuscitar dos mortos,
E que um dia havemos de julgar os anjos.
Assimilo sem cerimônia o próprio Criador
Escondido sob o fantasma do pão e do vinho.
Desde antes do começo da era atômica
Espero sem paciência o fim do mundo
Em novas formas de ressurreição.
Acaba logo, ó mundo; ó Cristo, vem depressa.

Pássaros noturnos

Pássaros noturnos:
Ao longe balançam o canto obscuro
Pois nas grutas profundas se encolheram

E nos maciços de árvores.
Pela noite seu canto oblíquo
Na soledade do silêncio
Configura-os a bichos desconhecidos,
São provisoriamente outros bichos
Nascidos sem lei nem forma
Do intocado abismo e da folhagem.
Pássaros fantasmas,
Pássaros noturnos
Anunciadores de uma vida livre
Cujo segredo ao nosso ouvido escapa,
Uma vida de ignota relação.

Indicação

Sim: o abismo oval atrai meus pés.
Leopardo familiar, a manhã se aproxima.
Preciso conhecer em que universo estou
E a que translações de estrelas me destinam.
Em três épocas me observo sustentado:
Na pré-história, no presente e no futuro.
Trago sempre comigo uma morte de bolso.
Assalta-me continuamente o novo enigma
E uma audácia imprevista me pressinto.
Arrasto minha cruz aos solavancos,
Tal profunda mulher amada e odiada,
Sabendo que ela condiciona minha forma:
E o tempo do demônio me respira.
Gentilíssima dama eternidade

Escondida nas raízes do meu ser,
Campo de concentração onde se dança,
Beatitude cortada de fuzilamentos...
Retiram-me o véu que sei de mim.
Ontem sou, hoje serei, amanhã fui.





Carlomagno de Heredia

Magalhães de Azeredo e Afonso Arinos

AFONSO ARINOS, FILHO

Quando cheguei a Roma, em 1956, para ocupar o meu primeiro posto diplomático, como secretário da Embaixada do Brasil na Itália, Afonso Arinos recomendou-me – como Afrânio de Melo Franco fizera com ele, três décadas mais cedo – que ali procurasse o embaixador aposentado Carlos Magalhães de Azeredo.

Eu já o conhecera antes, em nossa casa, no Rio, e, durante os três anos nos quais servi, então, em Roma, visitei-o amiúde. Faziam-me companhia, às vezes, brasileiros eminentes de passagem pela capital italiana – ou nela residentes, como Murilo Mendes –, curiosos de encontrá-lo, que Magalhães de Azeredo sempre recebeu, prestigiado e contente por ter interrompida a própria solidão. Apresentei-lhe Carlos Lacerda (a quem ele saudou como “o ardente polemista”) e Gilberto Freire (“o ilustre sociólogo”). Mas não reconheceu Murilo, quando este, finda a visita, tentou fazer-se notar, aos brados (Azeredo estava surdo): “– Embaixador, somos colegas!” “– Ah!

Afonso Arinos, filho é o nome literário de Affonso Arinos de Mello Franco, o terceiro do nome a pertencer à Academia Brasileira de Letras. O primeiro foi Afonso Arinos (1868-1916) e o segundo, Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990). Diplomata e escritor, autor de *Primo canto* (*Memórias da mocidade*), *Três faces da liberdade*, *Atrás do espelho* (*Cartas de meus pais*), *Tempestade no altiplano* (*Diário de um embaixador*).

também é diplomata?” “– Não, poeta!” E Azeredo, protetor. “– Pois bem, mande-me seus versos.”

Muito idoso, o último fundador ainda vivo da Academia Brasileira de Letras achava-se em dificuldades crescentes para viver com dignidade os anos que lhe restavam. Afonso Arinos foi vê-lo comigo, condeu-se da sorte do antigo mestre, e, de regresso ao Brasil, intercedeu por ele com o então chanceler Negrão de Lima. Este, pouco depois, iria a Roma em viagem oficial, e levei-o a Azeredo. Negrão, impressionado, criou para o ancião um cargo honorífico de consultor na Embaixada do Brasil junto à Santa Sé, acrescentando-lhe assim, com uns poucos dólares mensais, as parcas economias.

Após a morte de Arinos, encontrei, entre os seus papéis, trinta missivas de Magalhães de Azeredo – escritas de 1929 a 1963, várias endereçadas à Suíça, onde o jovem Afonso buscava (e obtinha) cura para os pulmões enfermos. Entremeados nelas, transcrevo artigo que Afonso Arinos publicou em *O Jornal* – feliz por haver recebido boas notícias de Azeredo, depois de quase oito anos sem correspondência, interrompida pela guerra –, e, em seguimento às cartas, os trechos dedicados ao amigo ausente em três dos seus volumes de lembranças, e no livro *Amor a Roma*.

Em *Planalto*, terceiro tomo das recordações, Afonso anotou a 7 de janeiro de 1966: “Eu mesmo tenho numerosas (*cartas*) dele, (*Azeredo*), que algum dia, talvez, venha a reunir e publicar na *Revista* da Academia.” Mas não chegou a concretizar o intento. Faço-o aqui, em sua memória e na do meu velho companheiro de Roma, que eu viria a suceder, um dia, como embaixador do Brasil no Vaticano.

Cartas de Magalhães de Azeredo a Afonso Arinos de Melo Franco

Via Po, 32. Roma.
10 de fevereiro de 1929.

Meu querido Afonso,

Por favor, não veja na demora desta carta uma espécie de represália pelo silêncio que você longamente guardou para comigo. De modo algum. Antes, com toda lisura lhe digo que, se aquele silêncio por muitas razões merecia desculpá-lo, para a minha tardança em responder-lhe só posso esperar perdão, apelando para a sua indulgência de amigo, e alegando, como circunstância, não justificativa, mas atenuante apenas, da minha falta, os muitos trabalhos de várias espécies, que me ocasionam sempre grande desordem na vida.

Aceite, pois, meu querido Afonso, as mais sinceras e calorosas congratulações pelo seu casamento, com a certeza de que, se elas lhe chegam atrasadas, pronto foi e constante será o nosso júbilo pela sua felicidade tão merecida. Peço-lhe que transmita a sua Senhora, de quem muito e com muita simpatia nos lembramos, a expressão desse sentimento.

Abraça-o com afeto e saudade o seu muito dedicado

Azeredo.

Savoy-Hotel, Lausanne, [Suisse]]

2.X.1929

Saudoso abraço.

Breve escreverei.

Azereido



(Savoy Hotel, Lausanne Ouchy)

7 de outubro de 1931

Querido Afonso,

Você partiu de Lausanne a tempo de evitar o calor importuno destes últimos três dias, que decerto lhe teria feito mal. Hoje o céu está coberto, enfarruscado e creio que virá uma chuva salutar.

Restituo-lhe o seu poema, desejando, e esperando ainda, que um Moisés novo aja contra o novo mar Vermelho como o antigo contra o do seu tempo; isto é, sepulte nele os novos filisteus. Não tenho absolutamente fé alguma na aventura comunista, que não é um sonho de genial redenção, mas o pesadelo vesânico e sádico de uma Europa enferma. Que ela sare, e ressurja do seu pantanal de erros e culpas! (Com a infantil América é vão contar, por enquanto.) Não creio que a civilização possa existir sem capitalismo, e sem livre concorrência em todos os ramos do trabalho humano. O estado socialista do visionário Marx só pode conduzir a um rápido e contínuo abaixamento do nível intelectual, moral, e até econômico, dos povos. Nem creio na arte coletiva, senão como execução de cousas criadas por grandes espíritos dominadores, qual se viu nos templos gregos, e, sobretudo, nas catedrais da idade média, em cujos labores anônimos de detalhe,

subordinados aos vastos planos de conjunto, se revela justamente o talento “individual” dos artífices.

Como você não pôde tirar aqui a instantânea que desejava, mando-lhe uma tirada em Rapallo há poucos meses. Nossos recados afetuosos para o casal amigo, e para você um saudoso abraço do seu muito dedicado

Azeredo.



Savoy Hotel. Lausanne.
13 de outubro de 1931.

Querido Afonso, tenho esperado nestes dias uma carta sua. Recebeu a minha? Como estão passando nesse ar puro de Montana? Nós na quinta-feira, depois de amanhã, partiremos para a Itália. Quase nada pararemos em Milão, donde seguimos para Veneza e Florença, e por fim para Roma, onde minha Mãe nos aguarda há tanto tempo. O nosso endereço lá é Vía Po, 32-34. Afetuosas lembranças nossas para ambos. Saudoso abraço do seu muito dedicado

Azeredo.



(Hotel Cavour Milano)
20 de outubro de 1931.

Querido Afonso,

Ontem somente pudemos voltar para a Itália, porque Maria Luísa esteve bastante resfriada, e isso nos obrigou a adiar a viagem.

Amanhã seguiremos para Florença (abandonamos, por falta de tempo, o tão afagado projeto de uma ida a Veneza); no começo da próxima semana estaremos em Roma, na nossa casa, ao lado de minha Mãe, já cansada de esperar-nos.

Ontem de manhã, arrumando papéis, descobri um exemplar de *L'historique audience pontificale du 9 mars 1929*, que é um livro interessante para ler-se e guardar-se; como você me disse que não tinha, mandei-lho. Espero que se decidirá, agora, a escrever-me algumas linhas. O nosso endereço em Roma é: Via Po, 34.

Para você e a sua gentil companheira, os nossos muito afetuosos recados. Saudações para seu tio Armínio. Diga-lhe que o procurei uma vez no Lausanne Palace, mas não o encontrei; teria feito ainda outro esforço para vê-lo, como desejava; mas como ele se demorou vários dias em Lausanne, sabendo que nós lá estávamos e em que hotel, e não nos procurou nem me telefonou, entendi que ele não queria visitas.

Saudoso abraço do seu muito dedicado

Azeredo.



Via Po, Roma.

9 de novembro de 1931.

Meu caro Afonso,

Aproveito uma hora livre para conversarmos um pouco.

Vejo pelos jornais de Lausanne que lá faz frio. Em Montana, então, vocês devem tiritar. Imagino que estão no meio da neve. Mas se o tempo é bom e claro, esses beijos glaciais da montanha só lhe podem dar vigor ao sangue, e alegria à alma.

Como emprega seus dias? esporte? ócio intelectual? Ou escreveu novas páginas? Não deixe de emprestar-me o que for escrevendo.

Eu, ando às voltas com a “Mensagem a Virgílio”, que se prolonga, se prolonga... Deveras, se tivesse previsto tais proporções, e as dificuldades que teria de arrostar, não me metia nesta empreitada. A minha terna admiração pelo poeta, a espontaneidade lírica dos primeiros capítulos (já que é preciso falar de capítulos!) me induziram em erro. Não imaginei que a índole do argumento me obrigaria a um teimoso *tour de force* para evitar o *tour de force*, cousa detestável em poesia: quero dizer, para transformar naturalmente e realmente em substância poética um assunto inevitavelmente raciocinado... como Virgílio mesmo fez, de maneira miraculosa, nas *Geórgicas*. Não atiro ao rio – ao Tibre! – as páginas já escritas porque um justo amor-próprio exige de mim que conclua a obra começada, e porque tenho pena de inutilizar todo esse trabalho. Estou agora descontente dele; mas quem sabe se essa impressão é falaz e transitória? se alguns dias, ou algumas semanas, depois de terminado o poema, eu o encararei com olhos mais favoráveis? É essa a única perspectiva, que se me depara, de uma relativa recompensa. Porque a crítica – a pequena crítica apressada e superficial da nossa terra – vai, decerto, ainda uma vez, desentender-me. Um poema de idéias, nesta época! e em decassílabos soltos!... Junto a uma elite européia (centenares, ou milhares de pessoas) ele chegaria, creio, a despertar interesse; seria considerado, discutido. Mas eu sou brasileiro, e escrevo em português. Se encontrar trinta ou quarenta leitores de boa vontade, me terei por extraordinariamente feliz.

Envio-lhe, entanto, páginas de outro gênero, que me saíram do coração comovido, e que você lerá, espero, com sentimento simpático. Um adeus às folhas cadentes, num parque de Ouchy, em melancólica tarde de outono. Leia isso, e devolva-mo, porque preciso da cópia para a *Feira Literária*, de São Paulo. É uma revista muito finamente redigida e editada. Conheça-a?

Você nada me disse, na sua recente carta, sobre o *Perfil biográfico*. Leu-o? agradou-lhe? Nunca o tomei por adepto do comunismo. Você mesmo em Lausanne me disse que não o era, e ainda que me dissesse o contrário, eu não acreditaria. Parece-me, apenas, que você espera demasiado do movimento comunista para o conjunto da civilização moderna. Sem dúvida, há muito proveito a tirar dele, se for considerado como uma justa lição, para se corrigirem os erros e se expiarem as culpas do regime capitalista, que necessita de ser tecnicamente, e sobretudo moralmente, transformado. Mas, para isso, cumpre, antes, “neutralizar” o comunismo; triunfante no mundo inteiro, ele só poderia engendrar uma nova barbárie, semelhante à do primeiro século da idade média, porém mil vezes mais grave, e mais difícil de eliminar, porque científica e industrial, armada de instrumentos formidáveis e quase invencíveis de dominação. O momento, sem dúvida, é mau para ele. As eleições inglesas acabam de infligir-lhe a mais tremenda derrota que ainda sofreu, mais significativa e importante que a criação do fascismo, porque realizada num ambiente de liberdade, sem sacrifício dos direitos individuais, a que os cidadãos ingleses não renunciam de maneira alguma. Ainda uma vez, a Inglaterra provou ser uma grande nação; o seu povo é de uma compreensão extremamente vagarosa, e deveras levou muito tempo a ver na sua própria casa o que os de fora viam e lhe diziam. Mas quando se persuade de estar doente, não hesita diante do remédio amargo, e dos tratamentos longos. Portanto, é de esperar que irá ao fundo das cousas, com vantagem para si e para nós todos: que, por exemplo, modernizará os seus meios de produção, e adotará uma política mais enérgica e vigilante na Índia, cuja presunção de *self government* sem limites constitui a mais terrível ameaça contra a civilização ocidental, a “nossa”. Eu, neste ponto, tomei partido há muito tempo. Sou, irredutivelmente, ocidental. Ocidental, latino, cristão, católico, europeu, americano, e brasileiro.

Saudosos recados nossos para o casal amigo. E para você um abraço do seu muito dedicado

Azeredo.



Via Po, 32. Roma

21 de novembro de 1931.

Querido Afonso,

Restituo-lhe o seu artigo, que me interessou e agradou muito. Sem dúvida, o melhor modo de viajar a Itália é esse mesmo que você praticou e recomenda. Mas creio que ninguém o aprende da primeira vez. A fome de beleza e os conselhos ouvidos dominam a gente quando aqui chega; não se larga na rua o *Baedeker*, e em casa se lêem avidamente muitos outros livros. Não é mau, aliás, adquirir uma vista de conjunto, embora a custo de grande fadiga; depois se escolhe sem risco de errar.

Nós conhecemos pouco Milão, conquanto passemos por lá regularmente duas vezes cada ano. Conhecemos, está claro, o *Duomo*, o *Cenacolo*, Brera, Ambrosiana, e até uma relíquia feiticeira, que você não conhece: os cabelos louros de Lucrecia Borja, que estão desde o século XVI justamente na Ambrosiana. Envio-lhe, emprestado também, um artigo que a propósito deles escrevi. Não sentimos, porém, a “poesia” da capital lombarda, como sentimos, intensamente, a de Veneza, a de Florença, a de Siena, mesmo a de Nápoles. Milão nos parece uma cidade de muito movimento, sem alegria, sem elegância, e até sem caráter. É provável que corrigíssemos este juízo sumário, se a conhecêssemos melhor. Ainda com essa honesta reserva, porém, não compreendo a

fascinação que ela exercia no espírito complexo – desabrido e apaixonado, cínico e romântico de Stendhal. Milão devia ser mais interessante naquele tempo do que é hoje, como, de resto, o era, por exemplo, incontestavelmente, Roma.

Quanto ao lago de Como, nós o admiramos com entusiasmo e ternura, como você. Esse e o Léman são os mais belos que conhecemos. Se você fizer algum dia o trajeto de Milão pela região comasca e pela Valtellina, para entrar por Tirana na Bernina e na Engadina, verá uma das grinaldas mais portentosas de paisagens, que há neste mundo sublunar; e apesar de habituado às maravilhas do nosso Rio, viajará de olho guloso e de boca aberta.

A caricatura de Taine por Barrès é tendenciosa e injusta, como a outra que ele desenhou em *Une visite à monsieur Renan* (ou *Une journée avec monsieur Renan*, não me lembra exatamente). Barrès, antes (*de*) ser um escritor pensativo e seriamente apaixonado, foi um rapaz muito petulante. Não se produzem com aqueles processos de esterilizante erudição páginas primorosas (e intimamente vividas), como há muitas no livro de Taine...

Pelo gosto de prostrar com você, estou já no meio da quinta página desta carta. É preciso concluir, porque o trabalho me reclama. Causa-nos verdadeiro prazer a notícia de que você não necessita mais de cuidados médicos. Fez muito bem tomando um apartamento. Nunca esquecerei o que me dizia, em 1912, quando eu estava bem doente de neurastenia, o célebre professor Dubois, de Berna, para dissuadir-me de entrar numa clínica: “*La compagnie des malades rend malade. Tâchez de frayer avec les gens bien portants.*”

Quem nos dera irmos passar uns dias com vocês em Montana! Como deve aí ser delicioso e revigorante o ar filtrado através da neve! o de Roma é úmido e quente, mole, sirocoso... Mas, ai! as viagens custam muito, e o dinheiro é pouco!

A Deus. Saudosos recados nossos ao casal amigo, e para você um grande abraço do seu muito dedicado

Azeredo.

Armínio vai melhorando?

Saúde-o afetuosamente por mim.



Via Po, 32. Roma. 29 dezembro 1931.

Querido Afonso, começo agora a preocupar-me com o seu longo silêncio, receando que esteja doente, ou que Armínio tenha piorado. Peça-lhe que me tranqüilize. Aqui lhes mandamos os nossos votos afetuosos de boas festas e feliz ano novo. Um abraço do seu

Azeredo.



Via Po, 32. Roma. 10 de janeiro de 1932.

Meu caro Afonso,

Aproveito com prazer a liberdade silenciosa desta tarde dominical, para escrever-lhe tranqüilamente. Eu já lhe tinha escrito o bilhete incluso, quando chegou a sua carta, que li com verdadeiro gosto.

Nela você justifica-se da demora em mandar-ma, e com válidas razões. E junta: “O Senhor é que poderia furtar-se um pouco aos lazeres da embaixada e dos trabalhos literários, e escrever mais longamente aos amigos que lhe querem bem.” Ah! meu caro Afonso, aí você toca no ponto crítico, ou, como se diz hoje com uma imagem que me agrada, no ponto nevrálgico da questão. Lazerés? onde estão eles? Você não tem idéia clara da vida que levo aqui. Esta Embaixada

passa, bem sei, por ser das menos laboriosas; mas, se a tarefa que emerge é relativamente pequena, a que não se vê é imensa. A minha atual qualidade de decano do Corpo Diplomático (já o sou desde 1926) a tem quase duplicado. Comunicações do Vaticano e do governo italiano, consultas, visitas, tudo o que se refere a nós coletivamente, pesa sobre meus ombros. Basta dizer-lhe que para os meus versos e as minhas prosas, e para a correspondência particular, eu só disponho de duas, no máximo três horas, pela manhã. De tarde, é raríssimo que eu tenha tempo de escrever um bilhete. E à noite, não posso trabalhar. Apenas acabamos de almoçar, e antes por vezes, começa o telefone: são pessoas de várias nacionalidades, de todas as classes e castas, que querem falar-me; e cada uma traz um desejo, um pedido, de dinheiro, carta de recomendação, intercessão pessoal minha a favor das suas pretensões ou das suas necessidades... Quando posso, enfim, sair, para passear, e respirar um pouco de ar fresco – quase sempre ao anoitecer – sinto-me enervado e exausto. Ah! que saudades de quando era um simples secretário! Então, sim, era um homem livre. Agora, para ler com sossego – porque, em suma, há também muito que ler – tenho de isolar-me nas tardes de domingo, quando outros vão às corridas, às *matinéés*, aos chás dançantes: precisamente como um operário! Considerando-se tudo isto, e, ainda, a delicadeza dos meus olhos, deve-se reconhecer que não escrevo assim tão pouco aos amigos. Entretanto, a você, meu caro Afonso, eu escreveria com mais freqüência, se... Em Lausanne você me disse que eu interrompera por dois anos as nossas relações intelectuais. A causa foi, como lhe expliquei, a crise séria de cansaço da vista, que sofri em 1929. Mas as suas palavras me fizeram pensar. Eu gostaria muito, muito, realmente, de escrever-lhe com certa regularidade. Por uma porção de razões, como a de ser você quem é, filho de Afrânio, sobrinho de Arinos, irmão de Caio, e ter no espírito afinidades com o meu, que se me revelaram desde a sua estada em Roma, cabe-lhe o

título de meu amigo por excelência entre os escritores da nova geração brasileira, com as quais desejo estar em contato, sobre a base de uma perfeita liberdade intelectual de parte a parte. Mas você me responderá – sobretudo quando se achar outra vez no Brasil? Não pretendo, está claro, impor a norma ridícula: carta recebida, carta respondida. Nada que signifique obrigação, constrangimento. Mas cumpre que haja um certo interesse em “trocar idéias”.

Espero que você não tenha desistido do projeto de desenhar ou pintar o meu retrato literário, e estimo que o não tenha feito ainda. Prefiro que o deixe para um pouco mais tarde, porque *je ne suis pas encore au bout de mon rouleau*, e me creio capaz de surpreender ainda os próprios que conhecem todos os meus escritos.

Por ora, continuo acorrentado ao poema virgiliano; mas não será ele uma dessas cousas surpreendentes? Certo, como já lhe disse, não o teria começado se lhe houvesse previsto a extensão e as dificuldades técnicas. No momento atual, porém, devo afirmá-lo, sentiria que ele não figurasse entre os meus escritos; não é um bom sinal? Não posso negar que fico contente quando consigo dar uma solução genuinamente artística a algum dos muitos problemas de “expressão”, que se me apresentam, transformando em poesia, parece-me autêntica, incontestável, cousas originariamente provindas das categorias da lógica e da experiência. O preço dessas conquistas é, naturalmente, uma integral absorção do meu espírito pelo assunto. Nada mais posso escrever, nem pensar, há muito tempo.

Li com atenção e calma os seus três poemas. Gosto de todos. Em “Bella-Lui” me agrada mais a segunda parte que a primeira; nesta (para o meu sentir), há alguns traços demasiado crus, mesmo levando-se em conta a peculiar estética modernista. Por exemplos, as cores dos doentes, “brancos, pretos, dourados, verdes,” e o boletim clínico da “inglesinha cor-de-rosa”, com a suposta apendicite e o constatado pneumotórax bilateral. Mas é muito bela a nota:

*Eles vêm todos, e ficam deitados,
olhando o céu com uma persistência lírica.*

E acho excelente o epílogo, a começar do verso:

Quando as lâmpadas estiverem todas acesas...

A minha preferência vai, entretanto, ao “Vento dos Alpes” – talvez pela razão mesma que o torna indeciso sobre o real valor desse poema: por ser um poema completo, orgânico – uma sinfonia ou uma arquitetura em versos.

Tenho uma boa notícia para dar-lhe: Guilherme Ferrero está na Suíça, reside em Genebra, de cuja universidade foi nomeado professor. Está desenvolvendo um curso de história do século XIX, curso que deve ser interessante e brilhante, a julgar pelo que ele escreveu há poucos dias. Você me disse em Lausanne a sua admiração por esse homem eminente, de uma honestidade intelectual não comum na nossa época, e que me honra com a sua amizade há vinte e cinco anos. Você me falou do seu desejo de possuir qualquer lembrança dele. Eu vou escrever-lhe, a ele, brevemente, e na minha carta me referirei à alta estima que você lhe vota. E a você enviarei outra carta, de apresentação, com a qual poderá procurar quando quiser o grande escritor, que o receberá, estou certo, com carinho. Não lha envio já porque não é urgente, e não vale a pena demorar mais estas folhas.

A Deus por hoje. Escreva-me. Como vai Armínio? Aceite com Dona Ana os nossos afetuosos recados. Um bom abraço do seu muito dedicado

Azeredo.

Não recebi de volta a *Revista da Academia*. E você nunca me disse se gostou do livro de Giuseppe Alpi.

Via Po, 32. Roma.

13 de janeiro de 1932.

Na minha carta datada de ontem, esqueceu-me pedir-lhe o endereço de seu primo Rodrigo de Andrade. Diga-mo, sim? Obrigado.
Afetuosamente, *Azeredo*.



Via Po, 32. Roma.

30 de janeiro de 1932.

Meu querido Afonso, desejamos e esperamos que já esteja completamente restabelecido em saúde. Não pude escrever-lhe antes, porque, em conseqüência do trabalho excessivo de vários dias, nos quais tive de escrever quase continuamente, me vieram uma grande fadiga e uma irritação dolorosa dos olhos, obrigando-me a um repouso imediato. Agora estou melhor, mas bem de todo ainda não. Pelo boletim meteorológico que leio pontualmente na *Gazette de Lausanne*, vejo que deve ter aí muito frio, e uma bela neve.

Diga a sua prima Dona Vera que em Florença há diversas livrarias, porém a mais importante e recomendável é a livraria internacional Issler, na Via Tornabuoni, 20.

Com que cerimônia me escreveu sua Excelentíssima Senhora! Apresente-lhe os meus mais respeitosos cumprimentos, com saudações afetuosas de Maria Luísa.

Saudoso abraço do sempre seu

Azeredo.



Via Po, 32. Roma. 16 de fevereiro de 1932. Não tive mais notícias suas, mas desejo e espero que já esteja completamente curado. Vejo que aí o frio tem aumentado ainda, e que há neve por toda a Suíça. Aqui caiu pouquinho uma noite, mas derreteu-se logo. O inverno em Roma foi de maravilhosa beleza até poucos dias atrás; agora começam as chuvas; aliás é a temporada delas e provavelmente a primavera será linda. Afetuosos recados nossos para todos aí. E um abraço do sempre seu

Azeredo.



Roma, 20 de março de 1932.

Via Po, 32.

Meu caro Afonso,

O meu silêncio tem sido agora mais prolongado que de costume, ainda que muitas vezes, neste período, desejei e projetei escrever-lhe. Ai! eu não disponho, não, dos “lazers” que você imaginava. Para escrever com certa calma aos amigos o melhor é... estar doente; estar doente sem gravidade, como me acontece nestes dias, em que um forte resfriamento, aliás sem febre nem perda de apetite, me prende em casa, e cá em cima. Resfriamento paradoxal; durante o longo e rigoroso inverno, andando por fora cada tarde até a hora do jantar, nunca tive o menor achaque desse gênero; e com a volta do calor primaveril, eis-me a espirrar e tossir desesperadamente. Aproveito os intervalos para dar um bom empurrão ao meu trabalho e à minha correspondência.

Aqui lhe restituo os seus dois poemas. Gosto muito de “Janela aberta”; é um dos melhores que conheço entre os seus, um dos melhores certamente entre os do grupo jovem a que você pertence. Tem

o ímpeto de uma onda de fundo; um sentimento pessoal e universal que se comunica irresistivelmente ao leitor. Acho, apenas, que deve suprimir a palavra *chômage!* Pois destoa do conjunto, e causa uma sensação desagradável. Gosto menos do outro poema, “A visita e o milagre”. Nele, creio, você não atingiu a “expressão poética”, necessária a toda obra de poesia, indispensável sobretudo aos poemas simplesmente rítmicos. Este seu me parece “prosaico” na sua seca minuciosidade de crônica. Deve ser repensado e reelaborado.

Aqui lhe mando um, meu, que, como fenômeno literário, é positivamente singular. Entre duas páginas da “Mensagem a Virgílio” (obra tão diferente, tão distante!), num momento de pausa e concentração interior, sem que nada o prenunciasse, me brotou da ponta do lápis, não sei como. Donde surgiu? de que camadas obscuras do inconsciente? Não só estava longe de mim, mil léguas, o intento premeditado de escrever coisa dessa espécie (eu desde que existo como poeta, nunca escrevi nada que não fosse imperiosamente ditado, ordenado, pelo gênio interior, pelo *daimon*), mas o fato não se pode explicar por um obliterado fato autobiográfico, que tivesse emergido de repente à tona da memória e da sensibilidade; pois nunca me encontrei na adolescência em caso semelhante ao do estudante desta “Confissão”. Supérfluo é ajuntar que nunca publicarei nem permitirei que outrem publique este poema: o seu tom demasiado livre não se harmoniza com a minha idade nem com a fisionomia habitual da minha poesia. Ele é uma planta esporádica e exótica, nascida por mero capricho entre uma flora muito diversa. Envio-lho confidencialmente, como curiosidade, rogando-lhe que me devolva quando o houver lido à vontade. Mas caso tenha a ocasião de o mostrar aí a algum amigo, não lhe permita, seja quem for, que o copie, ou o leve com o pretexto de estudá-lo. E diga-me o que pensa dele. O meu amigo Gurgel do Amaral, conselheiro desta Embaixada, homem inteligente e de fina cultura, achou-lhe muita espontaneidade, muita

frescura de inspiração e linguagem, definiu-o produção de poeta moço e muito moço – o que me lisonjeou deliciosamente, confesso.

Você, meu caro Afonso, como tantos outros, acusa recebidas as cartas que recebe, e conversa por escrito; mas raramente responde – o que se chama responder. Caio é tal qual; ou antes muito pior. Em Lausanne, você mostrou um desejo extraordinário de entrar em relação com Guglielmo Ferrero; agora que ele está em Genebra, a poucos quilômetros de Montana, pergunto se quer uma carta de apresentação para ele, e você nada me diz. Assim também, nunca pude conseguir que me dissesse a sua impressão sobre o livro de Giuseppe Alpi. Entretanto, na imprensa italiana, alguns bons artigos têm aparecido a respeito do *Profilo*, e outros, nestes dias, vêm chegando, de jornais brasileiros.

A Deus por hoje. Mande-me o que for escrevendo. Aceite com sua Senhora os nossos cordiais recados. Para você um saudoso abraço do seu muito dedicado

Azeredo.

Boas Páscoas! Vai junto um elegante e excelente “ensaio” que lhe envia Deoclecinho de Campos. Responda-me breve!



Via Po, 32. Roma. 17 de abril de 1932.

Meu caro Afonso, até hoje não pude responder à sua carta. Você já deve saber as razões, que são as mesmas de sempre.

Não me admira o que me diz sobre a “invasão” e a crescente preponderância dos alemães no cantão Ticino. Na Engadina, que lhe fica próxima, sucede a mesma cousa. Em Tarasp, aonde fomos vilegiar três anos seguidos, eles se estão apoderando de tudo; na al-

deia de Schuls, que é a principal da zona, o comércio quase inteiro lhes pertence; o capelão da igreja católica é um capuchinho alemão, e cada par de domingos a prédica ao Evangelho se faz na língua de Lutero. Os hotéis, as ruas, as florestas, as fontes termais formigavam, e devem formigar ainda, de tipos idênticos aos que você descreve; concorrentes inúmeros a prêmios de rubra, suante e enxundiosa fealdade masculina, e, sobretudo, feminina (se femininas se pode chamar àquelas truculentas viragos). Era de se fecharem à força os olhos para não os ver!

Não preciso dizer (você me conhece bem) que gostei da franqueza com que me falou da “Confissão de estudante”. E assim me deve falar sempre. Pode ser que você tenha razão. Mas não poderá ter havido, no caso, a “volta de um estado de alma”? Você ainda é moço demais para ter experimentado alguma vez tal fenômeno; quando tiver transposto o cabo dos quarenta anos, porventura o sentirá; pois no seu temperamento poético existe certamente a nota nostálgica, a nota da saudade, que, embrionária por ora, aguarda, para manifestar-se, a possibilidade de uma perspectiva suficiente de tempo.

Como quer que seja – e levando em conta a esperança, que não despeço, de que você um dia realize a idéia antiga de estudar a fundo a minha obra – desejo preveni-lo contra a lenda que sobre mim se formou, e é repetida com freqüência. Eu não sou um poeta helênico, ou romano. Sou um poeta brasileiro, moderno; e um cidadão do mundo. Residindo na Itália, tendo estado na Grécia, era natural que as afinidades do meu espírito com estes centros da antiga cultura mediterrânea se manifestassem com particular intensidade em uma fase da minha vida intelectual; porém essa fase encerrou-se há muito; e mesmo nela, eu nunca deixei de ser um poeta transatlântico. Várias cousas foram escritas sobre as *Odes e elegias*, que constituem o documento mais característico daquela influência; mas ninguém disse no Brasil o que havia de mais importante a dizer, isto é, que só um es-

trangeiro, e filho da América latina, podia ter sentido e feito esse livro. Disse-o, aqui, um excelente crítico e erudito, Julio Marchetti-Ferrarte, que conhece muito bem a nossa língua, e a nossa literatura. — *L'averla scelta a seconda patria, rese profonda l'influenza dell'Italia su questo "latino d'oltremare"; tuttavia non alterò in lui le fonti native del sentimento. Sol tanto un brasiliano avrebbe potuto scrive le liriche che l'Azeredo raccolse nel volume Odes e elegias, e il vibrante poema "Italia".*¹ — É, aliás, natural que se compreenda isso, aqui, melhor que lá.

Mesmo durante aquele período, escrevi poemas, contos, ensaios, alheios a toda influência italiana; assim, por exemplo, o “Romance lírico” em *Vida e sonho*, e quase todo este volume. Nos meus livros mais recentes, ela quase não aparece, salvo em paisagens, ou ainda, assuntos fortuitos, devidos ao fato de morar aqui; seriam brasileiros, se morasse no Brasil, ou franceses, se morasse na França. Pois se deve considerar que na minha produção literária, o estímulo inicial, pelo menos, deriva sempre da realidade, de impressões pessoais, diretas, que em seguida, é claro, a imaginação transforma a seu talento. Eu creio que, romântico pela sensibilidade como bom brasileiro, tenho tendências clássicas naturais, que a esta sensibilidade impõem uma disciplina artística. Há fatos semelhantes na nossa terra: o de Raimundo Correia, por exemplo, e o do próprio Bilac, embora neste a torrencial exuberância do temperamento dificultasse a “combinação química”. Eu tive sobre eles duas vantagens: fugi desde o princípio ao estreito jugo parnasiano, e conheci diretamente a Itália e a Grécia; assim o que neles é de segunda mão, é reflexo mais ou menos livresco, em mim é fruto de experiência imediata, vivida por mim numa atmosfera genuína, autêntica.

Mas basta de cousas que me concernem; e peço até perdão desta prolixidade indiscreta, que somente se explica e se escusa pela certeza, que tenho, do seu interesse pelo meu espírito.

Falemos de você. Acho uma imprudência a sua partida para o Rio agora. Penso que você precisa de consolidar a cura na Suíça por al-

¹ *Illustrazione italiana* — 8
Dicembre 1929.

gum tempo ainda. Entendo e louvo os escrúpulos de seu Pai, mas não posso duvidar de que ele se renderá à necessidade de abonar-lhe o necessário para viver aí. Como filho, você pode expor-lhe o caso com toda a liberdade.

A Deus por hoje. Vai uma carta para Ferrero. Mande uma palavra a Deoclecinho. Saudades nossas, e um abraço do seu amigo

Azeredo.



Park Hotel. Gstaad.

12 de setembro de 1932.

Meu caro Afonso, advertido pelo nosso amável cônsul Schwob de que você me telefonaria na sexta-feira passada, esperei chamado seu nesse dia e nos dois seguintes, mas nada veio. Eu não telefonei porque você e sua Senhora são hóspedes de casa amiga, e não temos, minha Mulher e eu, o direito de disputar-lhe o prazer da sua companhia. O nosso seria grande, como lhe mandei dizer, se viesse almoçar e passar uma tarde conosco em Gstaad, lindo sítio que talvez não conhecessem, e que lhe agradaria certamente muito; mas seria, compreendemos bem, esforço um tanto pesado, pois de Coppet até cá me-deia não pequena distância.

Por outro lado, como lhe expliquei na minha carta ao cônsul, nós estamos aqui fazendo uma *cure d'air* por insistente ordem médica. Para cumpri-la à risca, deveríamos demorar-nos um mês na montanha, antes de descermos para Lausanne; não podendo, por várias razões, ficar aqui tanto tempo, ao menos duas semanas é indispensável que fiquemos. Assim, contamos partir a 16, e esperamos que vocês estarão ainda em Coppet, donde com a maior facilidade poderão ir ver-nos em Ouchy, no Savoy Hotel.

En attendant, escreva-me para aqui cinco ou seis linhas, informando-nos dos seus projetos. E aceitem ambos as nossas afetuosas lembranças. Um abraço do seu muito dedicado,

Azeredo.

Queira recordar-nos com amizade ao Ministro e à Senhora.



Via Po, 32. Roma. 17 de agosto de 1934.

Meu caro Afonsinho, a sua carta me deu grande prazer, e, se tardei um pouco a responder, foi porque desejaria enviar-lhe um primeiro artigo de colaboração para a sua *Folha de Minas*. Infelizmente isso é impossível por agora; o seu pedido chegou precisamente quando, dissipada toda esperança (que em mim nunca fora forte) da minha permanência aqui como embaixador junto à Santa Sé, começava para nós o caos formidável, assustador da mudança de casa. Se você guarda ainda nítida lembrança da nossa residência, pode imaginar o que isso tem sido. Depois de vistas e rejeitadas inúmeras, encontramos por fim uma casa que a todos os respeitos nos convém, mas ela só estará livre a 1º de dezembro, e até então tudo o que nos pertence ficará praticamente fora de uso. Todos os meus “instrumentos de trabalho” se acham provisoriamente seqüestrados, e, encadeado eu numa labuta material enorme, não tenho tempo de escrever cousa alguma. Esta mudança de posição e de vida estragou por longo período toda a minha atividade intelectual. Não quero qualificar nem comentar o ato do presidente Getúlio Vargas contra mim; outros, muitos, em cartas, e até em artigos de jornais, o têm já feito com imparcialidade, que, pelo menos na aparência, me faltaria. Ainda bem que ele não me deu por sucessor Gilberto Amado; se já era aberração

deste aspirar, com os seus notórios precedentes morais, à nossa embaixada no Vaticano, aberração muito mais grave fora, do lado do governo brasileiro, propô-lo à Santa Sé; quanto a nomeá-lo, não teria podido, porque, sei com absoluta certeza, o *agrément* lhe teria sido inflexivelmente recusado.

Quanto às candidaturas acadêmicas, com verdadeiro entusiasmo votarei por Tristão de Ataíde, e já lhe escrevi, a ele, neste sentido. Desejaria atender ao seu pedido em favor de José Maria Belo; mas já estou comprometido, há muito, com um dos candidatos à mesma vaga, Osvaldo Orico.

Nós contamos partir para a Suíça antes do fim de agosto. De lá lhe escreverei com mais vagar. Minha Mãe fica em Roma, porque na sua idade, a longa viagem a fatigaria.

Recomende-nos a sua Senhora, e receba um abraço afetuoso do seu muito dedicado

Azeredo.



Via dia villa Emiliani, 9. Parioli. Roma.

3 de dezembro de 1936.

Meu caro Afonsinho, a sua carta sentida e afetuosa, comoveu muito o meu coração traspassado de dor. Você conheceu a minha santa Mãe, e, como me relembra agora, teve ensejo de experimentar-lhe a natural, espontânea bondade, que em redor dela se expandia contínua, como água de fonte inexaurível. Esta bondade, feita heróica pelo amor materno, eu a tive perto de mim, posso dizer, toda a minha vida, com poucos, e quase todos breves, intervalos. Tive o abraço e o beijo da minha adorada Mãe cada manhã e cada noite; tive a cada momento o exemplo das suas virtudes, e a influência salutar da

sua nobre inteligência. Ela foi a criadora do meu espírito e do meu coração. Pense agora se poderei consolar-me nunca de havê-la perdido. Nem só eu; pelas suas qualidades raras, como por ter morado sempre conosco, ela se tornara o centro moral da nossa restrita família; e hoje estamos desamparados, e como deixados, numa tristeza infinita. Agradecemos-lhe as suas piedosas palavras. Creia sempre na minha fiel amizade.

Azeredo.



Via dia villa Emiliani, 9. Parioli.
Roma. 10 de outubro de 1944.

Meu querido Afonsinho,

O seu simpático amigo Barreto Leite trouxe-me notícias suas, e falou-me da fidelidade, que me comove, do seu afeto por mim. Eu desejaria agora enviar-lhe uma carta muito comprida, mas muito, relativa à sua antiga promessa, que não esqueço, de estudar com séria crítica os meus escritos num livro; não renunciei nem renuncio à realização desse generoso e precioso projeto, espontaneamente nascido no seu espírito. A minha não escassa, antes volumosa, obra necessita mais que outras de um comentário como você é capaz de fazê-lo, para atrair sobre ela a atenção presente e futura dos que aí se interessam pelas cousas do pensamento e da arte; ela, além disso, o merece (deixe-me falar sem hipocrisia de modéstia), porque, feliz ou não nos resultados, revela uma personalidade à parte pela sua índole e pela sua formação; revela acima de tudo uma alma. *Si parva licet componere magnis (et sacris profana)*, eu direi que faço questão de ter em você o meu evangelista; missão que decerto aceitará e desempenhará com

júbilo. Essa carta, porém, exige muito tempo, e uma farta documentação; eu a escreverei logo que disponha de adequado lazer.

Por hoje aproveito a bondade do querido amigo embaixador Acioli, que me deixa grandes saudades, para dizer-lhe as muitas que de você tenho, e mandar-lhe um cordialíssimo abraço em espírito, com a esperança de poder-lho renovar algum dia, em presença real. A este abraço se associa Maria Luísa, e o estende a sua Senhora, cujas mãos beijo.

Presumo que se preocuparam muitas vezes da nossa sorte, e em verdade atravessamos um período terrível de apreensões e perigos, que durou nove meses longos, longuíssimos e lentíssimos a passar. A minha situação tornou-se extremamente precária, porque, se os alemães me descobrissem e agarrassem, infalivelmente me teriam deportado para as suas inóspitas terras; ótimo refém era eu, brasileiro, e embaixador ainda por cima. É de espantar que não me hajam pegado; as cautelas que tomei não me teriam salvado, sem uma visível e sempre vigilante proteção divina. Não sofremos o mínimo desgosto, o mínimo vexame. Nunca um *boche* nos falou, nunca tivemos de falar a um *boche*. Agora lutamos ainda com penosas dificuldades materiais, mas podemos respirar livremente. E — benefício supremo — graças ao admirável zelo apostólico, ao indefesso labor persuasivo, e ao universal prestígio de Pio XII, Roma está materialmente intacta.

O carinho da família, a afetuosa assistência de alguns fiéis amigos, o estudo, o trabalho, ajudaram-me a atravessar o período nefasto sem sucumbir ao desalento e à tristeza. Escrevi, vou escrevendo, muitas cousas, em parte novas, em parte começadas e interrompidas há anos; tenho meia dúzia de volumes para publicar, além das minhas memórias já adiantadas, e da edição completa dos meus versos. Mais um abraço do sempre e muito seu, como de seu inolvidável Pai fui por quase meio século,

Azeredo.



Afonso Arinos de Melo Franco
no Palácio Itamaraty, Rio de
Janeiro, frente ao busto do Pai,
Afrânio de Melo Franco.

Lembrança do Amigo Ausente

Afonso Arinos de Melo Franco

Graças à gentileza do embaixador Acióli chegou-me às mãos, há algumas semanas, a primeira carta que desde vários anos recebo de um amigo, em cujo destino muitas vezes cogitei no período da ocupação alemã de Roma: Carlos Magalhães de Azeredo.

Abri-la foi para mim como destampar um desses pequenos cofres tão usados pelos nossos avós, caixinhas íntimas de madeira preciosa, de cujos escaninhos irrompe, com a sua tremenda força, o passado.

Naturalmente que me interessou imenso o que o ilustre escritor conta de atual, sobre a sua vida e sobre Roma. Interessou-me tanto que supponho interesse também ao leitor, para quem transcrevo os seguintes trechos: “Presumo que se preocuparam muitas vezes de nossa sorte, e em verdade atravessamos um período terrível de apreensões e perigos, que durou nove meses longos, longuíssimos e lentíssimos a passar. A minha situação tornou-se extremamente precária porque, se os alemães me descobrissem, infalivelmente me teriam deportado para as suas inóspitas terras, ótimo refém que eu era, bra-

sileiro e embaixador ainda por cima. É de se espantar que não me tenham pegado; as cautelas que tomei não me teriam salvado sem uma visível e sempre vigilante proteção divina. Não sofremos o mínimo desgosto, o mínimo vexame. Nunca um ‘boche’ nos falou, nunca tivemos de falar a um ‘boche’. Agora lutamos ainda com penosas dificuldades materiais, mas podemos respirar livremente.”

Depois destas informações sobre si e a esposa, Azeredo não se esquece de juntar um parágrafo importantíssimo para todos nós, e que diz respeito à sua amada Roma, nossa mãe comum. Diz ele:

“E – benefício supremo – graças ao admirável zelo apostólico, ao indefesso labor persuasivo e ao admirável prestígio de Pio XII, Roma está materialmente intacta.”

Eis aí, na verdade, e dada por um profundo conhecedor da Cidade Eterna, uma alvissareira notícia. Quer dizer que, além dos danos causados pelo famoso bombardeio aliado sobre os pátios ferroviários romanos, durante o qual foi atingida uma preciosa igreja, Roma conservou-se “materialmente intacta”.

Se a ação do papa foi tão decisiva para este resultado, como faz crer Azeredo – e tudo indica que ele, observador qualificado por todos os títulos, esteja exprimindo a realidade dos fatos –, então os homens que tenham uma réstia de amor pelo que há de mais importante na nossa cultura ocidental, sejam católicos fervorosos como Azeredo, ou não sejam, devem agradecer profundamente ao pastor da Igreja Romana o serviço inapreciável que pôde prestar à civilização.

O antigo provérbio, que todos ouvíamos em criança, geralmente empregado para aplacar os açoitamentos da mocidade, advertia que “Roma não se fez num dia”. Infelizmente, a nossa trágica época demonstrou que, se Roma não pode ser construída num dia, pode ser perfeitamente destruída no decorrer deste exíguo relâmpago do tempo. E isto é o que caracteriza o ameaçador desequilíbrio do nos-

so tempo, em que a técnica, filha da cultura, passou a ser empregada para a destruição de quem a gerou.

Entretanto, e sem pecar por excesso de otimismo (o que seria, aliás, nos dias de hoje, mais ingenuidade do que pecado), acredito que a salvação de Roma foi uma prova de que muito de bom ainda resta no coração dos homens. Evidentemente os apelos do papa de nada valeriam se não encontrassem eco favorável nos chefes militares das duas facções. A prova disto é que de nada valeram as duas reiteradas súplicas em favor da paz.

O que influiu no tácito acordo daqueles em cujas mãos esteve durante semanas a conservação ou a destruição da Cidade Eterna foi, talvez, a consideração da totalidade do significado histórico e humano dela. Os monumentos admiráveis destruídos em outros pontos que não Roma representavam aspetos limitados, aspetos nacionais daquilo que já foi indicado como sendo a cultura ocidental: filosofia grega, direito romano, moral cristã; ao passo que, com Roma, desapareceria a síntese universal de tudo isto.

Enquanto na Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica, Rússia e outros países, assistimos ao arrasamento, pela guerra, de símbolos parciais da nossa cultura, em Roma assistiríamos, se se desse, à destruição do núcleo central, e por isto mesmo geral dela; ao centro greco-latino-cristão da História. Todo o mundo perderia um pouco do que é seu com a perda de Roma, perderia a única encruzilhada de caminhos onde Goethe se pode encontrar com Tolstói, com Byron ou com Anatole France.

Será esta verdade indiscutível que terá levado os generais alemães a respeitar os templos, os palácios, os aquedutos e fontes da cidade, tanto quanto os jovens aviadores de Tio Sam e de John Bull? A minha teimosa crença no espírito humano está a me segredar que sim.

Em todo caso Roma está salva, e pelos séculos afora outros humildes, obscuros rapazes vindos dos confins do mundo cristão po-

derão fazer o que eu mesmo fiz, e que marcou para sempre a minha vida, imprimindo um selo indelével à minha formação mental: ver Roma, viver em Roma no desabrochar da mocidade. Vislumbrei então a eternidade (pelo menos no sentido humano desta palavra), do complexo greco-latino-cristão. E me habituei a crer na sua capacidade para resolver todos os problemas que a História coloque diante da nossa ação.

Foi nessa época do meu primeiro e deslumbrado contato com Roma (vão fazer em breve vinte anos) que conheci mais de perto Carlos Magalhães de Azeredo. Com ele convivi durante quase dois meses vendo-o todos os dias, e ele foi o meu guia experiente, incansável e entusiasta daquele meio que conhecia como um familiar de muitos lustros, que tinha conservado a curiosidade sempre presente de quem nele penetrasse pela primeira vez. Possuo ainda, à vista da minha mesa de trabalho, o retrato que Azeredo me ofereceu. Está ao lado de um de meu pai, de quem ele foi amigo durante meio século. É uma fina água-forte, na qual o perfil do poeta, firmemente cortado, aparece em primeiro plano sobre os contornos distantes e vagos da velha Roma, a quem ele tanto deve e tanto quer. E a dedicatória, depois de evocar “a nossa bela convivência em Roma” traz a data: primavera de 1925. Eu ainda não tinha atingido os vinte anos e Azeredo já havia transposto os cinqüenta. Mas conservava esta espontaneidade emotiva, esta claridade matinal da imaginação, esta prontidão em atender aos reclamos da alegria, do sofrimento ou da ternura que fazem com que o tempo não se transforme em idade biológica, mas em experiência e enriquecimento da razão e da alma. Por isto homens como Azeredo, Afonso Pena Júnior, Manuel Bandeira, Otávio Tarquínio de Sousa, ou como meu pai, podem ser facilmente amigos dos filhos ou daqueles que poderiam ser seus filhos.

Percorri com Azeredo, na mais cordial camaradagem, os palácios sacros e profanos, as ruas buliçosas e comoventes, onde a majestade

do passado se humaniza pela cor do céu, o sorriso das cidadinas, a beleza das flores e a fuga das águas, nessa cidade de fontes que é Roma. Comemos nas “osterias” acolhedoras, onde as glicínias se debruçam indiferentes sobre carramanchões, tal como fazem nos muros vetustos da fúnebre casa dos trapistas. Frequentemente em companhia deste outro caro amigo que é Francesco Bianco, visitávamos os museus, sem itinerário nem programa, parando aqui junto a uma tela, ali junto a uma estátua, mais além apenas diante de uma janela aberta sobre a maravilha da paisagem, e ouvindo sempre o comentário agudo, a informação precisa, a sugestão atilada daquele brasileiro romano, a quem Emílio de Meneses dizia que seria de toda justiça que o Vaticano conferisse o chapéu cardinalício.

A iniciação romana, o culto da razão latina, que é em mim mais que um culto, pois se trata de uma conformação, de uma maneira de ser, entrou-me assim na inteligência no momento em que esta se forma, pela ação de um mestre vivo e presente, muito mais do que pela apreensão sempre obscura e fastidiosa de textos mais ou menos indigeríveis.

Há espíritos que custam a encontrar a sua linha coerente de desenvolvimento, porque se debatem perdidos no choque das solicitações contraditórias. Há outros – e muitos grandes – que jamais encontram esta linha, e flutuam toda a vida. Presa da tragédia da insatisfação e da dúvida contínuas, que não passam, afinal, de expressões aparentes de um processo profundo de desencontro de si mesmo.

Mas existe um grande prazer em constatar-se que a estabilização do pensamento estético, filosófico e político da idade adulta coincide, nas suas linhas principais, com os primeiros ensaios deste mesmo pensamento na mocidade. Isto não significa nenhum regresso; apenas um progresso mais firme, porque baseado em dados mais fortes, porque mais pessoais e mais profundos.

A amizade de Azeredo, e a nossa convivência romana auxiliaram-me muito na fase em que precisei definir-me a mim próprio. E

hoje que a minha formação latina se acusa e se amplia diante de mim mesmo por outros motivos e por outras experiências – formação que me situa entre os que crêm na liberdade do homem e do espírito, no predomínio do Direito sobre o Estado e o Governo e na repulsão do Governo sobre o Estado e deste sobre o Direito; que me situa entre os que participam da consideração otimista do homem e, portanto, da crença na justiça social realizada pela democracia; que me coloca finalmente entre os que amam a sobriedade, o estilo e a límpidez da beleza latina –, eu lembro com afeição comovida o mestre amigo com quem me entretinha há vinte anos sobre todos estes temas.

Agora, para remate, uma sugestão! Azeredo informa na sua carta que tem muitos trabalhos em andamento, inclusive capítulos de memórias recentes e antigas. Sugiro a Assis Chateaubriand que recomende a Barreto Leite a obtenção de cópias desses manuscritos, que devem ser de grande interesse, para que, através deles e das colunas dos Diários Associados, o velho escritor brasileiro, amigo de Machado e de Nabuco, volte a aparecer na imprensa do seu país, que talvez o tenha esquecido, mas que ele não esquece nunca.



Via dia villa Emiliani 9, Parioli.
Roma. 26 de fevereiro de 1945.

Meu querido Afonso,

Você já terá, espero, desculpado a minha demora em agradecer-lhe a comovente e admirável “Lembrança do amigo ausente”, atribuindo-a a razões independentes da minha vontade. E razões houve duas, sendo a primeira o atraso com que li o próprio artigo,

que me enviou, não sei se por sua incumbência, Maurício Nabuco; a segunda foi um rude e obstinado resfriamento, que me teve preso por mais de um mês, e impedido de escrever-lhe com o desenvolvimento devido e desejado.

Não preciso de encarecer-lhe a comoção e a saudade, com que li aquela sua formosa página. Não sei que destino terá nas letras brasileiras a minha obra, se a salvará das ondas tórpidas do Letes, que tantas cousas de contínuo trazem, a simpatia sucessivamente renovada de alguns espíritos amigos, ou se naufragará para sempre nelas. A alternativa, como outras do mesmo gênero, oscila entre muitos fatores imprevisíveis. Mas desde já a consolante certeza de ter exercido essa influência benéfica sobre inteligências e corações jovens, da qual você com tanto afeto se apresenta como um exemplo, bastaria para indenizar-me de um futuro esquecimento, e convencer-me de não ter vivido em vão.

Vai-se verificando em mim a lei das compensações — *le juste (?) retour des choses d'ici bas*; por muito mais tempo que a generalidade dos homens conservei um aspeto físico singularmente moço; este se dissipou com rápido processo, que começou quando tive a desventura de perder a minha adorada Mãe, e se apressou ainda pela ação de outros sofrimentos pessoais e universais; hoje sou e pareço um velho. Mas há tal casa de bela fachada que mascara a ruína interior; tal outra mostra um frontispício estragado e decadente, mas por dentro é ainda confortável e hospitaleira. A esta creio que me assemelho. Ainda possuo, Deus seja louvado, o dom de compreender e atrair os moços; mesmo aqui, onde de mim, pela impossibilidade de me lerem, se conhece pouco, alguns me rendem esse espontâneo e lisonjeiro testemunho. A tristeza que engendra o mistério moral do mundo, objeto, há tantos anos, das minhas meditações tão perseverantes quanto inconcludentes, o duplo espetáculo desorientante da natureza indiferente às nossas vicissitudes propícias ou nefastas, e da His-

tória, que, após milênios de esplendores e misérias, está fornecendo nos seus recentes avatares argumentos esmagadores à negação do mito do progresso, não destroem o meu interesse pela vida, a minha fé no valor do trabalho honesto, e do sacrifício pelos grandes ideais da humanidade; trabalho e sacrifício inúteis praticamente, talvez, mas belos de uma beleza divina, e brasões de nobreza da nossa resistência à brutalidade cega e surda do destino universal. Assim, o meu carinho é grande por aqueles dos jovens de hoje, que, em condições tão duras, tão hostis à primazia do Espírito, tomam corajosamente das mãos dos velhos os fâcos luminosos, e mesmo contra toda esperança, timbram em esposar um renascimento da nossa civilização profanada e maculada. Talvez, quem sabe? por obra deles e dos seus sucessores, ela saia por fim redimida deste imenso banho de sangue, desta apocalíptica tormenta de ferro e fogo; pois, se é certo que o mundo nunca vira tantos e tamanhos crimes, indubitável é também que nunca tão claramente se nos revelou a monstruosa falsidade dos sofismas e das aberrações, pelos quais se deixaram alucinar até a loucura os povos que estão pagando com os próprios sofrimentos a idolatria que lhes prestaram; e assim o ensejo é o mais favorável, é o melhor e talvez o derradeiro, para um severo exame de consciência e uma sincera conversão. Como você eu confio na eternidade do “complexo greco-latino-cristão”, e na sua capacidade de resolver todos os problemas humanos; acentuando aliás, como presumo que você faz igualmente, o último membro do trinômio; pois foi na verdade o cristianismo, concretizando em si mesmo a síntese dos três elementos, o criador da nossa civilização. Que aceitemos ou não os dogmas da Igreja Católica – opina com razão o eminente filósofo Benedetto Croce, autoridade insuspeita na matéria – somos todos substancialmente cristãos.

Quanto à parte preponderante que teve o Papa na salvação de Roma, confirmo o que lhe disse. Quando se puder publicar a do-

cumentação completa das demoradas e árduas negociações havidas, se evidenciarão os admiráveis esforços de Pio XII para evitar, tanto as incursões aéreas contra a Urbe, como os combates dentro dos seus muros entre os dois exércitos inimigos; mas desde já existe um testemunho oficial além de outros, na clássica medalha pontifícia que se cunha cada ano com a efigie do papa reinante; a de 1944 traz a legenda: *Defensor Civitatis*. Onde cuida que você se engana é em presumir que (como houve seguramente do lado da Inglaterra e dos Estados Unidos) tenha havido qualquer sugestão de bondade, qualquer impulso de reverência por esta mãe de todas as gentes, qualquer sentimento em suma de nobre simpatia humana, na adesão dos chefes militares alemães, ou antes, de Hitler que então exercia ainda a autoridade suprema, às súplicas de Pio XII para que Roma não fosse agredida e devastada. O que essas feras, esses demônios fizeram aqui, os horrores inenarráveis que perpetraram, e que continuam a perpetrar nas províncias italianas que ainda dominam, provam à saciedade que nada de semelhante àqueles movimentos de alma os persuadiu a não cometerem, e o abominável tirano não ordenar que cometessem, o crime supremo diante do qual o próprio Átila recuou. Eu tendo a conjeturar que no organismo enfermo, anormal, de Hitler atuou a superstição, que é sabido ser uma das suas numerosas taras. E de Roma, em certas conjunturas, emana um influxo de sacro terror. Napoleão mesmo, que ousou arrancar do seu trono o meigo e santo Pio VII, que ousou conferir ao filho, fadado a tão mísero fim, o título de rei de Roma, nunca ousou vir a Roma, que aliás devia atraí-lo como a sucessor, que se proclamava, de Carlos Magno.

Enfim, o essencial é que Roma está, como eu lhe disse, “materialmente intacta”. (Florença, cuja destruição não seria menos deplorável, sofreu muito menos do que se temia, quase só as implosões da linda ponte de Santa Trinita, e a sedutora Veneza é de esperar que se

salvará, posto que os ministérios e outras repartições da grotesca república mussoliniana, que lá se haviam instalado, já se transferiram para as vizinhanças da fronteira austríaca.) Aqui a vida, sem dúvida, é ainda duríssima, porém com a animadora certeza de que “eles” não voltarão, acompanhamos, através dos telegramas e das correspondências dos jornais, os derradeiros atos da horrenda tragédia em que a Alemanha está consumando o seu suicídio, ou pelo menos simplificando macabramente, pela própria inanição medular, o problema militar e político da sua sobrevivência; imagino, de fato, que da guerra ela sairá esgotada e meio caquética, pela liquidação dos seus melhores e mais robustos elementos; o *Führer* tem acabado por chamar as classes mais baixas, os rapazes de 16 e 15 anos, constringendo a labutar nas fábricas de munições e nas trincheiras até as crianças, além, naturalmente, das mulheres e dos velhos. E as condições alimentares desse povo acostumado a comer muito são de longa data desastrosas.

Quando reflito que a nação germânica, forte, operosa, industriosa, e uma das mais instruídas da terra, se deixou precipitar num tal abismo de perversidade e de abjeção, entregando-se de corpo e alma a um bando de aventureiros charlatões e vulgares, além de diabolicamente criminosos, a tentação do mais absoluto pessimismo histórico se apodera de mim quase irresistivelmente. De que serve então a ciência? que vale a cultura? onde foi parar o “professor” teutônico, o “professor” ideal, a quem Taine e Renan atribuíam a superioridade da raça vencedora em 1866 e 1870? Já se viu, na outra guerra mundial, o que valia moralmente esse *Herr Professor*, retratado em 93 exemplares (que representavam milhares e milhares de outros) no famoso “manifesto dos intelectuais”; e agora estamos vendo, de modo ainda mais edificante, o que ele era, o que ele é. Hitler, de resto, declarou uma vez cinicamente que a “sua” Alemanha nada tinha de comum com a de Goethe e Schiller.

Agora, essa “sua” Alemanha, que atingiu a extrema etapa do percurso Frederico II – Bismarck – Guilherme II – Hitler, está nas vésperas da derrota integral, e da diuturna, aspérrima, necessária expiação. Sim, necessária por motivos morais superiores, necessária para satisfazer a justa nêmesis, e restabelecer a harmonia do cosmos. É possível que existam, antes deve ser verdade que existem, no inferno hitleriano, milhares, dezenas ou centenas de milhares de alemães e alemães, que não só hoje reprovam, mas desde o princípio reprovaram, com veemência, com horror, as atrocidades e infâmias dos nazistas. *Rari nantes in gurgite vasto*, como quer que seja, e, ainda como quer que seja, não é concebível que se pratique para com um povo malvado e precito na sua quase totalidade a clemência com que Jeová prometeu poupar a Sodoma o fogo do céu se entre os seus muros se encontrasse meia dúzia de inocentes. Neste outro caso, no da Alemanha, é doloroso, mas inevitável, que sofram alguns inocentes pela multidão inumerável dos culpados. Não se deve confundir com a vingança vulgar a justa vindita, e de outra parte a piedade para com a Alemanha seria crueldade e traição para com o resto do mundo, não só no presente, mas ainda no futuro. Está exuberantemente provado pela História que esse povo, quando fraco e dividido, é inclinado à discórdia interna, mas servil perante o estrangeiro, e quando unido e forte, é arrastado, alucinado irrefreavelmente pelo demônio da agressão selvagem contra os vizinhos, e da ambição de dominar quantas mais terras e gentes pode. Seria loucura, e loucura criminosa, tolerarmos por falsa generosidade que ele vá premeditando e aparelhando sempre novas guerras até realizar o seu sonho satânico; pois que ele se revela absolutamente incorrigível dentro das normas da igualdade internacional, cumpre aplicar-lhe, por tempo indeterminado, um regime de exceção. Cumpre, antes de mais nada, desmembrar o *Reich*, e em não menos de dez ou doze pedaços; o ideal seria a volta à Alemanha do tratado de Vestfália... e quem sabe se, dis-

tribuídos entre cem ou duzentos minúsculos estados, esses tudescos não seriam, ao cabo de um século, mais felizes do que têm sido de 1870 até hoje? Mas, de uma forma ou de outra, é mister torná-los inofensivos.

Quanto à Itália, o seu caso é todo diferente, no seu trágico destino. Este povo nunca foi belicoso, embora saiba ser valente quando deve, e não desejou, nem provocou, mas foi constrangido a suportar esta guerra, porque uma opressão de vinte anos o reduzira à impossibilidade material de rebelar-se contra as imposições de Mussolini e do fascismo; de longa data ele rompera, no fundo da própria alma, toda solidariedade com o *Duce*, ao contrário dos alemães que sustentaram e aclamaram Hitler com furioso entusiasmo em todos os seus atentados contra os direitos e a vida de outras nações. A queda do execrado regime foi saudada em toda a península com explosões de júbilo delirante, e se fosse seguida pelo armistício que tardou mês e meio, é provável que a sua libertação total teria sido muito mais rápida e menos onerosa. Os aliados deviam conhecer perfeitamente o estado de alma do povo italiano, mas não souberam tratá-lo com equidade e larga compreensão; e faltaram às reiteradas promessas públicas de tratá-lo como amigo desde que derrubasse o fascismo. A exigência da capitulação incondicional foi um grave erro, e as cláusulas do armistício foram tão draconianas, que até hoje os vencedores não tiveram a coragem de divulgá-las. Os bombardeamentos de cidades grandes e pequenas, com a quase destruição de algumas, foram excessivos, demasiado cruéis, e sem proporção com os resultados militares visados. Assim, a pobre Itália foi ainda uma vez, como tantas outras na sua gloriosa e tormentosa história, campo de batalha para exércitos rivais, e aliados e alemães são responsáveis pelos seus enormes sofrimentos; mas o maior e o pior responsável é Mussolini, que, com a sua política imoral e insana, de nacionalismo megalomaniaco e imperialismo *brigantesco*, a precipitou no abismo em que ela se con-

torce. Quem, sobretudo, amando-a como nós, a viu antes da primeira guerra mundial, ou, como você, poucos anos depois, quem conheceu o paraíso que ela foi, e as possibilidades de grandeza pacífica e justa que se lhe ofereciam; a grande prosperidade interna e de prestigiosa influência continental que já atingira, é verdadeira dor de coração contemplá-la prostrada, malferida, coberta de farrapos sangrentos, como jaz agora. Cair de tão alto, neste báratro medonho! Agricultura, indústria, comércio, marinha, estradas de ferro e de rodagem, tudo ou quase tudo devastado, pulverizado, aniquilado. A reserva áurea, ou dilapidada cinicamente pelos fascistas, ou roubada, a pouca restante, pelos alemães; roubados pelos alemães, valores imensos de toda espécie, tudo o que eles, conivente e cúmplice Mussolini, têm podido arrebatado e carregar para o seu país maldito. Um déficit pavoroso, de mil bilhões ou mais, uma inflação de dar vertigens, uma subida fantástica, alucinante, do custo da vida, e a mísera lira de tal maneira por terra, que eu não sei como se alcançará salvá-la, mesmo através da enorme depreciação inevitável. E em suma a Itália, que, depois de vitoriosa com a *entente* em 1918, começara a ser, de fato e não só de nome, grande potência européia e mundial, se vê reduzida, e pelo órgão de muitos seus ilustres se confessa reduzida, a ser, quem sabe por quantas gerações, um país de segunda ou terceira ordem! Causa profunda mágoa a humildade das suas declarações, em contraste frisante com a ênfase e a retórica de péssimo gosto familiares aos discursos fascistas!

E no nosso Brasil, que se faz, que se passa? Não há dúvida que soubemos jogar a boa carta e conforme à nossa índole, às nossas tradições liberais; mas quais são os prognósticos relativos aos proveitos que tiraremos da nossa justa solidariedade com as nações unidas? Aqui as previsões são otimistas; além do intuitivo aumento de prestígio político que resultará para nós, profetiza-se um considerável desenvolvimento econômico pela valorização dos produtos nacio-

nais em conseqüência de um incremento assombroso da exportação de matérias primas, e até de artigos manufaturados. Prevê-se também um vasto e generoso movimento de hospitalidade à imigração italiana, que corre parselhas com a portuguesa na vantagem da facilidade de assimilação.

O seu lindo artigo revelou-me um curioso encontro de idéias; ao mesmo tempo, e talvez no mesmo dia, em que você sugeria a publicação de capítulos das minhas memórias e outros escritos nos Diários Associados, eu fazia aqui idêntica proposta a Barreto Leite; Assis Chateaubriand acolheu-a favoravelmente, e a publicação principiará em breve.

Escreva-me por intermédio do Itamarati para a Embaixada junto à Santa Sé. Abraços nossos afetuosos. Seu de coração,

Azeredo.



Via dia villa Emiliani, 9. Parioli. Roma.

2 de março de 1946.

Meu querido Afonso, por que não me escreve nunca? Vejo que você adotou a regra comum a numerosos homens de letras – a de não traçarem linha que não deva ser tipografada e publicada. Regra talvez sensata, no dinamismo implacável da vida moderna, mas que deve admitir exceções; e se há quem mereça uma de sua parte sou eu, pelo muito bem que lhe quero, e pelas condições morais em que me acho, longe da pátria, e as quais você com tão comovidas palavras desenhou naquele inolvidável artigo, “Lembrança do amigo ausente”. Fortuitamente soube, por uma alusão do nosso amigo Acioli, e por outras de outras pessoas, terem aparecido nos Diários Associados as minhas impressões de “Roma em guerra”. Achou-as você in-

teressantes? agradaram a Assis Chateaubriand? Ignoro-o, porque guardaram ambos o mesmo silêncio. Eu não abandonei a idéia, que me sugeriu você mesmo, de dar aos Diários Associados alguns capítulos das minhas memórias; mas faz-me hesitar essa aparente indiferença que noto por parte de quem deveria ao menos manifestar uma opinião qualquer... Maria do Carmo (*Nabuco, irmã de Afonso Arinos*) esteve aqui duas semanas com o marido; fiz-lhe uma longa visita logo que chegaram; ela esteve em nossa casa meia hora uma vez e de outra vez metade de meia hora; o José Tomás (*Nabuco*) nem veio ver-nos. Cumprimentos nossos para sua Senhora, e um saudoso abraço do sempre seu

Azeredo.



Via de villa Emiliani, 9. Parioli.
Roma. 15 de maio de 1946.

Querido Afonso, a lista dos vários encargos que lhe absorvem o tempo e a atenção pôs-me tonto, atordoado; que diferença da monotonia em que vão deslizando estes anos da minha velhice, tão densos, todavia, de vida interior, de pensamentos, reminiscências, trabalhos antigos e novos! Eu levo tudo isso por diante, mas sem atropelo, e sobretudo... com liberdade de coordenar a meu gosto as diversas tarefas. Confesso que, hoje, não teria cabeça para resistir sólida e em equilíbrio às tantas solicitações que lhe disputam as horas e os minutos. Compreendo, assim, perfeitamente, que não lhe é fácil, mas antes difficilimo, escrever com certa freqüência, mesmo aos mais caros amigos. Confio, porém, que quando disponha de alguns momentos vagos, continuará a pensar com afeto no “amigo ausente”, e lhe dará o conforto de uma carta sua, seja embora breve e apressada.

Será para mim um prazer comunicar-lhe as páginas de *Memórias* que se referem à minha fraternal amizade semi-secular com o seu inolvidável Pai, com o meu Afrânio; mas ainda não cheguei lá, no curso dessa narração que vai devagar e coxeando um pouco, porque tenho o vício indarraigável de fazer muitas cousas simultaneamente. Eu o conheci em Montevideú, secretários ambos da nossa Legação. Já dois anos antes, em 1893, eu conhecera em Ouro Preto seus avós, o dr. Virgílio e dona Ana; na velha capital mineira, e depois, em São João del Rei, ligara-me em sólida amizade com seu tio Arinos, oficial do meu mesmo ofício, das letras. Em Montevideú, tive por primeiro chefe Vitorino Monteiro, que, porém, desde a instalação do governo civil na pessoa de Prudente de Moraes, se sentia constrangido na posição de ministro, e não tardou a pedir exoneração, sendo substituído por José Tomás da Porciúncula, que era casado com uma tia de Afrânio, dona Luísa de Melo Franco; foi já sob essa nova jurisdição que Afrânio encetou a sua carreira diplomática, seguido a pouca distância de tempo por Armínio; instalaram-se no mesmo hotel onde eu já morava com minha Mãe, e residia também, havia anos, a família Caymari, que devia em breve tornar-se minha própria. Nesse hotel – Hotel Oriental, na Calle Solis, o maior e melhor da cidade, minha Mãe e eu tomamos um apartamento no primeiro andar, e Afrânio com dona Sílvia outro no andar térreo, onde nasceu em 3 de maio de 1896 Caio, a quem minha Mãe deu o primeiro banho (Caio, esse bebê que vimos uma hora depois de nascido, conta já cinquenta anos, é ministro, cedo será embaixador; oh atestado de velhice nossa, atestado que se une a outros numerosos, que vêm de fora, das mudanças que se produzem nas pessoas e nas cousas exteriores, e são mais frisantes, mais impressionantes, que a consciência mesma da nossa idade.) A convivência era diária, pode-se dizer contínua; prontamente adquiriu caráter de intimidade. Os diplomatas todos, como sói acontecer sobretudo nas capitais não

muito grandes (tal era então Montevideú) freqüentavam assiduamente a sociedade, aquela sociedade ainda um pouco patriarcal, a um tempo singela e distinta, que os acolhia com benevolência e confiança (sinto não poder incluir aqui o quadro que dela desenho nas *Memórias*, mas é extenso demais). Eu, solteiro ainda, era mais “mundano” que ele, mais habituado de teatros, cafés-concertos, e tertúlias. O serviço da Legação, sob os olhos amáveis mas disciplinadores do nosso bom ministro, era considerável, e Afrânio começava a sofrer da sua “cãibra dos escritores” (não havia, naturalmente, ainda máquinas datilográficas), e eu me queixava de uma renitente neuras-tenia, ora aguda, ora mais ou menos larvada, que, começada aos dezessete anos, me durou até perto dos trinta, com tonturas, sufocações, e outros penosos sintomas. Porém nos momentos de folga, como os há em todas as afecções crônicas, das nossas doenças nos ríamos, como nos ríamos de mil cousas... e é com enternecida saudade que recorro esse período, como aurora da juventude, mas de certa forma igualmente como uma prolongação da infância, porque, não obstante o notável desenvolvimento intelectual, éramos ainda duas verdadeiras crianças em face da vida e dos seus espetáculos, e quando Armínio se juntava a nós, as risadas soavam tais, tão esfuziantes e estrondosas, que deveria parecer difícil a que nos observasse acreditar-se em presença de três secretários de legação. Você sabe que seu Pai conservou até muito tarde esse privilégio raro de frescura juvenil, infantil até, dos olhos e do espírito, que quando se alia a qualidades de homem superior, é verdadeiramente uma fortuna para quem o possui, e um encanto para o seu *entourage*; dos filhos de Afrânio, parece-me ser Caio o que maior parte herdou desse privilégio. É supérfluo acrescentar que, em Montevideú, a nossa convivência não se ia toda em risadas; além do serviço oficial, tínhamos outros empenhos sérios; ele estudava a fundo o seu Direito Internacional, a sua Economia Política, e ampliava com leituras diversas a sua cultura geral; eu, nas mi-

nhas horas livres, fazia poesia lírica e prosas mais ou menos românticas, colaborava na *Gazeta de Notícias* e em *La Razón*; costumava mostrar-lhe os meus escritos antes de publicá-los, e lembram-me ainda alguns bons conselhos que me deu. Qual era então, fiquei até 1934, quando o senhor Getúlio Vargas houve por bem despedir-me, com um atestado de boa conduta e dois meses de indenização; um artista emprestado à diplomacia, o que aliás não me privou de servir utilmente o Brasil, e ser bem sucedido nas minhas várias incumbências.

Eis, meu querido Afonso, o que posso dizer-lhe sobre aquele curto período de Montevideu, e espero que lhe seja de algum proveito para o primeiro volume da sua obra.

Estimo que “Roma em guerra” lhe tenha agradado, e a outros leitores como me assegura, e me informam cartas recebidas de vários pontos do Brasil. Não importa que a direção dos Diários Associados não me haja enviado os números em que saíram os artigos; não pretendo recolhê-los em livro, coisa efêmera como são, e de resto tenho aqui o original autógrafa e uma cópia datilografada. O que lastimo e o que me magoa é que Assis Chateaubriand não tenha cogitado de distinguir-me com uma palavra de cortesia. Afonso, eu fui educado, como você igualmente apesar de tanto mais moço, segundo um código de bom tom um pouco antigo, mas que devia ser eterno; sou, pois, bastante sensível a certas incorreções hoje muito em voga. Além disso, são passados não sei quantos meses desde a publicação dos artigos, e nada me consta sobre a devida remuneração; por intermédio de Barreto Leite, Assis Chateaubriand pediu e tornou a pedir que eu lhes fixasse o preço; alegando a minha falta de prática em tal matéria, respondi que o deixava ao arbítrio dele; mas é óbvio que não significava essa resposta uma renúncia. Quando eu era embaixador junto ao Vaticano, por espontânea deliberação minha, colaborei gratuitamente por alguns anos n’*O Jornal*. Hoje a minha situação é diferente; sou um simples escritor, e o meu trabalho deve ser pago;

não por interesse reivindico este direito, pois poucos homens haverá que façam menos caso do dinheiro que eu, mas, em primeiro lugar, porque é de justiça (*dignus est operarius mercede sua*); e ao mesmo tempo por dignidade profissional; pois, se sempre detestei a *réclame*, não me presto a desvalorizar o meu trabalho; todos sabemos que fornecer artigos gratuitamente a uma folha que paga outros colaboradores, é publicar por favor – por favor, não do autor, mas da folha.

Ao terminar, hoje (21 de maio), acabo de receber uma carta deliciosa de Caio, em resposta à que lhe escrevi pelo seu 50º aniversário. Para você e sua Senhora os mais afetuosos recados de nós três. Saudoso abraço do seu de coração

Azeredo.



Via dia villa Emiliani, 9. Parioli.
Roma. 25 de novembro de 1948.

Meu caro Afonso,

Acabo de escrever a Caio, que nunca me escreve. Com a mesma pena, a mesma tinta e na segunda metade da mesma folha de papel, traço estas linhas. Talvez lhe seja aconselhável, para se lhes identificar o autor, voltar a página e ler a assinatura. Porque a minha letra já deve ser-lhe estranha aos olhos, como eu mesmo lhe estou afastado do coração. Já não é a “Lembrança”, mas o “Esquecimento do amigo ausente”. Amigo sempre, todavia. Eu não esqueço aquela “Lembrança”, e os termos cativantes em que foi expressa. Mas não creia que estou recriminando. É uma afetuosidade queixa, não um mau juízo.

Compreendo bem as circunstâncias atenuantes; não só atenuantes; até plenamente explicativas. Estão sempre no torto os ausentes

de ausências longas, ainda quando elas sejam involuntárias, forçadas, como é o meu caso. Acresce que no seu, além da endêmica influência antiepistolar da estada, por anos, para lá da linha equatorial, há a da política, gênero de atividade o mais absorvente e exclusivo. Aplaudo que se dedique à nobre missão de melhorar a sorte da pátria, que é talvez, nas suas condições pessoais, o dever superior a todos os outros. Alguns sinais, tenho visto das suas intervenções nos debates da Câmara, entre os quais um belo discurso comemorativo de Afonso Pena, sobre o qual, até, pensei por um momento em escrever-lhe, louvando-o calorosamente no conjunto, mas divergindo, no plano histórico, de algumas asserções. O que eu só sentiria é que a política lhe esterilizasse a forte produção literária, como tem feito a muitos outros com os seus mesmos dotes. Acredito, porém, que isso não sucederá.

Recomende-nos a sua Senhora, e aceite os nossos afetuosos cumprimentos.

Muito seu

Carlos Magalhães de Azeredo.



Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1950.
(Hotel Central)

Querido Afonso,

Li com espanto, em um artigo do *Correio da Manhã*, que ainda não existe no Brasil uma lei de responsabilidade concernente ao presidente da República e aos seus colaboradores no governo. “Como? – exclamei entre mim – quatro anos depois de promulgada a Constituição vigente?” Essa lei de responsabilidade é uma medida pessoal de justiça, uma garantia indispensável ao bom funciona-

mento dos poderes constitucionais, que nada tem de ofensiva a quem eventualmente exerce uma parte considerável deles, e que a natureza do regime presidencial torna especialmente necessária. O autor do artigo a que me refiro (você o terá lido) exortava o Congresso atual a discuti-la e aprová-la antes de dissolver-se, alegando com plena razão a premência dessa cautela contra os notórios penhores ditatoriais do antigo e futuro chefe do Estado. Tolerará a nossa demasiado comum imprevidência que Getúlio Vargas torne ao governo sem ser tomada tão elementar precaução? Porque você, de acordo com o seu partido, não apresenta à Câmara um projeto de lei a esse respeito?

Outro fato político que tem atraído a minha atenção é o de não haver conseguido o ex-ditador maioria absoluta de votos no pleito de 3 de outubro. Parece-me de boa tática explorar esta significativa circunstância para enfraquecer-lhe a autoridade.

Terceira observação: cumpre, segundo o meu humilde critério, dar o maior relevo ao escândalo das relações muito suspeitas do homem de São Borja com o aventureiro Perón e os seus emissários mais ou menos secretos. Há aí um elemento precioso (baseado aliás no interesse e na dignidade do Brasil, que essas relações ofendem) para abrir os olhos das “massas” que o elegeram, pobre gente ignara e fácil de iludir, mas que possui uma sensibilidade patriótica assaz suscetível.

Naturalmente, vocês da UDN e de outros grupos genuinamente democráticos não se descuidarão de cultivar com zelo e tato a simpatia das classes armadas, em cujo espírito de vigilância e proteção da legalidade creio que podemos confiar. Para tal fim lhes serão de eficaz auxílio o valor moral, o prestígio militar e político da grande individualidade do Brigadeiro, que reuniu ao redor de sua candidatura mais de dois milhões de eleitores.

Em suma — desde que temos de suportar o ex-ditador — o essencial, a meu ver, é que — e até no seu próprio interesse bem entendido — os seus atos sejam controlados por uma oposição forte, perspicaz, organizada e resoluta.

Releve-me a ingenuidade de falar assim a quem sabe tudo isso melhor que eu, e com cordiais homenagens para Anah, aceite um afetuoso abraço

do muito seu Azeredo.



Via dia villa Emiliani, 3 (*sic*). Parioli.

Roma. 14 de janeiro de 1956.

Querido Afonsinho, estou sem notícias suas diretas — o que é natural desde que vocês andam às voltas com a magna Roma; ontem de manhã, porém, telefonei ao Deoclécio (*Redig de Campos*), e soube com prazer estar já combinado o programa para visitarem juntos o Vaticano (*de cujos museus o brasileiro Deoclécio era diretor*). Quando querem vir almoçar novamente? Na próxima segunda-feira? na terça? e a que hora? Vista a declaração que me fizeram de não estarem seguindo “regimen” especial, autorizando-me portanto a oferecer-lhes um *menu* brasileiro, cá os esperarei, no dia que marcarem, *con todos los sacramentos de la ley*, como dizem os espanhóis: farinha de mandioca, pimenta malagueta, cachaça da mais fina; e lamento a falta dos cigarros de palha, porque os estou reclamando, há meses, de um amigo do Rio, que não me atende. O meu número de telefone é 870.332. Abraços para ambos. Afetuosamente,

Azeredo.



Via dia villa Emiliani, 9. Parioli.

Roma. 20 de abril de 1956.

Querido Afonso,

Não sei por onde você anda, nem se estas linhas o alcançarão na avenue Montaigne, nem quando pretende partir para a nossa terra, de onde me contam que o calor está pavoroso. Morcaldi ontem pediu-me notícias suas; respondi: – Creio firmemente na afeição deste meu amigo, mas ele pertence à legião (numerosíssima além-Atlântico) dos que evitam escrever cartas ou até simples bilhetes como a maior maçada deste mundo. – Morcaldi também se gaba de não escrever a ninguém, mas penso que exagera um pouco. É claro que nestes tempos telegráficos e telefônicos a todo transe, não se pode exigir dos amigos a antiga assiduidade epistolar. O que vale e a supre é a das gentis amigas, que perpetuam a graça e a glória de Madame de Sévigné e Mademoiselle de Lespinasse.

Que lhe resta a cumprir do seu programa de férias nesta velha mas sempre sedutora Europa? Regressará contente e animoso às lutas nacionais, embora talvez queixoso do inverno, que foi um feroz bandido, e da primavera, que se está portando como uma mulher safada e vilã?

A carta sobre *Um estadista da República*, de que você leu aqui o começo, cresceu muito, embora sempre num estilo de reminiscências íntimas e episódios pessoais; não lha envio para aí por não estar certo de que efetivamente chegará a suas mãos; seria pena que se perdesse; vou fazê-la datilografar, e a expedirei para sua casa no Rio, devidamente registrada.

Quando lá estiver, não se esqueça de falar de mim ao seu amigo José Olympio. Eu aspiro a entrar na clientela do ilustre editor, e presumo que alguns livros meus, além das *Memórias*, que ele já aceitou,

poderão interessá-lo. Puxando você de um lado e Tarquínio do outro, não lhes será difícil conseguir o que eu desejo.

Com saudosos abraços para o casal amigo, e um “Até lá!”, sou sempre o seu de coração

Azeredo.



Via dia villa Emiliani, 9. Parioli.

Roma. 26 de abril de 1956.

Querido Afonso,

Um abraço ainda, e um voto de boa viagem, antes que vocês abandonem esta enigmática Europa, que deveras os tem tratado mal, e a quantos nela moram. Se recebeu a minha carta precedente, deve estar-se rindo de mim, pelo brilhante desmentido que deu, na sua tão longa e interessante, ao que eu dissera de você ao bom Morcaldi. No meu atual sedentarismo, forçado, porque o dinheiro não basta para contentar o desejo, não extinto em mim, de novas e reveladoras peregrinações, gozei ao ler a animada relação das suas, a que não faltou o momento dramático da excursão entre a Áustria e a Suíça, debaixo de formidável nevada, com uma visibilidade quase nula, e sem correntes nas rodas do auto. Acredita com razão que na longa residência aqui nunca nos achamos às voltas com inverno semelhante. Como extravagância climática, mas de outro gênero, lembro-me, na nossa primeira estada aqui, dos meses, de outubro a março, em que, sob o influxo do siroco, choveu a cântaros quase sem trégua. A minha saúde era então muito mais frágil que hoje, e a neurastenia crônica de que sofria se acentuou terrivelmente. Vê-se que Goethe, quando compôs a melodiosa canção de Mignon, ainda não conhecia a Itália. A benéfica maga que me curou naquela época foi Paris, onde passa-

mos quase um ano, Mamãe, Maria Luísa e eu, em casa dos meus saudosos sogros. Que bela a vida, que belo o mundo, naquele éden da nossa mocidade feliz!

Lamento como você a estandardização norte-americana dos nossos costumes, e até a alteração radical da fisionomia do Rio (mal de todas ou quase todas as cidades, atualmente). O Rio da minha infância, da minha adolescência, não era bonito; mas antes feio, nos bairros centrais; porém havia, a pequena distância destes, o encanto, o remanso verde das grandes chácaras que em muitos arrabaldes desapareceram; os *skyscrapers* vão invadindo tudo. Que penosa, por exemplo, a tragédia das maravilhosas palmeiras da rua Paissandu, sufocadas, atrofiadas pouco a pouco por eles!

Até “lá”! *Memento mei apud Josephum Olympium!*

Para ambos o afeto saudoso do velho amigo

Azeredo.



Via dia villa Emiliani, 9. Parioli.

Roma. 29 de setembro de 1958.

Querido Afonso,

Estou à espera de uma carta sua; ansioso, aflito por notícias do problema, para mim, de tamanho alcance.

Na missiva precedente, você me anunciava próxima vinda a Roma, se aceitasse o convite do presidente Kubitschek para unir-se à comitiva do presidente Gronchi na sua viagem para o Rio; não acreditei muito na possibilidade de tal aceitação, e logo a excluí quando soube da sua candidatura a uma cadeira de senador nas próximas eleições. Não era verossímil que se ausentasse daí em tal conjuntura.

Não sei se já lhe mencionei as minhas condições de saúde, que são más desde há meses. Péssimo presente do inverno daqui: uma crise

reumática mais ou menos generalizada, que me tem fatigado muito, estorvando de contínuo a minha normal atividade por um obstinado enfraquecimento das pernas e dos braços. O meu médico diz que não é grave, vista a robusteza “juvenil” (expressão sua) do coração, mas essa juvenilidade é assaz problemática, em contraste com a realidade cronológica que marca hora bem diversa no relógio da minha vida. E nesta hora crepuscular qualquer coisa anormal pode tornar-se grave de um momento para outro. A grande questão para mim, a questão melindrosa e alarmante não é porém sanitária; é financeira. Equilibrar os distúrbios da uricemia com um funcionamento orgânico regular, tenho-o conseguido até agora, graças à prudência, à estrita sobriedade, e ao sono pacificante, restaurador, que vou cultivando. Mas resistir ao câmbio de 170 cruzeiros por dólar é humanamente impossível! dentro do esquema de despesas que não posso alterar sem descair do decoro de uma posição social fixada através de tantos anos. Não são raras as visitas a esta casa de embaixadores, príncipes e princesas da aristocracia romana, cardeais (ainda na semana passada a do cardeal Barros Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro). Se em mim ou no ambiente onde resido se notasse um abaixamento de tom, a vergonha não seria só minha, mas também do governo brasileiro; porque eu aqui, além de muito conhecido, sou muito estimado, e toda a gente sabe de cor o meu *curriculum* diplomático tão longo, e o modo por que foi preenchido.

Não quero dramatizar um episódio de dificuldades materiais, ainda que angustiosas; mas sinto a necessidade de uma solução equitativa e urgente. A que você me sugere é muito boa. O título de consultor é honroso, e, ponderados os meus quarenta anos de não inúteis serviços, parece-me que não deve haver obstáculo sério a tal concessão. O caráter oficial da concessão justifica e legaliza a do câmbio oficial, para os meus vencimentos, como você com razão argumenta na sua carta. Eis o grande dilema: ou me salvam da calami-

dade do câmbio desastroso, que equivale quase à não existência da moeda nacional, ou seria para mim sorte pior que outra qualquer perspectiva, mesmo a perda da vida. Porque significaria o descambar fatal da necessidade para a miséria, a nua e crua indignência.

Significaria paralelamente uma depreciação iníqua do meu labor diplomático tão dilatado, não só exemplar na probidade e no desinteresse, como nimbado de certo realce, para o bom nome do Brasil; e extremamente profícuo, pois *todos* (digo *todos*) os encargos a mim cometidos pelos sucessivos governos foram sempre plenamente bem satisfeitos.

Não sei como explicar as causas que me trouxeram às presentes e tão críticas condições. Nunca fui jogador, e menos ainda fiz pagar pelo Estado dívidas de jogo, como outros solicitaram, mendigaram, e à força da bajulação e empenhos conseguiram. Nunca dilapidei vencimentos em aventuras de mulheres, nem pretendi deslumbrar a sociedade com excessos de luxo e prodigalidades de snobismo. Resta-me atribuir a minha inópia atual ao escrúpulo talvez demasiado com que apliquei sempre aos seus fins ostensivos a verba da representação, na qual outros, por não ser ela sujeita a prestação de contas, aparelharam, com sagaz economia (aliás lícita dentro de certos limites) elementos próprios para uma cômoda prosperidade futura. Generosidades imprudentes houve de minha parte a favor de pessoas mais ou menos dignas de apoio ou socorro, mas especialmente a favor do Estado pela renúncia a várias ajudas de custo – e disto estou arrependido. Acresce que por motivos que seria longo e tedioso expor, tendo sido aposentado em fevereiro de 1934, fiquei dirigindo a embaixada até agosto, com todas as despesas de tal posição, e sem vencimentos desde abril. Tive em seguida de pacientar três anos e meio (até o verão de 1937) a primeira quota da pensão de aposentado, circunstância que, possuindo, de meu, só modesto pecúlio, contribuiu para reduzi-lo ainda mais. A todos ou quase todos os altos funcionários

aposentados então foram oferecidas pouco a pouco comissões mais ou menos rendosas, ao passo que de mim ninguém se lembrou nunca; os que podiam compensar-me dos danos da prematura aposentação em que me vi envolvido nas demagógicas derrubadas de 1934 preferiram deixar inoperosa a minha capacidade de novos serviços públicos a distinguir-me com uma prova de merecida estima.

É supérfluo entretanto rebuscar razões em época relativamente remota; a raiz de todo o mal está em fenómeno recente e imprevisível: na queda vertiginosa e calamitosa do câmbio, desastre sem precedente na história financeira do Brasil, que aliás, mesmo durante o Império, atravessou crises bem graves (em 1864 por exemplo). Mas aquelas crises suscitavam nas esferas dirigentes o instinto da defesa e da recuperação do valor da moeda ameaçada, ao passo que hoje qualquer simples observador, ainda que incompetente na matéria, mas dotado de natural inteligência tem a impressão de que se deixa correr tudo à revelia... E acontece que o “homem da rua” não pode ouvir ou ler certas declarações desenvoltas e altissonantes do otimismo oficial sem um sorriso de ceticismo assaz amargo.

Você teve ensejo de encontrar-me várias vezes nas minhas últimas estadas aí, de cerca de um ano cada uma. Viu como eu vivia; num bom hotel, recebendo e obsequiando amigos, passeando, trabalhando normalmente, em suma, quanto possível, satisfeito; já havia certa flexão do câmbio, a situação do país não era brilhante, mas enfim podia-se agüentar as condições da vida quotidiana sem excessivas apreensões, e nutrir esperanças de melhor futuro. Mas agora! quem pode, obrigado a uma certa decência de trato social, resistir à pressão de 170 cruzeiros por dólar?

Eu não posso; em todos os bancos onde tenho dinheiro, as minhas contas-correntes são deficitárias; mínimas as rendas, e se tiver de vender títulos, minguarão ainda. Aqui curto privações muito

sensíveis; já tenho vendido às pressas e por vil preço objetos de que nunca pensara ter de separar-me. Não posso, fatigado e depresso por um verão tórrido, restaurar-me na Suíça como cada ano desde 1920. Não posso comprar livros que são caríssimos, ir a um teatro, a um cinema, conceder-me uma diversão qualquer. Quase não saio de casa; penso duas vezes para tomar um táxi. Devo poupar até nos cuidados necessários à minha saúde abalada, como visitas de médico, produtos farmacêuticos. Em duas palavras, vivo miseravelmente. Veja você se me ajuda, se me salva. Dizem-me que o novo ministro do exterior (*Francisco Negrão de Lima*) é seu íntimo amigo; calculo possua ele mais compreensão e sentimento humano do que o José Carlos (*de Macedo Soares*), que não quis despender uma palavra, fazer um gesto a meu favor. Talvez o Elmano Cardim poderia também unir-se a você em meu proveito. Você é neste momento o benjamim da Academia, ele é o presidente, eu sou o decano; quem sabe se ele não quererá deduzir desta tríplice combinação uma espécie de ponto de honra para defender-me? Sei que me estima; pelo meu recente aniversário mandou-me um afetuoso telegrama.

Não tarde a escrever-me. Tem havido já tempo para vir daí, senão um resultado definitivo, pelo menos algum esclarecimento sobre o ritmo dos seus esforços. Estive incerto acerca dos seus endereços: você deu-me o da Rua Dona Mariana, 63; o boletim oficial da Academia indicava Rua Barão do Flamengo, 32. Pedi conselho ao simpático Afonso III, seu filho, que me sugeriu escrever para a Câmara dos Deputados; é o que faço agora.

Carinhoso abraço para o casal amigo.

O seu de coração

Azeredo.



(sem data)

Querido Afonso (não posso chamar “Afonsinho” um ministro de Estado, um “chanceler”, como neologicisticamente se diz nas repúblicas latino-americanas).

O nosso bom e prezado amigo embaixador Sousa Gomes (naturalmente lembrando-se de ter eu servido por tantos anos o Brasil junto à Santa Sé), pede-me para lhe escrever acerca da recíproca situação das nossas duas embaixadas em Roma. Pensa ele, e, a meu ver, com muita razão, que, estando suntuosamente instalada a Embaixada junto ao Quirinal, e não tendo sido possível, por motivos que bem compreendo, instalar no mesmo histórico palácio Doria Pamphilj a outra, esta última ficaria em posição de inferioridade se não se achasse modo de “equilibrá-la”, no sentido protocolar e mundano, com a outra, assegurando-lhe uma residência pelo menos igualmente decorosa. Sugere ele a solução de se comprar ou alugar a longo prazo uma parte do não menos histórico palácio Orsini, onde há de mais o precedente de lá terem morado alguns embaixadores acreditados perante o Vaticano. Parece, segundo ele me insinua, que o próprio Vaticano não ficaria contente com uma diferença patente entre as duas embaixadas, em detrimento da “nossa”.

Assim, com muito prazer exponho a “Vossa Excelência” este ponto de vista, partilhado, como acabo de dizer, por mim mesmo, e, cumprida esta grata incumbência, bato palmas calorosas à sua nomeação para o Itamarati, da qual me rejubilo e como brasileiro me orgulho, e como amigo seu e da sua ilustre família por já três gerações; e lhe envio o saudoso abraço do sempre seu de coração

Azeredo.

Quando nos veremos agora? e onde? Eu atualmente, e quem sabe por quanto tempo, não poderei empreender tão dilatada viagem, e você fica aí preso (com vínculos de ouro, mas preso em suma) por quatro anos ao menos. Abrace a querida Anah por mim.

Via Eleonora Duse, 2. Parioli.
Roma. 20 de dezembro de 1962.

Meu querido Afonso,

Terão estas linhas a boa fortuna de encontrá-lo ainda em Genebra? Seguindo de longe e mal informado pelos jornais, a Conferência sobre o Desarmamento, receei que você tivesse já reintegrado o seu posto no casarão de vidro da ONU; o nosso João Hermes (que partiu há dias para o Rio, mas decerto com a esperança de voltar aqui para a perseguição do Concílio) disse-me que a sua estada (de você) na margem calvinista do belo lago Léman se prolongaria ainda um pouco, e esta notícia me tranqüilizou um tanto. Esta manhã li que a Conferência realizaria a sua *penúltima* sessão hoje, e assim é de crer que esta carta, mandada por expresso, ainda lhe chegará a tempo. Desejo muito e peço-lhe com grande empenho que no regresso a Nova York passe por aqui e pare em Roma alguns dias. Preciso de muito calor de amizade para opor ao duplo frio do inverno, que começa amanhã, e da tediosa, melancólica solidão em que antes vegeto do que propriamente vivo.

Você poderá como ninguém informar-me sobre coisas da nossa terra, que me afligem e assustam; além de que temos uma partida aberta – a do célebre soneto, sobre o qual paira um equívoco que eu muito desejaria dissipar, mas por escrito seria tarefa muito larga, ao passo que uma palestra, à vista do “corpo de delito”, afugentaria as dúvidas rapidamente.

Venha, pois, aqui o espero com os braços abertos para estreitá-lo sobre o meu coração ansioso, e o espírito sedento da cálida e luminosa irradiação do seu.

Até breve, pois, não falte!

O seu de sempre

Azeredo.

Via Eleonora Duse, 2. Parioli.

Roma. 4 de março de 1963.

Querido Afonso,

Tenho pensado em escrever-lhe, de novo, nestes últimos dias, mas a incerteza do seu paradeiro me tem feito desistir. Na verdade não sei se você está em Genebra, em Milão, ou em Nova York; hoje, porém, considerando que a Conferência do Desarme retomou os seus trabalhos, e não tendo eu visto referência a movimentos seus nos boletins telex que a Embaixada da praça Navona me manda todas as manhãs, concluo pela possibilidade da sua demora na Suíça, e arrisco-me a enviar-lhe estas linhas.

Realmente o meu intuito é somente lembrar-lhe a promessa de uma ou algumas visitas suas em Roma, não só *por serdes vós quem sois*, como pelo interesse do coração em gozar ainda de tão preciosa companhia, e pelo valor das conversas e trocas de idéias sobre as coisas do nosso Brasil e seus reflexos internacionais. Não repare na má letra destas cartas; desta vez não dirá que a minha caligrafia continua ótima, porém o fato é que tenho as mãos enregeladas pelo intenso frio exterior que penetra nesta casa apesar de bem aquecida. Que inverno pavoroso!

Abraços afetuosos para você e a querida Anah, do velho amigo devotado e grato

Azaredo.



TEXTOS ESPARSOS

~ A alma do tempo

Afonso Arinos de Melo Franco

Na Suíça, em 1932, deitado no sanatório, eu me correspondia com Magalhães de Azeredo sobre Stendhal. (*Rio, 14 de dezembro de 1959*)



(A casa de Magalhães de Azeredo, na Via Po, em Roma, possuía uma peça assim, embora muito mais luxuosa, pois a escada, lá, era de mármore, e a galeria coberta, como o corredor superior de um claustro, apoiada em colunas também de mármore.) (*Rio, 24 de dezembro de 1959*)



Só em dois encontrava informação mais ampla do que a minha: no professor Séchaye e em Magalhães de Azeredo, que então conheci em Genebra e de quem, em breve, me tornaria amigo, na convivência que, pouco depois, entretivemos em Roma. (*Rio, 2 de janeiro de 1960*)



Meu encontro com Carlos Magalhães de Azeredo restituiu-me o gosto de viver e o equilíbrio íntimo. Posso dizer que o conhecimento deste amigo, o convívio diário que entretivemos durante as semanas que passei em Roma, naquele ano, foram dados capitais da minha formação, além de haverem servido como remédio decisivo para a crise moral que, naquele momento, eu atravessava.

Com ele tive a convivência literária que apagava a distância de idade e que faltava com meu pai, em quem as preocupações da vida política e dos estudos jurídicos tinham amortecido os arroubos poéticos da mocidade. (...)

Azeredo, que conta hoje 87 anos, está escrevendo as suas memórias. Há alguns meses fui vê-lo, como faço sempre que vou a Roma, e ele me disse que um dos capítulos do livro seria dedicado às nossas conversas de 1925. Mas o livro de Azeredo está sendo composto devagar, não tendo atingido, ainda, quando com ele estive na última vez, nem mesmo à missão Nabuco, de 1903. É, pois, pouco provável que o meu velho amigo chegue à fase em que deve falar de mim. Escrevo, pois, eu, a seu respeito, mesmo porque o episódio do nosso encontro foi seguramente mais importante para mim do que para ele.

Quando cheguei a Roma, em 1925, Carlos Magalhães de Azeredo contava 52 anos, e tinha atingido o ápice da carreira diplomática, como embaixador junto à Santa Sé. Casado, sem filhos, com uma senhora de origem cubana, Maria Luísa Caymari, que ele conhecera em Montevideú, vivia numa bela casa na Via Po, com a esposa, duas cunhadas e a mãe. Filho póstumo, criado com desvelo pela mãe que nunca mais se casou, o escritor conservava, no princípio da velhice, uma certa ingenuidade *gâtée*, própria da educação que tivera e da vida que levava depois de casado, objeto do cuidado de tantas mulheres. “O Azeredo casou-se com uma família”, dizia o malicioso Gastão da Cunha, ao observar o cerimonial que era a saída do colega para a

rua: a mãe a lhe passar o capote, a esposa a enrolar-lhe o pescoço no abafo de lã e a cunhada a entregar-lhe o guarda-chuva, junto à porta.

Bon enfant, Azeredo aceitava sorrindo esses carinhos sufocantes, embora não desprezasse outros, que buscava junto a saias menos domésticas.

Amava as mulheres, sendo eclético e distributivo nas atenções. A copeirinha maliciosa do restaurante (meu irmão Caio, que foi seu secretário, dizia-me que qualquer silhueta de avental e touca perturbava o poeta-embaixador), a lânguida duquesa italiana, a galante dama brasileira, de todas essas flores de beira de estrada ou de estufas ricas ele aspirava, com deleite, o perfume.

À ilustre e generosa dama brasileira, de origem árabe, que sabia perdoar os próprios pecados com o mais compreensivo sorriso do mundo, ele dedicou um soneto que me leu com ares inocentes, mas com entonações cúmplices, na presença da esposa, soneto cujo primeiro verso era o seguinte: “Perfumada pastilha do oriente...”

E por aí seguia. A embaixatriz, ao ouvir aqueles acentos bíblicos, cheirando a *Cântico dos cânticos*, agitou-se na cadeira: “Ó Carlos, que exagero!” Mas ele, piscando para mim, tranqüilizou-a na sua voz metálica, de surdo: “Ora filha! São imagens poéticas.”

Azeredo e meu pai eram amigos desde a Faculdade de São Paulo, onde foram contemporâneos. Depois ambos serviram como secretários na Embaixada do Brasil em Montevidéu. Naquele ano (1896) Caio nasceu na capital uruguaia, e, assim, Azeredo conheceu, desde os primeiros dias de vida, aquele que veio a ser seu subordinado na Embaixada de Roma. (*Petrópolis, 3 de janeiro de 1960*)



Ainda em 1896 Azeredo foi removido para a Santa Sé e, a não ser uma interrupção de cerca de dois anos, durante a qual serviu em ou-

tros postos, ficou na Itália todo o resto da sua longa vida, hoje quase nonagenária.

Quando da minha primeira visita a Roma ele já ali se achava havia trinta anos. Lá estivera ao tempo da missão Nabuco, aberta com gloriosos auspícios e tão tristemente malograda. (...)

Azeredo recordava para mim a vida triunfante de Nabuco, o seu sucesso social, o prestígio que logo adquiriu no mais requintado meio romano. (...)

Amigo pessoal dos papas sob cujo reinado servira, Leão XIII, Pio X, Bento XV e Pio XI, possuidor de relíquias pessoais dos mesmos, como, por exemplo, o solidéu de São Pio X, Azeredo era (e ainda é) um repositório vivo de fatos e anedotas interessantes sobre a vida na corte papal, desde o fim do século passado.

Meu pai devia ter-lhe escrito, recomendando-lhe que me dispensasse alguma assistência; mas, além deste dever social para com o filho do amigo, Azeredo afeiçoou-se realmente a mim, em quem encontrava um ouvinte atento e permanentemente curioso para as suas lembranças, bem como um espírito inteiramente absorto nos problemas da cultura, em geral, e da literatura em particular, que eram os que a ele também mais de perto interessavam.

A partir da hora do almoço ficávamos juntos, praticamente, todo o dia, até à hora do jantar, quando eu voltava para o meu hotel e, habitualmente, não mais saía. Pela manhã eu percorria, sozinho, a cidade e os monumentos. Depois almoçava na Via Po, e passava o resto da tarde com Azeredo, em novas excursões aos monumentos ou em passeios mais extensos, de automóvel, pela Via Appia, a campanha e os castelos romanos. Os espetáculos eram variados. Lembro-me de um concerto regido por Stravinski e de uma exposição de pintura moderna, entremeadas com as visões clássicas ou barrocas. Além dos monumentos grandiosos, de fama universal, Azeredo não esquecia as pequenas relíquias de Roma, como São Paulo das Três Fontes,

que ainda recordo cheia de glicínias em flor, uma pequena capela do Bramante, a Farnesina, a prisão do Tasso, no Janículo. No alto deste monte, certa tarde, junto à estátua de Garibaldi, com Roma dourada a nossos pés, Azeredo leu-me uma página viva e reveladora sobre a atmosfera de inquietação e intriga que reinava nos corredores do Vaticano, nas horas que precederam à morte de Leão XIII.

Como embaixador em posto não lhe seria possível publicar aquela impressão um pouco ferina. Como aposentado, mas sempre residente em Roma, talvez não lhe tenha parecido conveniente divulgá-la mais tarde. De qualquer forma trata-se, pelo que me ficou na memória, de um depoimento colhido ao vivo das horas, colorido e curioso, e que bem merece ser conhecido, algum dia.

Pressionado pela paixão de escola, escrevi um poema sobre Roma (bastante ruim, aliás), no qual procurava dar largas a impressões de um “modernista”. Impressões falsas e que eu, no fundo, não sentia. Azeredo não se enganou sobre aquele artificialismo pretensioso. A mim nada disse, a não ser vagas amabilidades, mas ao seu fraternal amigo Mário de Alencar escreveu, a respeito, trechos de uma carta, que foram copiados e remetidos de torna-viagem pelo meu amigo Jorge, filho do destinatário. Naquela carta Azeredo se desabafava, junto a Mário, dos seus ressentimentos contra Graça Aranha. Depois de elogiar-me bastante, acentuava o mal que Graça fizera à nossa geração, matando nela (assim ele supunha) a receptividade para a cultura antiga. E aludia ao meu poema, observando com agudeza que, nele, eu não exprimia talvez o que sentisse, mas o contrário daquilo que deveria sentir um poeta não modernista, em contato com Roma.

Acho que ele tinha razão. (...)

Último fundador da Academia, amigo de Machado de Assis e de Nabuco, Azeredo é um brasileiro altamente civilizado, que, pela cultura, experiência intelectual, fidalguia e alta integridade moral, hon-

rou o Brasil na Itália durante decênios. O fato de havê-lo conhecido na minha juventude, nas condições que relatei, teve sensível importância para a minha vida. Homem rigorosamente honesto, vivendo dos seus vencimentos e do pequeno pecúlio herdado da mãe, o velho poeta e embaixador ficou em sérias dificuldades, nos últimos anos. Suas economias se desfizeram com as despesas de tratamento da esposa, até morrer, e dele próprio. Os vencimentos de aposentado, muito baixos, tornavam-se ridículos com a queda do cruzeiro. Azeredo foi sendo forçado a restringir sua vida, creio que até a dispor de peças de arte acumuladas na longa carreira. Quando fui batizar o meu segundo neto em Roma, no ano de 1957, achei-o triste e apreensivo. Deoclécio de Campos falou-me das dificuldades reais que o nosso amigo atravessava. Diziam-lhe para retornar ao Brasil. Mas como fazê-lo, sozinho, sem família aqui, depois de mais de sessenta anos de Itália? Seria apressar a sua morte. Chegando ao Rio, expus a situação ao ministro Negrão de Lima, que teve espírito e coração bastantes para atendê-la. Chico Negrão providenciou imediatamente um contrato com Azeredo, mediante o qual ele ficou à disposição da Embaixada na Santa Sé, com alguns poucos dólares, menos do que os que ganha um auxiliar de consulado, mas que são, contudo, suficientes para que o meu velho amigo, que não sai mais de casa, possa enfrentar sem riscos as suas escassas necessidades materiais. Aqui declaro o único “favor” que, como líder da oposição, fiquei devendo ao ministro de Estado, cuja amizade comigo merecia no entanto reparos severos de correligionários. (...)

(*Francesco Bianco*) era íntimo de Azeredo e tornou-se meu companheiro constante, em Roma. (...) Bem mais velho que eu, era, contudo, bastante mais moço que Azeredo, o que dava à nossa convivência um tom mais fraternal. (*Rio, 5 de janeiro de 1960*)



Em 1925 festejava-se, em Roma, o Ano Santo. Graças às regalias de que gozava Azeredo, como decano do corpo diplomático, pude estar presente a algumas das imponentes cerimônias religiosas que se realizam nessas ocasiões. (*Rio, 6 de janeiro de 1960*)



Nomeado pelo presidente Venceslau para o Itamaraty, ele (*Caio de Melo Franco*) foi residir em Roma como secretário de Azeredo, pouco antes da morte de minha mãe, sendo eu ainda ginasiário. (*Rio, 10 de janeiro de 1960*)



As cartas mais compridas e afetuosas são, porém, as do meu antigo mestre em assuntos romanos, Magalhães de Azeredo. O já então embaixador aposentado interessava-se vivamente em que eu cumprisse a promessa, que lhe havia feito, de escrever um estudo sobre ele e a sua obra literária.

Eu desejaria, agora, enviar-lhe uma carta muito comprida, mas muito, relativa à sua antiga promessa, que não esqueço, de estudar com séria crítica os meus escritos num livro. Não renunciei nem renuncio à realização desse generoso e precioso projeto espontaneamente nascido no seu espírito. A minha não escassa, antes volumosa obra, necessita, mais que outras, de um comentário como você é capaz de fazê-lo, para atrair sobre ela a atenção presente e futura dos que aí se interessam pelas coisas do pensamento e da arte; ela, além disso o merece (deixe-me falar sem hipocrisia de modestia), porque, feliz ou não nos resultados, revela uma personalidade à parte pela sua índole e pela sua formação; revela, acima de tudo, uma alma. Si parva licet componere magnis (et sacris profana).

Não me sendo possível satisfazê-lo quanto ao livro, por causa dos afazeres da minha vida, dediquei a Azeredo uma das crônicas literárias que então publicava na imprensa do Rio, dando-lhe o título “Lembrança do amigo ausente”.

Antes mesmo que eu a remetesse a Roma, Maurício Nabuco, que lá estava de embaixador, fez-lhe chegar às mãos a página evocativa.

Azeredo respondeu em longa carta de doze páginas, a que junta um pequeno retrato. Sempre preocupado (como dizem que era Alexandre Dumas) com a duração da sua obra, diz, em certo trecho:

Não sei que destino terá, nas letras brasileiras, a minha obra, se a salvará, das ondas tórpidas do Letes, que tantas coisas de contínuo trazem, a simpatia, sucessivamente renovada, de alguns espíritos amigos, ou se naufragará para sempre nelas. A alternativa, como outras do mesmo gênero, oscila entre muitos fatores imprevisíveis. Mas desde já a consolante certeza de ter exercido essa influência benéfica sobre inteligências e corações jovens, dos quais você, com tanto afeto, se apresenta como um exemplo, bastaria para indenizar-me de um futuro esquecimento, e convencer-me de não ter vivido em vão.

A carta é de fevereiro de 1945, dos últimos dias da guerra. Nela Azeredo conta os horrores da dominação nazista em Roma e preconiza a divisão da Alemanha em inúmeros principados minúsculos (como no Tratado de Vestfália), ao passo que, como bom romano, procura defender a Itália, apelando para as glórias cristãs e latinas e para a compreensão dos vencedores.

Muito interessante, pelo tom memorialístico, é outra carta do embaixador, esta de 1946. Rememora o ano distante de 1893 em que conhecera os meus avós na cidade de Ouro Preto, para onde fora, com outros escritores, fugindo à polícia de Floriano.

Fala, em seguida, de sua íntima amizade com meu pai, quando ambos eram secretários da Legação brasileira em Montevidéu, no governo Prudente.

O quadro dessas lembranças, que incluía a vida ainda meio patriarcal da cidade uruguaia, ele o estava inserindo nas suas *Memórias*, já então em preparo, e, infelizmente, inconclusas até agora.

Creio, pelo que Azeredo me disse em 1959 em Roma, sobre o andamento do livro, que a parte em referência já estava terminada. (*Rio, 22 de dezembro de 1960*)

 A escalada

Afonso Arinos de Melo Franco

Magalhães de Azeredo, que me levou, no deslumbramento dos vinte anos, à presença do sábio papa (*Pio XI*), contava-me da vida fecunda do cardeal milanês, debruçado durante lustros sobre os alfarrábios e manuscritos, no salão da Ambrosiana. Foi, assim, pensando no velho amigo diplomata, no bondoso papa que me pousou a mão na fronte, e também no jovem de vinte anos que ainda às vezes ressuscita um pouco dentro de mim, que entrei no luxuoso salão de leitura, cheio de estátuas e de lampadários, revestido até o teto de estantes onde se alinham tomos veneráveis. (*Milão, 23 de janeiro de 1963*)



Outro depoimento contemporâneo que me agradou foi o do meu velho amigo Magalhães de Azeredo, que, de Roma, escreveu-me a respeito do discurso (*sobre o centenário de Afonso Pena*). (*Rio, 26 de maio de 1963*)



Juntamente com esta extraordinária missiva, o infatigável Rui (*Ribeiro Couto*) me enviava cópia da carta por ele remetida a Magalhães de Azeredo, bem como uma previsão dos votos de todos os acadêmicos, por escrutínios e pelos três candidatos, eu, (*Guimarães*) Rosa e Pinheiro Chagas... (*Rio, 13 de maio de 1965*)

(Segue o trecho da carta do embaixador e acadêmico Ribeiro Couto ao acadêmico e embaixador Magalhães de Azeredo, datada de Belgrado, 2 de dezembro de 1957, sobre a candidatura de Afonso Arinos à Academia Brasileira de Letras. “Estou muito inquieto com a eleição do Afonsinho, que não me parece fácil, porquanto o excelente Guimarães Rosa estava de plantão no Rio e logo que faleceu o Zé Lins, começou a campanha eleitoral. Afonsinho, um pouco aéreo, um pouco “sputnik”, deixou-se ficar pela Europa, enquanto os adversários ganhavam terreno. Já mandou o seu voto? O essencial é mandarmos o nosso voto, ao próprio Afonsinho, pois essas manifestações “concretas” têm muita influência sobre os prováveis hesitantes e os possíveis “comprometidos”. Como sei que o senhor é voto firme do Afonso, sugiro que entregue ao filho, secretário em Roma, a carta ao presidente da Academia. É o que vou fazer eu mesmo, por confiar mais na mala diplomática de Roma. (...) Quando terei a ventura de abraçá-lo? No Brasil? Em Roma? Até lá, peço que aceite, em comunhão de amizade com os Melo Franco [que saudades do Virgílio, do Caio e do velho dr. Afrânio!] um muito afetuoso abraço do seu).

~ Planalto

Afonso Arinos de Melo Franco

De Magalhães de Azeredo, epistológrafo copioso, há várias cartas. Eu mesmo tenho numerosas dele, que algum dia, talvez, venha a reunir e publicar na *Revista da Academia*. Entre aquelas dirigidas a Caio, que vou aqui recolhendo, graças à liberdade que me reservei nestas memórias, separei uma do velho e saudoso amigo, interessante pelo que revela dos métodos de trabalho do poeta que ele foi. É escrita de Lausanne, a 25 de setembro de 1922:

Caio querido.

Só esta manhã tenho vagar para escrever-te. “Que vida ocupada” — murmurarias, não sem malícia, talvez. Mas a verdade é que as musas tomam conta de mim. Já sabes que elas fazem comigo lo que más les gusta, em virtude de muitos antigos direitos seus, e da minha beata condescendência. Quando as imagens e os ritmos entram a cabriolar na cabeça da gente, que resulta se não se lhes dá saída? dor de cabeça. E eu detesto dor de cabeça. Em suma, encurtando razões, resolvi há dias puxar da pasta os meus papéis, para organizar um novo livro de versos. A leitura destes me acordou uma vontade furiosa de fazer outros, e assim já escrevi nove sonetos em fila cerrada. Na organização do livro foi, como de costume, a exuberância que me atrapalhou. Mesmo dando só as peças de carácter puramente lírico, que tenho prontas, ele sairia grande demais. Além disso, não ficaria homogêneo. Decidi, pois, excluir todos os poemas amorosos, e, em geral, aqueles em que transparece, por assim dizer, uma perspectiva idílica ou pitoresca do mundo. Colijo apenas as peças em que predomina o pensamento — um pensamento eivado quase sempre de pessimismo ou tristeza. Deste forma, as da primeira parte (não sei ainda como as batize) se harmonizarão com as da segunda, que será o “Intermédio epigramático”. O livro todo será intitulado Pó e sombra. (Rio, 7 de janeiro de 1966)



Magalhães de Azeredo me contou certo dia em que, juntos, passeávamos pelo Janículo, que o papa Pio XI, sábio historiador e arqueólogo, costumava dizer aos visitantes que uma semana de Roma dava para se ver tudo o que a cidade oferece, mas que um ano, aplicadamente empregado, é apenas suficiente para que se comece a ver o principal. Nunca me esqueço desta maliciosa advertência do velho papa, antigo bibliotecário da Ambrosiana. (Rio, 1 de maio de 1966)



Hoje pela manhã fui até à igreja de Santa Maria da Vitória, a fim de visitar a escultura de Santa Teresa golpeada pelo amor de Deus, de Bernini. Fi-lo em afetuosa lembrança de Carlos Magalhães de Azeredo, que nutria por essa imagem uma amorosa devoção; amorosa mais no sentido da terna admiração terrena do que no da beata contemplação religiosa. Foi ele quem me levou – já lá vão mais de quarenta anos – pela primeira vez a contemplar a estranha realização barroca do mestre seiscentista. Eu tinha idéia de que Azeredo possuía um dos dedos da imagem, que se quebrara e que ele obtivera graças à amizade do guardião. Hoje observei que as mãos de mármore estão perfeitas: houve lapso da minha memória ou restauração da figura. O que Azeredo possuía certamente era uma reprodução da cabeça de Santa Teresa primorosamente feita em mármore, naquela posição caída e voluptuosa que Bernini trabalhou com tanta paixão. Em 1962 Alceu Amoroso Lima e eu ainda a vimos na casa do velho poeta. (*Roma, 23 de junho de 1966*)

~ Alto-mar maralto

Afonso Arinos de Melo Franco

A razão dessa escolha foi que Anah e eu moramos neste mesmo hotel há mais de quarenta anos: ela em 1927, eu em 1925. Como Roma nos parecia festiva e jovem! Lembro-me de um poema, bastante ruim, que então escrevi, no qual procurava fixar a natureza primaveril dos jardins cheios de crianças, em vez das ruínas imperiais e monumentos barrocos. Mostrei esses versos, que não mais possuo, a Magalhães de Azeredo, e ele escreveu a respeito uma carta a Mário

de Alencar, que me foi retransmitida, em cópia, por Jorge, filho do destinatário e meu amigo. Azeredo queixava-se, na carta, da influência de Graça Aranha sobre a nova geração literária (ele não gostava de Graça), e tomava como exemplo a minha pobre poesia. Parecia ao poeta-embaixador que eu, propositadamente, dizia sobre Roma o contrário do que diria um poeta sensível ao passado.

Tanto quanto posso lembrar-me, isto era falso. O que havia nos meus versos não era insensibilidade afetada, mas ignorância genuína e estuante mocidade. Aquela Roma de abril (abril para mim no ano e na vida) era tão sinceramente vista como a de agora, Roma triste sob o sol de agosto. E era, provavelmente, mais provocadora de felicidade, porque, como lá diz o Eclesiastes, quem acresce em saber aumenta em sofrimento. (*Roma, 28 de agosto de 1968*)



Penso em como são raras e pouco marcantes as páginas brasileiras sobre Roma e, mesmo, sobre a Itália. No entanto Joaquim Nabuco, Magalhães de Azeredo, Sérgio Buarque de Holanda aqui viveram, o segundo durante quase toda a vida, e os dois outros por bastante tempo. (*Roma, 7 de julho de 1970*)



Lembro-me perfeitamente da primeira vez que vi a coluna de Marco Aurélio. Foi numa tarde, em 1925. Eu vinha de automóvel, com Magalhães de Azeredo. Passávamos pelo Corso e o meu velho amigo, já bastante surdo, interrompeu o que vinha dizendo para observar com negligência “esta é a praça Colonna”. Tive vontade de pedir-lhe que fizesse parar o carro, que me permitisse descer, admirar o monumento que ali se ergue, desde Marco Aurélio, mas minha

timidez me conteve. Minutos depois flanqueávamos outra vista clássica de Roma e Azeredo (que continuava a falar mal de Graça Aranha) tornou a interromper-se para lançar-me com indiferença: “ali é a fonte de Trevi”... Fitei-a desolado, enquanto o carro circundava a praça e Azeredo não percebia minha ansiedade. (...)

Devotados a Roma foram os embaixadores na Santa Sé: Magalhães de Azeredo, Hildebrando Acioli, Heitor Lira. (*Roma, 19 de setembro de 1971*)

~ Amor a Roma

Afonso Arinos de Melo Franco

Em resumo, pelo que me deu a entender Carlos Magalhães de Azeredo, amigo de mocidade de meu pai e embaixador no Vaticano (a quem ele escrevera para que fosse o meu guia romano), era importante que eu sentisse Roma, antes que viesse a compreendê-la.



O contato continuado de certos estrangeiros que se tornaram romanos, entre eles os brasileiros Magalhães de Azeredo, Deoclécio Redig de Campos e Murilo Mendes, reúne, obviamente, a presença em Roma com a presença de Roma.



As janelas do meu quarto abriam sobre os muros de Aureliano e os jardins da Vila Borghese. Logo que pude comuniquei-me com Carlos Magalhães de Azeredo, a quem vinha recomendado por meu pai. Os dois tinham sido colegas de trabalho, como secretários na Legação do Brasil em Montevidéu, em 1896, ano em que nasceu, naquela cidade, meu irmão Caio, o primogênito, que veio, em 1919, a ser secretário de Azeredo, na Embaixada brasileira junto ao Vaticano.

Em Montevidéu, Azeredo se casara com a jovem Maria Luísa Caymari, filha de um homem de negócios cubano que tinha atividades na Europa, na América espanhola e no Brasil. A família Caymari era ligada, por amizade e por interesses de dinheiro, a Quintino Bocaiúva, que era, como se sabe, filho de argentina. Um dos melhores poemas de Azeredo, publicado no livro *Procelárias*, editado em 1898, é o dedicado à noiva, sob o título “A escolhida”, escrito em Montevidéu no ano de 1895.

Azeredo era dois anos mais moço que meu pai (nascera em 1872) e casou-se em princípios de 1896, enquanto Afrânio se casara três anos antes, em Ouro Preto. Em carta de 30 de janeiro de 1896, a mãe da noiva anunciava a Quintino Bocaiúva: “O jovem se chama Carlos Magalhães de Azeredo, tem talento e boas qualidades... Acaba de ser nomeado para Roma.” Com poucas interrupções, Magalhães de Azeredo ali viveu perto de setenta anos, até que a morte o acolheu, sempre em Roma, mais que nonagenário, em 1964.



Foi então que o governo imperial, em aviso de 19 de maio de 1855, proibiu a admissão de noviços aos conventos. Era matar as ordens religiosas, com o passar do tempo. Não vamos acompanhar os pormenores deste incidente diplomático, os quais não interessam a

esta breve resenha da presença política do Brasil em Roma, até a gestão de Magalhães de Azeredo.



Tendo-se casado com Maria Luísa a 1 de junho de 1896, em Montevidéu, Magalhães de Azeredo embarcou com a esposa para o Brasil, no dia 6, pelo navio *Portugal*. Instalou-se em Petrópolis (provavelmente aquele carioca queria evitar o risco da febre amarela), e, da serra, escrevia ao protetor Quintino Bocaiúva e ao mestre Machado de Assis, de quem se aproximou filialmente, ajudado pelo mestre Quintino. A 23 de junho, segundo a carta de Azeredo a Quintino, o jovem casal partiu do Rio para a Itália, a bordo do navio *North-America*. Em meados de julho devia estar em Roma, onde viveu todo o resto de sua longa vida, como dissemos.

Da Itália começa, em agosto de 1896, sua correspondência com Machado de Assis, publicada em 1969 pelo Instituto Nacional do Livro. Correspondência na qual se destaca a afetuosa solicitude do mestre para com o jovem poeta.

O chefe de Azeredo em Roma, ministro do Brasil junto à Santa Sé, era o mineiro Francisco Badaró, ex-deputado, que havia sido nomeado por Floriano Peixoto. Badaró recebeu mal o jovem secretário, suspeitado de monarquista, e tramou com êxito sua demissão, lavrada por decreto de Prudente de Moraes, em janeiro de 1897. Era natural que o florianista Badaró recebesse mal o antiflorianista Magalhães de Azeredo, o qual, hostil à ditadura de Floriano, pertencera ao grupo de intelectuais que se havia refugiado em Minas, entre 1893 e 1894.

As relações entre chefe e subordinado eram más desde a chegada deste a Roma. Em cartas de Azeredo e Maria Luísa a Quintino, transmite o jovem casal péssima imagem do chefe da Legação.

Quando Azeredo soube da demissão de Badaró, por ele próprio, desabafou mais francamente com Machado de Assis, em missiva de 23 de março de 1897: “Conheço bem o grotesco e detestável ministro com quem tive a desgraça de trabalhar; toda Roma o conhece e sabe do que é capaz... Não quero estender-me muito sobre a fama horrível que ele tem, pela sua grosseria, pela sua presunção grotesca, pela má fé nos contratos, pelo licencioso de sua vida, e pela absoluta negligência nos trabalhos da Legação. Toda gente sabe que ele reside fora de Roma, que só vem aqui, geralmente, para receber os vencimentos no princípio de cada mês, e passa a vida em passeios e caçadas, pela Itália e pelo estrangeiro.”

Devia haver bastante exagero e mágoa compreensível neste desabafo. Badaró, de velha família do norte de Minas (o sobrenome foi adotado por ela como protesto liberal, quando do assassinato, em S. Paulo, do jornalista italiano Líbero Badaró, em 1830), fora nomeado por motivos políticos, por sua fidelidade a Floriano. E Azeredo era, de fato, um monarquista que tinha ficado com a República, como tantos outros (o maior deles foi Nabuco), para fazer sua carreira na diplomacia. Meu pai, companheiro de Azeredo em Montevideú, foi demitido do posto de secretário em Bruxelas, no mês de dezembro, mas por outro motivo: em virtude da lei daquele mês, que suprimiu vários postos diplomáticos por medida de economia. Meu pai disse-me que o sogro, Cesário Alvim, sugerira a Prudente a demissão. Queria talvez a filha junto a si.

Azeredo foi para Paris, onde ficou vivendo com os sogros, que moravam na Avenida dos Campos Elísios. As cartas desse período a Machado de Assis ocupam-se pormenorizadamente do assunto. Graças à intervenção de Quintino Bocaiúva, Azeredo foi, afinal, reintegrado no seu posto de Roma, em janeiro de 1898, nos mesmos mês e ano em que, significativamente, Badaró era dispensado de sua função de ministro. O florianismo declinara e a autoridade civil, com Prudente, se

consolidara. Em carta a Machado, de 10 de fevereiro, Azeredo observa: “A restituição do mesmo cargo que eu exercia e a exoneração do sr. Badaró tornaram completo e inequívoco o ato do governo.”

Nesse período de residência em Paris com o sogro é que ocorreu seu curioso encontro com Eça de Queirós, que ele me contou e que creio já ter narrado por escrito, mas que vale repetir. Para se distrair e, talvez, ganhar algum dinheiro, Azeredo aceitou colaborar na revista brasileira que o paulista Martinho Botelho publicava em Paris, da qual dedicou um número ao grande romancista português. Incumbido de redigir, creio, a nota de apresentação, estava Azeredo na redação quando entra o próprio Eça à procura de Eduardo Prado. Emocionado com a visita daquele que era o ídolo literário de sua geração no Brasil, o jovem Azeredo não obedeceu às instruções de sigilo, e revelou a Eça o preparo do número especial, e que ele ali estava escrevendo o seu elogio. Qual não foi sua decepcionada surpresa ao verificar que Eça não se mostrou nada abalado com a revelação. Sem lhe perguntar sequer o nome, deixou cair, com displicência, já a caminho da porta: “Está a escrever o meu elogio? Pois carregue-lhe no adjetivo...” E retirou-se.

Do mesmo ano de 1898 é a edição, na cidade do Porto, do livro de Magalhães de Azeredo, *Procelárias*, poemas reunidos e, em parte, escritos durante o período de afastamento da carreira diplomática. As mágoas do funcionário injustiçado transparecem no poema inaugural, que dá título ao livro, em estrofes como estas:

*Triunfa o mal; sórdida, a inveja
Tramas combina, em sombras mudas;
Ri o cinismo, o ódio esbraveja.*

*Conspira, intrépida e serena,
A traição; o ósculo de Judas
As fronteiras puras envenena;*

*Os justos são vilmente expulsos;
Coroa os déspotas a plebe
Dando aos grilhões da infâmia os pulsos.*

Sente-se nesses versos a condenação da ditadura florianista e do republicanismo meio terrorista, que se prolongou pelo governo de Prudente de Morais. Os poemas, escritos a partir de 1890, são oferecidos a Machado de Assis, Olavo Bilac, Raimundo Correia, Coelho Neto, Carvalho Mourão, Filinto de Almeida, Alcântara Machado, Valentim Magalhães, e outros escritores do tempo. O meu volume traz a seguinte dedicatória ao meu tio e homônimo: “Ao caro amigo Afonso Arinos oferece afetuosamente Magalhães de Azeredo. Roma, 1898.”

É de se notar a ausência de versos sobre Roma, o que indica que ou as poesias foram compostas antes de o poeta iniciar ali a sua vida diplomática, ou foram escritas durante a fase de afastamento da carreira e residência em Paris.

Badaró foi substituído logo por Ferreira da Costa, funcionário de carreira, que ficou em Roma até 1902. Azeredo manteve-se no posto com ele. Em 1902 é nomeado Bruno Chaves, outro diplomata de carreira. Azeredo continua como secretário. Provavelmente para assegurar sua permanência no posto, Azeredo viaja ao Brasil em agosto de 1902. Preparava-se para assumir o presidente Rodrigues Alves. O barão do Rio Branco estava escolhido para o Itamarati e Azeredo vinha, como é tão comum na sua carreira, garantir-se junto ao novo governo. Sempre receoso da febre amarela, ficou residindo em Petrópolis, de onde escreve continuamente ao seu mestre Machado de Assis. Em abril de 1903, já estava em Roma, para onde tinha conseguido regressar, graças provavelmente à influência de Bocaiúva junto ao barão.

Nessa ocasião lhe é dado conviver com Joaquim Nabuco, que em Roma se encontrava, a fim de acompanhar, até o injusto malogro, o

litígio de fronteiras entre o Brasil e a Inglaterra, no qual era árbitro, por infeliz concordância nossa, o mesquinho e pouco correto Vítor Emanuel III.

Azeredo experimentou, pouco depois, forte emoção com a doença e morte de Leão XIII, ocorrida em julho, após um quarto de século de pontificado. Lembro-me bem de que, nos últimos dias de minha viagem a Roma, em 1925, o embaixador convidou-me para um passeio ao Janículo, ponto mais elevado da cidade. No alto, ao pé da estátua de Garibaldi (que ali travou a perdida batalha contra os franceses, em defesa da sua República de 1949), Azeredo, sem que saíssemos do carro, dispensou por algum tempo o motorista e comunicou que ia ler-me uma página antiga. Esta página era a descrição do ambiente do Vaticano, durante os últimos dias da vida de Leão XIII. Não sei se tal escrito se encontra nos arquivos de Azeredo, conservados na Academia, nem dele guardo recordação muito precisa. Apenas lembro-me de que era uma peça meio crítica, na qual o então secretário brasileiro anotava as intrigas dos vivos ao redor do grande papa moribundo. Foi a lembrança que me ficou daquela tarde, vivida em um dos mais belos sítios do mundo, em companhia do diplomata e humanista brasileiro.

Em agosto de 1903, foi eleito Pio X, depois santificado. Em 1905, o papa elevava a cardeal o bispo do Rio de Janeiro, d. Joaquim Arcoverde. Na biografia do presidente Rodrigues Alves relatei, com pormenores, os precedentes desse acontecimento. Da narrativa vê-se como o jovem secretário Magalhães de Azeredo participou deles. Em 1898, quando da passagem do presidente-eleito Campos Sales por Roma, Magalhães de Azeredo servia como encarregado de negócios, por causa da demissão de Badaró. Foi nessa qualidade de chefe de missão (posto que ocupava pela primeira vez) que sugeriu a Campos Sales, antes de sua audiência com Leão XIII, a conveniência de iniciar, depois de empossado, negociações efetivas para a preten-

são brasileira de ter o seu cardeal. Campos Sales aceitou logo a sugestão e, pouco depois de assumir a presidência, iniciou as tratativas com o Vaticano, que se concluíram com Pio X e Rodrigues Alves. Azeredo acompanhou tudo de perto.

Em agosto de 1914, momento trágico para a vida da Europa e do mundo, desapareceu Pio X que, no mês seguinte, foi substituído por Bento XV. Em começo do ano de 1915, Azeredo foi efetivado como chefe de missão, sempre em Roma, e entregou ao novo papa as credenciais de ministro plenipotenciário do Brasil. Durante toda a guerra permaneceu nessa categoria, até que, em abril de 1919, foi elevado, pelo governo Delfim Moreira (Rodrigues Alves tinha falecido, sem tomar posse, em janeiro), à função de primeiro embaixador do Brasil na Santa Sé.

No discurso com que apresenta ao papa suas novas credenciais (14 de abril de 1919), Azeredo alude às angústias que se acumulavam sobre o mundo, depois da difícil vitória dos aliados, cinco meses antes. Sente-se a preocupação do embaixador com a vitória dos bolcheviques na Rússia, em novembro de 1918. Diz ele: “Contra o materialismo filosófico e econômico, que, chegado às suas conseqüências extremas, ameaça subverter os mais preciosos tesouros do nosso patrimônio ético e civil, só nos podem proporcionar válida defesa aquelas grandes forças morais, que constituíram, sempre, o supremo paládio do consórcio humano.” Era ao cristianismo que se referia. Sessenta anos depois, quando estas linhas são escritas, a alternativa permanece inalterada, pelo menos para o mundo ocidental: marxismo ou Igreja.

Quando Azeredo foi feito embaixador, era ministro do Exterior Domício da Gama, mas o verdadeiro chefe do governo (“regente”, como o chamavam na Câmara) era Afrânio de Melo Franco. Não é, assim, de se descartar a possibilidade de ter ele influído no ânimo do ministro e no do presidente (ambos seus amigos), a fim de que fosse

elevado, ao topo da carreira, seu velho companheiro de mocidade em Montevidéu.

Como embaixador no Vaticano, continuou Azeredo até aposentar-se, mas nunca deixou Roma, onde viveu, com poucas e breves interrupções, desde 1896 até à morte, em 1964, portanto por quase setenta anos.

Depois de aposentado e viúvo, tornou-se impossível, para o embaixador, que não tinha família no Brasil, regressar ao seu país. Nunca deixou de ser brasileiro, mas sua pátria era também Roma, a única cidade, repetimos, cuja cidadania é compatível com qualquer outra. A última vez em que veio ao Brasil visitou-me, na Rua Anita Garibaldi. Estava já muito idoso. Anah e eu o recebemos para um almoço, ao qual compareceram Lúcia Miguel Pereira e Otávio Tarquínio de Sousa. Embora bastante surdo, Azeredo ainda interessou aos nossos amigos, pela finura e malícia com que falava. A Lúcia atraíram especialmente suas recordações íntimas de Machado de Assis.

A solidão e a aposentadoria eram agravadas, para Azeredo, pela escassez de recursos. Tendo deixado a bela casa da Via Po, ocupava, nos últimos anos, um modesto apartamento no novo (e para mim desagradável) bairro de Parioli, que partilhava – este é o termo – com uma família de antigos empregados italianos. Por ocasião do Segundo Concílio Vaticano, em 1962, ao qual comparecemos Alceu Amoroso Lima e eu, estivemos os dois em visita a Azeredo e nossa impressão foi triste. Para começar, o nome constante da porta de entrada, como morador do apartamento, não era o dele, mas o do empregado.

Lá dentro deparamos o velho poeta sentado em uma poltrona, ainda lúcido, mas dando a impressão de inteiramente entregue aos acompanhantes. Não parecia receoso ou maltratado; mas, sem dúvida, era uma pessoa privada do poder de decisão. Alceu e eu conversamos com ele sobre coisas novas e antigas do Brasil, mas nos retiramos tristes.



Eu estava à espera de Francesco Bianco, amigo da família, a quem, juntamente com Azeredo, muito fiquei devendo naquela primeira visita à Itália. (...)

O poema que escrevi sobre Roma, naqueles dias de abril de 1925, e submeti à apreciação de Magalhães de Azeredo, é um exemplo desse mau gênero, que eu supunha modernista. (...) Relendo-o (coisa que não fazia há tantos anos!) com tal distância de tempo, considero-o tão mau quanto o leitor, se aqui o publicasse. Mas de certa forma, me comove, ou melhor, me entenece. Não pelo que é, mas pelo que fui. Vejo-me como se fosse um outro, um filho (não! um neto!) que reaparecesse depois de longa ausência nesses países do passado, tão esquívos, pungentes, irreais.

(Eis o poema: Roma cheia de luz

*Eu a vi toda coroada de chamas,
a frente secular brilhando sob as gemas
de luz do diadema matinal.*

*O dia era um incêndio inofensivo e lindo,
que sobre a cidade florescida vinha vindo
lentamente, do céu liso como um cristal.*

Roma azul!

*Vi tuas ruas,
vi a estreiteza tortuosa de tuas ruas,
vi roupas multicores estendidas nas janelas,
vi crianças que pedem cigarros ou jogam dados pelas vielas
e vi criadas que empurram carrinhos nos jardins senhoriais.*

*Roma,
doce velhinha acolhedora,
eu vi a eloqüência dos teus cocheiros sentimentais...*

Que monumentos de antigüidades são teus fiacres originais!

*No fórum, entre ruínas convidativas como um jardim,
perambulam mulheres inquietantes
que põem manchas escuras na manhã de jasmim.*

*Elas são magras, opacamente vestidas,
têm gestos bruscos que quebram a calma da manhã de ouro
e querem saber detalhes de arqueologia...*

*Elas são loucas: não há ruínas com tão lindo dia,
tudo está novo na manhã luminosa...*

*Roma,
adolescente de cabelos cor-de-rosa.*

*Agora,
são homens louros que trocam idéias em língua rude
sobre a efêmera flor das glórias imperiais.*

*Que ingenuidade! Nesta manhã de primavera
o Palatino é um lindo outeiro sem história,
cujas simples razões de beleza e de glória
são essas três rubras árvores floridas
que se levantam como taças incendiadas
glorificando esta manhã de primavera.*

Taças cheias de vinho perfumado...

*As flores roxo-encarnadas cobriam a terra como uma
túnica carmesim de seda e espuma.*

Túnica efêmera como as púrpuras imperiais...

*E em torno aos homens que discutiam preocupados,
pousando de leve na relva macia
as flores desciam em lentos vôos espiralados.*

*E pareciam frases veladas,
frases aladas de ironia.)*

Transcrevo, a propósito, o que escrevi em *A alma do tempo*, na entrada de 5 de janeiro de 1960:

“Premido pela paixão da escola, escrevi um poema sobre Roma (bastante ruim, aliás) no qual procuro dar largas a impressões de um modernista. Impressões falsas e que eu, no fundo, não sentia. Azeredo não se enganou sobre aquele artificialismo pretensioso. A mim nada disse, a não ser vagas amabilidades, mas a seu fraternal amigo Mário de Alencar escreveu, a respeito, trechos de uma carta que foram copiados e remetidos de torna-viagem pelo meu amigo Jorge, filho do destinatário. Naquela carta, Azeredo se desabafava, junto a Mário, dos ressentimentos contra Graça Aranha. (Azeredo conheceu Graça Aranha em Roma, durante a missão Nabuco, da qual Graça era secretário.) Depois de referir-se generosamente a mim, acentuava o mal que Graça fizera à nossa geração, matando nela (assim ele supunha) a receptividade para a cultura antiga. E aludia ao meu poema, observando, com agudeza, que, nele, eu não exprimia talvez

o que sentisse, mas o contrário daquilo que deveria sentir um poeta não modernista, em contato com Roma.”

Magalhães de Azeredo só se enganava em um pormenor: a influência de Graça Aranha, sob a qual eu me encontrava quando da viagem à Itália, foi-se desfazendo à medida que eu ia avançando no mundo da cultura, mundo cuja universalidade absorve gêneros, escolas e épocas. A cultura é precisamente a fusão, mais espiritual do que intelectual, de todas as formas com todos os tempos.

Apesar de hostil ao movimento de renovação literária que então se processava no Brasil, Magalhães de Azeredo mostrou-se interessado, mesmo desejoso de que eu escrevesse um estudo sobre a sua obra de poeta. Mais em homenagem ao amigo generoso e hospitaleiro do que levado por admiração pelo escritor, declarei-me inclinado a preparar o trabalho. Azeredo remeteu-me, para Genebra, farto material e, em mais de uma carta, reiterava a esperança de que eu não desistiria do intento. A vida me impediu de levar avante o desejo – mais do meu velho amigo do que, propriamente, meu. Com pretensões a escritor “modernista”, não me sentia muito à vontade para escrever sobre um “passadista”, especialmente sobre aquele, que não se destacava no quadro das respeitabilidades preservadas. O caso de Azeredo é relativamente freqüente. Trata-se de escritor com influência cultural sobre os que dele se aproximaram, mas sem obra própria importante. (...)

Azeredo tinha 52 anos em abril de 1925 e, desde a adolescência, viveu dentro da literatura. Estudante na Faculdade de Direito de S. Paulo, jovem bacharel no exílio florianista em Minas Gerais, poeta no Rio do começo da República, autor conhecido, pelo menos reconhecido (graças à proteção de Machado de Assis ele foi fundador da Academia Brasileira), afastado do serviço diplomático brasileiro no Paris de Rio Branco, Eduardo Prado e Eça de Queirós, de novo diplomata na Roma de Nabuco, Graça Aranha e Domício da Gama, finalmente na sua Roma de sempre, Magalhães de Azeredo não co-

nheceu outra vida, outro ambiente, outra preocupação, outra atividade senão a literatura. Durante o mês que passei com ele, só sobre literatura, arte e história conversávamos. Nas ruas de Roma, nas ruínas, nos templos, nos museus, nos grandes parques romanos ou na Embaixada da Via Po, todo ele era recordação viva de Leão XIII, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, D'Annunzio, Heredia, Anatole France, Rio Branco, Joaquim Nabuco, Machado de Assis... Essas sombras nos cercavam pelas vias ilustres da urbe.

A carreira diplomática, que ele praticou quase toda em Roma, com dedicação ainda que pouco trabalho, era o meio que lhe permitia viver despreocupadamente, imerso naquele ambiente cultural dos mais importantes do mundo, do qual Roma era, por tantos títulos, a capital. Utilizando o italiano como o próprio idioma e o francês com desembaraço, Azeredo conhecera, em Paris, Heredia e Anatole France; na Itália D'Annunzio confiava-lhe os expedientes usados para o seu êxito (sempre provocar um escândalo pouco antes de publicar algum novo livro); sob Leão XIII, Pio X, Bento XV e Pio XI, pôde praticar familiarmente com expoentes do Sacro Colégio e com dignitários eclesiásticos de várias partes do mundo; conversou mais de uma vez com o barão von Pastor sobre o andamento da sua *História dos papas*, uma das mais importantes obras da historiografia mundial.

A primeira vez em que ouvi falar de Pastor, morto em 1929, foi por Azeredo, em 1925. O embaixador não se jactava de sua variada experiência cultural, do seu relacionamento com tantas celebridades, brasileiras e estrangeiras, da sua vivência em tantos ambientes, desde a juventude. As referências, as narrativas, as lembranças, saíam-lhe ao acaso da conversa; Machado de Assis, no Cosme Velho, sentado na sala de jantar, descascando uma laranja; Eça de Queirós em Paris, de óculos escuros, à procura de Eduardo Prado; Pio X retirando o solidéu da cabeça e passando-o, como lembrança, ao ministro do Brasil; o sacristão de S. Pietro in Vincoli (*aqui, houve um lapso de Afonso*

Arinos: a escultura está em Santa Maria della Vittoria) dando-lhe, de presente, um dedo da Santa Teresa de Bernini; os gemidos da jovem muçama no porão da casa materna, na Rua de São Bento, no Rio, gemidos que preocuparam o sinhô moço, no alto da escada, logo tranqüilizado pelo negro velho, que estava com ela no porão: “não é nada, Nhonhô, tô costumando ela co’a coisa”; o cardeal secretário de Estado que, depois de admoestar o embaixador pelo pequeno atraso na audiência papal, ao ouvir a pilhéria de que ficara retido na rua por uma turista bonita, levantou a mão direita e deu-lhe a absolvição...

Essas histórias e outras se misturavam com breves interrupções e um gesto dentro do automóvel em movimento: “Olha (estávamos na Praça do Panteão), ali era uma estalagem onde morava Ariosto... Naquele palácio – não neste, naquele ! – (íamos pelo Corso) era a Embaixada de Chateaubriand... Este teatro (estávamos ouvindo Stravinski reger uma orquestra) é o antigo túmulo de Augusto... Garibaldi morou naquela casa... As grandes estátuas do Capitólio foram desenterradas junto daquela igreja...”



Neste livro tecido de vivência, leitura e meditação, tudo compatível com a modéstia do meu cabedal, ser-me-á permitida uma recordação. É a lembrança saudosa de um adolescente que, em companhia do velho e sábio guia intelectual, Magalhães de Azeredo, assistia a um concerto de orquestra no Augusteo, na primavera de 1925. A beleza da sala, o recolhimento da assistência, flor da sociedade romana, o calor dos aplausos, justificavam-se. Roma, como outras cidades européias, vinha consagrando um maestro que regia sua própria composição. Era homem jovem, chamado Igor Stravinski.



Da estação ferroviária, naquela manhã de abril de 1925, segui, como já foi relatado, para o meu hotel, que era o Flora, colocado na vizinhança imediata dos muros. O quarto que ocupei ficava na fachada, cujas janelas se abrem sobre a milenária construção. Assim, a primeira visão próxima que tive de Roma foram as muralhas e, logo após, as árvores e flores dos jardins da Vila Borghese.

Lembro-me bem. Posso evocar, encostado à janela aberta, o jovem que sorvia com os olhos a paisagem emoldurada pelos batentes de madeira. Distinguia linha sinuosa das fortificações, a porta em arco sobre a Praça Brasil e, logo após, as frondes e relevados do parque. Despertado da contemplação pela campainha do telefone, o jovem ouviu a voz amiga do embaixador Magalhães de Azeredo, que então, aos 52 anos, lhe parecia um velho senhor. “Prepare-se, venha logo, Via Po 32. Temos muito que conversar.”



Esta era a Roma que Montaigne contemplou, a 26 de janeiro, do alto do Janículo. O panorama que se descerra dessa eminência é o mais belo da Urbe. Antes de entrar na descrição montaigniana permito-me recordar aquela que me foi proporcionada por Magalhães de Azeredo, em 1925, e fixada em *A alma do tempo*:

“Além de monumentos grandiosos, de fama universal, Azeredo não esquecia as pequenas relíquias de Roma, porventura mais tocantes, como São Paulo das Três Fontes, que ainda recordo cheia de glícinias em flor, uma pequena capela do Bramante, a Farnesina, a prisão do Tasso, no Janículo. No alto deste monte, certa tarde, junto à estátua de Garibaldi, com a Roma dourada a nossos pés, Azeredo leu-me uma página viva e reveladora sobre a atmosfera de inquietação e intriga que reinava nos corredores do Vaticano, nas horas que precederam a morte de Leão XIII.”



(Lembro agora, com saudade, a demorada visita que fiz à Farnesina, em companhia de Magalhães de Azeredo e Francesco Bianco. O espanto do rapaz brasileiro ao contemplar aquelas paredes, aquelas pinturas, enquanto os velhos amigos lhe abriam os olhos do espírito para novas paisagens dentro de si mesmo...)



Em 1932, deixando com Anah o sanatório Bella-Lui para uma curta excursão à zona dos lagos lombardos e a Milão, eu já podia escrever a crônica “Viagem stendhaliana”, que enviei a Roma, para revisão do meu amigo Magalhães de Azeredo, o qual me devolveu com minuciosas correções e sugestões, todas adotadas na publicação aceita pelos Diários Associados. (“Viagem stendhaliana, in *Espelho de três faces*, Publicações Brasil, S. Paulo, 1937.)

PATRONOS, FUNDADORES E MEMBROS EFETIVOS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

(Fundada em 20 de julho de 1897)

As sessões preparatórias para a criação da Academia Brasileira de Letras realizaram-se na sala de redação da Revista Brasileira, fase III (1895-1899), sob a direção de José Veríssimo. Na primeira sessão, em 15 de dezembro de 1896, foi aclamado presidente Machado de Assis. Outras sessões realizaram-se na redação da Revista, na Travessa do Ouvidor, n. 31, Rio de Janeiro. A primeira sessão plenária da Instituição realizou-se numa sala do Pedagogium, na Rua do Passeio, em 20 de julho de 1897.

CADEIRA	PATRONOS	FUNDADORES	MEMBROS EFETIVOS
01	Adelino Fontoura	Luís Murat	Evandro Lins e Silva
02	Álvares de Azevedo	Coelho Neto	Tarcísio Padilha
03	Artur de Oliveira	Filinto de Almeida	Carlos Heitor Cony
04	Basílio da Gama	Aluísio Azevedo	Carlos Nejar
05	Bernardo Guimarães	Raimundo Correia	Rachel de Queiroz
06	Casimiro de Abreu	Teixeira de Melo	Raymundo Faoro
07	Castro Alves	Valentim Magalhães	Sergio Corrêa da Costa
08	Cláudio Manuel da Costa	Alberto de Oliveira	Antonio Olinto
09	Domingos Gonçalves de Magalhães	Magalhães de Azeredo	Alberto da Costa e Silva
10	Evaristo da Veiga	Rui Barbosa	Lêdo Ivo
11	Fagundes Varela	Lúcio de Mendonça	Celso Furtado
12	França Júnior	Urbano Duarte	Dom Lucas Moreira Neves
13	Francisco Otaviano	Visconde de Taunay	Sergio Paulo Rouanet
14	Franklin Távora	Clóvis Beviláqua	Miguel Reale
15	Gonçalves Dias	Olavo Bilac	Pe. Fernando Bastos de Ávila
16	Gregório de Matos	Araripe Júnior	Lygia Fagundes Telles
17	Hipólito da Costa	Sílvio Romero	Affonso Arinos de Mello Franco
18	João Francisco Lisboa	José Veríssimo	Arnaldo Niskier
19	Joaquim Caetano	Alcindo Guanabara	Marcos Almir Madeira
20	Joaquim Manuel de Macedo	Salvador de Mendonça	Murilo Melo Filho
21	Joaquim Serra	José do Patrocínio	Roberto Campos
22	José Bonifácio, o Moço	Medeiros e Albuquerque	Ivo Pitanguy
23	José de Alencar	Machado de Assis	Jorge Amado
24	Júlio Ribeiro	Garcia Redondo	Sábato Magaldi
25	Junqueira Freire	Barão de Loreto	Alberto Venancio Filho
26	Laurindo Rabelo	Guimarães Passos	Marcos Vinícios Vilaça
27	Maciel Monteiro	Joaquim Nabuco	Eduardo Portella
28	Manuel Antônio de Almeida	Inglês de Sousa	Oscar Dias Corrêa
29	Martins Pena	Artur Azevedo	Josué Montello
30	Pardal Mallet	Pedro Rabelo	Nélida Piñon
31	Pedro Luís	Luís Guimarães Júnior	Geraldo França de Lima
32	Porto-Alegre	Carlos de Laet	Ariano Suassuna
33	Raul Pompéia	Domício da Gama	Evanildo Bechara
34	Sousa Caldas	J.M. Pereira da Silva	João Ubaldo Ribeiro
35	Tavares Bastos	Rodrigo Octavio	Candido Mendes de Almeida
36	Teófilo Dias	Afonso Celso	João de Scantimburgo
37	Tomás Antônio Gonzaga	Silva Ramos	Ivan Junqueira
38	Tobias Barreto	Graça Aranha	José Sarney
39	F.A. de Varnhagen	Oliveira Lima	Roberto Marinho
40	Visconde do Rio Branco	Eduardo Prado	Evaristo de Moraes Filho

ERRATA

O artigo “Centenário de Alcântara Machado”, de Evandro Lins e Silva, publicado no número 28 da *Revista Brasileira*, págs 65-71, tem seu título mudado para “O jurista Alcântara Machado”. O centenário que se comemora em 2001 é o do nascimento de António de Alcântara Machado (filho de José de Alcântara Machado).